

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
Instituto de Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História

# Brasileiros de torna-viagem:

a trajetória do Visconde de Souza Soares  
no sul do Brasil e no norte de Portugal (1872 - 1908)



MÔNICA LUCAS LEAL DE MACEDO  
Pelotas, 2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Instituto de Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em História



TESE

***Brasileiros de torna-viagem: a trajetória do Visconde de Souza Soares no sul do Brasil e no norte de Portugal (1872- 1908).***

MÔNICA LUCAS LEAL DE MACEDO

Pelotas, 2024

MÔNICA LUCAS LEAL DE MACEDO

*Brasileiros de torna-viagem: a trajetória do Visconde de Souza Soares no sul do Brasil e no norte de Portugal (1872- 1908).*

Texto-base da tese apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito para o título de Doutorado em História.

Orientadora Prof.<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Larissa Patron Chaves Spieker

Coorientadora Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria de Deus Manso

Pelotas, 2024

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação da Publicação

M141b Macedo, Mônica Lucas Leal de

*Brasileiros de torna-viagem* [recurso eletrônico] : a trajetória do Visconde de Souza Soares no sul do Brasil e no norte de Portugal (1862-1908) / Mônica Lucas Leal de Macedo ; Larissa Patron Chaves, orientadora ; Maria de Deus Beites Manso, coorientadora. — Pelotas, 2024.

247 f.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2024.

1. Trajetória. 2. Imigração portuguesa. 3. Brasileiros de torna-viagem. 4. Visconde de Souza Soares. 5. Parque Pelotense. I. Chaves, Larissa Patron, orient. II. Manso, Maria de Deus Beites, coorient. III. Título.

CDD 981

À Thérèse,  
Doutora antes de mim.

## Agradecimentos

Depois de quatro anos, fragmento ínfimo de uma vida, mas com potencial para representar um ciclo de história, a tese chega ao fim. Nesse momento é preciso agradecer às pessoas que estiveram comigo nessa trajetória – as que acompanharam o seu início e as que foram entrando ao longo do caminho.

Agradeço:

À Prof.<sup>a</sup> Dra. Larissa Patron Chaves, minha orientadora, que com muita sabedoria guiou os meus passos. Além do olhar cuidadoso para com o trabalho, me mostrou que no meio acadêmico é possível ser competente sem ser soberba, ser culta sem deixar de ser simples, ser amiga sem perder o foco;

À Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria de Deus Beites Manso, minha coorientadora, que da mesma forma mostrou-me generosidade. Obrigada por toda disponibilidade e acolhida;

À Prof.<sup>a</sup> Dra. Leonor Almeida de Souza Soares, Nonô, minha colaboradora da parte brasileira, que me confiou seu acervo e sempre me recebeu com muito carinho e atenção. Obrigada por ter-me apresentado seu bisavô;

À genealogista Carmen Souza Soares Reis, por dividir conhecimento em conversas esclarecedoras;

Ao senhor José António Ferraz de Andrade e Souza Soares, meu colaborador da parte portuguesa. O que dizer? O inesperado da vida. A surpresa que a tese me trouxe. Obrigada por tanto amor;

Ao Prof. Dr. João Alberto da Silva, meu terapeuta. Competente, todo profissional deve ser. Aliar competência à grandeza de espírito é para poucos. Todos os “bom dia Doutora” ajudaram a manter o foco e deram forças para o devir;

À Eduardo e Rafael, meus filhos. Parceiros incondicionais. Minhas melhores produções. Obrigada por cuidarem de mim enquanto eu cuidava da tese.

*Quem elegeu a busca, não pode recusar a travessia...*

*(João Guimarães Rosa)*

## Resumo

MACEDO, Mônica Lucas Leal de. *Brasileiros de torna-viagem*: a trajetória do Visconde de Souza Soares no sul do Brasil e no norte de Portugal (1872-1908). Orientadora: Larissa Patron Chaves. 2024. 247f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

O presente trabalho trata da trajetória de José Álvares de Souza Soares – o Visconde de Souza Soares, a partir de sua representação social, especialmente, nas localidades onde foi atuante: Pelotas, no sul do Brasil; Porto e Vila Meã, no norte de Portugal. Para isso, é abordado o fenômeno da imigração portuguesa oitocentista, com suas causas e consequências. É analisada a ocorrência dos *brasileiros de torna-viagem* enquanto grupo socialmente distinto decorrente do movimento migratório, considerando as partidas e os regressos. São referenciadas as produções simbólicas usadas por indivíduos, com finalidade de promoção social. É justificada a pertença do sujeito investigado à esse grupo. São abordados os seus contributos sociais para Pelotas, por meio da medicina e farmacologia homeopáticas. É contextualizada a razão de seu enriquecimento, através da produção do medicamento homeopático “Peitoral de Cambará”. Os feitos de José Álvares são apresentados e analisados, com destaque para o Parque Pelotense, por ser considerado seu maior empreendimento no sul do país. São consideradas as motivações para o regresso do sujeito à sua terra natal. É, também, destacada a sua atuação em Portugal no início do século XX, com vistas à projeção social, incluindo, a aquisição do título nobiliárquico. São apontados os desfechos de seus bens no Brasil e em Portugal, evocando percepções de memória.

Palavras-chave: trajetória; imigração portuguesa; *brasileiros de torna-viagem*; Visconde de Souza Soares; Parque Pelotense.

## Abstract

MACEDO, Mônica Lucas Leal de. *Brasileiros de torna-viagem*: the trajectory of Viscount Souza Soares in the south of Brazil and the north of Portugal (1872-1908). Advisor: Larissa Patron Chaves. 2024. 247 f. Thesis (Doctorate in History) – Institute of Human Sciences, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2024.

The work presented aims to examine and analyze the trajectory of José Álvares de Souza Soares – Viscount Souza Soares, based on his social representation, primarily where he was most active: The cities of Pelotas, in the south of Brazil; Porto and Vila Meã, in the north of Portugal. To achieve that, a big topic of discussion is the phenomenon of portuguese immigration in the 19th century, as well as its causes and consequences. The occurrence of, as they are called, *brasileiros de torna-viagem* - as a group independent from the immigration movement, considering the departures and returns, will also be analyzed. This work references symbolic productions for individual use with the intent of social promotion. The person in question is found to justifiably belong in that social group. His social contributions to Pelotas, through medicine and homeopathic pharmacology, are also discussed. The origins of his wealth are

contextualized through the production of the homeopathic medicine “Peitoral do Cambará”. The achievements of José Álvares are presented and analyzed, highlighting Parque Pelotense, considered his biggest enterprise in the south of Brazil. The reasons for the individual’s return to his birthplace are given consideration. This work also aims to showcase his activity in Portugal in the beginning of the 20th century, in the aim of social projection, including the acquisition of his noble title. His possessions in Brazil and Portugal and where they are today are mentioned, evoking perceptions of memory.

Keywords: trajectory; portuguese immigration; *brasileiros de torna-viagem*; Viscount Souza Soares; Parque Pelotense.

## Sumário

Introdução.....	11
1 O fenômeno da imigração para o Brasil na segunda metade do século XIX e a imigração portuguesa.....	27
1.1 “Brazil”: um paraíso imaginário.....	27
1.2 Alardear para atrair.....	32
1.3 Imigrantes portugueses: campo ou cidade.....	38
1.3.1 Do campo ao campo .....	38
1.3.2 A imigração independente.....	41
1.4 Por uma imigração independente: a viagem de José Delfim.....	45
2 Adentrar Pelotas: primeiros apelos de representação.....	56
2.1 Pelotas em formação: uma expressão da presença lusa no extremo sul do Brasil.....	56
2.2 De José Delfim Soares de Queirós à José Alvares de Souza Soares: uma identidade construída.....	67
2.3 A família Souza Soares do Brasil: o casamento luso-brasileiro.....	71
3 Peitoral de Cambará: a árvore das patacas.....	82
3.1 <i>Homeopathia, farmacias e pharmaceuticos</i> .....	82
3.2 A Medicina Simplificada ao Alcance de Toda a Gente: um modelo de atuação.....	86
3.3 O Peitoral de Cambará e os Específicos de Souza Soares.....	98
3.4 “Cambará urgente!”.....	106
4 A materialização de um imigrante bem-sucedido: o Parque Pelotense.....	115
4.1 O Parque Pelotense: simbologia de um sucesso.....	115
4.2 A Fábrica do Peitoral de Cambará.....	134
4.3 A Escola Popular.....	143
4.4 A residência da família.....	154
4.5 A capela de Santa Luzia.....	159
5 Retornar para triunfar: a atestação de um legítimo “brasileiro”.....	166
5.1 Famílias brasonadas: o casamento português e a representação social.....	166

5.1.1 De volta às origens: uma noiva entre os seus.....	166
5.1.2 De Soares para Assumpção: as promessas de amor e de riqueza.....	168
5.1.3 “ <i>Tão deslumbrante quanto auspiciosíssimo enlace</i> ”.....	172
5.1.4 Os casamentos: entrelaçamentos familiares culturalmente institucionalizados.....	176
5.2 O Brasil fica para trás: as consequências de uma viagem sem volta.....	180
5.3 Do Parque ao Porto: a Sociedade Medicinal Souza Soares no Brasil e na Europa.....	187
6 O viscondado: um fetiche de prestígio.....	194
6.1 Uma coroa para encimar o Brasão de Armas.....	194
6.2 Cultura de salão: a vida social do Visconde e da Viscondessa de Souza Soares.....	199
6.3 As casas do Visconde de Souza Soares: residências para a família; simbolismos para a sociedade.....	206
6.3.1 A casa de Santa Catarina.....	206
6.3.2 A casa de Santa Cruz.....	212
6.4 Imagens no presente à luz das memórias.....	217
6.4.1 Um poderio que chega ao fim.....	217
6.4.2 O patrimônio edificado em Portugal.....	220
6.4.3 O patrimônio edificado esquecido em Pelotas.....	225
Considerações finais.....	230
Referências.....	240

## Introdução

“Ele era naquela altura um típico *brasileiro*: encontrara a ‘árvore das patacas’, enriquecera e voltava vitorioso à sua terra [...]” (Reis, 2014, p. 157).

A frase da genealogista Carmen Souza Soares Reis, bisneta do Visconde de Souza Soares, referindo-se ao seu bisavô, resume ao mesmo tempo em que define o desfecho da trajetória de todo imigrante português que conquistara prosperidade no Brasil, em meados do século XIX, e retornava às localidades de origem exibindo os louros da sua vitória. Esses afortunados receberam, em Portugal, a alcunha de *brasileiros de torna-viagem*, ou simplesmente, *brasileiros*. A *árvore das patacas* é referente à ideia de abundância monetária que se encontraria facilmente em terras brasileiras. “A essa altura dizia-se em Portugal que o Brasil era a *Árvore das Patacas* – lugar propício a se fazer dinheiro, ou onde o dinheiro – *patacas* – nascia em árvores”. (Moysés, 2014, p. 48).

Antes, porém, de apresentar o contexto da pesquisa, gostaria de justificar a escolha do tema sob investigação. Minha aproximação com a temática da imigração portuguesa originou-se quando ainda estava em meio a escrita para a dissertação de mestrado, realizada pelo Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Pelotas. Por ser arquiteta de formação e elaborar a pesquisa de mestrado na área do patrimônio cultural e arquitetônico<sup>1</sup>, e uma vez ingressada no grupo internacional de pesquisa “*Casas senhoriais e Seus Interiores: Estudos Luso-brasileiros em Arte, Memória e Patrimônio-Núcleo de Pelotas/RS*” da Fundação Casa de Rui Barbosa-RJ e Universidade Nova de Lisboa, tive a oportunidade de ir a Portugal, em junho de 2018, para fazer uma comunicação no “*VI colóquio Internacional A Casa senhorial: anatomia de interiores*”, promovido por esse grupo. O encontro se deu na cidade de Fafe – que nos foi apresentada como a *cidade dos brasileiros*, denominada assim, por exibir grande

---

<sup>1</sup> O escopo da pesquisa de mestrado estava em investigar as pinturas parietais e de forro de uma casa de fazenda, do século XIX, da região da Campanha no Rio Grande do Sul, sob o título de: *As artes pictóricas da Estância do Serro Formoso. Lavras do Sul. RS*, cuja pós-graduação concluiu-se em março de 2020.

número de *casas de brasileiros* preservadas.<sup>2</sup> Nessa ocasião tomei conhecimento da figura histórica dos *brasileiros de torna-viagem*.

Ao visitar as *casas de brasileiros*, também chamadas de *casas brasileiras* causou-me perplexidade tal nomenclatura por reconhecer naqueles edifícios uma tipologia de feições ecléticas idênticas as que temos no Brasil, inclusive, as que figuram nos palacetes do centro histórico da cidade de Pelotas e que, para nós, representam edificações com concepção arquitetônica de influência europeia – as “casas europeias” aqui, eram as “casas brasileiras” lá. Estava exposto diante de mim o primeiro dos entrecruzamentos culturais, aos quais, tinha ávida vontade em pesquisar e saber mais sobre. Paralelamente às minhas outras atividades fui, então, lendo sobre o assunto, trocando correspondências com o secretário da cultura de Fafe – o Sr. Artur Coimbra, e juntando fontes bibliográficas para uma provável investigação em nível de doutorado. Ao longo desse processo, percebi que estes entrecruzamentos não se restringiam às casas, mas permeavam muitas das faces da imigração. E o intercâmbio Portugal-Brasil-Portugal, referente aos imigrantes portugueses que regressaram para as terras de suas origens – fazia emergir questões identitárias e de representação social, ainda pouco percebidas na historiografia brasileira, e que me fizeram adentrar mais no, já instigante, tema dos *brasileiros de torna-viagem*.

A figura de Souza Soares, apareceu-me de forma inesperada. Ao prestigiar a reinauguração da Biblioteca do Clube Caixeiral de Pelotas, no ano de 2019, presenciei a comunicação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Leonor Almeida de Souza Soares, que apresentava os feitos de seu bisavô – o Visconde de Souza Soares. Fiquei impressionada com a grandiosidade que tivera sido o Parque Pelotense, cuja história ainda pouco conhecia, e sobre as muitas contribuições sociais do sujeito para a cidade, especialmente, no ramo da farmacologia homeopática. A fala de Leonor trouxe elementos informativos que pareciam corroborar com as ideias que vinha desenvolvendo para a elaboração do projeto de pesquisa para a seleção de doutorado no Programa de Pós-Graduação em História. Então, justapondo os fatos históricos dos *brasileiros de torna-viagem* com a trajetória de vida de José Alvares de Souza Soares: datas, vinda para o Brasil, retorno triunfante para Portugal, contribuições sociais, título nobiliárquico, etc.,

---

<sup>2</sup> As *casas de brasileiros* de Fafe encontram-se preservadas, e abertas à visitação. Algumas servindo à repartições públicas, outras ainda de propriedade particular, cujos moradores guiam as visitas.

formou-se um arcabouço de ideias que me levou a hipótese, que mais tarde ganhou confirmação das fontes pesquisadas, de que o Visconde de Souza Soares fora um *brasileiro de torna-viagem*, e mais, fizera sua fortuna na cidade de Pelotas, sem nunca ter tido essa referência por aqui. A distinção de *brasileiro* é, por vezes, ignorada em trabalhos acadêmicos do Brasil. Por se tratar de um tema que envolve a atuação desses sujeitos no regresso a Portugal, o conceito é explorado e valorizado na sociedade portuguesa e suas ciências sociais. Estava, então, delineado o argumento de minha pesquisa: investigar a trajetória de José Alvares de Souza Soares frente à contextualização histórica desses imigrantes portugueses – os *brasileiros de torna-viagem*.

---

A partir de então, o trabalho aborda a temática da imigração portuguesa para o Brasil na segunda metade do século XIX, com um recorte cronológico que se dá entre os anos de 1872 e 1908, por corresponder ao tempo em que José Alvares de Souza Soares ascendeu socialmente e foi capaz de produzir um repertório de artifícios simbólicos de representação. Tendo como marco inicial o ano de 1872 – ano de sua chegada ao sul do Brasil; e como marco final o ano de 1908 – ano em que conquistou um último aparato simbólico de distinção – o foro de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real.

A pesquisa, assim como sua resultante escrita, é perpassada desse modo, pelos conceitos de: representação, identidade, produção simbólica, hierarquia social e formação de elites.

Para o conceito de representação a investigação recorre a Roger Chartier (1991), que diz que para a historiografia havia uma divisão dada como universal, onde de um lado estariam as objetividades das estruturas e de outro as subjetividades das representações, sendo as primeiras relacionadas a tudo que há de concreto e manipulável – como documentos maciços, de onde se poderia fazer uma história mais segura –, e a segunda compreenderia os discursos, e se distanciaria do real. O autor fala sobre a clivagem que atravessou não só a história, mas outras ciências sociais, como sociologia e etnologia. Essa divisão teria deixado em lados opostos as premissas estruturalistas e subjetivas. Em que, por uma via se encontrariam as questões que dariam conta de identificar os grupos e as posições sociais, e por outra, se achariam as abordagens sobre valores e comportamentos de comunidades mais

restritas, por vezes, considerados homogêneos. Para acabar com essa cisão, a fim de se perceber o fenômeno das representações de forma abrangente e íntegra como parte de todo o acontecimento social, o autor enfatiza que, primeiramente, é preciso entender os dispositivos geradores dos sistemas de classificação e de percepção “como verdadeiras instituições sociais, incorporando sob a forma de representações coletivas as divisões da organização social” (Chartier, 1991, p. 183). O autor ainda ressalta que é preciso considerar “as representações coletivas como as matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social” (Chartier, 1991, p. 183). As considerações do autor se tornam basilares para pensar a questão identitária e de representação dos *brasileiros de torna-viagem*, por se reconhecer nesse grupo um conjunto de indivíduos que reclamam uma “identidade social, a exhibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição” (Chartier, 1991, p. 183).

A respeito do conceito de identidades, o autor Stuart Hall (2006) diz que são em nossas origens que estão as raízes das quais nunca podemos nos desvencilhar, pois, formam nossa identidade primária cujo vínculo visceral está refletido em nossa fidelidade à casa paterna – a gênese. É nesse viés que aparece o apego as origens como fonte potencial para a formação de mitos dominantes. Essas afirmativas do autor permitem elucidar muitas das escolhas do sujeito investigado, como por exemplo, a troca nominal quando, este, passa a adotar o nome de seu genitor, a quem também busca assemelhar-se identitariamente pelo meio de atuação social com vistas ao atendimento comunitário, exercido por ele, na área da farmacologia homeopática. Outrossim, o mesmo autor revela que as transformações estruturais das sociedades, refletem em mudanças nas identidades pessoais e que, com as fronteiras conceituais afrouxadas, há uma busca de cada sujeito por saber qual o seu papel social no mundo. Essas reflexões apoiam a pesquisa no sentido de compreender as objetivações de José Alvares por alcançar lugares sociais definidos em uma sociedade em transformação.

O trabalho enfoca e dá relevo às produções simbólicas dos agentes sociais, pois, segundo Pierre Bourdieu (1989, p.14), é por meio destas produções que são atestadas as hierarquias sociais: “A classe hierarquicamente superior tenta impor e legitimar a sua dominação por meio de sua produção simbólica”. Para isso, a escrita apoia-se nos conceitos do autor a respeito de artifícios simbólicos de representação,

uma vez que, um dos determinantes para a identidade construída de um *brasileiro* está, justamente, na sua capacidade de fazer-se representar através de: títulos, atos de filantropia, festas, banquetes, uso de joias e roupas caras e na aquisição de casas imponentes.

Para falar de hierarquias sociais, a pesquisa recorre ao autor Norbert Elias (2001) que versa, não só, sobre posições sociais, como também aborda as questões de produção simbólica, inclusive, tratando das casas de moradia como meios de diferenciação social. O autor contempla a modelagem da vida de corte como referência para as estruturas sociais modernas. Suas abordagens são basilares para perceber esses artifícios de diferenciação social que foram recorrentes na trajetória dos *brasileiros de torna-viagem*, incluindo as vivências do sujeito investigado.

Ainda sobre o tema das hierarquias sociais, o autor Eric Hobsbawm (2020) reitera a questão do desejo em se fortalecer a distinção entre esferas sociais, considerando que, esta, é uma vontade que parte daqueles indivíduos que ocupam as camadas mais altas da sociedade.

Para compreender a formação das elites, o autor Flávio Heinz (2006, p. 07) vai dizer que o termo *elite* tem amplo sentido e comumente é usado para descrever “categorias ou grupos que pareçam ocupar o ‘topo’ de ‘estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos’”. Pode-se compreender aí os:

“dirigentes’, as ‘pessoas influentes’, os ‘abastados’ ou ‘privilegiados’, e isto, na maior parte dos casos, sem outra forma de justificação, uma vez que o ‘poder’ da elite impor-se-ia por si próprio e prescindiria de maiores explicações” (Scott, *In* Heinz, 2006, p. 07).

A respeito da formação das elites na cidade de Pelotas, são consultados os apontamentos do pesquisador Jonas Vargas (*In* Vendrame, 2015), que trata do apogeu econômico da cidade, em meados do século XIX, dado pela produção das salgas de carne – o charque. O autor nomeia as primeiras elites da cidade como sendo formada por estanceiros charqueadores que, através de alianças de proximidade e compadrio, formaram uma elite dentro das elites. As colocações do autor são de suma importância para se compreender o modelo social vigente em Pelotas quando da chegada de José Alvares. Também são consultados os autores Mário Osorio

Magalhães e Ester Gutierrez, que abordam a formação da cidade de Pelotas, nomeando os primeiros charqueadores e contemplando sua atuação.

Para a temática da imigração, entre fatores de atração e repulsão, sob a ótica do desejo de um país imaginário, que incluem a crise econômica de Portugal e o branqueamento da raça no Brasil, o trabalho recorre aos autores:

Sandra Jatahy Pesavento (2014), que fala sobre a expansão do capitalismo mundial, relacionando-o com a vinda dos imigrantes para o Brasil;

Jeffrey Lesser (2015), que aborda a mestiçagem em solo brasileiro como tendo alterado as cadeias do DNA europeu, africano, indígena, asiático, e trazido novas características ao “tipo brasileiro”, já mesclado pelas interfaces das experiências coloniais;

Hilário Franco Júnior (1998), que trabalha a questão do imaginário como sendo o centro das modelações sociais, sob o equilíbrio mantido entre os paradoxos das funções idealizadas e das realidades concretas;

Lilia Moritz Schwarcz (*In* Anderson, 2008), que fala das subjetividades sobre lembrar e esquecer como sendo uma prática eletiva associada a valores de interesse social;

Benedict Anderson (2008), que versa sobre a constituição de identidades comuns a partir do imaginário coletivo no qual as sociedades se pautam em sua formação;

Kenia Maia; e Maria Helena Navas Zamora (2018), que tratam das questões de etnicidade e das causas e consequências das misturas raciais, segundo os valores sociais da época;

Eulália Maria Lahmeyer Lobo (2000), que explica as causas das saídas imigrantistas de Portugal para o Brasil, analisando situações das duas sociedades;

Arthur Daltin Carrega (2019), que apresenta as propagandas do período, como meio eficaz de atrair imigrantes europeus, demonstrando a força da esperança das duas sociedades em sanar seus problemas sociais;

Ana Silvia Volpi Scott (2007), que traz estatísticas de nomes e números de imigrantes através de documentação primária como cartas, passaportes, etc.;

Maria Beatriz Nizza da Silva (1992), que aborda o tema da imigração exemplificando-o e analisando-o a partir de documentos oficiais que tramitaram entre governo brasileiro e famílias portuguesas dos engajados;

Alexandre Karsburg (*In Vendrame et al* 2015), que trata da questão da imigração a partir de um olhar micro analítico que percebe o indivíduo, suas causas e consequências ao imigrar;

Jorge Fernandes Alves (1993), cuja tese contempla as muitas faces da imigração, com análises completas sobre fatores de atração e repulsão, modelos de imigração, dados quantitativos e contextualização histórica referente aos *brasileiros de torna-viagem*. Sua abordagem pormenorizada contempla as motivações e implicações que os imigrantes tiveram para com as transferências, e seus respectivos impactos sociais;

A respeito dos *brasileiros de torna-viagem*, também, o autor Igor José de Renó Machado (2005), aborda questões de referências e simbologias na produção de eventos sociais promovidos por estes sujeitos entre mundos.

Para tratar da trajetória do sujeito investigado – José Alvares de Souza Soares – a pesquisa recorreu à Carmen Souza Soares Reis (2014), a partir da obra “*Souza Soares: a saga de uma família portuguesa no Brasil*”, que traz uma análise biográfica sobre o sujeito e uma investigação sobre sua genealogia.

Também foi considerada como instrumento-base para a investigação a publicação de José Delfim Brochado de Souza-Soares (1974), intitulada “*Apontamentos genealógicos das famílias Couto Alão, Souza-Soares e Sam Payo de Queirós*”, que forneceu à escrita dados familiares com informações precisas de datas e eventos de relevância social.

Além das análises bibliográficas, a pesquisa recorreu a fontes documentais, na sua maioria relativas a originais conservados por membros da família Souza Soares, descendentes do Visconde de Souza Soares, tanto do Brasil como de Portugal. Tal como a trajetória do sujeito, esses acervos documentais poderiam ser divididos em dois grandes momentos: documentação de origem brasileira – referente ao tempo em que José Alvares atuou no Brasil, fornecidos por sua bisneta, Leonor Almeida de Souza Soares; e documentação de origem portuguesa – referente ao seu regresso e

ao restante de sua vida passado em Portugal, fornecidos por seu neto, José António Ferraz de Andrade e Souza Soares.

A documentação de origem brasileira consta de:

- exemplares originais de “*O Novo Medico ou a Medicina Simplificada ao Alcance de Toda Gente*”, edições de 1937 e 1946;
- exemplares originais de “*Almanach da Família*”, edições de 1899; 1903; 1904 e 1918;
- original do “*Regulamento para os empregados do Estabelecimento Industrial-Pharmaceutico*”, de 1901;
- arquivo fotográfico do Estabelecimento Industrial-Pharmaceutico;
- Livro de Atas original da reabertura, em 1886, da Escola Popular Príncipe do Grão-Pará;
- originais e cópias de material promocional dos Específicos de Souza Soares; Peitoral de Cambará e Parque Pelotense;
- cópia do material promocional apresentando a Casa Souza Soares na Europa e no Brasil, de 1901;
- original do encarte apresentando a casa Souza Soares de Pelotas e do Porto, de 1907;
- original do formal de partilha do inventário por morte de José Alvares de Souza Soares e Joana Ramos de Souza Soares;
- originais e cópias dos impressos (*Diário de Pelotas, Correio Mercantil, Onze de Junho e Diário Popular*).

Também constam das investigações as buscas feitas nos acervos da Biblioteca Pública Pelotense, em especial, nos periódicos *Diario de Pelotas, Onze de Junho e Correio Mercantil*.

A documentação de origem portuguesa consta de:

- cartas originais trocadas entre José Alvares e de Maria de Assumpção;

- cartas originais enviadas por funcionários do Estabelecimento Industrial-Pharmaceutico à José Alvares, de 1896 a 1900;

- originais de impressos noticiando o casamento de José Alvares e Maria de Assumpção (*O Commercio de Penafiel; O Commercio do Porto; A Voz Publica, O Primeiro de Janeiro, Jornal de Notícias, e Flor do Tâmega*);

- arquivo fotográfico com originais e cópias de retratos do Visconde e da Viscondessa de Souza Soares, da casa de Santa Catarina e da casa de Santa Cruz;

- fotografias de pertences do Visconde de Souza Soares (acessórios, joias, prataria, etc.).

Para o desenvolvimento teórico-metodológico se buscou uma abordagem pormenorizada, pois, uma vez reduzida a escala analítica, as percepções da investigação aproximam-se da familiaridade que deve “garantir o domínio do objeto de análise” (Revel, 1998, p. 20).

Desse modo, com o olhar de investigação partindo dos eventos relacionados a José Alvares entende-se que, por meio de sua atuação na cidade de Pelotas e, posteriormente no norte de Portugal, ele constitua um sujeito excepcional/normal. O conceito de Edoardo Grendi (1977), aperfeiçoado por Carlo Ginzburg (1989), caracteriza o sujeito que dê conta de ser partícipe de um grupo, estando unido aos demais por semelhanças, podendo ser chamado de “indivíduo tipo” – pois ele próprio daria conta de representar o grupo – mas cujas singularidades o façam emergir para além dessa identidade coletiva.

Por essas questões, pensar no sujeito que, enquanto imigrante que se articula em busca de reconhecimento na sociedade de sua adoção, destaca-se socialmente desvinculado de outros imigrantes lusos, principalmente, em função de uma atuação inovadora, requer além do atributo de um sujeito excepcional/normal, um olhar investigativo que perceba sua trajetória.

O uso do termo “trajetória” comumente é usado por parecer uma opção mais segura e confortável, do que arriscar-se à expressão “biografia”, também, por esta última não ter tanto apoio do meio acadêmico (Karsburg *In Vendrame*, 2015). Por este parecer do autor, entende-se que é possível desafiar os processos mais confortáveis

e entender o método como uma biografia, porém, não em seu conceito primário de dar conta da vida do sujeito de seu nascimento à sua morte.

Conforme François Dosse (2009), o indivíduo que se destaca para além de ser considerado como “indivíduo tipo” ou “médio”, não é aquele que possa ser apartado do seu tecido social, de seu meio, nem é a pessoa que deva ser considerada como o *locus* de uma singularidade, mas é o sujeito que se torna como que o epicentro de conjunturas heterogêneas – o “jogo complexo de determinações múltiplas”. E é essa pluralidade proporcionada pela trajetória de José Alvares que vai confluir em um estudo biográfico.

O indivíduo, aqui investigado, tem seu percurso de vida transcrito a partir da biografia moderna, considerando este método de biografar como aquele que vai dar conta de um contexto minucioso e de proximidade com o sujeito, uma vez que adentra em particularidades e segredos de sua vida familiar (Dosse, 2009).

A escolha por uma escrita biográfica se dá na aproximação desse modelo à um contexto atual, menos cartesiano, onde tornam-se mais elásticas as possibilidades de observação do sujeito, com direito a recortes cronológicos com vistas a um determinado tópico de sua vida – no caso de José Alvares, um escopo temporal relacionado à sua representação social. Também essa forma de biografar, que parte de uma lógica inovadora sem a pretensão de dar conta de um discurso totalizante a respeito da vida do sujeito, permite declinar da imposição de ter que extrair da sua trajetória apenas seus feitos heroicos.

Nesse sentido, a autora Regina Abreu (1996), enfatiza que costumava-se construir imagens de homens públicos, apenas, considerando seus atos louváveis, pois, as imagens deveriam ser sempre favoráveis. Como uma forma de construir mitos, parecia que todo herói deveria ser biografado, ou melhor dizendo, todo o biografado deveria ser constituído em herói.

Ao sair dessas idealizações, compreende-se que a melhor forma de desconstruir o objeto investigado, podendo fragmentá-lo segundo a ótica de sua representação, corresponde a essa metodologia que, no entanto, não deixa de contemplar a relação do sujeito com o seu meio, alcançando distintos contextos históricos locais e globais. Seria inviável e impreciso tratar da representação social de José Alvares em um modelo biográfico que alinhasse a finitude da biografia à finitude

de sua vida, pois, há uma constante fora desses determinismos cronológicos – O anacronismo de se pensar modos e trajetórias dos imigrantes portugueses que retornam endinheirados à Portugal em período intermediário de suas vidas. Um recorte temporal que emerge com significados próprios e caracterizam tais sujeitos.

Ao percorrer os caminhos da temática central da pesquisa vê-se que, apesar de pouco se tratar desse assunto nas ciências sociais, conforme destaca Maria Beatriz Nizza da Silva (1992), alguns trabalhos refletem interesse e apoiam a investigação.

Partindo para as análises pormenorizadas, já enfocando a ocorrência social dos *brasileiros de torna-viagem*, o referencial de maior importância é a tese intitulada “Os ‘brasileiros’: emigração e retorno no Porto oitocentista”, de Jorge Fernandes Aves (1993) que, além da contextualização a respeito do fenômeno da imigração oitocentista em uma visão mais ampla, também, trata minuciosamente da questão dos *brasileiros de torna-viagem*. Conforme já foi dito, a escrita consta de um levantamento completo com dados estatísticos e exemplos de indivíduos que participaram do fenômeno dos deslocamentos. O autor contempla o perfil dos imigrantes em relação a gênero, idade, estado civil, nível de escolaridade, e o tipo de imigração a que se submeteram, além de avaliar as condicionantes sociais de Portugal e Brasil, no período, considerando a imigração de rapazes em idade de serviço militar, e demonstrando as implicações impostas às famílias. Identifica os *brasileiros*, bem como o tipo *abrasileirado* – um regressado remediado que não teria alcançado as virtudes de um *brasileiro*.

A respeito da trajetória de imigrantes lusos que retornaram a Portugal como *brasileiros*, alguns artigos são considerados. A pesquisadora Ana Pessoa (2011) escreveu “*De caixeiro a Barão: trajetória de um comerciante português no Rio de Janeiro oitocentista*”, que contempla a edificação adquirida por um imigrante luso de nome Bernardo Casimiro de Freitas, por volta de 1850, e que hoje abriga a sede do Museu Casa de Rui Barbosa, na cidade fluminense. A mesma edificação é contemplada por Miguel Monteiro (2007) em seu artigo “*O Museu da Emigração e os Brasileiros do Rio: o público e o privado na construção de modernidade em Portugal*”. O autor traz a interação transoceânica que os imigrantes lusos fizeram entre Brasil e Portugal, especialmente no regresso daqueles que, afortunados, receberam a alcunha de *brasileiro*.

Ana Pessoa, juntamente com Ana Lucia Santos (2019), publicou “*José Florêncio Soares: requinte e modernidade entre o Rio de Janeiro e Fafe*”, e ao abranger a trajetória desse *brasileiro* que fez fortuna com a imigração, investiga o sujeito que teve seu nome associado a projetos de benemerência que culminaram na construção de edificações que ligam, culturalmente, Brasil e Portugal. Como é o caso da Beneficência Portuguesa do Rio de Janeiro e do Hospital São José em Fafe. Através das análises da imagética, é possível identificar correspondências na linguagem arquitetônica, entrecruzamentos culturais e simbologias.

Contemplando o patrimônio edificado de José Alvares em Portugal, o livro de Paula Torres Peixoto (2013) sob o título de “*Palacetes de brasileiros no Porto (1850-1930): do estereótipo à realidade*”, traz uma breve abordagem sobre a trajetória do *brasileiro* Visconde de Souza Soares, e apresenta aspectos arquitetônicos da casa de Santa Catarina, de inícios do século XX e em seu estado atual.

Já a casa de Santa Cruz é apresentada pelos autores José Carlos Loureiro; Paula Torres Peixoto; e Patrícia Mota Santos (2017), na obra “*Conhecer para preservar. Casas de brasileiro (Norte e Centro de Portugal)*”. É exposta a condição de preservação do edifício antes de ter recebido intervenções de restauro. A casa está presente neste levantamento dos autores como exemplar de *casa de brasileiro* na região do Douro Litoral.

O artigo das autoras Dalila Müller; e Dalila Rosa Hallal (2023), intitulado “*Passeios e Viagens em Busca da Natureza: novas sociabilidades da elite pelotense no século XIX*”, apresenta a análise do Parque Pelotense visto como um refúgio ao ar livre, que privilegiava bons hábitos e proporcionava para a sociedade pelotense, da época, um lugar de passeios e lazer voltado à saúde e a higiene. As autoras referem-se à importância do lugar em um momento em que a sociedade temia as doenças infectocontagiosas como a tuberculose.

Desse modo, sob todas as condicionantes acima expostas, é possível desenvolver um arcabouço de ideias e argumentos que confluem para a resolução da problemática de pesquisa: o que caracteriza o sujeito entre mundos, imigrante português em Pelotas e Visconde de Souza Soares em Portugal, como um *brasileiro de torna-viagem*?

Para tanto, o trabalho objetiva:

- a partir das consultas bibliográficas, compreender o fenômeno da imigração oitocentista que (re)ligou Brasil e Portugal, observando as consequências geradas em ambos os países;

- considerando as alterações sociais provocadas pela onda imigratória, nas sociedades lusa e brasileira, mapear as redes de interfaces associadas aos sujeitos que regressaram aos locais de origem, especialmente, considerando a ocorrência dos *brasileiros*;

- por meio de uma abordagem biográfica, compreendida cronologicamente entre os anos de atuação social do sujeito, identificar os artifícios de representação por ele utilizados, tanto no sul do Brasil quanto no norte de Portugal;

- através das análises comparativas dos papéis sociais de imigrantes lusos em Pelotas, e de regressados em Portugal, avaliar e identificar semelhanças e potencialidades de distinção;

- reconhecer as ações sociais do sujeito, enquanto meios de promoção distintiva, e avaliar as conexões entre as redes de sociabilidade e de prestígio.

Desse modo, a tese desenvolve-se de um olhar macro analítico para um olhar micro analítico. Começando pela abrangência do tema da onda imigratória de meados do século XIX como um tema introdutor. Os capítulos se desenrolam em um viés cronológico, observando a trajetória vivida por José Alvares de Souza Soares e suas atuações no extremo sul do Brasil até chegar ao seu regresso a Portugal, sempre sobre a ótica da representação social.

O primeiro capítulo intitulado “**O fenômeno da imigração para o Brasil na segunda metade do século XIX e a imigração portuguesa**”, apresenta de forma abrangente esta movimentação transoceânica que envolveu os dois países. São expostos os fatores de atração e expulsão que geraram o fenômeno, desde a crise econômica em Portugal ao incentivo brasileiro para com a inserção de imigrantes europeus – brancos e morigerados – capazes de corroborar com as esperadas alterações sociais. Apresentam-se as análises dos modelos mais recorrentes de imigração, donde se identifica a imigração do sujeito investigado como sendo uma imigração independente. Assim, é apresentada ao final do capítulo a figura de José Alvares de Souza Soares e sua chegada ao Brasil.

O segundo capítulo chama-se **“Adentrar Pelotas: primeiros apelos de representação”**. Este segmento é elaborado para apresentar a cidade encontrada por José Alvares ao radicar-se nela, em relação à sua economia e arranjos sociais. Apresenta-se a formação de Pelotas com sua identidade lusa e, também, a formação das elites locais. É demonstrada a discussão acerca da identidade do sujeito, e sua pretensão de posicionamento social. O capítulo se encerra expondo a formação de sua família brasileira, a partir do casamento com Joana Ramos, discutindo relações ambíguas de interesse e proteção.

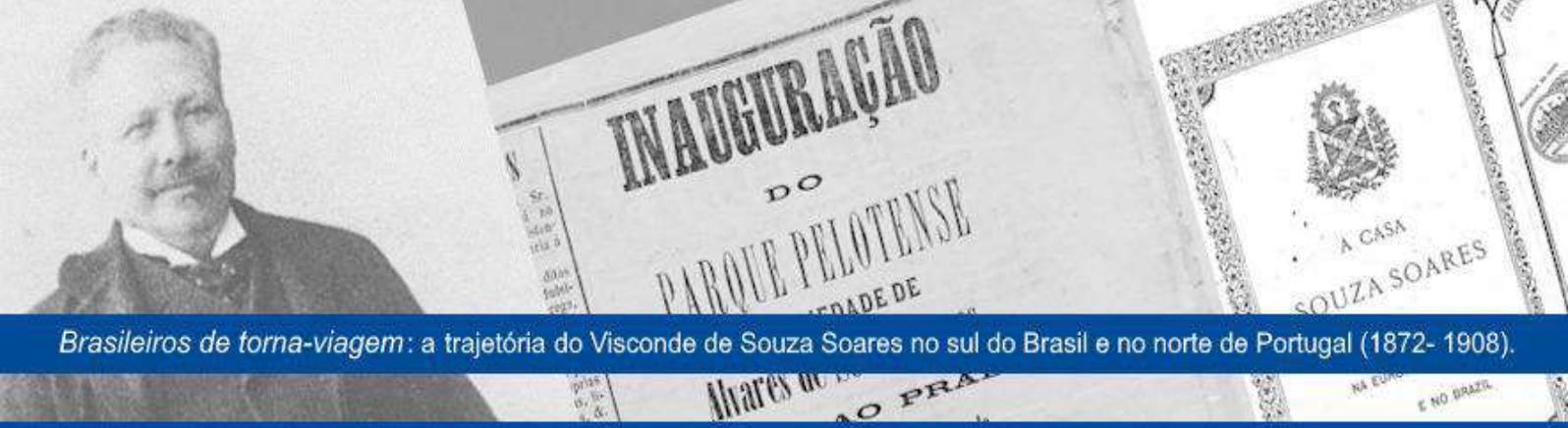
Para o terceiro capítulo intitulado **“Peitoral de Cambará: a árvore das patacas”**, fica reservado o protagonismo do produto comercializável, que rendeu a José Alvares de Souza Soares, dinheiro e notoriedade. Esta sessão é dedicada ao meio de atuação escolhido pelo sujeito – o ramo da medicina e farmacologia homeopáticas. Para tanto, se apresenta um breve estudo sobre a introdução da homeopatia no Brasil e seus inícios na região do extremo sul do país. Demonstrem-se os contributos sociais alcançados por José Alvares, em publicações de auxílio à população com princípios de uma medicina caseira. São apresentadas referências do volume de vendas do Peitoral de Cambará e outros preparos – *Específicos de Souza Soares*. O capítulo ainda contempla os meios de promoção desses produtos, segundo os veículos de comunicação da época.

O quarto capítulo é dedicado ao maior empreendimento de José Alvares de Souza Soares para Pelotas, e tem o título de **“A materialização de um imigrante bem-sucedido: o Parque Pelotense”**. Aqui são expostos, separados em subcapítulos, os elementos que compunham o Parque Pelotense. Em uma primeira demonstração é apresentado o parque como um todo, incluindo seus aspectos de similaridade à uma quinta portuguesa, nesse momento aparece o complexo do Estabelecimento Industrial-Pharmaceutico. Também, as subseções se encarregam de dar a conhecer: a Fábrica do Peitoral de Cambará, com seus inúmeros departamentos; a Escola Popular, a partir de sua fundação e sua contribuição social; a residência da família, que simbolizava um estatuto de riqueza perante a sociedade local; e por fim, a capela de Santa Luzia, cuja fundação movimentou a sociedade elitista católica da época.

A partir do quinto capítulo, intitulado **“Retornar para triunfar: a atestação de um legítimo ‘brasileiro’”**, começa a ser explorado o regresso de José Alvares de

Souza Soares a Portugal. O sujeito fez uma primeira viagem que é tratada, aqui, sob o olhar dos significados dessa movimentação – retorno às origens e disposições para um segundo matrimônio. São apresentados alguns artifícios simbólicos de representação como as cartas trocadas entre os noivos e a própria celebração do casamento. Nesta sessão é demonstrada a atestação pública de riqueza de José Álvares na comunidade de suas origens. Também é apresentada a discussão sobre as razões de seu retorno definitivo, considerando as conjunturas sociais e políticas de Brasil e de Portugal no período.

O sexto e último capítulo da tese tem o título de “**O viscondado: um fetiche de prestígio**”. O segmento da escrita que encerra a tese é reservado para tratar da manifestação da representação social do sujeito em seu apogeu. De volta à sociedade portuguesa, ele conquista o título de Visconde de Souza Soares e, a partir daí, a escrita lança o olhar sobre as vivências em proximidade com a realeza – suas dádivas e incumbências. São exploradas as manifestações de exibicionismo, por meio de símbolos iconográficos, como a coroa do viscondado encimando o Brasão de Armas, usado em vários referenciais – prataria, paredes, portões, etc. Esta sessão contempla um dos maiores elementos de distinção social usado pelos *brasileiros* – as casas de moradia. São apresentadas as casas de Santa Catarina e de Santa Cruz, segundo suas contextualizações históricas. O subcapítulo que finaliza a tese aponta para o desfecho do legado do Visconde de Souza Soares, tanto para a sociedade do norte de Portugal, como para a comunidade pelotense. São abordadas as questões da manutenção das memórias e a precariedade do patrimônio material e imaterial relacionados a trajetória do sujeito.



Brasileiros de torna-viagem: a trajetória do Visconde de Souza Soares no sul do Brasil e no norte de Portugal (1872- 1908).

# Capítulo 1



# 1 O fenômeno da imigração para o Brasil na segunda metade do século XIX e a imigração portuguesa

*Erguia a prece das naves  
Em que o amor a Deus se prova!  
Bendisse, então, esses filhos  
Que nas terras do Brasil  
Fazem renascer os brilhos  
Do que já era senil,  
Transformando o pátrio Berço  
O doce berço natal,  
Numa estrofe, um lindo verso  
A enaltecer Portugal!...*

*Jerónimo de Almeida<sup>3</sup>*

## 1.1 **Brazil: um paraíso imaginário**

Em meados do século XIX, especialmente da segunda metade deste ao começo da centúria seguinte, um fenômeno movimentou as águas do oceano Atlântico nas rotas entre Portugal e Brasil. As embarcações eram carregadas de gentes que se lançavam além-mar cumprindo a sina errante do nomadismo humano – a migração.

Dados numéricos sobre o movimento migratório para o Brasil da segunda metade do século XIX foram registrados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A estatística do porto do Rio de Janeiro mostra que em 14 anos, decorridos de 1865 a 1878, entraram 388.459 estrangeiros que pela maior parte do país se fixaram. Nessa corrente de população entraram os portugueses, pelo número de 179.623, e os alemães, pelo de 34.217, o que demonstrava a proporcionalidade dos elementos da nova população (Chaves, 2008, p.100).

Essas estatísticas refletem a construção de um ideal que tomou conta das sociedades lusa e brasileira. Para os portugueses significava o sonho: partir em busca do Eldorado, do paraíso, e poder colher as *patacas* como frutos abundantes numa terra exótica de roupagem tropical – o Brasil. Como melhor desfecho para a

---

<sup>3</sup> In COIMBRA, Artur Ferreira. *“Fafe, meu amor: textos e imagens sobre o concelho”* Fafe: Edição Câmara Municipal de Fafe, 2017, p. 167.

empreitada, alimentando o desejo dos lugares imaginários, estava a possibilidade de adquirir tamanha riqueza que fosse capaz de impressionar a família e a comunidade que haviam ficado para trás, com um retorno triunfante.

“O Brasil, assim, é representado como um espaço não concreto de transição social, como um ritual de passagem que acontece segundo uma ótica competitiva” (Machado, 2005, p. 54). Esses espaços não concretos são concebidos na mentalidade coletiva de uma sociedade em sofrimento que prefere, e precisa, imaginar um lugar onde possa viver bem, ou mesmo, refugiar-se.

Para Sandra Jatahy Pesavento (1995), a questão do imaginário tem sido tema central para historiadores nas discussões de fins do século XX.

O imaginário em uma sociedade, faz a ponte entre as realidades internas psíquicas – chamada pelos historiadores de “mentalidade” – e as realidades externas, concretas. Diferente da imaginação, que é considerada uma atividade psíquica, o imaginário não pode ser visto como um ato ingênuo e de pouca repercussão social, ao contrário, representa uma atividade coletiva de interferência direta nas realidades palpáveis: política, econômica, social e cultural (Franco Júnior, 1998).

Para Lilia Schwarcz, o ato de imaginar é seletivo, é dado a partir do esquecimento do que não se deseja lembrar, e abre caminho para o sonho, para o almejado. É como acreditar naquilo que se quer acreditar. Prefaciando o livro de Benedict Anderson, a autora diz que:

Imaginar é, como vimos, selecionar e obliterar, e é interessante pensar como, em meados do século XIX, em pleno Império, nos entendíamos como europeus ou no máximo indígenas (tupis de preferência), isso quando mais de 80% da população era constituída de negros e mestiços. Além disso, na representação oficial “esquecemos” a instituição escravocrata – espalhada por todo país – e exaltamos a natureza provedora dos trópicos, como se o país fosse feito basicamente da imagem de sua flora exuberante (Schwarcz *In* Anderson, 2008, p. 16).

Na observação do “imaginário” percebe-se que, este, é um ato presente em vários aspectos que envolvem o fenômeno migratório. Entre os fatores de atração e repulsão para aqueles que migram aparecem, sempre, questões subjetivas. Não se pode desconsiderar que as pessoas são mais do que sujeitos fazendo história. Os

protagonistas de suas trajetórias são movidos por desejos, anseios, revoltas, sonhos, onde a capacidade de imaginar tem, por vezes, a primazia. Sua história vai se dar nas consequências/rastros das suas ações. Entre os muitos motivos para abandonar as localidades de origem estão a guerra, a fome, a miséria, o desemprego. Desse modo, o refúgio imaginado contempla a outra face da problemática – no melhor dos paradoxos a sociedade imaginada é possuidora de recursos para sanar todas essas mazelas e ser um lugar de paz, comida farta, dinheiro, trabalho.

“Mais que inventadas, nações são ‘imaginadas’, no sentido de que fazem sentido para ‘alma’ e constituem objetos de desejos e projeções” (Schwarcz *In* Anderson, 2008, p. 16). Por este viés da autora, vê-se como é possível legitimar o imaginado “Brasil das Patacas”.

Imaginavam um futuro melhor aquelas famílias portuguesas de baixa renda, dependentes das políticas liberais, já no declínio do regime monárquico, que pressionavam os donos de pequenas propriedades agrícolas a lançarem seus filhos na travessia do Atlântico em busca das riquezas do paraíso tropical. Também, os próprios brasileiros imaginavam um novo Brasil, em que a chegada de imigrantes europeus promoveria o branqueamento da população, como se o passado dos cativos pudesse ser solapado e sobreposto por um novo capítulo de história, que por ser desejado, parecia mais vantajoso e promissor. “A ambição brasileira era tornar-se um país cada vez mais civilizado. Isso implicava a defesa do imigrante europeu como verdadeiro agente do processo de civilização” (Fernandes; Costa *In* Reznik, 2020, p. 81). Considerando-se inclusive, pelos próprios autores, a questão racial como a mais importante para o processo civilizatório.

O Brasil imaginário, que agradaria mais aos próprios brasileiros e atrairia os estrangeiros ia pautando-se, especialmente no período pós-escravidão, pelas ideias de um país livre e de natureza próspera, cujo convencimento coletivo alcançava dados reais de abertura aos imigrantes brancos.

Contudo, as autoras Kenia Maia e Maria Helena Zamora (2018), lembram que a questão racial, começada ainda em períodos pré medievos, representavam disputas entre os povos, pelo domínio territorial e político. A ideia de se conceber uma raça superior à outras estaria, portanto, arraigada à lógica humana e acompanhou o desenvolvimento das muitas civilizações a partir disso. Realidade visível em países

que se utilizaram de mão de obra africana em regime de escravidão, tendo sido o Brasil um dos últimos a abandonar essa modalidade. Pelo pensamento dominante do período pós-abolição, como consequência cultural viria a indesejável miscigenação, que comprometeria a “qualidade” da raça superior escolhida para dar identidade à nação. “A lógica racial está no cerne da busca pela identidade nacional, na fundação do Estado Republicano” (Maia; Zamora, 2018, p. 268).

O temor da miscigenação e do aumento do proletariado começara antes mesmo da libertação dos escravizados pela promulgação da Lei Áurea. A realidade das lutas constantes por que passava o Brasil, também, teria resultados onerosos ao equilíbrio social. Por ocasião da Guerra do Paraguai, por exemplo, os grandes proprietários de terra e de homens, libertaram muitos de seus cativos para ajuntarem-se às lutas como soldados. Não tendo o Estado como indenizar esses senhores, muitas vezes eram agraciados com títulos nobiliárquicos. Desse modo, a sociedade brasileira desenvolveu-se na dualidade desses favorecimentos.

[...] devido à guerra do Paraguai [...] a indenização que os proprietários de negros libertos deveriam receber do Estado (eram cerca de dois milhões de escravos) seria inviável para o país. De resto, essa mão de obra assegurava a atividade mais importante do país e havia o risco de os escravos, quando libertos, não trabalhariam mais nas fazendas (Maia; Zamora, 2018, p.271).

A problemática agravou-se mesmo em 1888, quando os negros recém libertos passaram a ocupar as periferias das cidades, sem dinheiro, sem moradia e sem trabalho, alojando-se em cortiços, e tendendo à promiscuidade (Lemos, 1978).

Assim sendo, a sociedade conservadora viu na corrente imigrantista, que promoveria o branqueamento da raça, a solução para sanar a mestiçagem. Segundo Jeffrey Lesser, muitas foram as razões para que a sociedade brasileira desejasse atrair os imigrantes europeus.

À medida que o Brasil passava de colônia de Portugal (1500-1822) a império independente (1822-1889), para em seguida se tornar república (de 1889 até o presente), uma série de processos levaram à criação de uma sociedade pluralista, com uma hierarquia racial que colocava a branquidão no topo e a negritude na base (Lesser, 2015, p. 38).

O autor diz que a ideologia do branqueamento norteou as políticas imigrantistas brasileiras modernas.

As elites sempre tentaram distinguir quem era branco e quem era negro, quem não era nem um nem outro, e quem era ambos. Os imigrantes fizeram o mesmo, percebendo que tinham algum grau de influência sobre sua própria situação na hierarquia racial (e, portanto, social e econômica). Parte da elite brasileira do século XIX, portanto, adotou uma nova filosofia política e cultural no que se dizia respeito à “raça”. O *branqueamento*, como eles diziam, significava que a população poderia ser fisicamente transformada, passando de negra a branca por meio da combinação de casamentos mistos e políticas de imigração. O “sangue” branco “forte” passaria a sobrepujar o dos não brancos “fracos”, e a lei impediria a entrada de raças “fracas”. Era comum que os imigrantes aceitassem e utilizassem essas categorias. Tornar-se “branco” era tão importante para os recém-chegados quanto o era para a elite nacional (Lesser, 2015, p. 41).

Dar fim à mestiçagem parecia, então, mais engenhoso do que abolir a própria escravidão. O aparente tecido social que começava a surgir da mescla racial e cultural ia delineando grupos sociais distintos. A saída foi objetivar o domínio de uma massa de “gentes brancas” que geneticamente iria remodelar a sociedade brasileira.

Mas até que ponto se pode considerar da mesma forma um país imaginário – sumariamente branco e cheio de oportunidades de trabalho, e um país histórico – miscigenado e socialmente desigual? Dado ao fomento subjetivo do primeiro, e as realidades do segundo. É preciso ter clara a ideia de que o imaginário, por vezes, vai se distanciar da realidade, mas se faz necessário para manter viva a chama das esperanças e expectativas para com o desconhecido. Fator, sem o qual teriam sido diminuídas muitas transferências e intercâmbios de pessoas e culturas – como as que ocorreram através do movimento migratório entre Brasil e Portugal, em diferentes momentos históricos.

Por vezes, “mutila-se e empobrece-se o conhecimento das sociedades ‘reais’ amputando-as do imaginário, que não é um simples reflexo deformado dessas sociedades, mas algo que mantém com elas relações interativas.” Um consenso coletivo é dado de forma a que uma comunidade possa almejar uma mesma solução para seus problemas, ainda que recorra a artifícios de significância específicos – no caso em questão, o branqueamento da raça. “O imaginário social tem, portanto, uma história que faz parte da história global das sociedades, mas com sua originalidade e sua especificidade” (Le Goff *In* Franco Jr., 1998, p. 07; 08).

O processo cultural na formação das sociedades locais, tem por base aparatos de representação, que muitas vezes se sobrepõem à realidade. Simbolismos que dão conta de conectar as comunidades em âmbito global.

Ou seja, a história que não esquece que toda experiência do real é percebida através de filtros sensoriais desenvolvidos e treinados culturalmente. A aparelhagem cultural de qualquer sociedade é uma construção semiológica que dá a seus membros a ilusão de captar a realidade. A própria sociedade é uma rede de significados, portanto um produto cultural (Franco Jr., 1998, p. 16).

A distinção social era pretendida por determinados indivíduos ou grupos – mais abastados e de “raça superior” – e imputada a outros que, em condições inferiores, seriam superados. Os desníveis sociais perpassavam, portanto, a discriminação étnico-racial. Além dos negros alforriados, o alto número de imigrantes portugueses que passaram a povoar os subúrbios das grandes cidades, foi o responsável por promover o aumento da mestiçagem e do proletariado do Brasil oitocentista.

“Em fins do século XIX, os portugueses muitas vezes eram descritos pelas elites e pelas massas ao mesmo tempo como brancos e não brancos, como brasileiros e estrangeiros” (Lesser, 2015, p. 150).

É perceptível como, até mesmo entre os compatriotas, havia uma relação de preconceitos e divisões sociais: “Eles eram europeus, mas frequentemente casavam-se com afro-brasileiras” (Lesser, 2015, p. 150). E mais do que isso, a questão de existirem grupos elitizados entre os próprios imigrantes, ao fim de um período de imigração, iria acabar por definir quais deles haviam atingido o sucesso na empreitada da travessia do Atlântico. Esse determinante, alcançou maior valor ainda para os que voltaram a Portugal, e lá foram distinguidos como: “*brasileiros*”, “*abrasileirados*”, ou simples “retornados”.

## 1.2 Alardear para atrair

Uma questão significativa que vai ao encontro das subjetividades que aguçaram o imaginário estrangeiro, foi a da propaganda – o chamariz para o Brasil.

Apesar da migração Portugal-Brasil ter começado ainda no século XVII, sem contar a experiência colonizadora, foi nos oitocentos que esta se intensificou.

Antes de se pensar na forte atração exercida do Brasil em relação a Portugal, é preciso considerar os fatores de repúdio que a própria conjuntura social portuguesa provocava na população. Segundo a pesquisadora Eulália Maria Lahmeyer Lobo (2000), Portugal vivia a introdução ao capitalismo no meio agrário, já na década de 1850. Com isso, o governo passava a modernizar o campo sendo priorizados os investimentos de tecnologia e mecanização para os processos agrícolas. O modelo da monarquia liberal vivido em Portugal recaía sobre o Brasil, acentuando a dívida externa, no aumento das exportações e remessas de poupança daqui para a Europa. A pesquisadora apresenta as estatísticas envolvendo as partidas de Portugal como reflexo dessa crise agrícola: “De 1866 a 1871, a média anual das partidas legais de emigrantes não chegava a 10.000 pessoas; de 1871 a finais da década de 80 elevava-se a 17.000 e em 1888 ultrapassava 20.000” (Lobo, 2000, p. 16).

Nesse viés, o autor Renó Machado relaciona o fluxo de saída do país europeu com a movimentação econômica do Brasil:

O ciclo migratório português pode ser visto através dos ciclos de expansão econômica no Brasil, dos subsídios do Estado brasileiro ao engajamento e dos movimentos de câmbio. A alta do câmbio brasileiro coincidia com subidas no fluxo migratório (Machado, 2005, p. 51).

É importante destacar, conforme já referenciado, que a falta de trabalhadores braçais, especialmente depois da abolição da escravatura, favorecia a imigração europeia. Nesse contexto, há o fomento brasileiro de latifundiários a comerciantes – ainda que com interesses distintos –, em atrair a mão de obra imigrante. E para mexer com o imaginário das famílias do outro lado do Atlântico, eram alardeadas propagandas sobre o Brasil.

A publicidade, funcionava como um atrativo aos estrangeiros, onde a imprensa teve um papel fundamental. Para além de cartazes que se espalhavam pelas cidades, as notícias veiculadas em jornais, se faziam um meio eficaz de divulgação sobre o assunto das viagens. Os periódicos abordavam temas como as instalações das embarcações, a comida servida a bordo etc. Em dado momento, quando os traslados

já eram feitos em barcos à vapor, houve progresso também na qualidade das viagens. As propagandas passavam a divulgar, então, a qualidade da recepção no país de destino, os alojamentos com comida farta e boa, e no caso do Brasil – até mesmo as vantagens do clima tropical. Por conta das companhias de navegação, eram elaborados panfletos com frases de efeito e chamamentos imperativos – uma prática que acompanhou o período mais intenso das movimentações migratórias do século XIX, e adentrou ao século XX.

Em princípio, até os anos 70, as viagens eram feitas em veleiros, e por vezes, dispendiosas. Sobre as acomodações para esse tipo de embarcação, havia muitas reclamatórias, especialmente em relação à alimentação. Também eram notificadas as sobrecargas, mesmo com regulamentos para isso. Chegou a haver dois tipos diferenciados de embarcações: uma de baixa qualidade – onde viajavam quase sempre a frete; e outra de melhor nível – “para os endinheirados e de posição social mais elevada.” Levava-se de 40 a 42 dias em alto mar, e os custos da travessia do Porto para o Rio de Janeiro “oscilavam entre 30 a 40\$000, às vezes um pouco menos, na casa dos 20\$000, conforme o lugar, a época e a situação do mercado” (Alves, 1993, p. 283).

Contava-se com todo o tipo de passageiro, mas era interessante atrair um público seletivo – provavelmente os que corresponderiam a uma imigração independente, buscando uma boa colocação social no país para o qual se dirigiam.

*As barcas Rápida, Fé e Temerária procuravam atrair este último público, por isso o respectivo proprietário colocava longos anúncios nos jornais, tornando público o regulamento de bordo, os cuidados com os alimentos e alojamento e até anunciava a ementa (Alves, 1993, p. 283).*

Essa realidade das travessias em veleiros mudou quando da chegada dos vapores. As viagens tornaram-se um pouco mais rápidas, seguras e confortáveis, no entanto, com preços mais elevados. A grande novidade, contudo, estava no trajeto. Os primeiros, tinham sua saída da barra do Douro que, segundo Jorge Alves (1993), correspondia a parte mais perigosa da jornada. Já os vapores ofereciam outro ponto de partida.

A vitória do vapor vai ser, porém, a derrota da barra do Douro. Em 1850, a *Royal Mail Steam Packet* anunciava viagens luxuosas nos seus vapores que saíam de Southampton a 9 de cada mês e passavam em Lisboa a 13, em carreiras que passavam pela Madeira, Tenerife, Pernambuco, Baía, Rio de Janeiro, Montevideu e Buenos Aires, a preços exorbitantes: para o Rio de Janeiro variavam, para a 1ª câmara, entre 279\$080 (lugar só) e 189\$000 (acompanhado), e para a 2ª câmara entre 211\$500 (só) e 135\$000 (acompanhado). Havia, porém, a hipótese de um número limitado de artistas ou emigrados ser conduzido para o Brasil, sustentado conforme a tripulação, trazendo cada um a sua própria cama e roupa, por 90\$000121. Preços que representavam cerca do triplo em relação aos praticados nos veleiros (Alves, 1993, p. 285).

Por esses exemplos, vê-se o quanto a imprensa se fazia o maior meio de comunicação que auxiliava e ampliava as redes, de forma localizada, atingindo um determinado público enquanto promovia, ainda que como um benefício secundário, o intercâmbio de gentes e culturas em âmbito global. Nesse sentido, o autor Benedict Anderson (2008) referencia o poder da escrita, sobretudo da imprensa, como forma de alavancar e sedimentar a comunicação entre sociedades. Ele justifica que a imprensa traz a trajetória modelada dos fatos, assim, pelas gerações ideias são passadas até que possam ser questionadas. E voltando ao poder do imaginário, o autor diz que sem ele, não teriam sido construídos nenhum dos conceitos de nação por mais absolutistas e realistas que pudessem parecer.

Na medida em que eram aumentados e melhorados os meios de transporte, também evoluía a forma de comunicar:

Os pequenos anúncios de 5 linhas dos veleiros a anunciarem a sua saída do Douro ainda perduram nos anos setenta, mas a supremacia neste espaço específico das folhas de imprensa já é dominada pelos vapores, cujos anúncios ocupam maior espaço e são mais explícitos, numa já clara concorrência entre as diversas linhas transatlânticas, a tocarem diversos portos: são, por exemplo, a *Royal Mail Steam Packet C.*, a *C. Lloyd de Bremen*, a *C. Messageries Maritimes*, a *C. Chargeurs Reunis*, a *Red Cross Line of Steamers*, entre outras (Alves, 1993, p. 285).

O valor atrativo da imagética também funcionava eficazmente para os impressos. Era comum que, ao final do século XIX e início do XX, os cartazes de propaganda imigrantista, ilustrados e coloridos, prendessem a atenção do público. Estes, além de desenhos que representavam as embarcações, também faziam o chamamento com frases de efeito, e anunciavam os roteiros (Figura 1).

Figura 1– Anúncios da Royal Mail Steam Packet



Fontes: picclick.co.uk (à esquerda) <sup>4</sup>; catalogue.swanngalleries.com (à direita) <sup>5</sup>.

Contudo, havia a preocupação de supervisionar esses aparatos promocionais, salvaguardando o bom êxito do movimento migratório para o país. O pesquisador Arthur Daltin Carrega (2019) aponta para as propagandas da imigração para o Brasil, no século XIX, a partir da Sociedade Central de Imigração – SCI. O órgão funcionou de 1883 a 1891, e tinha a responsabilidade de publicar artigos e notas que abordassem o tema da imigração discutindo, entre outros, os próprios aspectos das propagandas, em um boletim oficial da entidade chamado *A Imigração*.

Mais que uma mera proposta estrutural, a ideia da SCI partia do pressuposto de que os imigrantes serviriam aos interesses do Brasil como nação em formação, pois possuíam características peculiares do ambiente europeu,

<sup>4</sup> Cartaz da *Royal Mail Steam Packet*, que anunciava viagem partindo de Southampton/Inglaterra com destino a Vigo, Lisboa, Tenerife, Brasil, Montevideo e Buenos Aires. S/D. Disponível em: <https://picclick.co.uk/Royal-Mail-Steam-Packet>. Acessado em 23/09/2023.

<sup>5</sup> “Designer desconhecido da *Royal Mail/Steam Packet Company*. Por volta de 1900. Publicitando o serviço Royal Mail entre Espanha, Brasil e Argentina, este cartaz apresenta um encarte com a bilheteria da empresa em Vigo, na costa noroeste da Espanha, e um lindo panorama do Rio de Janeiro”. Disponível em: <https://catalogue.swanngalleries.com>. Acessado em 23/09/2023.

como o trabalho morigerado e dedicado, que seriam assimilados pela população local. Nesse sentido a instituição tinha uma proposta simbiótica, na qual acreditavam que o Império ajudaria os lavradores estrangeiros na mesma medida em que seria ajudado pela sua cultura (Carrega, 2019, p. 157).

Desfazendo algum possível mito de que, no anseio em atrair a imigração europeia, o Brasil forjasse todo tipo de propaganda ilusória vendendo as vantagens de um país tropical de dinheiro fácil, a SCI se preocupava em apurar a veracidade dos fatos. Tal precaução buscava evitar que a entidade fosse difamada ou sofresse acusações por parte, até mesmo, de outros países que também se interessavam pela imigração, conforme é demonstrado no trecho que encerra o artigo intitulado “*A melhor propaganda*”:

*“Prezamos a propaganda que se effectuar por este e por outros meios, leaes e sinceros. Para attrahir immigrants não é necessário inspirarlhes esperanças illusorias nem estabelecer parallelos odiosos a outras regiões empenhadas, como nós, na obra do povoamento. Tornando bem conhecidas, por trabalho activo e perseverante, as condições da immigração no Brazil, não teremos de temer por este lado nenhuma concurrencia”.*<sup>6</sup>

É possível pensar a propaganda imigrantista como um veículo de comunicação duplamente facetado: de um lado servia para tentar convencer os estadistas e latifundiários brasileiros a aceitarem os imigrantes como partícipes da sociedade e, de outro, buscava atrair esses estrangeiros divulgando as vantagens de enriquecimento que iriam encontrar no Brasil. Desse modo, as propagandas visavam “transformar as mentalidades internas e externas sobre o Brasil” (Carrega, 2019, p. 168).

Cabe enfatizar que, ainda que as propagandas fossem capazes de atrair muitos estrangeiros para o Brasil, o maior chamariz de gentes se deu a partir de atestações práticas – tanto pelo retorno triunfante daqueles que haviam enriquecido além-mar, como nas próprias remessas de dinheiro que faziam do Brasil para Portugal, antes de

---

<sup>6</sup> Trecho do artigo intitulado “*A melhor propaganda*” publicado no periódico “*A Imigração*”, de 1889. In CARREGA, Arthur Daltin. “*As propagandas imigrantistas do Brasil no século XIX: o caso da Sociedade Central de Imigração*”. Patrimônio e Memória. Assis, SP, v. 15, n. 2, p. 157-171, julho-dezembro de 2019, p. 163.

seu retorno definitivo. Foram esses os fatores responsáveis pelo “*bum*” migratório na segunda metade do século XIX.

Conforme será tratado mais adiante, a presença dos *brasileiros* em Portugal, alterou significativamente as realidades sociais das localidades onde se fixaram. Mais uma vez o imaginário sobre a imigração ganhava corpo e até mesmo evidências.

“O Brasil era o espaço mais fértil para o imaginário português no século XIX e início do século XX, e parte da responsabilidade de construção dessa imagem se deve ao personagem do ‘*brasileiro*’” (Alves *Apud* Machado, 2005, p. 50). Contudo não se pode obliterar o fato de que, apesar de vários indivíduos terem comprovado o sucesso da jornada, tal fenômeno acabou funcionando, para muitos, como iscas mortais. De acordo com o assunto que será abordado mais à frente – a problemática dos que não alcançaram sucesso.

### **1.3 Imigrantes portugueses: campo ou cidade**

#### **1.3.1 Do campo ao campo**

Existiram, praticamente, duas vertentes do movimento migratório em questão: o engajamento e a imigração particular.

A imigração por engajamento se deu logo após o regime escravista, e é correspondente a trabalhadores rurais de Portugal, que eram chamados por contrato de serviço a fim de substituir a mão de obra cativa nas fazendas brasileiras, configurando uma prática sem possibilidades de enriquecimento – uma trajetória vivida do “campo ao campo”.

É possível citar uma experiência ocorrida em um período ainda antes da abolição da escravatura, e que iria apontar para o modelo de trabalho rural livre e assalariado, como alternativa para atender a produtividade agrícola – longe da perspectiva do enriquecimento, mas com a assertividade da subsistência assistida. É o caso analisado pela pesquisadora Ana Silvia Volpi Scott (2007) a respeito do Comendador João Eliziário Montenegro e dos imigrantes da vila e concelho de Lousã, no distrito de Coimbra, região central de Portugal. Montenegro, que havia emigrado, aos 18 anos, na década de 40 como caixeiro viajante, teve tamanha prosperidade que chegou a ser chamado de “o rei dos viajantes” (Martins, 1999, *In* Scott, 2007, p. 120). Desse modo, pôde investir em uma propriedade que batizou como Nova Lousã. Os

imigrantes que comporiam o quadro de trabalhadores nessas terras vieram de Lousã/Portugal, entre os anos de 1867 e 1875. A autora diz que esta foi uma “tentativa singular” nesse campo de desenvolvimento.

Após ser extinta a escravidão no Brasil, como já tratado, a inserção de trabalhadores europeus foi vista como solução para atender as demandas sociais que o país apresentava.

Nas fontes pesquisadas pela autora Nizza da Silva (1992), aparecem os ofícios que davam conta de estabelecer um regramento para o modo de vida dos engajados. O documento identificado como “Número 2”, é dedicado às “Instruções para engajamento de colonos em Portugal”. Nele, Antônio Clemente Pinto – Barão de Nova Friburgo – expõe os determinantes para continuar engajando, em Portugal, trabalhadores para atuar em suas fazendas nos municípios de Cantagalo, São Fidélis e Nova Friburgo, na Província do Rio de Janeiro, Império do Brasil.

Por este documento ficava determinado o perfil desejado para os trabalhadores: rapazes sadios, de boa família, morigerados, entre 14 e 18 anos. Era assegurado o adiantamento em dinheiro para as despesas da viagem, incluindo os passaportes. As especificações detalhadas sobre as condições de acolhimento e trabalho desse engajamento, parecem ter sido elaboradas para consolar as mães que entregavam seus filhos em tenra idade à travessia do Atlântico, sem ter a certeza do reencontro. São descritas a quantidade e o tipo de roupas de vestir e de cama e os alimentos oferecidos nas refeições, frisando que estas, seriam servidas generosamente. Nem mesmo a questão devocional da religião da família é esquecida. Em seu conteúdo, também, transparecem preocupações de cunho sentimentalista a respeito do bem-estar dos candidatos à imigração por contrato, ao menos, pelo interesse de convencimento destes.

*“[...] Logo que chegarem à fazenda lhes será dada uma cama que se comporá de um colchão, dois lençóis, um cobertor e travesseiro, e a cada colono se lhe entregará anualmente três pares de calças brancas, e três camisas, tudo de algodão, dois pares de calçados (sapatos ou tamancos) e um chapéu de palha. [...] Nas suas moléstias serão tratados com caridade, e todo remédio e sustento que o médico prescrever, lhes será dado durante o tempo da moléstia por comprida que seja[...]. Tomarão café com pão de milho [...] almoço de feijão adubado com toucinho e pão de milho, ou angu de milho [...] jantar de feijão adubado com toucinho, carne ou bacalhau ensopado, ou arroz, ou ervas, ou batatas, ou inhames, ou abóbora, ou mandioca [...] toda*

*essa comida será com asseio e abundância até satisfazer. [...] Se se molharem no serviço (o que raras vezes pode acontecer, porque sempre tem ao pé do serviço uma barraca de campanha para se abrigarem da chuva e do sol quando comem) tomarão aguardente ou café; em todos os casos serão tratados com amor e filantropia. Nas faltas serão repreendidos com conselhos paternais [...] Todos os anos por desobriga virá à fazenda um padre para com ele se confessarem e comungarem”.*<sup>7</sup>

A princípio, o engajamento parecia ser um recurso favorável para ambos os lados da imigração, contudo, houve o descontentamento por parte dos próprios portugueses já estabelecidos no Brasil, por conta do assistencialismo prestado aos imigrantes engajados<sup>8</sup>. Conforme um dos relatórios de uma das associações filantrópicas lusas – a Caixa de Socorros D. Pedro V, de 1863:

*“Quase dois terços das pessoas socorridas pela nossa associação vieram para este país engajados, e foram estas que se apresentaram à diretoria no estado mais precário de saúde e em extrema pobreza, o que cada vez mais nos convence que os engajamentos que se tem feito em Portugal tem sido prejudicialíssimos aos nossos compatriotas”* (Silva, apud, Silva, 1992, p. 03).

Ainda assim as transferências eram feitas em grande escala, e o fenômeno acabou por gerar um contingente de pessoas que o campo não foi capaz de absorver, ocasionando o êxodo rural em direção às urbes.

Em relação à superpopulação de imigrantes nas fazendas, apontavam-se duas saídas para a problemática: “transformar a imigração em um empreendimento governamental”, pois, desse modo os estados mais ricos poderiam atrair os imigrantes oferecendo maiores vantagens para estes; e “fundar novas colônias na proximidade

---

<sup>7</sup> *Apologia perante o governo de Sua Majestade Fidelíssima apresentada por João Batista Moreira, Barão de Moreira (...) cônsul geral de Portugal na Corte do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Tipografia Universal de Laemmert, 1862, p. 126-7. In SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “*Documentos para a história da imigração portuguesa no Brasil (1850-1938)*”. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas e Luso-brasileiras, 1992.

<sup>8</sup> Na década de 80 do século XIX, o governo da Província de São Paulo passou a dar uma ajuda mais consistente para os imigrantes que vinham destinados à atividade agrícola. O auxílio era prestado para as despesas de viagem até o porto de Santos e depois para o interior da Província. A ajuda por parte do estado de São Paulo foi, ainda, ampliada no século XX, em relação ao transporte imigrante. In SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “*Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil (1850-1938)*”. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas e Luso-brasileiras, 1992.

das antigas colônias centro-europeias do Sul do Brasil”. Segundo o pesquisador Jeffrey Lesser, a formação dessas colônias foi sugerida pelos próprios criadores da SCI. Para ele, Karl von Koseritz, deputado federal pelo Rio Grande do Sul; Hermann Blumenau, fundador da colônia catarinense que levou seu nome; e Hugo Grüber, “jornalista e colonizador fracassado” – [...] “tinham certeza de que o futuro estava no Novo Mundo, e que o futuro do Brasil dependia da chegada de europeus”. Sendo assim, a SCI foi uma entidade que prestou serviço singular ao movimento imigrante no Brasil. As tarefas da instituição não ficavam restritas a elaboração de regimentos e propagandas, uma vez que era apresentada, a intenção de “usar as colônias imigrantes para a modernização do Brasil” (Lesser, 2015, p. 106).

Por essas premissas, em 1880, foram encaminhados para a região sul, grande leva de imigrantes – não só portugueses, como italianos e alemães, entre outras nacionalidades. Sendo que alguns destes ainda ocuparam São Paulo, Rio de Janeiro, e Minas Gerais, enquanto trabalhadores rurais subsidiados. As volumosas colônias sulistas acomodavam os estrangeiros custeando suas viagens e consignando glebas de terra ao trabalho laboral por um período pré-determinado (Lesser, 2015, p. 105). Diferenciando-se, assim, da imigração feita de modo particular ou independente.

### **1.3.2 A imigração independente**

A imigração independente é relativa a um modelo mais refinado das transferências, em que os sujeitos eram melhor posicionados na sociedade brasileira, chegando a protagonizar bons negócios e bons casamentos. Para esses indivíduos, muitas vezes, havia um investimento familiar que custeava a viagem (Alves, 1993).

Algumas disposições vão dar conta de estatísticas sobre valores qualitativos e quantitativos, a respeito desse modelo de imigração. Tais dados referem-se a: idades de partida, equiparação entre homens e mulheres, relações familiares, casamentos, níveis de alfabetização, entre outros.

Em relação a uma diferenciação por gênero é sabido que na grande maioria das culturas, desde toda organização social – o homem é votado ao trabalho laboral externo, enquanto a mulher atende as necessidades dos trabalhos internos, especialmente, na criação dos filhos. Sendo assim, na centralidade do processo

migratório a percentagem masculina sobrepõe-se à feminina. Os homens casados que imigravam de forma particular, passado algum tempo, quando já se sentiam em condições de sustentar a família no Brasil, enviavam correspondências às suas esposas exortando-as à imigração. Deve-se ter em conta que, nas estatísticas – que tiveram por base as verificações de passaportes<sup>9</sup> –, estão presentes os casos das mulheres que acompanhavam os maridos, bem como os das filhas menores de idade que viajavam com a família. Há um indicativo de menor número de mulheres solteiras que faziam a viagem desacompanhadas.<sup>10</sup>

Até 1851, isto é, até ao momento da primeira explosão migratória que se relaciona com o início da prática de engajamento no Porto, a emigração feminina raramente chegou às 100 unidades, ficando-se pelos 3 a 5% da emigração total, mostrando que não se inseria no modelo da emigração tradicional. A partir daquela data, dá um salto para o dobro, atingindo o apogeu em 1855, com 779 mulheres a embarcarem, representando 10% do fluxo. Há depois uma fase de decréscimo quantitativo, mas a participação relativa oscila quase sempre em torno dos 10%. No final dos anos 70, esta participação volta a subir gradual mas decisivamente, de forma que, a partir de 1889, já se situa no nível dos 20%. Na década final, a emigração feminina do Porto flui na casa do milhar, tendo atingido o total de 1922 mulheres no ano de 1891, embora o número relativo mais elevado seja o de 1896 com 30% (Alves, 1993, p. 211).

O contingente masculino dominava o cenário das transferências para o Brasil, não somente de homens casados, mas de um significativo número de rapazes solteiros, acompanhando os picos das ondas migratórias<sup>11</sup>. Conforme mencionado, um aspecto importante da imigração lusa para o Brasil, passou a permear os moldes da elite brasileira, e posteriormente, da sociedade portuguesa – a consolidação da

---

<sup>9</sup> Dados obtidos através dos passaportes emitidos pelo Governo Civil do Porto no século passado: são, na totalidade 122081 registos (referenciando um total de 137603 indivíduos), correspondentes aos passaportes emitidos entre os anos 1836-1879 e nos de 1889 e 1899. In ALVES, Jorge Fernandes. “Os ‘brasileiros’ emigração e retorno no Porto oitocentista”. 1993. Dissertação. (Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras). Universidade do Porto. O autor apresenta trechos das cartas enviadas pelos emigrados às suas esposas em Portugal.

<sup>10</sup> Sobre essa questão ver mais In ALVES, Jorge Fernandes. “Os ‘brasileiros’ emigração e retorno no Porto oitocentista”. 1993. Dissertação. (Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras). Universidade do Porto.

<sup>11</sup> Sobre valores numéricos e dados estatísticos ver mais In ALVES, Jorge Fernandes. “Os ‘brasileiros’ emigração e retorno no Porto oitocentista”. 1993. Dissertação. (Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras). Universidade do Porto.

prática de casamentos arranjados entre os jovens das duas nacionalidades – um negócio lucrativo para as famílias dos dois lados do Atlântico.

A certa altura, em Portugal eram selecionados jovens de boa aparência e com algum grau de instrução: deveriam saber ler e escrever e reconhecer as quatro operações matemáticas básicas.

Sobre a questão da faixa etária de maior incidência para a imigração, aparecem os indivíduos entre os 13 e 18 anos de idade.

[...] emigrante mais frequente é o de 13-14 anos. Com efeito, em poucas alturas a moda se afasta destes números, e quando isso acontece é, normalmente para números pouco superiores - 16, 17, 18 anos são moda em alguns anos da década de 40 e 50. No final da década de 70 (1878- 79), salta para depois dos 20 anos (Alves, 1993, p. 221).

Estes jovens preparavam-se para o trabalho e, se possível, para o casamento com as herdeiras das famílias previamente arranjadas. Na maioria das vezes, vinham para dedicar-se às pequenas indústrias e estabelecimentos rurais e urbanos de propriedade de seus futuros sogros. Habilidosos para atividade do comércio, estes portugueses tinham a oportunidade de progredir. Uma vez tendo ocupado os postos de trabalho nas urbes brasileiras, os imigrantes dominaram redes sociais de apoio mútuo e formação de elites. Segundo Jeffrey Lesser (2015, p. 147) “Se os italianos nos ensinam sobre a vida imigrante no campo, os portugueses que vieram para o Brasil nos ensinam sobre a imigração urbana”. Para todo esse engendramento social, destaca-se a presença de uma personagem que favorecia o desempenho e a boa colocação social dos imigrantes, enquanto buscava o enriquecimento próprio – o caixeiro viajante.

O caixeiro viajante, era aquele que “negociava” a vida do imigrante desde a sua seleção entre as famílias portuguesas até a sua colocação nas novas relações familiares e de trabalho, no Brasil. Esse tipo de imigrante enriqueceu e foi favorecido pela prática desse agenciamento<sup>12</sup> (Pessoa, 2011). Cabe lembrar que a caixeiragem

---

<sup>12</sup> A pesquisadora Ana Pessoa enfatiza a presença do caixeiro no artigo intitulado “*De caixeiro a barão: trajetória de um comerciante português no Rio de Janeiro oitocentista*”, que trata da trajetória do brasileiro de torna-viagem Bernardo Casimiro de Freitas. A autora também pontua que “caixeiro foi tema não só da conhecida comédia ‘O caixeiro da taverna’, de Martins Pena; houve outras seis peças registradas no Conservatório Dramático Brasileiro, entre 1852 e 1857, tendo o caixeiro como personagem central”. In PESSOA, Ana. “*De caixeiro a Barão: trajetória de um comerciante português*”

já era uma prática exercida desde o período colonial, onde comerciantes portugueses que viviam no Brasil, mandavam vir de Portugal parentes, amigos ou recomendados, para tratar das transações comerciais entre a Colônia e o Reino (Alves, 1993). A prática ganhou força no século XVIII e consolidou-se no século seguinte<sup>13</sup>.

A imigração independente levou muitos portugueses a um estágio de progresso que permitiu que, ao longo do tempo de permanência no Brasil, conquistassem dinheiro e posição social. Estes, formaram uma camada elitista dentro de um círculo social distinto, valendo-se da valorização da identidade lusa. Tal distinção é observada nas instituições por eles criadas. Essas entidades destinavam-se ao apoio mutualista e poderiam ser de cunho político, cultural, comercial, social ou hospitalar. Na diferenciação entre as posições sociais ocupadas pelos lusos, aqueles de maior poder financeiro e, portanto, maior representação, responsabilizavam-se pelos indivíduos de menor influência.

De um lado havia os comerciantes e proprietários ricos, ligados ao sistema político, e que fundaram organizações étnicas de grande influência. Algumas dessas instituições, como o Real Gabinete Português, fundado em 1837, e a Beneficência Portuguesa, fundada em 1840 [ambas no Rio de Janeiro], diziam falar em nome de todos os luso-brasileiros, e muitas vezes faziam campanha por determinados candidatos ou apoiavam determinadas linhas políticas. [...] A maioria dos imigrantes, entretanto, era formada de pequenos comerciantes, caixeiros e operários industriais. Eles entendiam as vantagens da solidariedade étnica, e, portanto, deixavam que os portugueses mais abastados falassem por eles na esfera pública (Lesser, 2015, p. 149, grifo próprio).

Na observação da discriminação social dentre os imigrantes, vê-se que os que vieram por uma imigração particular objetivaram casamentos entre as elites

---

*no Rio de Janeiro oitocentista*". Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, v. 5, p. 97-112, 2011.

<sup>13</sup> Sobre a presença de caixeiros no século XVIII, a autora Maria de Deus Beites Manso, apresenta um estudo de caso sobre um caixeiro, vindo de Braga, que se casou com uma viúva no Brasil, e depois voltou para o Porto, como um homem rico – homem de negócios – e antes de seu regresso, deixou a mulher em uma clausura no Brasil. In *"Mujeres en el Brasil Colonial: El caso del Recogimiento de la Santa Casa de la Misericordia de Bahia através de la Depositada Teresa de Jesus"*, *Historias compartidas. Religiosidad y reclusion femenina en Espanha, Portugal y América. Siglos XV-XIX*, Lopes, Rosalva Loreto e Viforcós, Maria Isabel (coord.), Ed. Universidad de Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, Un. de Leon e México, 2007, pp. 339-366.

brasileiras, ou mesmo luso-brasileiras, ficando a ocorrência da miscigenação por conta daqueles que estavam à margem da primeira sociedade.

Para além dessas elocubrações que permitem traçar o perfil do imigrante independente, há a constatação de que foram estes que obtiveram sucesso para com a imigração. E por “sucesso” entende-se, não apenas chegar às condições de bem-estar, mas alcançar poder de enriquecimento. É dessa parcela de imigrantes que emergiram aqueles que ao retornar às origens, puderam reforçar a sua imagem pública, em Portugal, a partir da alcunha de *brasileiros de torna-viagem*.

Também foram esses indivíduos que tiveram capacidade de ajuntar dinheiro para as remessas enviadas aos familiares em Portugal, lembrando que este foi o grande incentivo para a imigração, juntamente com os apelos publicitários. Comparados a outros imigrantes, os portugueses foram os que mantiveram níveis altos de envios de dinheiro, mesmo com a diminuição do fluxo migratório<sup>14</sup>. “Além disso os imigrantes tendiam a ser homens jovens e solteiros que não tinham família para sustentar no Brasil podendo, assim, economizar mais para as remessas” (Lesser, 2015, p. 149).

E mais do que isso, a questão de existirem grupos elitizados entre os próprios imigrantes apontava, outrossim, para aqueles que haviam atingido o bom êxito com a imigração. Esse determinante ganhou maior força no regresso à sociedade portuguesa, onde viveram com distinções sociais.

#### **1.4 Por uma imigração independente: a viagem de José Delfim**

Em um olhar micro analítico, pensar o fenômeno migratório a partir do sujeito investigado, aponta para as trajetórias de muitos outros imigrantes que partilharam da mesma contextualização histórica, revelando fatores de atração e repulsão responsáveis por esses movimentos.

[...] a vida, seja ela de quem for, é marcada por indeterminismos resultantes de situações políticas, econômicas, religiosas, comunitárias, etc. que fogem

---

<sup>14</sup> Informação a partir de um estudo feito para o *Journal of Economic History*. In LESSER, Jeffrey. “A invenção da brasilidade. identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração”. São Paulo. Editora Unesp, 2015, p. 149.

ao controle pessoal, mas é com base nessas situações que eles, sujeitos históricos, devem fazer suas escolhas” (Karsburg, *In Vendrame et al* 2015, p. 33).

A imigração de José Delfim endossa as características da imigração particular, através de determinantes como: gênero, período, faixa etária, nível de instrução, situação familiar etc. O jovem de 16 anos de idade cruzou o Atlântico pela primeira vez no ano de 1862, dentro do período em que o trânsito oceânico na direção Portugal-Brasil se fazia com grande intensidade. “[...] dos 4 milhares de saídas anuais de portugueses nos meados da década de 1860 saltara-se já para os 10 milhares em 1871” (Alves *In* Roel; Lopo, 2002, p. 07). Era alfabetizado e seu pai fora médico. Como a família era numerosa, em momentos diferentes, ele, o irmão, duas de suas irmãs, e alguns primos, acabaram imigrando para o Brasil em busca de melhores condições de vida.

José Delfim Soares de Queirós – nome de batismo do futuro Visconde de Souza Soares<sup>15</sup> – foi o oitavo filho do casal português Maria José Mesquita de Queirós e Dr. José Alvares de Souza Soares – ela farmacêutica e ele médico. José Delfim nasceu no dia 24 de fevereiro de 1846 na localidade de Covilhã, em Vairão, Vila do Conde, tendo como irmãos, com as referidas datas de nascimento: Maria Isabel (29/11/1829); Mariana (23/06/1833); Maria Antonia (29/11/1834); Maria da Purificação (22/01/1837); Antonio Pedro (04/04/1839); Lucrécia Leonina (16/08/1841); e Ana do Carmo (10/07/1843)<sup>16</sup>.

Tendo ficado órfão de pai aos três anos de idade e de mãe aos seis, viveu na Casa da Botica localizada em Vila Meã, para onde a família se mudou logo após o falecimento do patriarca. A casa que estava sob a posse dos “Magalhães Queirós” havia servido de morada a várias gerações das famílias: Souza Soares, Teixeira Leite, e Magalhães. Depois da morte de sua mãe, sua educação ficou aos cuidados de uma tia, de nome Delfina Emília. A mesma tia também assumira a direção da farmácia da família, segundo Carmen Reis (2014), (Figura 2).

---

<sup>15</sup> A troca nominal do sujeito histórico será analisada mais tarde, no próximo capítulo.

<sup>16</sup> Informações obtidas *in* SOUZA-SOARES, José Delfim Brochado de. “*Apontamentos genealógicos das famílias Couto Alão, Souza-Soares e Sam Payo de Queirós*”. Braga: Livraria Cruz, 1974. Em outros registros, alguns nomes aparecem alterados.

Figura 2- Casa da Botica, provavelmente na década de 1990



Fonte: Acervo de José António Souza Soares.

José Delfim teria sido chamado à imigração, por meio de uma carta particular de seu irmão Antonio Pedro, que estava radicado no Brasil há dez anos. De fato, apesar de tal carta não ter sido preservada, a peripécia é parte da história oral da família, e é corroborada com a trajetória vivida por ambos os irmãos na cidade de Recife/ Pernambuco, de 1862 a 1872 (Informação verbal).<sup>17</sup>

Para compreender melhor a questão, é preciso analisar os fatores que incentivaram os deslocamentos dessa família. O momento político de Portugal ao tempo em que vivem no modesto concelho de Vairão, foi retratado pela genealogista Carmen Reis (2014) a partir de sua pesquisa, também, em acervos pessoais da família.

---

<sup>17</sup> Desde que chegou ao Brasil, Antônio Pedro teria escrito muitas cartas endereçadas à família, porém, as tais correspondências não teriam sido entregues, senão, depois de dez anos. De forma que estariam todas acumuladas e tendo sido entregues, todas juntas, amarradas por um cordão. Informações obtidas em conversa informal com Carmen Reis, em 28/09/2023.

No norte de Portugal prevalecia a economia das pequenas propriedades agrícolas: quem não tinha um pedaço de terra estava fadado à pobreza. As famílias eram numerosas e o patrimônio familiar dissolvia-se rapidamente a cada geração. Os jovens não vislumbravam possibilidade de herdar o suficiente para continuar uma vida condigna no seu país. Trabalho, não havia. A família do cirurgião Dr. José Álvares de Souza Soares e de sua mulher, a farmacêutica Dona Maria José de Mesquita Queirós, pode bem se encaixar nesse cenário. Por circunstâncias de ordem econômica, a maioria dos seus filhos acabou partindo de Portugal para o Brasil e assim teve início a saga desta família de imigrantes portugueses<sup>18</sup> (Reis, 2014. s/n).

Antonio Pedro foi o primeiro a imigrar, partindo de Portugal em 1852, rumo a Pernambuco, antes mesmo de completar treze anos de idade. A pesquisadora conta que depois de alguns anos sem notícias, desaparecido do universo familiar, era considerado morto. Porém, na altura de seus vinte e dois anos, estava estabelecido no Recife e mandara notícias. Segundo ela, no teor de sua carta, afirmava estar bem e trabalhando no comércio do Recife, e manifestava o desejo de que seu único irmão (varão) viesse se juntar a ele no Brasil. Quando os irmãos se separaram em Portugal, um tinha doze anos de idade e o outro apenas cinco.

Depois das notícias recebidas desse emigrado, atrasadas em uma década, é provável que a família tenha passado a articular as próximas emigrações, cumprindo a sina de uma “cultura de emigração profundamente enraizada” (Alves *In* Vieira, 2004, p. 01).

No ano de 1862 partiu, então, para o Brasil o jovem José Delfim acompanhado de primos da Casa da Botica.

O registro de sua saída de Portugal, pode ser atestado pelo passaporte de número 722, emitido no Porto em 18 de outubro de 1862, com destino a Pernambuco, validado por 30 dias. O portador consta como: “*José Delfim Soares de Queirós, natural de Vairão, filho de José Alvares de Souza Soares, idade de 16 anos, estatura 1,50m, rosto oval, cabelos e olhos castanhos, e alguns pequenos sinais pelo rosto.*”<sup>19</sup> (Figura 3).

---

<sup>18</sup> Cinco dos seus sete filhos constituíram famílias em diversas regiões do Brasil. Separados pelo destino alguns desses irmãos e primos conseguiram manter relações de amizade [...] outros perderam-se dos parentes. *In* REIS, Carmen Souza Soares. “*Souza Soares: a saga de uma família portuguesa no Brasil*”. Porto Alegre: Ed. do Autor, 2014, s/n.

<sup>19</sup> Passaporte nº 722-Livro nº 46 de Passaportes, página 121v- Arquivo Distrital do Porto. *In* REIS, Carmen Souza Soares. “*Souza Soares: a saga de uma família portuguesa no Brasil*”. Porto Alegre. Ed. Do Autor, 2014, p. 44.

Figura 3 – Passaporte de José Delfim Soares de Queirós



Fonte: (Reis, 2014, p. 44).

A partir das análises desse documento<sup>20</sup>, surgem evidências que caracterizam o modelo de sua viagem, reforçando a ideia de uma imigração custeada pela família. A anotação “*Prestou fiança*”, refere-se ao pagamento de fiança para a liberação do cumprimento do serviço militar, de acordo com a legislação vigente naquele período. A lei de 1859 determinava que o limite para a exigência de fiança, para jovens que iriam emigrar, deveria ser de 14 anos como idade mínima.

Quando se aprovam leis restritivas, fixando limites para a imposição de fianças ao recrutamento, a idade modal baixa de imediato à idade logo abaixo do limite mínimo. Pela lei de 27 de Julho de 1855, a fiança deveria ser prestada por todos os que sássem entre os 18 e os 21 anos, pelo que a idade modal, que em 1854 fora de 18 anos, baixou logo para 17 anos. A lei de 4 de Junho de 1859 o limite mínimo passa para os 14 anos, a idade modal desce imediatamente para 13 anos. Só quando em 1877 se obrigam todos os menores de 22 anos à fiança, a moda passa a ser superior a esta idade (Alves, 1993, p. 222).

Para além da indenização da dispensa do serviço militar, ainda outras incumbências demonstrariam a presença da sua rede de apoio. Entre elas estariam:

<sup>20</sup> O documento foi conferido, em sua originalidade, no acervo digitalizado do Arquivo Distrital do Porto. Disponível em: <https://pesquisa.adporto.arquivos.pt/>. Acessado em: 13/05/2024.

os custos com passaporte e passagem. O registro indica uma viagem feita através do veleiro *São Manuel*, que utilizava a barra do Douro.

Não seria incorreto dizer que a família Soares de Queirós – ou Souza Soares, como posteriormente adotado pela maioria – teve uma geração votada à imigração. Isso, também, se explicaria pela observação do próprio engendramento familiar e social que ocorreu para aquele determinado grupo de pessoas. À altura do falecimento do Dr. José Alvares de Souza Soares, dos oito filhos que teve, sete se encontravam abaixo da maioridade. A partir desse acontecimento a filha mais velha, de vinte anos, teria ido para o Convento de Vairão, as filhas de 16 e 15 anos ficado tomando conta da casa onde a família morava, na mesma localidade, o filho de 12 anos imigrado para o Brasil, e a viúva se transferido com os outros filhos para Vila Meã onde, na Casa da Botica, receberia o apoio de sua família materna. Ora, em um momento de crise social seria, também, oneroso que a família arcasse com todos esses novos membros. Entre outros, a imigração seria um caminho com chances promissoras, apesar das incertezas. “Havia sempre uma esperança de que esses jovens imigrantes pudessem um dia vir a ajudar a sua família.” Uma disposição atestada, outrossim, no dizer da descendente genealogista: “Tinha 23 anos [Antonio Pedro] quando recebeu no porto de Recife o irmão José, de 16 anos. Juntos abriram um pequeno negócio de quinquilharias para conseguir recursos para mandar vir suas irmãs para Pernambuco” (Reis, 2014, p. 32; 49, grifo próprio).

No ano de 1867, aos 28 de idade, Antônio Pedro já estabelecido em Recife junto de seu irmão, fez uma primeira viagem à Portugal donde reviu a família que deixara e conheceu novos familiares, inclusive, a sua prima e futura esposa – Maria da Glória Magalhães Queirós, de 15 anos de idade. Ao retornar para o Brasil, no mesmo ano, levou consigo os primos Gonçalo Teixeira Leite, de 16 anos, e Paulo Francisco de Magalhães, irmão de sua noiva recente. Também fizeram a imigração duas de suas irmãs solteiras que ainda estavam a viver na Casa da Botica: Lucrécia Leonina, e Ana do Carmo<sup>21</sup>. A estes, ainda teriam se juntado outros parentes, que

---

<sup>21</sup> Ana do Carmo passou a chamar-se Anna Augusta, em data incerta. 10/09/1867 é a data que consta no passaporte de Anna Augusta Soares de Queirós. Informações obtidas a partir de: SOUZA-SOARES, José Delfim Brochado de. “*Apontamentos genealógicos das famílias Couto Alão, Souza-Soares e Sam Payo de Queirós.*” Braga: Livraria Cruz, 1974; REIS, Carmen Souza Soares. “*Souza Soares: a saga de uma família portuguesa no Brasil.*” Porto Alegre. Ed. Do Autor, 2014.

acabaram proporcionando casamentos entre os membros da mesma família, uma prática comum à época, mesmo para os imigrantes (Scott, 2007).

Antonio Pedro “trabalhara mais de quinze anos juntando dinheiro para reunir a sua família. Seu irmão José estava com 21 anos e podia ficar à frente do negócio que tinham montado em Recife.” Passados sete anos, Antonio Pedro voltou a Portugal para casar-se com a prima.<sup>22</sup> E neste mesmo ano, de 1874, retornaram ao Brasil onde deveriam radicar-se em definitivo. Contudo, após a morte de Antonio Pedro em 1887, a viúva mudou-se com seus quatro filhos, primeiramente para Pelotas, em 1889, donde recebera ajuda de seu cunhado e primo – que havia se estabelecido nesta cidade e, na altura, já era reconhecido como um imigrante bem-sucedido. Sendo que em 1901 a família mudou-se para o Porto (Reis, 2014, p. 49).

Uma segunda hipótese aborda a intencionalidade da família para com a imigração do jovem José Delfim e de seus parentes próximos. Considera-se que a transferência desses jovens para o Brasil pudesse fazer parte de um planejamento familiar. Sem desconsiderar que a possível carta enviada por Antonio Pedro tenha potencializado os objetivos da família, confirmando suas expectativas. Sendo assim, a formação de José Delfim, incluindo a própria alfabetização poderia ser vista, também, como um investimento da família pensando na sua melhor colocação diante da sociedade brasileira.

Além disso, a trajetória dos irmãos Souza Soares é representativa da significativa parcela dos imigrantes lusos, que adentravam o Brasil por Pernambuco, e por vezes, acabavam permanecendo por lá. O próprio favorecimento geográfico, conduzia os recém-chegados à entrada pelo norte do país. Em dado momento, a propaganda sobre o lugar era alardeada na intenção de atrair mais imigrantes. Segundo Larissa Chaves (2008), correspondendo ao incentivo do governo brasileiro para com a imigração portuguesa, Pernambuco mostrava-se a localidade apta a receber aqueles que povoariam as cidades, com força de trabalho.

---

<sup>22</sup> Antonio Pedro Souza Soares casou-se na Igreja do Salvador de real no dia 9 de novembro de 1874 com sua prima Maria da Glória de Magalhães Queirós, com dispensa do impedimento de 2º grau de consanguinidade. A cerimônia de casamento foi oficiada pelo tio dos nubentes, o Padre Gonçalo Tomás Coelho de Queirós, que era então Abade da freguesia de Santo Isidoro de Riba Tâmega. In REIS, Carmen Souza Soares. “*Souza Soares: a saga de uma família portuguesa no Brasil*”. Porto Alegre. Ed. Do Autor, 2014, p. 51.

*Deus te leve a Pernambuco  
E venhas de lá tão rico  
Que El Rei da Dinamarca  
Não possa igualar contigo...*<sup>23</sup>

José Delfim, que a partir daqui, passará a ser chamado de José Alvares de Souza Soares – não se sabe com exatidão o momento da troca de nome – radicou-se, então, em Pernambuco. À princípio, empregou-se no pequeno estabelecimento de Antonio Pedro. Mais tarde, em 1865, os irmãos constituíram uma sociedade para comercializar ferragens, sob a razão social “*Souza Soares & Irmão*”, que durou pouco tempo. Três anos depois, em 1868, os dois estabeleceram nova sociedade de denominação “*José de Souza Soares & Cia*”, onde comercializavam tecidos, miudezas, quinquilharias e joias – a loja se chamava *Bazar da Moda*. Uma vez estabilizados, seguindo o curso já traçado por muitos imigrantes lusos da época, empregaram alguns de seus primos recém-chegados de Portugal.

As possibilidades de inserção dos trabalhadores estrangeiros no Brasil, proporcionou para a sociedade portuguesa certo refrigério nas suas tensões.

Assim, no curto período, os efeitos da emigração podem ser visíveis no equilíbrio de emprego, sobretudo, se a emigração for protagonizada por desempregados ou por indivíduos em situação de subemprego, podendo induzir uma maior produtividade marginal e uma elevação local de salários para os que permanecem (Alves, 1993, p. 30).

Mais uma vez, num benefício duplo, os postos de emprego no Brasil impulsionavam a economia local e possibilitavam o crescimento econômico dos imigrantes.

As razões sociais “*Souza Soares & Irmão*” e “*José de Souza Soares & Cia.*” atestam que já nos três primeiros anos em que residia no Brasil, com

---

<sup>23</sup>Relatório do Vice-Rei Marques do Lavrado. (SERRÃO, 1997). In CHAVES, Larissa Patron. “*Honremos a pátria senhores!*” *As sociedades de Beneficência: caridade, poder e formação de elites na Província de São Pedro do Rio Grande (1854-1910).*” 2008. Tese. (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo. RS.

aproximadamente vinte anos de idade, José Alvares tornara-se sócio majoritário nos negócios com o irmão e nesse momento já havia adotado o nome do pai.

José Alvares ficou dez anos no norte do país. Em um dado momento, de data não precisa, foi acometido por uma doença relacionada aos trópicos, provavelmente febre amarela. Como estivesse muito enfermo, diversos médicos alopatas foram chamados para socorrê-lo, mas os tratamentos foram em vão. Em uma situação já emergencial, foi contatado o Dr. Sabino Olegário Ludgero Pinho – um médico homeopata reconhecido por difundir a ciência da Homeopatia naquela região – assunto que será melhor abordado mais adiante. O tratamento proposto por ele teve rápido êxito. A partir de então, uma vez restabelecido, o jovem imigrante passou a frequentar a escola do Dr. Sabino, que transmitia seus conhecimentos sobre a medicina alternativa de Samuel Hahnemann, em sua escola anexa à farmácia, também, de sua propriedade.

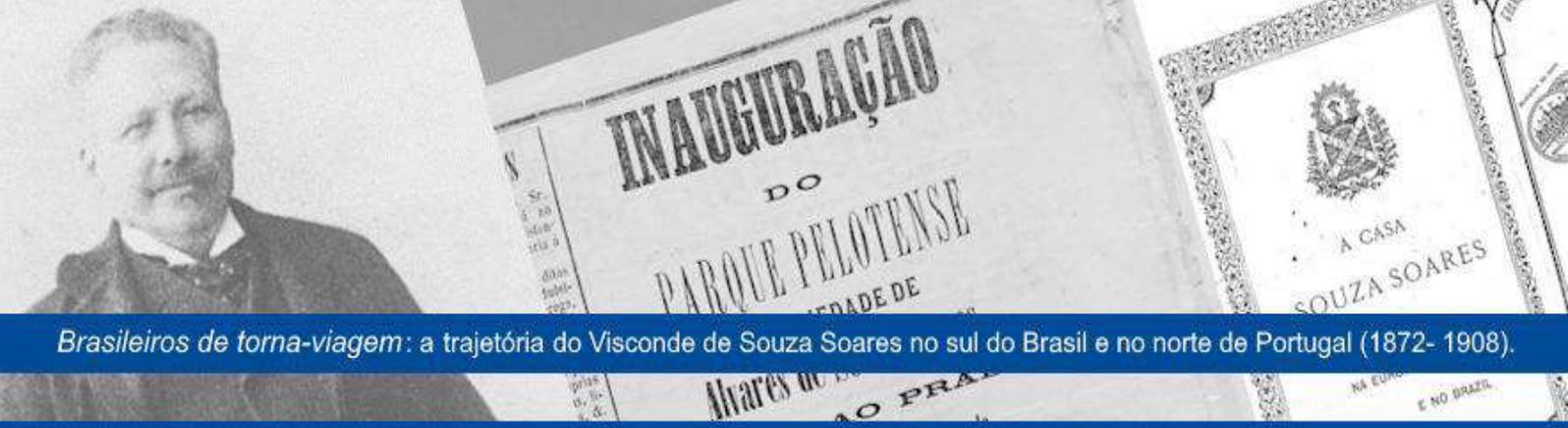
Certamente, ali, havia uma forte identificação cultural que ligava José Alvares às raízes identitárias portuguesas, pois, havia vivido dez anos na Casa da Botica, em Vila Meã, onde havia uma farmácia.

Trabalhando com o Dr. Sabino, José adquiriu valiosos conhecimentos teóricos e habilidades práticas que serviam de base para a carreira que viria abraçar. Aos poucos, passou a interessar-se pelas propriedades de certas ervas nativas da região, a fazer experimentos, fabricar novas fórmulas, e viu que as aplicações dos seus produtos eram muito bem-sucedidas (Reis, 2014, p. 124).

Paralelamente às atividades ligadas ao aprendizado da doutrina homeopática, ia crescendo no ramo comercial, contando com o apoio dos membros da família que imigravam para o Brasil, enquanto os amparava, configurando o mutualismo que acompanhara o fenômeno migratório (Silva, 1992).

Foi preciso que mais uma vez caísse doente, para deliberar mudar-se para o sul do país. “Decidiu abandonar Recife e mudar-se para o sul do Brasil. [...] A cidade de Rio Grande foi escolhida como destino, por ser o porto de entrada para a única região do Brasil que tem clima parecido com o europeu” (Reis, 2014, p. 125).

Assim, encerrava-se o primeiro trecho da jornada do imigrante, nas terras de além-mar, em busca da sua árvore das patacas. Ainda jovem, José Alvares de Souza Soares, atravessou o Brasil do Norte ao Sul.



Brasileiros de torna-viagem: a trajetória do Visconde de Souza Soares no sul do Brasil e no norte de Portugal (1872- 1908).

# Capítulo 2



## 2 Adentrar Pelotas: primeiros apelos de representação

*Os que quiseram conservar poderes e manter tradições precisaram se adaptar aos novos tempos, seguindo a conhecida máxima de que “é preciso mudar para que as coisas continuem as mesmas”.*

Ana Silvia Scott<sup>24</sup>

### 2.1 Pelotas em formação: uma expressão da presença lusa no extremo sul do Brasil

Os portugueses estão vinculados a Pelotas desde a sua formação. Tal afirmativa pode ser atestada a partir de um dos símbolos oficiais da cidade. O atual Brasão de Pelotas ostenta a Cruz de Malta, numa figuração alusiva à identidade portuguesa. Visível logo ao primeiro olhar, a cruz encontra-se centralizada e em primeiro plano, sobrepondo-se aos demais elementos iconográficos. No ano de 1961, Artur Henrique Foerstnow idealizou tal imagem em comemoração aos 150 anos do município. O desenho é contemplado com figuras-símbolo que contam a formação da cidade (Figura 4):

Floreando o brasão, a coroa de cinco pontas ao alto identifica a cidade como Princesa do Sul. A espiga de arroz, à esquerda, representa a maior fonte econômica da região. O ramo de louros, à direita, representa os triunfos alcançados no decorrer dos cento e cinquenta anos. No brasão propriamente dito, no canto superior esquerdo, existem duas versões de imagem: em uma, um índio rema uma pelota de couro, em outra, mais antiga, um índio está na embarcação de couro puxada por um nadador, tal qual a primitiva pelota, que originou o nome da cidade. No quadro direito superior, o boi lembra as Charqueadas, que originaram a cidade e foram responsáveis pelo desenvolvimento da região. Em baixo, à esquerda, o símbolo da Caridade de São Francisco de Paula, o patrono da cidade. O Obelisco, abaixo, à direita, é monumento republicano e significa a homenagem dos republicanos a Domingos José de Almeida, o Patriarca de Pelotas. Representa o marco inicial do povoamento da cidade. Sobreposto, ao centro, a Cruz de Malta é homenagem aos portugueses.<sup>25</sup>

<sup>24</sup> In SCOTT, Ana Silvia. “Os portugueses”. São Paulo: Contexto, 2018.

<sup>25</sup> Texto disponível em: [pelotaspublica.wordpress.com](http://pelotaspublica.wordpress.com). Acessado em: 14/04/2023.

Figura 4 – Brasão da cidade de Pelotas



Fonte: Disponível em: [conheçapeloasblogspot.com](http://conheçapeloasblogspot.com). Acessado em 14/04/2023.

Segundo Mario Osorio Magalhães (2011), foi entre os anos de 1762 e 1763, que os portugueses chegaram à região, em decorrência das invasões na Colônia do Sacramento e na Vila do Rio Grande de São Pedro, dando origem ao povoamento da futura Pelotas.

O contexto histórico que trata da formação da cidade revela uma trajetória perpassada por disputas entre espanhóis, indígenas e militares portugueses. No território mais ao sul da colônia, as forças militares portuguesas empenharam-se quando das guerras guaraníticas, de 1754 a 1756, e depois, nas batalhas contra os espanhóis, de 1763 a 1776. Em face dessas lutas contra os indígenas, destacou-se o militar português Tomás Luiz Osorio, especialmente em defesa do forte *Jesus-Maria-*

José, em Rio Pardo, que havia sido construído para cobrir e resguardar os armazéns e provisões, e também na decisiva batalha onde tombou o líder guaraníco Sepé Tiarajú. Possivelmente, estes feitos tenham corroborado para que o coronel português recebesse como agradecimento, do governador Gomes Freire de Andrade, em 18 de junho de 1758, o rincão de Pelotas<sup>26</sup> (Gutierrez, 1993).

A base da economia pelotense foi a produção do charque – carne salgada e seca ao sol, cuja manufatura dependia inteiramente do trabalho escravo. Eram os negros os responsáveis por manear os animais, abatê-los e carneá-los. Também deviam separar as peças de carne e salgá-las, além de tratar de seus subprodutos como o couro e o sebo. Os núcleos charqueadores consistiam em fazendas localizadas à beira dos cursos d'água, que facilitavam o escoamento do produto, com vistas à sua exportação – o charque servia de alimento para os cativos que atuavam nas *plantations* do Brasil, especialmente, na região sudeste devido a produção açucareira.

A indústria charqueadora pelotense foi a mais próspera da região sul, e os charqueadores – “homens de bem” – enriqueciam com a exploração da mão de obra escravizada. Os cativos também eram encarregados da fabricação de telhas e tijolos nas olarias que funcionavam nas mesmas fazendas, visto que os abates do gado e as salgas das carnes eram atividades sazonais: como o processo de curtir as carnes ao sol necessitava de tempo seco, essa prática se dava nos meses de calor, de novembro a abril, ficando os invernos para o trabalho nas olarias.<sup>27</sup>

O historiador Mário Osório Magalhães diz que o desenvolvimento econômico gerado pela região se deu a partir da valorização gradual do boi e sua consequente cotação em função das charqueadas – “a estância até então mera ‘empresa de coleta

---

<sup>26</sup> A respeito da formação da cidade de Pelotas, ver mais em GUTIERREZ, Ester J. B. “*Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*”. Porto Alegre: Ed. UFPel/Livraria Mundial, 1993.

<sup>27</sup> As exigências para com os escravizados, nesse período da história sulista, eram excessivas. Os cativos ficavam expostos ao extremo calor dos fornos no interior das olarias, e nas áreas externas, ao frio intenso dos invernos gaúchos, com vestes inadequadas, normalmente, camisa e calça de algodão. Também a travessia das águas gélidas, puxando as pelotas – a fim de transportar o charque e seus subprodutos –, através de cordas de sisal, com a força das mandíbulas, exigiam demais da saúde desses cativos, que frequentemente adoeciam e, muitas vezes não sobreviviam mais do que sete anos nessas condições. Comunicação oral de Ester Gutierrez, em sala de aula, no PROGRAU-Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo- UFPel, em 2016.

e pilhagem' do gado, transformou-se numa empresa de criação de gado, passou a ter verdadeira significação econômica" (Magalhães, 1993, p. 31).

O apogeu econômico de Pelotas, proporcionado pela grande produção de charque, se consolidou em meados do século XIX: "uma sociedade caracterizada pelo latifúndio, a pecuária e a escravidão" (Loner, 1999, p. 52). Contudo, cabe destacar que a expressão do poderio sulista também se manifestava nas participações dos estancieiros quando das disputas territoriais (Pesavento, 2014). Os conflitos armados marcaram a história da região sul do país, destacando-se a Revolução Farroupilha (1835-1845) e a Guerra do Paraguai (1864-1870). A realidade das lutas constantes, que envolveram as regiões do Prata<sup>28</sup>, favoreceu a que muitos proprietários de terras pudessem ajudar as tropas imperiais fornecendo cavalos, animais para serem abatidos e alimentar os soldados, além de ceder seus escravizados para engrossar as fileiras dos exércitos combatentes. Com isso, esses senhores de "posses e cabedais" eram agraciados com títulos nobiliárquicos pela coroa portuguesa. "A aliança com o governo imperial concorreu para o surgimento de uma aristocracia formada, logicamente, pelos grandes proprietários de terras" (Santos, 2007, p. 04).

A formação de uma parcela elitista local e centralizadora foi assim arranjada, a partir de proprietários de terra de origem lusa que fomentaram a indústria da salga da carne. O pioneiro dentre estes – José Pinto Martins – havia chegado em Pelotas no ano de 1779 quando a localidade correspondia à categoria de freguesia de São Francisco de Paula, sendo elevada a vila de Pelotas em 1832<sup>29</sup>. Seguiram-se outros

---

<sup>28</sup> O rio do Prata faz fronteira ao Norte com o Uruguai e à oeste e sul com a Argentina. "Instalar se na margem oriental do Rio da Prata era antigo projeto de Portugal que buscava, assim, não só garantir o acesso ao interior da América do Sul pela navegação do estuário platino e seus afluentes, como também procurava desviar o contrabando de prata do Alto Peru que se dirigia a Buenos Aires. Com esses objetivos foi instalado, em 1680, o posto avançado português na região, a Colônia do Sacramento, motivo de disputas militares e diplomáticas entre Portugal e Espanha que ficou de posse desta pelo Tratado de Badajoz (1801)". In DORATIOTO, Francisco. "O Império do Brasil e a Argentina (1822-1889)". *Textos de História*, vol. 16, nº 2, 2008, p. 219

<sup>29</sup> Este luso, que antes residia em Aracati no Ceará, veio para a região sul, por ocasião de uma das secas da região norte. "O português José Pinto Martins pôde estabelecer os seus negócios com certa tranquilidade e com certa segurança. Já havia no Continente de São Pedro alguma paz. Ainda havia muito gado xucro, muito novilho gordo para ser abatido e industrialmente transformado em carne de sol. [...] O pioneirismo de José Pinto Martins consiste na circunstância de ele haver criado, pela primeira vez no Rio Grande do Sul, uma unidade empresarial cujo objetivo específico era produzir carne salgada, tendo em vista o mercado consumidor. Produzi-la para exportação, em larga escala, a nível industrial ou semi-industrial." In MAGALHÃES, Mario Osorio. "Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)". Pelotas: EdUPPel, Coedição Livraria Mundial, 1993, p. 20; 29.

nomes que compuseram essa parcela de projeção social: Luiz Gonçalves Viana<sup>30</sup>; Manuel Bento da Rocha<sup>31</sup>; Manuel Carvalho de Souza<sup>32</sup>. Na sesmaria do Monte Bonito, costeando o arroio Pelotas pela margem direita, a família Rodrigues Barcellos foi a que teve o maior número de charqueadas<sup>33</sup> (Gutierrez, 1993). As demais origens lusas que povoaram a localidade foram: “casais de açorianos, casais de Trás-os-Montes e do Minho, tronco das nossas principais famílias e dos quais pouco se fala na historiografia rio-grandense” (Magalhães, 1993, p. 21).

O pesquisador Jonas Vargas pontua que em sua investigação foi possível atestar a “presença de pelo menos 62 charqueadores em Pelotas entre os anos 1790 e 1835. Estes empresários escravocratas podem ser denominados como a *primeira geração* de charqueadores de Pelotas.” Dentro deste círculo da elite charqueadora havia relações de família e de compadrio que aproximavam alguns indivíduos hierarquizando-os internamente, como que formando “*uma elite dentro da elite*” (Vargas, *In Vendrame et al*, 2015, p. 125).

---

<sup>30</sup> “Luiz Gonçalves Viana seria membro da remota expedição de João de Magalhães, em 1725. Sabe-se de Gonçalves Viana que, além de expedicionário da frota, foi administrador da Estância Real de Bojuru. Presume-se que as suas porcentagens sobre as criações dessa estância tenham atingido um bom volume; daí ele escolhesse essas terras, então devolutas, com o objetivo de apascentar seus gados. Teria se instalado na região, não se sabe exatamente a partir de quando – com certeza, segundo Borges Fortes, antes de 1763 –, em caráter permanente. Não possuía título ou despacho algum que desse propriedade sobre donatário, pode ser considerado o mais antigo dos colonizares de Pelotas”. *In* MAGALHÃES, Mario Osorio. “*Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*”. Pelotas: EdUFPel, Coedição Livraria Mundial, 1993, p. 20; 29.

<sup>31</sup> “No mesmo ano da vinda de Pinto Martins para a localidade da futura Pelotas, a viúva de Tomás Osório vendia sua sesmaria, em espólio ao casal Manuel Bento da Rocha e Isabel Francisca da Silveira”. (*Idem*)

<sup>32</sup> “Outro fato importante ocorrido, em mesma data, foi a tomada de posse de terras da região por Manuel Carvalho de Souza- “[...] não tendo Luiz Gonçalves Viana deixado descendentes nem título de propriedade sobre o seu rincão, o governador José Marcelino de Figueiredo autoriza o tenente de Dragões Manuel Carvalho de Souza a ‘ocupar’, povoar e cultivar tais terras devolutas”. (*Idem*)

<sup>33</sup> “O brigadeiro Rafael Pinto Bandeira nasceu em Rio Grande, em 16 de dezembro de 1740, e morreu na mesma cidade, em 9 de abril de 1795. Era filho do coronel de dragões Francisco Pinto Bandeira, nascido em Laguna, Santa Catarina, e de Clara Maria de Oliveira, da Colônia do Sacramento. [...] contraiu segundas núpcias com Josefa Eulália de Azevedo”. Deste matrimônio nasceu Rafaela Pinto Bandeira. “Esta casou com o coronel baiano Vicente Ferrer da Silva Freire. De Rafaela, ganhou dois netos: Diogo da Silva Freire, assassinado juntamente com seu pai, em sua fazenda no rio dos Sinos, em 1836, e Maria Josefa da Silva Freire, casada com Israel Rodrigues da Silva, filho do comendador Boaventura Rodrigues Barcellos e de Cecília Rodrigues Barcellos (Rheingantz, 1979, p. 371).” *In* GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Porto Alegre: Ed. UFPel/Livraria Mundial, 1993.

O perímetro urbano de Pelotas também surgiu em decorrência da economia gerada pela mesma atividade.

Ocorre que as instalações próprias de uma charqueada acabavam por gerar ambientes insalubres: o processo de produção do charque dependia de um trabalho ritmado envolvendo a captura das reses, a matança, o esquartejamento e a exposição das carnes ao sol. Com isso, eram atraídos para o local predadores como as aves de rapina, além de nuvens de moscas. Também os cursos d'água que serviam de escoamento para o charque e seus subprodutos, recebiam os dejetos não aproveitados no procedimento, e infestavam-se de tripas e de sangue dos animais. Tudo isso poluía essas áreas com carniças e odores pútridos (Schwarcz; Gomes, 2018).

Desse modo, a transferência das famílias para um endereço na zona central da cidade se fazia necessária. O prestígio advindo do reconhecimento das posses desses senhores, era atestado, então, por uma arquitetura monumentalista, que obedecia aos critérios do ecletismo historicista<sup>34</sup>, com traços e elementos à imitação de palacetes europeus, e que serviam de referência e afirmação social.

Além das próprias casas residenciais, os charqueadores foram patrocinadores de edifícios públicos, desenhados por renomados construtores europeus e decorados por artífices, também estrangeiros, formando uma aparelhagem urbana de suntuosa aparência. “Essas edificações abrigavam a população, que crescia, na cidade, e as pessoas que ali chegavam, para os negócios da carne salgada, e em busca de tudo o que um centro produtivo oferecia” (Gutierrez, 1993, p. 79), (Figura 5).

---

<sup>34</sup> A respeito do ecletismo historicista ver mais *In* SANTOS, Carlos Alberto Ávila. “*Ecletismo historicista em Pelotas: 1870-1931*”. Pelotas: Editora Universitária/Universidade Federal de Pelotas, 2014.

Figura 5 – Residência do Barão de São Luís



Fonte: Disponível em: <https://www.papotur.wordpress.com>. Acessado em: 14/04/2023.

A cidade de Pelotas despontava como um forte polo mercantil da província, e caracterizava-se por valorizar a arte e a cultura, inspirando-se nos grandes centros europeus. Dessa maneira ia se revestindo da roupagem exuberante do eclétismo pelas edificações que compunham seu casario.

Assim como o urbanismo e o eclétismo atingiram as grandes capitais dos países de periferia como o Brasil, a nova ciência e a moderna arquitetura alcançaram as cidades periféricas do território nacional, como os núcleos urbanos da fronteira meridional brasileira. Já na década de 1870, e até antes dessa, foram construídos prédios ecléticos nas localidades da campanha gaúcha. [...] Em Pelotas, foram edificadas na década citada as residências do charqueador Felisberto Braga (1871), de Cândida Dias (1875), da Baronesa do Jarau (1876), de Maria Jacinta Dias de Campos (1876), do Conselheiro Francisco Antunes Maciel (1878), do Barão de São Luís (1879), entre outras. Em 1877, foi inaugurada a capela de São João Batista, na Santa Casa de Misericórdia. Em 1879, teve início a construção do prédio eclético da Intendência pelotense (Santos, 2014, p. 18).

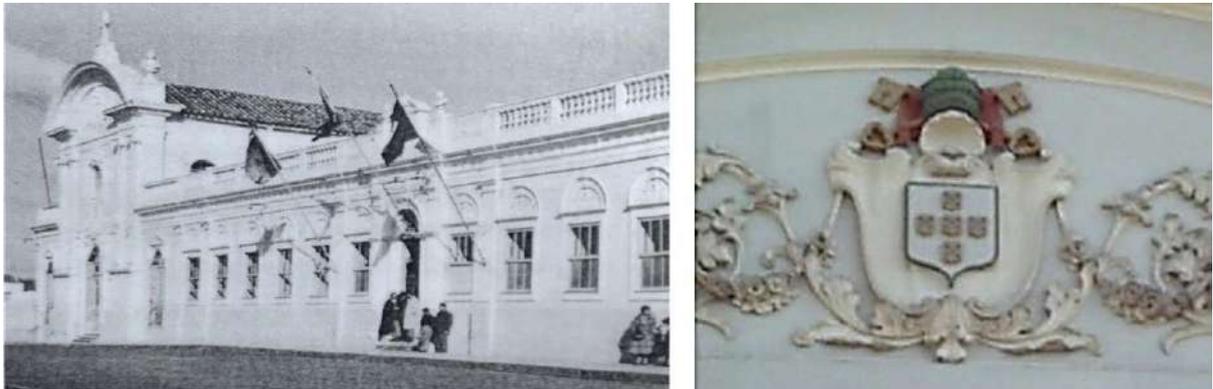
Na segunda metade do século XIX, também despontaram as edificações das entidades pertinentes aos portugueses formadores de certas elites, delineadas por grupos ideologicamente demarcados. A criação de instituições de assistencialismo, como a Sociedade Portuguesa de Beneficência e o Clube Caixeiral, por exemplo, fortalecia os vínculos identitários dos lusos aqui presentes. Cabe ressaltar que à

entrada do século XX outras entidades seriam criadas na direção de preservar a alteridade portuguesa em Pelotas.

A Sociedade Portuguesa de Beneficência, foi criada em 1857, a partir das prerrogativas da caridade e da filantropia (Chaves, 2017).

O edifício corresponde à arquitetura de linguagem eclética, configurando um estatuto elitista. No frontão que marca a entrada da capela do hospital é ostentado adorno, em estuque, com simbologia de identidade portuguesa e católica. (Figura 6).

Figura 6 – Sociedade Portuguesa de Beneficência. Fachada principal, à esquerda. Detalhe do frontão, à direita.



Fonte: (Chaves, 2017, p. 56;191).

O pesquisador Paulo Cesar Borges Duarte (2000), diz que os clubes caixeirais que acabaram adentrando o século XX como clubes sociais, foram criados para salvaguardar os interesses dos portugueses, e para que eles pudessem se organizar socialmente e reivindicar, sobretudo, questões trabalhistas. Segundo ele, o Clube Caixeiral de Pelotas<sup>35</sup>, fundado em 1879, foi a primeira instituição do tipo na província

<sup>35</sup> A associação foi fundada em 25 de dezembro de 1879, sob a denominação de Club União e Progresso, passando a se chamar Clube Caixeiral em 10 de janeiro de 1880. O projeto arquitetônico foi concebido por Caetano Casareto e se localiza junto à Praça Coronel Pedro Osório, número 106, na zona central da cidade, atual área de tombamento histórico. Dessa instituição nasceram o Esporte Clube Pelotas, o Clube Brilhante, a União Gaúcha Simões Lopes Neto, a primeira Academia de Contabilistas Pelotenses, e a Academia Pelotense de Letras. Foram presenças de destaque no clube: A princesa Isabel; João de Sá Camela Lampréia, Ministro de Portugal; Dr. A. Cassiano do Nascimento, Deputado Federal; Dr. Afonso Pena, Presidente da República; Dr. Borges de Medeiros, presidente do Estado; Dr. J.L. Rowen, Ministro norte-americano; Dr. Júlio Philippe, Ministro chileno; Dr. Bruno Gonçalves Chaves, Ministro junto à Santa Sé; Coelho Netto; G.C. Machado, Cônsul de Portugal. Informações obtidas na página virtual do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acessado em: 20/09/2023.

sulista. A associação surgiu da proposição, por parte dos caixeiros, em fechar as portas para o comércio aos domingos e feriados na parte da tarde (Figura 7).

Figura 7 – Clube Caixeiral de Pelotas, em construção



Fonte: Almanaque do bicentenário de Pelotas. Disponível em: <https://issuu.com/andriemarchese/docs>. Acessado em: 27/09/2023.

Pelotas registrava a intensa presença de portugueses. Segundo Biane Jaques (2021), foram encontrados 51 registros de entrada de estrangeiros no Brasil, pelo porto do Rio de Janeiro, com destino a Pelotas entre 1875-1910<sup>36</sup>, sendo que em torno

---

<sup>36</sup> ARQUIVO NACIONAL. Entrada de estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro com destino a Pelotas. Base de Dados Entrada de estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro. Brasil, 1875-1910. In JAQUES, Biane Peverada. *“Rede Social, memória de identidade: a elite imigrante portuguesa em Pelotas-RS, 1910-1992 – análise biográfica de Aníbal de Oliveira Vidal e Maximiano Pombo Cirne”*. Tese (Pontifícia Universidade Católica do rio Grande do Sul). Porto Alegre, 2021.

da década de 1890, habitavam em Pelotas cerca de 2000 lusos, a maioria advinda da região de Aveiro.<sup>37</sup>

Em relação às nacionalidades presentes na cidade de Pelotas durante o século XIX, a autora Beatriz Loner revela dados estatísticos que tornam possíveis se traçar comparativos de valor quantitativo:

Na zona urbana de Pelotas, moravam em 1891, 4.160 estrangeiros (18,1%), dos quais aproximadamente a metade deveria corresponder a portugueses, e a outra metade, compunha-se pela ordem, de italianos, uruguaios, espanhóis, alemães e franceses (Anjos, 1996). A presença alemã na cidade era pequena, embora fosse um contingente expressivo entre os moradores das colônias municipais. Os negros e mestiços somavam 7.035, ou seja 30,7% do total de moradores urbanos. (Loner, 1999, p. 67).

Segundo o autor Francisco das Neves Alves, também a cidade de Rio Grande teve sua formação dada, sumariamente, por imigrantes portugueses, que foram detentores e defensores da sua cultura, assim como em Pelotas.

“[...] Até a virada do século XIX, os lusos atuaram diretamente na construção de uma identidade própria, se não excludente, ao menos demarcando uma certa intenção pré-concebida de manterem demarcadas as suas raízes lusitanas [...]” (Alves, 2000, p. 114).

Beatriz Loner aponta o valor à cultura e refinamento social, como sendo uma grande característica da formação identitária de Pelotas, ou melhor seria dizer, da sua porção elitizada.

Pelotas se destacava também pela sua sofisticada cultura e estilo de vida, que a diferenciava das outras cidades gaúchas do interior. Era uma sociedade onde havia a valorização de qualidades relacionadas com a nobreza e a ociosidade, como cavalheirismo, a cultura e o desprendimento do dinheiro. E obviamente, uma sociedade em que havia a valorização de um ócio que permitisse aos cidadãos usufruírem os entretenimentos e bens culturais disponíveis. Por outro lado, a elite fazia jus à fama, pois, se

---

<sup>37</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. Entrevista de História Oral Temática, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019. In JAQUES, Biane Peverada. *“Rede Social, memória de identidade: a elite imigrante portuguesa em Pelotas-RS, 1910-1992 – análise biográfica de Aníbal de Oliveira Vidal e Maximiano Pombo Cirne”*. Tese (Pontifícia Universidade Católica do rio Grande do Sul). Porto Alegre, 2021.

comportava de modo a legitimar esses atributos, constantemente envolvida em campanhas assistencialistas ou progressistas na cidade (Loner, 1999, p. 65).

A crítica da autora faz pensar que a sociedade pelotense oferecia as condições ideais para que José Alvares pudesse implantar seu Parque Pelotense, como um refúgio elitista de recreação, bem como, ser reverenciado por suas contribuições sociais e inovações progressistas.

Também a autora Sandra Jatahy Pesavento pondera que as cidades são reflexos dos anseios de uma coletividade sendo que, muitas vezes, a materialização de espaços objetivamente concebidos e construídos, partem de uma iniciativa pessoal, promovida por aqueles indivíduos que alcançaram lugares reais e possíveis – concretos e não concretos – dentro de uma perspectiva de projeção social. Essas ações qualificam lugares, atribuindo-lhes sentido.

Uma cidade é, sem dúvida, antes de tudo, uma materialidade de espaços construídos e vazios, assim como é um tecido de relações sociais, mas o que importa, na produção do seu imaginário social, é a atribuição de sentido, que lhe é dado, de forma individual e coletiva, pelos indivíduos que nela habitam (Pesavento, 1999, p. 32).

Além disso, considerando que ele foi um industrial importante para a economia local, cabe refletir acerca desse campo de atuação no momento em que inaugura sua fábrica no referido parque, em 1883.

Nessa época, por volta do ano de 1870, os territórios meridionais do Brasil que envolviam as regiões lacustre e marítima – Pelotas e Rio Grande – iam se fortalecendo economicamente apoiados em uma reciprocidade lucrativa. “Individualmente, cada uma das duas cidades apresentava boas condições de disputa [econômica e comercial], mas, conjuntamente, formavam um polo extremamente promissor” (Loner, *apud* Jaques, 2021, p. 82, grifo próprio).

O polo Rio Grande-Pelotas, chegou mesmo a sobrepujar a região de Porto Alegre, em termos de avanço econômico. Sendo que Pelotas possuía ainda mais

indústrias do que Rio Grande – situação que permaneceu até 1889<sup>38</sup>. Pelotas também se destacava em comparação a Rio Grande, e até mesmo, Porto Alegre, por possuir uma estrutura mista de industrialização, a partir de empreendimentos de grande porte relacionados, especialmente, a atividade pecuária (Jaques, 2021).

## 2.2 De José Delfim Soares de Queirós à José Alvares de Souza Soares: uma identidade construída

Figura 8 – José Alvares de Souza Soares, em torno da década de 1870



Fonte: (Reis, 2014, p. 125).

---

<sup>38</sup> Utilizando como exemplo o ano de 1885, sabe-se que Rio Grande possuía 646 estabelecimentos de tipos variados e tinha como arrecadação de impostos um valor de aproximadamente 27\$556,100 réis; enquanto Pelotas possuía 1161 estabelecimentos, com arrecadação no valor de 56\$691,100 réis (Loner, 1999) In JAQUES, Biane Peverada. *“Rede Social, memória de identidade: a elite imigrante portuguesa em Pelotas-RS, 1910-1992 – análise biográfica de Aníbal de Oliveira Vidal e Maximiano Pombo Cirne”*. Tese (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). Porto Alegre, 2021.

A dinâmica social, em suas diversas esferas, é composta por pessoas que nos conferem identidade. É a forma com que somos vistos e interpretados que vai nos definir, enquanto sujeitos sociais, em meio aos emaranhados dessas relações. Por esse motivo, a nossa identidade, ou as nossas múltiplas identidades, ficam sujeitas a muitas condicionantes (Hall, 2006).

A formação identitária apoia-se em vários simbolismos que norteiam a própria concepção do autoconhecimento, começado no primeiro dos círculos de relações – a família. Saindo do embrião familiar, novos símbolos se fazem necessários para conduzir-nos socialmente.

Pierre Bourdieu vai dizer que “os símbolos são os instrumentos por excelência da ‘integração social’: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, [...] eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social” (Bourdieu, 1898, p. 10). E sendo o nome “aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas” (Poni, *apud* Ginzburg *et al* 1989, p. 174), a distinção é fator preponderante de identidade.

Entretanto, ao mesmo tempo em que os indivíduos buscam a distinção entre os membros de uma determinada comunidade, paradoxalmente, anseiam pela aproximação a muitos outros por interesses diversos, incluindo as ligações afetivas. Essas últimas, podem denotar o vínculo enraizado das origens que faz com que cada sujeito seja partícipe de um núcleo seletivo, repleto de simbolismos e identidades cruzadas, mais uma vez – a família.

Na observância dos itinerários do sujeito em questão, se confrontam os conflitos de suas escolhas simbólicas, ou escolhas de artifícios de representação, transmitidos pelo próprio nome com o qual ele entra para história.

Não é possível determinar o exato momento em que o jovem imigrante passou a apropriar-se do nome de seu genitor. Mas este propósito, permeado de simbolismos, leva a alguns questionamentos: a partir dali ele estaria assumindo a personalidade do pai, como quem renuncia a si mesmo para materializar a ausência na tentativa de preencher lacunas emocionais? Ou a troca de nome seria apenas um artifício exibicionista, resultando numa figura estereotipada na esfera das representações – como um simulacro do próprio pai?

Pode-se pensar que a representação desejada pelo filho era a de “médico de excelente reputação” – uma ponte simbólica que o vincularia diretamente à figura do pai. Conforme Nathan Camilo (2016, p. 366): “nessa transmissão, também entravam os atributos já vinculados ao nome, fazendo com que a pessoa que o recebesse também pudesse herdar o prestígio do portador original”.

A respeito do Dr. José Alvares de Souza Soares [pai], a genealogista Carmen Reis diz que: “O seu valor humano e a sua competência profissional logo se evidenciaram e o jovem médico impunha-se ao respeito e à admiração de todos onde quer que se encontrasse”. Mesmo no princípio de sua atuação profissional, ele procurava atender aos mais pobres. “Reza a tradição da família que o Dr. José Souza Soares fazia atendimento médico a todos que necessitavam sem receber nenhum tipo de remuneração”. Ficando conhecido, desse modo, como *Pai dos Pobres* (Reis, 2014, p. 25, grifo próprio).

Para além da função primária da identificação, os nomes cumprem um papel social. Para Nathan Camilo “os processos de atribuição, transmissão e utilização dos nomes são práticas com caráter significativo e também possuem fins de classificação social”. O autor reconhece o nome como sendo um “patrimônio imaterial familiar a ser manejado conforme os interesses e as possibilidades disponíveis em uma sociedade hierarquizada”. Portanto, enquanto artifícios de representação, os nomes têm por fim atestar a “afirmação de pertencimento social e familiar”, a “consolidação de relações de compadrio”, além de “processos de mobilidade social” (Camilo, 2016, p. 363).

A partir destes conceitos é possível analisar, então, as prováveis intenções da sua troca de nome. A princípio se observam dois movimentos que, como retas concorrentes, traçam caminhos que terão um ponto em comum – a (re)apresentação social. Ao apresentar-se como José Alvares de Souza Soares, o jovem José Delfim evoca as memórias de seus mitos dominantes atrelados às origens.

A fidelidade às origens garante a pertença identitária ao núcleo familiar, vínculo inviolável segundo Stuart Hall, perpetuado nas tradições a fim de superar, até mesmo, distanciamentos geográficos e temporais.

Possuir uma identidade cultural nesse sentido é estar primordialmente em contato com um núcleo imutável e atemporal, ligando ao passado o futuro e o presente numa linha ininterrupta. Esse cordão umbilical é o que chamamos

de "tradição", cujo teste é o de sua fidelidade às origens, sua presença consciente diante de si mesma, sua "autenticidade". E, claro, um mito — com todo o potencial real dos nossos mitos dominantes de moldar nossos imaginários, influenciar nossas ações, conferir significado as nossas vidas e dar sentido a nossa história (Hall, 2006, p. 29).

A ausência de quem se estima, estimula o imaginário em direção à criação desses mitos por vezes perpetuados, ou melhor dizendo, personificados através da adoção nominal. As ausências são resultado das partidas imputadas à própria condição humana: a morte, os abandonos, e até mesmo as migrações — que na busca por melhores condições de vida lança os indivíduos para longe da segurança da casa paterna.

O sofrimento daqueles que migram, em especial os mais jovens, acessa o mundo das emoções, onde a valorização dos laços familiares torna-se alicerce para enfrentar o desconhecido e desbravar novos mundos, sem perder a identidade primitiva (Kausburg *In Vendrame et al*, 2015). No momento da imigração os jovens portugueses deixavam para trás suas famílias, para exilar-se em uma terra desconhecida, embora promissora, por um longo período de tempo, ou talvez, para sempre.

Considerando que a substituição vem do anseio de preencher a ausência é possível aceitar a adoção que Souza Soares fez do nome do próprio pai, com o qual pouco convivera, sendo mais do que simplesmente uma usurpação. E em análise comparativa a outros indivíduos de trajetórias semelhantes, vê-se que a prática de adotar um nome diferente daquele recebido no batismo não foi privilégio dessa personagem, mas, um recurso comum entre os imigrantes. Pesquisadores como “Maria Luiza Marcílio (1972), Ana Silvia Volpi Scott e Dario Scott (2013)”, encontraram dificuldades em aplicar o método onomástico<sup>39</sup> em populações luso brasileiras pela falta de regramento para as transmissões de nomes de família, e por haver alterações de nomes e sobrenomes, e alto índice de homônimos (Camilo, 2016, p. 364).

Para Rodrigo de Azevedo Weimer, a questão metodológica de usar o nome como um fio condutor de investigação proposto por Ginzburg, por mais eficaz que seja

---

<sup>39</sup> O método onomástico foi criado pelo historiador Carlo Ginzburg, e consiste em ter o nome como o fio condutor de investigação. *In* CAMILO, Nathan. “De ‘o nome e o como’ para ‘o nome além do como’: estudo de trajetórias e práticas de nomação”. *História Unicap*, v. 3, n. 6, jul/dez de 2016.

enquanto instrumento de pesquisa, não contempla todo o complexo engendramento do papel simbólico que os nomes possuem.

Os nomes não são apenas rastros a serem perseguidos. Eles não são neutros: traduzem relações de poder e hierarquias. Expressam formas de classificação social e disposições identitárias individuais, familiares ou grupais frente aos demais. Os nomes trazem impressos em si tradições, memórias e experiências vividas. Evidenciam formas de relacionar-se com o passado. A ele rendem homenagem e também projetam o que se espera do devir (Weimer, 2013 *In* Camilo, 2016, p. 365).

Quer justificado pelo apelo emocional do jovem imigrante, ou pela conveniência do empreendedor, por homenagem ou desejo de pertença às origens, o recurso de apropriação do nome de José Álvares de Souza Soares contribuiu para a representação desejada, a qual seria ainda refinada, à entrada do século XX, quando agraciado com o título nobiliárquico – ápice do reconhecimento da figura pública de representação. As insígnias do Visconde de Souza Soares passariam a compor os rótulos dos produtos homeopáticos e figurar nas capas de seus almanaques, impulsionando assim, as relações comerciais e conferindo notoriedade.

### **2.3 A família Souza Soares do Brasil: o casamento luso-brasileiro**

Para o historiador Giovani Levi (*In* Vendrame *et al*, 2015, p. 14), os estudos sobre a família, levam a interpretações parciais e distorcidas das “lógicas econômico-sociais dos comportamentos familiares”, por simplificarem o contexto de referência e isolarem elementos singulares. Segundo o autor a centralidade do problema está em compreender a família “como um conjunto, bem como aquele da composição da sua renda”. O autor também enfatiza que “elementos emotivos ou simbólicos ligados à família possuem uma estreita conexão com a base material da produção de renda”.

Ao se pensar na trajetória do sujeito, aqui analisado em uma escala reduzida, este aparece não apenas inserido num contexto familiar de suas origens, em Portugal, mas também, como indivíduo que protagoniza a família em formação, no Brasil. Desse modo, não se pode negligenciar nenhuma das condicionantes singulares nascidas a partir desse núcleo social e que, na maioria das vezes, irão refletir os elementos emotivos de cujos signos cabe interpretação.

O autor, também, referencia o risco de estudos sobre a família parecerem, por vezes, imprecisos por serem executados de forma genérica, uma vez que, adentrar as particularidades familiares demandaria um trabalho exaustivo, complexo e volumoso.

A exemplo disso tem-se o resultado das pesquisas da genealogista Carmen Souza Soares Reis, que duraram em média vinte anos de investigação<sup>40</sup> em fontes privadas e públicas, enriquecidos pelas oralidades dos familiares, e que escapam ao generalismo e concorrem para muitos olhares micro analíticos. Segundo ela, logo que José Alvares chegou ao extremo sul do país enfrentou dificuldades resultantes de errôneas transações comerciais feitas ainda na região norte. Dado que, quando dos preparativos para sua viagem, ele teria passado sua parte no *Bazar da Moda* para o irmão António Pedro, constituindo um procurador para liquidar seus outros negócios. Na ocasião o tal sujeito, de identidade desconhecida, o teria enganado deixando-o “na pobreza”. Por esse motivo viu-se forçado a hipotecar seus pertences a fim de custear a passagem para o Sul (Reis, 2014, p. 125).

Ao chegar, radicou-se em Rio Grande. Valendo-se dos conhecimentos aprendidos sobre as fórmulas homeopáticas e a experiência adquirida no ramo comercial, não demorou a abrir o próprio negócio naquela cidade. Estabeleceu sua pequena farmácia “na Rua Dom Pedro II nº 81, na esquina da Rua 24 de Maio. Foi ali que no ano de 1873 começou a manipular seus produtos e lançou definitivamente o fundamento de seu próspero futuro” (Reis, 2014, p. 125). Como estratégia de vendas panfletava, ele mesmo, de porta em porta os impressos que mandava fazer para divulgar seu estabelecimento (Figura 9).

---

<sup>40</sup> Informação oral em comunicação de Carmen Souza Soares Reis, em 13 de abril de 2022. Encontro de familiares e pesquisadores. Clube Caixeiral de Pelotas. Pelotas. RS.

Figura 9 – Casa da Rua Dom Pedro II. Rio Grande. RS.



Fonte: (Reis, 2014, p. 126)

Segundo Carmen Reis (2014), ele foi ganhando visibilidade e se relacionando com demais comerciantes locais. Um desses negociantes era Vicente da Silva Ramos, um sujeito de ascendência lusa, “rico proprietário” da Marchetaria Ramos e do açougue do Mercado Público, e herdeiro de terras, gado e de um negócio de exportação de charque. Ramos, se fazia um vulto de projeção na localidade, também, enquanto provedor da Ordem de São Francisco de Assis, ocupando cargos de Síndico e de Procurador Geral da Ordem. Por frequentar a casa desse importante morador da cidade de Rio Grande, José Alvares acabou desposando uma de suas filhas – Joana da Silva Ramos. Configurando, assim, um movimento recorrente entre os imigrantes lusos e os brasileiros socialmente bem-posicionados. O mutualismo das duas nacionalidades mantinha a interpelação entre negócios e vida privada. Sabe-se que, por vezes, essas aproximações expressavam interesses comuns com significados de projeção e acolhimento – servindo de alavanca social para o imigrante, e validando o fortalecimento de distinção social para as famílias brasileiras proporcionado por esses europeus de origem fidalga (Heinz, 2006).

José Alvares, embora tenha chegado ao Brasil sem condições econômicas, trouxe consigo uma origem nobre de família, caracterizando a complexidade das alianças em múltiplas esferas, inclusive nas relações de compadrio.

Validando esse pensamento, as pesquisadoras Ana Pessoa e Ana Lúcia Santos (2019), dialogam a respeito das condicionantes sociais que atuavam junto a sociedade brasileira, dizendo que:

[...] a comunidade portuguesa mantinha estreitos laços afetivos, sociais e religiosos; compartilhava relações de parentesco e compadrio, sociedades e acordos de negócios [...] essa convivência da colônia portuguesa propiciava o casamento dos jovens emigrados com filhas dos conterrâneos já estabelecidos, onde o dote da noiva servia de financiamento aos negócios do jovem casal (Pessoa; Santos, 2019, p. 101).

O casamento entre Joana e José Alvares, ocorreu no dia 27 de setembro de 1873 na Igreja Matriz da cidade de Rio Grande. Suas idades eram de 20 e 27 anos, respectivamente (Reis, 2014, p. 126), (Figura 10).

Figura 10 – Fotografias de: Joana, à esquerda; José Alvares, à direita.



Fonte: (Reis, 2014, p. 127).

Os recém-casados, radicaram-se em Pelotas a partir do dia 29 de janeiro, no ano seguinte ao do casamento. Primeiramente residiram em uma casa na Rua Gonçalves Chaves, “num dos últimos quarteirões na direção do porto”. A possibilidade de um cenário mercantil promissor, fez com que deixassem a cidade de Rio Grande. No mesmo ano, 1874, José Alvares inaugurou a primeira farmácia homeopática de Pelotas, na zona central da cidade. Com os rendimentos sempre a crescer pôde ampliar os negócios. A maior conquista do imigrante em Pelotas foi, sem dúvida, a construção do Parque Pelotense. O empreendimento iria marcar a sociedade local, conforme será tratado em capítulo específico.

José Alvares de Souza Soares mudou-se com a esposa Joana e seus três primeiros filhos para a residência construída no Parque Pelotense. Segundo Carmen Reis, ali foi começada a família Souza Soares do Brasil. Ao todo, o casal teve sete filhos – todos criados no Parque Pelotense.

José Alvares de Souza Soares, proprietário e diretor do recém-inaugurado Parque Pelotense, levou a sua família para morar na bela casa de residência que construía, adjacente ao Laboratório Homeopático. No ano da inauguração do Parque, a família Souza Soares era constituída por um jovem casal com três filhos pequenos. José tinha apenas 37 anos de idade quando inaugurou o Parque Pelotense. Sua esposa Joana tinha 31 anos. Elvira estava com oito, Leopoldo com cinco, [...] Miguel completou três anos de idade já na casa em que viveria toda a sua vida. Na casa do Parque nasceram Eduardo em 9 de agosto de 1884, Joana em 12 de maio de 1886, e Luzia em 16 de novembro de 1887. José o filho mais novo, nasceu na cidade no dia 1º de março de 1891. Uma epidemia de *influenza* tinha obrigado a família Souza Soares a sair temporariamente do Parque e alojar-se em casa de amigos (Reis, 2014, P. 134).

As ocupações de Joana iam desde a gerência do lar, até ao envolvimento com detalhes ornamentais da residência da família e do próprio parque em suas áreas descobertas e de livre acesso ao público. Ela também se encarregava do cultivo de flores, com o aval e a ajuda do marido, que entendido de botânica, a estimulava. Notícias dos periódicos locais enfatizavam a importância dada aos espécimes de flores que serviam de premiação para os concursos e brincadeiras que havia no Parque, promovidos e patrocinados por José Alvares:

“Ao Parque

[...]

*Os frequentadores podem tirar UM LINDO PREMIO!*

*O porteiro entregará um numero, em troca de cada bilhete de entrada de 400 reis, que dará direito ao portador a tirar o premio de uma linda begônia, em vaso, ou de qualquer outra planta de valor, existente no Expositor do estabelecimento. O numero de premios, será equivalente a 10% do numero de entradas. O numero principiara de 1 a 9 conforme a sorte o marcar, tirado por qualquer criança, e d’ahi sempre com augmento de 10; por exemplo: se o numero marcado por sorte, for 7, será premiado o n. 7, 17, 27, 37, 47; e assim por diante. Cada planta achar-se ha marcada com nove números seguidos, afim de não haver dificuldade na entrega dos premios. O numero premiado apparecerá as 6 horas, em frente do Expositor, e em seguida se procederá a distribuição dos premios. Hoje, pois, póde com 400 reis, gosar uma bela tarde no nosso aprasivel Parque, ouvir um importante concerto musical, e ainda receber uma linda planta no valor de 2\$000 3\$000 ou 4\$000!!*

*Ao Parque, pois, hoje.*

*O administrador. – J. Simões.”.<sup>41</sup>*

O protagonismo de Joana em afazeres domésticos, e outras atividades relacionadas ao gênero feminino nada mais é, no presente, do que atestações de uma sociedade ainda considerada protoindustrial onde as mulheres das classes abastadas não tinham, senão, a ocupação para com os filhos e, também, para com trabalhos de diletantismo e de cunho cultural (Hobsbawm, 2020).

No momento em que a família residia no Parque, José Alvares já era considerado um homem influente na sociedade, havia enriquecido o suficiente para adentrar os círculos elitistas, e mais, com condições de sobressair-se. É nesse período que toda a manifestação de cunho exibicionista se dá. Um exemplo disso foi a festa de batizado dos três filhos menores, ocorrida na residência do Parque Pelotense. Os elogios publicados em periódico da região davam conta de valorizar cada detalhe e de ufanar o criador do Parque e seus convivas: “*O que Pelotas conta de mais seleto na sua primeira sociedade*”. Segundo a mesma crônica, o lugar fora enfeitado com lanternas venezianas, lampeões chineses, lâmpadas belgas, bandeiras, galhardetes e flores. As salas da casa tiveram decorações temáticas variadas. Houve a execução da banda musical Apolo. Para o acesso ao parque foram disponibilizados bondes em horários especiais. As danças irromperam a madrugada e o evento culminou com o

---

<sup>41</sup> Anúncio publicado na segunda página do jornal *Onze de Junho*, de propriedade de Antônio da Silva Moncorvo Junior, no dia 2 de fevereiro de 1883. Acervo da Biblioteca Pública Pelotense.

oferecimento de “*uma chávena de chocolate [...] e o t pido leite mungido no tambo do estabelecimento do Sr. Soares*”.<sup>42</sup>

Apesar das boas condi es financeiras da qual gozava a família, e dos conhecimentos científicos em medicina que possuía José Alvares, não foi possível impedir a morte prematura de sua esposa. “Joana era uma mulher rica, feliz, bem-casada e com filhos saudáveis. No entanto sua saúde era precária: sofria de hipertensão”. Joana veio a falecer no dia 29 de abril de 1894, quando estava em trabalho de parto. Aos 42 anos de idade, a esposa de Souza Soares sofreu uma eclampsia e síncope cardíaca, não podendo resistir a esses males. (Reis, 2014, p. 138).

Segundo a autora, após a morte da esposa, cujo sepultamento se deu no cemitério de Pelotas, e inaugurou um jazigo perpétuo para a família Souza Soares, José Alvares teria ficado em “estado de choque”, e depois desse acontecimento a família nunca mais teria sido a mesma. Os conflitos familiares dados pela ausência da mãe, iam desde as necessidades dos filhos menores até as incumbências atribuídas à filha mais velha, Elvira, que passara a assumir o papel maternal para seus irmãos sendo, também, encarregada de gerenciar a casa. Não se concebia, em meados do século XIX, que as mulheres das camadas mais altas da sociedade – que não precisavam contribuir com o sustento da casa – pudessem ser aut nomas e emancipadas. Para o pensamento da época, essa liberdade comprometeria o “futuro da família, que dependia da mulher como mãe.” (Hobsbawm, 2020, p. 331)

Naquela altura Elvira estava com vinte anos de idade, Leopoldo estava com dezessete, já assumindo algumas responsabilidades nos negócios da família, Miguel estava com quatorze, Eduardo com dez, Joana com oito, Luzia com sete e José com apenas três anos de idade.

O fato de estarem morando em uma área campestre, e de desfrutarem de fartas economias, tornar-se-ia relevante naquele momento.

Como não poderia deixar de ser, o tempo se encarregou de amenizar a dor que sentiram pela perda da mãe. A família gozava de excelente situa o financeira e isso ajudou na recupera o da saúde emocional das crianças.

---

<sup>42</sup> Nota do jornal *Correio Mercantil*. In REIS, Carmen Souza Soares. “*Souza Soares: a saga de uma família portuguesa no Brasil*”. Porto Alegre: Ed. do Autor, 2014, p.137.

Tinham criados para atendê-los em tudo que precisassem e viviam num lugar privilegiado, em que podiam brincar ao ar livre e fazer passeios em contato com a natureza. Tinham toda sorte de brinquedos importados. Leopoldo e Miguel foram dos primeiros rapazes de Pelotas que tiveram bicicletas. Andar de bicicleta passou a ser uma atividade alternativa para os passeios a cavalo (Reis, 2014, P. 139).

Na fotografia da família, atesta-se a ausência da matriarca enquanto a filha mais velha, ao lado do pai, tem ao colo seu irmão mais novo caracterizando a realidade que se seguira. Os filhos desse matrimônio, com as respectivas datas de nascimento: Elvira (1874); Leopoldo (1877); Miguel (1880); Eduardo (1884); Joana (1886); Luzia (1887); José (1891), (Figura 11).

Figura 11 – A família Souza Soares do Brasil. O viúvo José Alvares de Souza Soares, ao centro. Elvira, José, e Eduardo, à sua direita. Miguel, Leopoldo e Joana à sua esquerda, e Luzia, sentada



Fonte: (Reis, 2014, p. 140).

O início dessa família formada entre a brasileira Joana da Silva Ramos e o imigrante português José Alvares de Souza Soares, e todos os seus acontecimentos marcantes, vão apontar para os entrecruzamentos culturais dados a partir desse núcleo familiar como uma composição primária, visto que ainda seria formada a família portuguesa a partir do segundo casamento de José Alvares. Somado a isso, estão as mesclas entre as referências que levariam consigo do Brasil para Portugal, e as que encontrariam lá. A complexidade do intercâmbio familiar se intensificaria considerando as relações entre os que partiriam e os que iriam ficar.

Ocorre que, segundo Carmen Reis (2014), a partir da morte de Joana, após o luto fechado que o viúvo teria guardado pelo tempo de costume, ele passaria a ser visto em companhias femininas que desagradavam à filha Elvira, no que esta teria interpelado o pai e aconselhado a que se casasse novamente com “uma moça que estivesse à sua altura”. Nesse momento, a família passou a fazer os planos de uma viagem a Portugal, pois seria desejo de José Alvares rever a família, e talvez, desposar uma mulher de suas mesmas origens lusas.

Deixando de lado o pensamento do Romantismo e do ideal nostálgico, apontados por Jacob Guinsburg (2019), e trazendo as ações do sujeito para um olhar pragmático, é possível conceber suas escolhas a partir da compreensão do seu contexto histórico. Naquela época os casamentos entre pessoas da mesma família era uma prática comum, conforme será tratado mais adiante. Neste pequeno núcleo formado pelos Souza Soares que imigraram para o Brasil, tem-se o testemunho dos casamentos de Antonio Pedro com a prima Maria da Glória e de Lucrecia com o primo Bernardo Augusto. Também houve o casamento do primo de José Alvares, Paulo Francisco de Magalhães, que com ele havia chegado ao sul do país, com Beatriz da Silva Ramos, irmã de Joana.

A pesquisadora Ana Silvia Volpi Scott diz que:

[...] não foram apenas indivíduos que cruzaram o Atlântico, mas também laços de solidariedade, de confiança, a par de um conjunto de percepções e de uma cultura comum. Prova disso são as altas taxas endogâmicas do grupo na nova terra, reatualizando lealdades (Scott, 2007, p. 121).

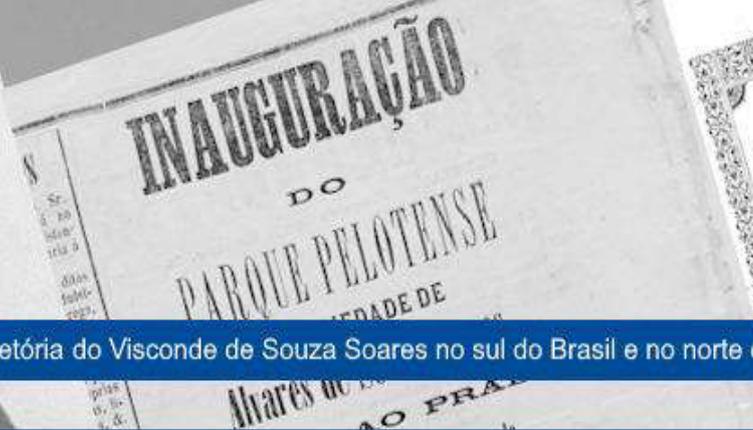
A autora refere-se aos que deixaram Portugal em direção ao Brasil, no sentido contrário, José Alvares faz seu retorno a Portugal, e lá faz alianças que igualmente irão reatualizar lealdades e laços de solidariedade, assim como, irão promover uma forte interface cultural. Aqui, cabe destacar, que também a sua filha Elvira irá se casar com o primo Torquato, irmão de sua madrasta.

O convívio do viúvo com a futura esposa se dera a partir de sua chegada na casa do Marmoiral em Vila Meã, e posteriormente, durante uma viagem que fez pela Europa, acompanhado das jovens Elvira e Maria de Assumpção Teixeira Leite Cardoso Brochado. A filha de José Alvares e sua prima, e futura madrasta, tinham a mesma idade e logo ficaram amigas, o que teria ocasionado o convite a que ela acompanhasse o pai e a filha no *tour* pela Europa, planejado para que Elvira colocasse em prática suas lições de francês e entrasse em contato com a cultura de outros países. “Resolveu convidar a prima Assumpção para acompanhá-los numa viagem a Paris. Assim teve início o romance que chegaria ao altar no ano seguinte” (Reis, 2014, p. 143).

Depois da estada na Europa, a família retornou ao Brasil. José e Assumpção trocaram muitas cartas, durante um ano, até que ele retornasse a Portugal para as bodas – fato que diz respeito ao começo da família Souza Soares de Portugal – que será tratado mais tarde<sup>43</sup>.

---

<sup>43</sup> O capítulo 5, que trata do retorno de José Alvares para Portugal, abre espaço para as análises dessas cartas de cunho pessoal, trocadas entre ele e sua noiva Assumpção, e para as cartas que recebera de seus funcionários, que escreviam a partir do Parque Pelotense, enquanto residia temporariamente em Portugal para os preparativos de seu segundo casamento.



Brasileiros de torna-viagem: a trajetória do Visconde de Souza Soares no sul do Brasil e no norte de Portugal (1872- 1908).

# Capítulo 3



### 3 Peitoral de Cambará: a árvore das patacas

*No horizonte estava a determinação de encontrar a árvore das patacas, enriquecer e retornar vitorioso à terra natal. Além disso, divisavam uma nesga da boa vida sonhada já no próprio ato de escapar a uma existência limitada por padrões de vida numa sociedade empobrecida, mesquinha e conservadora.*

Ana Sílvia Scott<sup>44</sup>

#### 3.1. Homeopathia, farmácias e pharmaceuticos

Pelotas é um município da metade sul do estado do Rio Grande do Sul, com aproximadamente trezentos e quarenta mil habitantes e que, atualmente, conta com mais de trinta farmácias homeopáticas. Este cenário contemporâneo é, também, fruto dos cursos de *Farmácia e Bioquímica* ofertados por três universidades da cidade, e tem como referência histórica o pioneiro estabelecimento desse tipo: o “*Laboratorio Homeopathico Rio-grandense*”, fundado por José Alvares de Souza Soares, em 1874, quando a localidade ainda não contava com usina elétrica ou água encanada. A farmácia situava-se na zona central da cidade, à Rua do Imperador, atual Rua Félix da Cunha, número 115. Essa iniciativa logo mostrou rendimentos. Seu crescimento significativo e rápido deu-se em função da produção do xarope Peitoral de Cambará. A farmácia/laboratório chegou a ter outros quatro endereços, todos na zona central da cidade. Os estabelecimentos iam evoluindo, conforme comportava seu crescimento financeiro: “mudou-se para a Rua de São Miguel – atual Quinze de Novembro; para a Rua General Osório nº 112; para a Rua de Santa Bárbara – atual Marechal Deodoro, nº 62 – onde se encontrava em 1886. Esteve também no nº 117 da mesma rua.”<sup>45</sup> Entretanto, o endereço que se distinguiu dos demais, foi o de número 310 da Rua General Neto. Ali, ele pôde estabelecer o depósito central dos seus produtos, enquanto a fábrica funcionava à pleno, instalada no Parque Pelotense. O sobrado

<sup>44</sup> In SCOTT, Ana Sílvia. “Os portugueses”. São Paulo: Contexto, 2018.

<sup>45</sup> Segundo consta de panfletos impressos pela Casa Souza Soares, sem data. In REIS, Carmen Souza Soares. “Souza Soares: a saga de uma família portuguesa no Brasil”. Porto Alegre. Ed. Do Autor, 2014, p. 129.

suntuoso, ali erguido, qualificava as posses de José Alvares, servindo como artifício simbólico de representação (Figura 12).

Figura 12 – Casa da Rua General Neto nº 310



Fonte: (Reis, 2014, p. 130).

A projeção alcançada pelos empreendimentos de Souza Soares começados na cidade de Rio Grande, em 1872, e em seguida desenvolvidos em Pelotas, a partir de 1874, e que acabaram por atingir alguns centros internacionais, pode fazer crer que ele tenha sido o introdutor da homeopatia na região. Porém, há registros de ter havido na, então, vila de São José do Norte<sup>46</sup>, em 1849, um consultório homeopático para pobres instalado em uma das salas da Câmara Municipal sob a direção do Dr. E. J. Adhermann, enquanto em Pelotas, a referência mais antiga a respeito da prática homeopática remeta à Josefilo de Souza Brandão, que teria atuado na cidade no ano de 1857 (Weber, 2005).

<sup>46</sup> São José do Norte é um município sul-rio-grandense que dista 8,9 Km de Rio Grande, e que foi emancipado em 1831. Informação obtida através da página virtual da Prefeitura de São José do Norte. Disponível em <https://www.saojosedonorte.rs.gov.br>. Acessado em 08/05/2023.

A homeopatia foi considerada uma nova ciência que surgiu no século XIX, a partir dos experimentos do médico alemão Cristian Friedrich Samuel Hahnemann<sup>47</sup>. A novidade dessa doutrina estava em buscar a cura de muitas enfermidades, tratando o doente e não a doença, discordando assim, dos tratamentos da medicina tradicional que via o ser humano de forma materialista e mecanicista. Os procedimentos convencionais ofereciam a “cura aos pedacinhos” como referiu o Dr. Sabino Pinho, autor de *Thesouro Homeopathico ou Vade-mecum do homeopatha* (Sigolo, 1999).

Foi no ano de 1840 que a homeopatia, com seus estudos e práticas, adentrou o Brasil, através de Benoit Müre, conforme será tratado a seguir. A princípio, o novo meio de tratamento de saúde não foi bem recebido. A sociedade da primeira metade do século XIX não via com bons olhos os métodos que se contrapunham à medicina tradicional e seus procedimentos ortodoxos (Míkola, 2011). Uma desconfiança justificada pelo próprio desenvolvimento das terapias medicinais no Brasil – diáspora indígena, que antecedeu a colonização.

De acordo com Wanna Célli da Silva Souza (2014), em Portugal entre os séculos XVI e XVIII, predominava o desconhecimento médico/intelectual a respeito do corpo humano, sendo que muitas das práticas para tratar as doenças eram consideradas obscuras, pois, tinham caráter místico como o curandeirismo, já praticado no Brasil mesmo antes da experiência colonial.

As crenças, as superstições, as visões mágicas, os ofícios dos curandeiros, também serviam para justificar aquilo que não se podia explicar, especialmente na comunidade brasileira do século XVIII que parecia não ter os avanços científicos suficientes para dar conta dessas demandas, ficando o mundo luso-brasileiro à parte do “século das luzes”. “A magia e a cura são apresentadas como pontos centrais das atividades realizadas tanto por curandeiros, quanto pelos licenciados portugueses que estiveram na Colônia” (Badinelli, 2014, p. 15).

---

<sup>47</sup> “Hahnemann, alemão de nascimento, viveu de 1755 a 1843. Filho de um operário luterano, pobre de nascimento, sustentou seus estudos de medicina com a tradução de textos franceses, ingleses e italianos para o alemão, aproveitando seu pendor para as línguas, tendo se doutorado aos 24 anos em 1779 pela Universidade de Erlangen. Cinco anos depois publicou seu primeiro trabalho importante, um ensaio onde criticava a ausência de princípios para indicar o poder curativo dos remédios na medicina”. In MIKOLA, Nádia. “A inserção da homeopatia no Brasil e o espiritismo como estratégia de legitimação. 1860-1890”. Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá-PR, v. III, n.9, jan/2011., p. 02.

No período pós-colonial, e mesmo até meados do século XIX, os conhecimentos científicos no Brasil ainda eram deficitários. Tentava-se implementar a medicina praticada na Europa de forma insípida. Algumas informações sobre a homeopatia começariam a chegar à sociedade científica brasileira, no ano de 1811, através do Dr. Antônio Ferreira França, professor na Faculdade de Medicina e Cirurgia da Bahia. Na ocasião “fazia considerações um tanto quanto maledicentes sobre a doutrina, desestimulando novos alunos a terem contato com o conhecimento homeopático” (Míkola, 2011, p. 04).

No entanto, no ano de 1840, mais precisamente no dia 21 de novembro – data escolhida para a comemoração da homeopatia no Brasil – chegava ao porto do Rio de Janeiro, Benoit Jules Müre, a bordo da embarcação francesa *Eole*. Bento Müre, como passou a ser tratado, foi discípulo de Hahnemann, e é apontado como introdutor da homeopatia no país. Foi nessa mesma época que o estadista e poeta brasileiro José Bonifácio de Andrada e Silva tornou-se conhecedor das cartas de Hahnemann e suas pesquisas no campo da homeopatia. Sendo José Bonifácio, também, um naturalista dedicado à mineralogia e Hahnemann um químico de renome, ambos se aproximaram para a troca de conhecimentos. Müre tornou-se um dos maiores propagandistas da nova doutrina, após ter sido curado de tuberculose, pelas mãos do homeopata e discípulo de Hahnemann, Conde Dr. Sebastião des Guidi (Míkola, 2011). Da mesma forma que, por volta de 1870, José Alvares entraria em contato com os fundamentos da homeopatia após ser submetido ao tratamento promotor de sua cura, tornando-se a partir daí um estudioso da nova ciência.

As práticas da medicina homeopática pareciam estar ligadas à um voluntariado, que pretendia alcançar tratamento para os mais necessitados. Muitas vezes, o uso de certas plantas medicinais que poderiam ser facilmente manipuladas, promoveria a cura de doenças de breve duração, de forma natural.

Segundo Marcus Zulian Teixeira (2021, p. 125), o pensamento hahnemanniano concebia o homem como um ser dotado de uma força vital interna, capaz de produzir a própria reação natural de defesa do organismo, através do princípio de similitude hipocrático - *similia similibus*. O autor, também vai dizer que Hahnemann “[...] repreendia qualquer modelo filosófico que pregasse conceitos distantes da simplicidade prática [...]”.

É por esse viés de acreditar em uma medicina simplificada e acessível a todos, que José Alvares irá prestar uma grande contribuição social, especialmente, através

das publicações de guias médicos com receitas caseiras e todo tipo de conselhos de ordem prática, para o bom funcionamento do lar, como é o caso do *“Auxílio Homeopático ou o Medico de Casa”* e do *“O Novo Medico ou a Medicina Simplificada ao Alcance de toda Gente”*.

### **3.2. A Medicina Simplificada ao Alcance de Toda a Gente: um modelo de atuação**

José Alvares de Souza Soares foi um sujeito de grande atuação em meio à sociedade pelotense dos oitocentos. Suas contribuições para com a comunidade local apontaram para uma multidisciplinaridade que adentrou as esferas: da política, da economia, da educação, do entretenimento e da saúde pública. Cabe considerar que todas essas vertentes possuem, intrinsecamente, um cunho cultural.

No âmbito político se posicionou como um abolicionista. O movimento contra a escravatura agregava membros influentes da sociedade visando interesses próprios, uma vez que, financeiramente, o momento se fazia desfavorável à manutenção do sistema escravocrata. Com o fechamento do tráfico negreiro em 1850, os custos para manter os escravizados – que no sul do país sofriam com as intempéries e o trabalho nas olarias – não era compensador aos seus senhores (Gutierrez, 1993). O empenho de José Alvares para com essa causa levou-o a fazer parte do Clube Abolicionista em 1881. A partir desta data passou a contribuir para o semanário *A Voz do Escravo*, cujas publicações perduraram até 1888 – ano da abolição da escravatura no Brasil. Acreditando na força das palavras, essas iniciativas concorrem para o pensamento de Roger Chartier quando diz que desde o regime antigo “a circulação multiplicada do escrito impresso modificou as formas de sociabilidade, autorizou novos pensamentos, transformou as relações com o poder” (Chartier, 1991, p. 178).

Segundo Carmen Reis (2014), José Alvares teria alforriado seus escravizados em uma cerimônia pública no ano de 1884 – quatro anos antes da promulgação da Lei Aurea. O que faz pensar em questões ideológicas servindo a um episódio de distinção social. A abolição era eminente, e a engrenagem política brasileira caminhava para isso, sem desprezar o fato de que os empreendimentos do sujeito não dependiam do trabalho escravo. Através dos chamamentos que fazia pelos

jornais a respeito de festas no Parque Pelotense, vê-se que José Alvares tinha predileção por contratar empregados de origem portuguesa.

Ainda que num período em que a comunicação não fosse veloz e abrangente como a de hoje, havia uma paridade entre os homens de relevância no cenário sul brasileiro. No mesmo ano, 1884, na região da campanha, outro senhor de escravizados promovia a mesma ação. Os cativos de Francisco Pereira de Macedo – futuro Visconde do Serro Formoso – receberam liberdade em ato público que influenciou estancieiros da região<sup>48</sup>. O alinhamento de Pelotas com a região da campanha, ou em torno do Prata, são exemplos do movimento que se espalhava pelo Brasil.

O Brasil aproximava-se da Abolição; um dos trechos mais conhecidos da obra de Smith é a síntese que faz do livro do dr. Couty, em que este analista, num relatório encomendado pelo governo, contrapõe as desvantagens do trabalho servil em Pelotas às vantagens do trabalho livre no Prata (Magalhães, 1993, p. 93).

Na esfera econômica, além de ser apontado como o fundador da primeira farmácia homeopática da cidade, sua maior contribuição para a economia local foi, de fato, a geração de empregos, sobretudo, a partir da criação do Parque Pelotense – o que também vai adentrar diretamente ao círculo do entretenimento e da cultura, conforme será tratado em capítulo próprio. O empreendimento tinha um sistema funcional semelhante ao de uma quinta portuguesa: com grandes áreas para plantio e criação de animais de pequeno e médio porte, mais a parte administrativa. Também funcionava no Parque a Fábrica do Peitoral de Cambará com setores de produção, empacotamento e correspondência. O complexo ainda contava com laboratório e tipografia. Para todos esses trabalhadores havia normas criteriosas que dispunham seus direitos e deveres. José Alvares desenvolveu um sistema de aposentadoria para que seus funcionários ficassem garantidos em caso de doença ou invalidez. E para que o Parque Pelotense pudesse se desenvolver com um sistema organizacional próprio e autossuficiente, o imigrante também fundou a Escola Popular, que atendia

---

<sup>48</sup> Informações extraídas da dissertação de Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural. Intitulada: *“As decorações pictóricas da casa senhorial da estância do Serro Formoso. Lavras do Sul/RS”*. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2022/06/> .

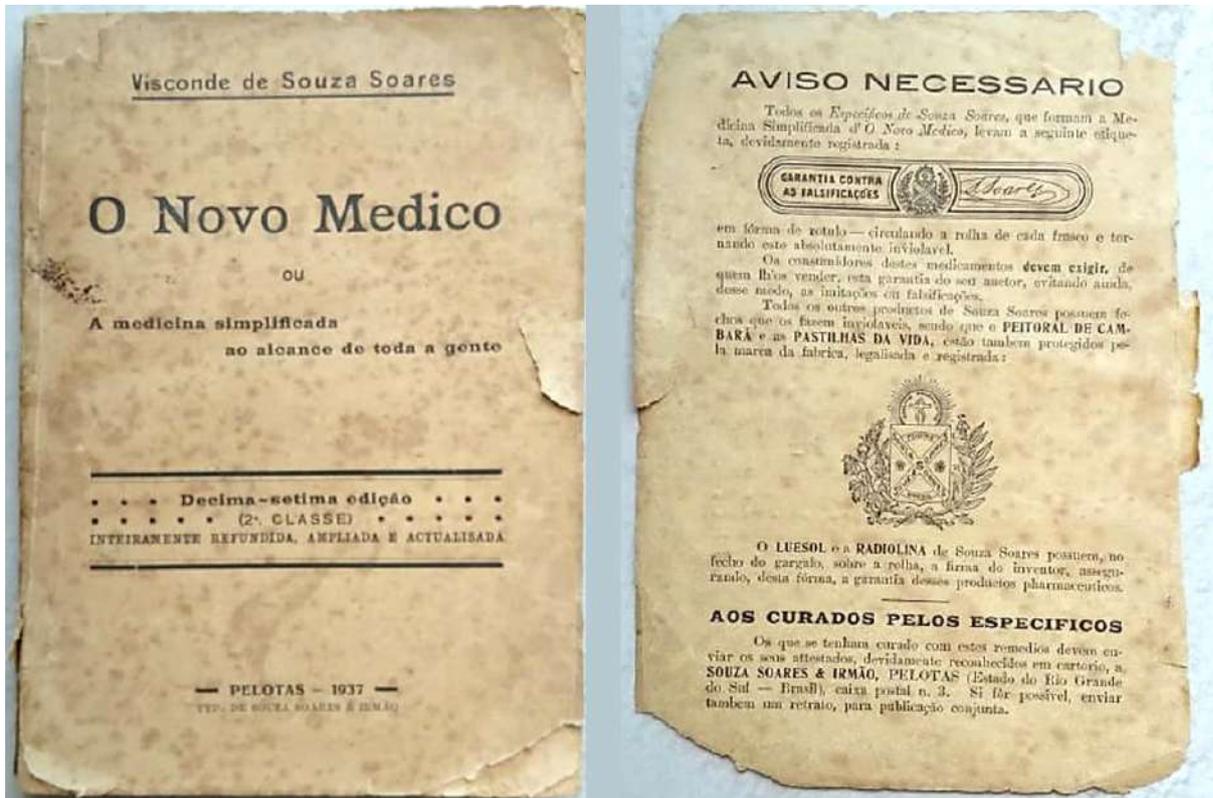
seus próprios filhos e os filhos de seus funcionários de forma gratuita, inclusive, com o fornecimento de material didático. Para lecionar nessa instituição, foram contratados renomados professores da cidade – assuntos que serão tratados a seguir.

Acompanhando os propósitos do pensamento hahnemanniano e, mesmo, seguindo os passos do próprio pai, José Alvares adotara um meio de levar conhecimento sobre doenças e tratamentos às pessoas de todas as camadas sociais, o que pelo menos teria sido o seu intento, através das publicações de guias médicos e almanaques que eram distribuídos gratuitamente. Como um agente social, nesse momento, o imigrante atestou e legitimou um poder simbólico, na direção dos seus mitos dominantes (Hall, 2006), transmitido pela materialidade da sua produção (Bourdieu, 1989).

O primeiro livreto publicado foi o *“Auxílio Homeopático ou Medico de Casa”*, quando José Alvares estaria ainda residindo em Rio Grande, no ano de 1873. Devido a boa repercussão alcançada junto à sociedade teve uma segunda edição, melhorada e com acréscimos, publicada em Pelotas em 1880. Este guia medicinal chegou a ter vinte edições e foi publicado até 1924 – o que significa que continuava tendo sucesso mesmo depois da morte de seu autor, ocorrida em 1911. A sociedade da época ansiava por ter maior conhecimento e sanar seus males físicos, tendo em vista os débeis tratamentos ofertados à saúde pública, que se opunham a tratamentos caros e de acessos restritos. Foi, então, que José Alvares fez publicar *“O Novo Medico ou a Medicina Simplificada ao Alcance de Toda Gente”*. A primeira edição foi no ano de 1887, provavelmente, impressa pela própria tipografia. Este, chegou a ter dezenove edições sendo a última publicada em 1946, já com revisão e acréscimo de seu filho Miguel de Souza Soares, e impresso pela tipografia de *“Souza Soares & Irmão”*. O pequeno livro de 11 cm de largura e 15,5 cm de altura e 240 páginas, provavelmente tenha sido pensado para ser “um livro de bolso”, fácil de transportar e manusear, concorrendo para o relato de Carmen Reis (2014, p.128), de que “muitas famílias brasileiras e portuguesas tinham seus livros sempre à mão, servindo de orientação para lidar com as enfermidades que as afligiam no seu dia-a-dia.” Nos acervos de

família foram encontrados exemplares da décima sétima e décima nona edições, de 1937 e 1946, respectivamente<sup>49</sup> (Figura 13).

Figura 13 – Exemplar de O Novo Medico. Capa, à esquerda. Contracapa à direita



Fonte: Acervo de Leonor Souza Soares.

Em ambos os exemplares, tem-se na contracapa a imagem do selo de garantia e qualidade dos produtos, com a advertência, sob o título destacado em letras maiúsculas de “*AVISO NECESSARIO*”: “*Todos os Especificos de Souza Soares, que formam a Medicina Simplificada d’O Novo Medico, levam a seguinte etiqueta, devidamente registrada:*”<sup>50</sup> Abaixo destes dizeres vem a imagem da etiqueta (Figura 14).

<sup>49</sup> Sabe-se que mais tarde, também publicou uma “*Nova Guia Homeopathica*” com igual êxito, porém, sem exemplares preservados e de datas e edições desconhecidas.

<sup>50</sup> Trecho extraído do guia *O Novo Medico ou a Medicina Simplificada ao Alcance de Toda Gente*. Edição de 1937, s/n. Acervo de Leonor Souza Soares.

Figura 14 – Selo de garantia presente em O Novo Medico



Fonte: Acervo de Leonor Souza Soares.

Logo abaixo da imagem tem-se a continuação das recomendações:

*“em forma de rótulo – circundando a rolha de cada frasco e tornando este absolutamente inviolável. Os consumidores destes medicamentos **devem exigir**, de quem lh’os vender, esta garantia do seu auctor, evitando ainda, desse modo, as imitações ou falsificações.”* (grifo original).<sup>51</sup>

Essas e outras precauções sobre o controle de autenticidade dos produtos, que aparecem na obra, são referentes à *Sociedade Medicinal Souza Soares & Irmão*, contudo, recomendações desse tipo já apareciam, em anúncios e materiais promocionais, desde o período em que a formação da empresa estava sob a direção de José Alvares. O seu legado não fora esquecido pelos filhos e tem destaque no guia médico. A primeira página contém uma referência a Samuel Hahnemann, que era feita pelo próprio José Alvares:

*“O Auctor diz como HANEMANN: Não vos peço que deis credito ás minhas palavras; peço-vos sómente que façaes experiencias, mas fazei-as como eu as tenho feito, segundo os preceitos que vos dou, e ficareis então convencidos...”* (grifo original).<sup>52</sup>

Por essa máxima, lembrada na elaboração da obra, vê-se que se fazia necessária a recomendação de dar crédito ao tratamento homeopático. Também era preceito de Hahnemann a simplicidade das terapias. Para José Alvares, esse sempre foi um ponto de interesse, e os guias médicos deveriam ser interpretados com

<sup>51</sup> Trecho extraído do guia O Novo Medico ou a Medicina Simplificada ao Alcance de Toda Gente. Edição de 1937, s/n. Acervo de Leonor Souza Soares.

<sup>52</sup> *Idem*.

facilidade. A obra traz em sua “*Introdução*” a seguinte explicação, seguida da nomenclatura das fórmulas:

*“A nomenclatura adoptada pelo Auctor, nestes productos, evita os enganos em sua applicação e facilita muito o tratamento das molestias, pois não se precisa ser medico para saber que*

*‘Febrilina’ é remédio para as febres em geral;*

*‘Nervosina’, para as affecções nervosas, moraes e mentaes;*

*‘Epidermina’, para as molestias da epiderme ou pelle;*

*‘Respirina’, para as molestias dos órgãos respiratorios;*

*‘Estomachina’, para as molestias do estomago e paladar;*

*‘Intestinina’, para as molestias dos intestinos;*

*‘Urinarina’, para as molestias das urinas e órgãos urinários;*

*‘Uteririna’, para as molestias do útero e outros órgãos da mulher;*

*‘Doridina’, para as dôres;*

*‘Inflamina’, para as inflamações e congestões;*

*‘Depuridina’, para as impurezas do sangue: affecções escrofulosas e syphiliticas e suas consequencias.”<sup>53</sup>*

As instruções para o modo de uso das fórmulas pretendiam ser o mais claras possível. E numa época em que o empirismo era largamente praticado, José Alvares preconizava a automedicação, através de tratamentos caseiros e do uso de seus Específicos:

*“1º Como poderei ser médico de mim mesmo?*

*Sinto-me com febre e uma dôr no lado direito, abaixo da costella, em fórma de pontada, com bastante sensibilidade ao palpar, tosse e a respiração embaraçada. De que soffro pois? Como devo procurar remedio para a minha cura, eu que não sou medico e não entendo nada de medicina?*

*\_ Nada mais facil e simples de o saber.*

*Pela descripção anatômica do corpo humano, que aqui se encontra bem clara e em linguagem verdadeiramente popular, vê-se que aquella região é a do fígado e não a dos pulmões, e pela sensibilidade e febre existentes, trata-se de INFLAMAÇÃO naquela glândula. Portanto, já se sabe que é ‘Inflamina’ o seu remédio principal. Porém, como existe tambem FEBRE, é preciso que*

<sup>53</sup> Trecho extraído do guia O Novo Medico ou a Medicina Simplificada ao Alcance de Toda Gente. Edição de 1937, s/n. Acervo de Leonor Souza Soares.

*seja dado alternadamente com 'Febrilina', até que acalme o sofrimento. Nada, pois, mais simples e compreensível!"*<sup>54</sup>(grifo original).

Outro conteúdo importante do guia médico, são os testemunhos de médicos conceituados e pessoas idôneas. Com o título de “Apreciações de valor”, os muitos elogios corriam, como a exemplo deste:

*“O illustre clinico do Porto (Portugal), Sr. Dr. Braz de Sá, antigo lente da Escola Medico-Cirurgica de Nova Gôa e antigo director dos hospitaes do Moçambique e Lourenço Marques, diz a respeito deste tratado de medicina: **O Novo Medico** pelo Visconde de Souza Soares, é um novo methodo de curad'enfermidades, por meio de remedios Especificos d'alto valor scientifico, que simultaneamente reuñem a vantagem d'innocuidade, facilidade no emprego, efficacia, rapidez d'acção medicamentosa e economia. Este novo e utilissimo livro, pela sua incontestavel importância para o publico, é o braço que attesta o quanto podem o saber e o trabalho aliados. O seu illustre e infatigavel auctor, fazendo entre nós a humanitaria propaganda do seu magnifico systema de cura, tem-se tornado credor de geraes sympathias. Não é pela primeira vez que S. Ex<sup>a</sup>. Apresenta ao criterio do mundo medico, principalmente, suas innovações scientificas; desde 1874 o nome de Souza Soares é conhecido e, como tal, devidmente apreciado.”*<sup>55</sup> (grifo próprio).

Ao final do pequeno livro, era apresentada uma tabela de preços por frascos, sendo também, ofertada uma caixa de madeira contendo o conjunto dos Especificos. Os valores atualizados em 1937, constavam na última página da seguinte forma:

*“Alterações destes preços de Remessas pelo correio. Especificos de Souza Soares.  
1 frasco, 4\$400; 2 fr., 8\$000; 3 fr., 11\$000; 4fr., 15\$500; 5 fr., 19\$000; 6 fr., 22\$700; 1 duzia, 37\$600; uma botica completa, de madeira fina, lustrada, com os 36 medicamentos e com 'O Novo Medico', em bom papel com ilustrações e encadernado, 122\$000. Pastilhas da Vida – 1 caixa, 7\$300; 2 caixas, 13\$800; 3 caixas, 20\$500; 6 caixas, 40\$000.”*<sup>56</sup>

Alguns dos materiais promocionais, eram ilustrados com o desenho da tal caixa com as amostras. A reprodução mostrava que na parte interna da tampa havia uma legenda para a identificação de cada fórmula, a razão social da empresa – “Sociedade Medicinal Souza Soares Ltda.”. Nesta gravura aparece também um exemplar do guia *O Novo Médico ou a Medicina Simplificada ao Alcance de Toda Gente*, que estava

---

<sup>54</sup> *Idem.*

<sup>55</sup> Trecho extraído do guia *O Novo Medico ou a Medicina Simplificada ao Alcance de Toda Gente*. Edição de 1937, s/n. Acervo de Leonor Souza Soares.

<sup>56</sup> *Idem.*

sempre a ser divulgado. Da caixa original ainda se pode observar a sua pertença – “Depósito Geral em Pelotas”, além da logomarca da sociedade centralizada e destacada em vermelho (Figura 15).

Figura 15 – Gravura em material publicitário, acima; caixa mostruário à esquerda embaixo. O Novo Medico, à direita embaixo



Fontes: (Lima, 2010, p.86) acima e à esquerda embaixo. Acervo de Leonor Souza Soares à direita embaixo.

Em carta de 5 de novembro de 1897 endereçada à Vila Meã – onde se encontrava José Alvares depois das segundas bodas – aparece minuciosa descrição sobre as caixas de madeira usadas para guardar os frascos dos remédios, que

também serviriam de mostruário para representantes e vendedores. O trecho da carta diz:

*“[...] Específicos: Já tenho prompta uma porção regular de cada um dos remédios específicos e continuarei no preparo deles em maior porção para aproveitar o tempo que tem permanecido secco. Caixinhas: por uma amostra que veio do marceneiro, vejo que as dobradiças são muito pequenas e sem resistência para supportar a madeira relativamente grande. Vou empregar um resto de dobradiças que aqui tem em melhores condições q. aquelas e também umas que tem a venda a Casa Elyseu Antunes. As pequenas podem, parece-me, ter aplicação nas outras de 12 e 24 tubos glob. [...]”<sup>57</sup>*

Outro modelo de publicação que teve grande êxito foi o dos almanaques. De acordo com a pesquisadora Adriane Ramires (2017, p. 153), os almanaques acompanhavam as mudanças sociais, agindo sobre as percepções dos indivíduos. Ela relaciona as demandas dos almanaques com uma parcela elitista da cidade, especialmente, à entrada do século XX, e destaca o *Almanaque da Família*, elaborado e publicado pela *Sociedade Medicinal Souza Soares*, provavelmente de 1899 até 1924, como sendo das principais publicações desse formato, no período, juntamente com o *Almanach Popular Brasileiro*, de 1894 a 1908, e o *Almanaque de Pelotas*, de 1913 a 1935. Esses folhetins davam conta de dicas de moda, comportamento feminino, e todo o tipo de soluções caseiras para os pequenos percalços do cotidiano, além de exibir os reclames das grandes fábricas e lojas da cidade.

As publicações do *Almanach da Família* deveriam ser anuais e continham calendários de datas comemorativas, fases da lua e dias santos. Em suas páginas se encontravam todo tipo de dicas para o lar: recitas culinárias, misturas para tirar manchas, procedimentos para armazenar alimentos, unguentos para picadas de insetos ou queimaduras por fogo, etc. O exemplar de 1899 traz na primeira página conselhos para a educação das crianças. Com os superlativos próprios dos oitocentos, o texto assinado por Claudia de Campos, constituía em uma crítica sobre o modo de educar:

---

<sup>57</sup> Carta enviada por Antonio Guimarães, um dos funcionários encarregados do Estabelecimento Industrial-Pharmaceutico e de assuntos pessoais de José Alvares. Datada de 05 de novembro de 1897. Escrita a partir do Parque Pelotense e endereçada à Vila Meã. Acervo de José Antonio Souza Soares.

*“são muitas vezes as próprias mães que, levianamente, cuidando contribuir para que seus filhos sejam um conjunto de preciosidades moraes, lhes dão a primeira idéa do mal, assacando-lhes defeitos que os inocentinhos nem sequer sonham ainda. Deploravel ilusão esta! Quem poderá observar sem magoa a mãe que, de dedo erguido a significar ameaça deante da frágil creaturinha, a quem deu a existência seis annos antes [...]”<sup>58</sup>*

Assim como nos guias médicos, os almanaques continham testemunhos de médicos de reconhecimento público e de pessoas que haviam sido curadas de suas enfermidades após fazer uso dos Específicos de Souza Soares. A contracapa da mesma edição apresentava os depositários dos *Específicos* e do *Novo Medico*, sinalizando que o depósito geral ficava no Rio de Janeiro, donde se pode observar a abrangência das vendas. Os depositários se encontravam em nove estados mais o Distrito Federal, sendo eles: Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. No Rio Grande do Sul, os produtos eram comercializados nas seguintes cidades: Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Uruguaiana, Livramento, Bagé, Taquary, Itaquy, Alegrete, Santa Vitória e Rosário. Abaixo da lista dos depositários de cada localidade constava a explicação:

*“Os Específicos do Novo Medico, de Souza Soares, encontram-se á venda também nas principaes pharmacias e drogarias do Brazil. Depósito Geral no Rio de Janeiro, á rua do Hospício n. 216.”<sup>59</sup>*

Já a contracapa da edição de 1903, exhibia tabela de preços, e novamente um anuncio ilustrado da caixa de medicamentos com novidades sobre eles, como os preparos apresentados em glóbulos e tinturas:

*“Medicamentos em globulos, em tubos medianos, 5ª. Dyn.:*

*1 tubo ..... \$800*

*1 dúzia ..... 8\$000*

*Em tintura, baixas dynamisações, em frascos de 10 grammas:*

*Tintura mãe ..... 4\$000, dúzia ..... 40\$000*

<sup>58</sup> Trecho extraído do *“Almanach da Familia”*, assinado por Claudia Campos. Exemplar de 1899. Acervo de Leonor Souza Soares.

<sup>59</sup> Informações contidas na contracapa do *“Almanach da Familia”*. Exemplar de 1899. Acervo de Leonor Souza Soares.

Da 1ª ..... 3\$000, dúzia ..... 30\$000  
 Da 2ª ..... 2\$500, dúzia ..... 25\$000 [...]”<sup>60</sup>

Abaixo da tabela completa, estavam as ressalvas sobre a isenção de imposto e o selo de qualidade, e a propaganda do guia homeopático (Figura 16):

“Estes medicamentos, por serem homeopáticos, estão isentos do imposto do sello. AUXILIO HOMEOPATHICO ou O Medico de Casa, por J. A. de Souza Soares, 4ª edição, muito melhorada, encadernado, com 596 paginas e o retrato do auctor – 10\$000.”<sup>61</sup>(grifo original).

Figura 16 – Exemplar do Almanach da Familia, de 1899. Capa à esquerda. Contracapa à direita.



Fonte: Acervo de Leonor Souza Soares.

<sup>60</sup> Informações contidas na contracapa do “Almanach da Familia”. Exemplar de 1899. Acervo de Leonor Souza Soares.

<sup>61</sup> *Idem*.

Novamente as correspondências enviadas a José Alvares, durante sua estada temporária em Portugal, antes do regresso definitivo, permitem observar as movimentações da fábrica no Brasil e, também, dão a noção de que ele participava ativamente de todas essas ações. Em carta de 10 de novembro de 1897, o sr. Alberto Rodriguez refere-se à distribuição do manual *O Novo Médico* e a produção do *Auxilio Homeopathico*. Diz ele:

*“O Novo Medico vae começar a ser distribuído logo que siga a primeira remessa de específicos para Porto-Alegre, o que será por estes dias.*

*O Auxílio já se acha composto até á pag. 240 e hoje acaba-se a impressão das pag. 193 a 208, de que junto uma folha. Penso que dentro de mez e meio está concluída esta obra, com cuja revisão terei, conforme recomendado, o maior cuidado”.*<sup>62</sup>

A correspondência enviada por Antonio Lessa, aponta para o intuito de José Alvares em fazer distribuir o guia *O Novo Medico*, em larga escala, atingindo todo o país:

*“Novo Medico – No Diario Popular; de 19, encontrará uma notícia sobre esta publicação. Os outros jornaes ainda nada disseram em atenção á sua recomendação. Apparentemente serão enviados exemplares a toda imprensa do paiz.”*<sup>63</sup>

Na carta de 29 de janeiro de 1898, mais uma informação sobre a publicação do *Auxilio Homeopathico*: *“Auxilio” – Terminou a revisão do Judice, que foi assas trabalhosa, e depois de amanhã far-se-ia a impressão d'elle. É de sentir que ainda não tenha chegado o anuncio que Vmcê ficou de enviar.*<sup>64</sup>

Através desse contingente de informações a respeito das publicações dos guias médicos, que eram dirigidas à José Alvares, pode-se avaliar a importância dada

---

<sup>62</sup> Trecho da carta de 10 de novembro de 1897, enviada por Alberto F. Rodriguez, um dos funcionários encarregados do Estabelecimento Industrial-Pharmaceutico e de assuntos pessoais de José Alvares. Escrita a partir do Parque pelotense e endereçada à Vila Meã. Acervo de José Antonio Souza Soares.

<sup>63</sup> Trecho da carta de 20 de novembro de 1897, enviada por Antonio Lessa, um dos funcionários encarregados do Estabelecimento Industrial-Pharmaceutico e de assuntos pessoais de José Alvares. Escrita a partir do Parque pelotense e endereçada à Vila Meã. Acervo de José Antonio Souza Soares.

<sup>64</sup> Trecho da carta de 29 de janeiro de 1898, enviada por Antonio Guimarães, um dos funcionários encarregados do Estabelecimento Industrial-Pharmaceutico e de assuntos pessoais de José Alvares. Escrita a partir do Parque pelotense e endereçada à Vila Meã. Acervo de José Antonio Souza Soares.

à esta ocupação dentro do Estabelecimento Industrial-Pharmaceutico. Entretanto, as atenções estavam sempre voltadas para a produção das fórmulas homeopáticas – os Específicos de Souza Soares –, especialmente, para o xarope campeão de vendas – Peitoral de Cambará –, que dominava o cenário das atividades da fábrica do Parque Pelotense.

### 3.3 O Peitoral de Cambará e os Específicos de Souza Soares

Sabe-se que em busca de enriquecimento os imigrantes portugueses atuaram no Brasil como: caixeiros, guarda livros, comerciantes de grosso etc. Para José Alvares a tão sonhada árvore das patacas não se apresentou propriamente como uma árvore, e sim, como um arbusto de folhas rugosas e com propriedades medicinais. O Cambará<sup>65</sup>, já utilizado pelos nativos da região, aguçou o espírito científico do imigrante que a partir dos conhecimentos adquiridos no Recife, pôde criar uma fórmula eficaz no combate as afecções pulmonares que afetavam a sociedade oitocentista em um período ainda longe das vacinas e dos antibióticos.

Tendo o proprietário e diretor do Laboratório Homeopático Souza Soares, José Alvares de Souza Soares, daquela cidade de Pelotas, sabido, em princípios de 1874, que, nesta rica serra, abundava, justamente nos lugares mais proveitosos, um arbusto medicinal conhecido, na província, com o nome de Cambará, não deixou este facto de lhe despertar a ideia de que, se esses lugares eram, com efeito, benéficos às pessoas sofredoras de doenças pulmonares – esse valor deveria ser atribuído às virtudes da planta “Cambará” não só pela inspiração naturalmente impregnada de partículas medicinais da planta, como pela absorção da água que rebenta entre as suas raízes (Souza-Soares, 1974, p. 80).

Segundo o genealogista José Delfim Souza-Soares (1974), filho de José Alvares, a produção do Peitoral começou entre os anos de 1874 e 1875. Foi devido ao poder de comercialização desse produto que José Alvares viu a necessidade de montar uma fábrica dedicada à sua manufatura. A exploração do lugar destinado às instalações desse complexo, como é notório, resultou na inauguração

---

<sup>65</sup> A palavra Cambará é de origem indígena e significa “folha de casca rugosa”. É o nome de uma árvore típica da região sul. Na praça central de Cambará do Sul é possível contemplar o espécime. Suas folhas verde-claro são conhecidas pelo poder medicinal. São ótimas no combate a gripes e tosses fortes. Informação obtida na página virtual da Prefeitura Municipal de Cambará do Sul. Disponível em: <https://www.cambaradosul.rs.gov.br>. Acessado em: setembro de 2023.

de um parque para lazeres em área marginal da cidade, onde a família Souza Soares passou a residir.

O prestígio de que gozava José Alvares na altura em que o Parque Pelotense foi inaugurado, permitia que este lograsse algumas distinções, como a de encomendar um hino para seu produto “de ouro” ao maior compositor e maestro da cidade de Pelotas, que chegou a ser regente da *Companhia Lírica Italiana Pedro Setragni*<sup>66</sup> – Antônio Pinto Bandeira. O feito enalteceu, ainda mais, as qualidades do medicamento e o expôs a uma maior visibilidade.

Como compositor, o maestro Bandeira é autor de um hino a São Francisco; um hino a São Geraldo; um *Tedeum*; um *Domini*; um Credo; uma Ladainha; uma Invocação ao Divino Espírito Santo; um Cântico ao Sagrado Coração de Jesus; um Canto da Verônica; a composição Melpômene, para orquestra sinfônica; um Hino da Abolição; e o que é pitoresco – um Hino ao Peitoral de Cambará, executado na inauguração do Parque Pelotense, em 2 de fevereiro de 1983 [...] (Magalhães, 1993, p. 190).

Nos primeiros anos de vendas o xarope já havia caído no gosto popular. Além dos efeitos benéficos, a mistura parecia ter um sabor agradável, contribuindo para o grande êxito da fórmula que, juntamente com as “Pastilhas da Vida” – outro sucesso de vendas –, alavancou o enriquecimento do sujeito.

[...] criou também as Pastilhas da Vida, outro produto de enorme sucesso popular: eram pastilhas de carvão vegetal para curar males do estômago. A exemplo do Peitoral de Cambará, essas pastilhas tinham sabor muito agradável. As crianças da família às vezes fingiam estar com tosse ou indigestão, para poder tomar o xarope ou mastigar as pastilhas (Reis, 2014, p. 130).

Para anunciar tais produtos era preciso investir em meios publicitários que fossem eficazes no convencimento à população. Distantes das atuais tecnologias digitais, as propagandas circulavam em anúncios de jornais – muitas vezes carregados de sensacionalismo –, panfletos, cartazes e cartões postais. Estes últimos iam buscar inspiração em desenhos e fotografias que poderiam ser

---

<sup>66</sup> “[...] Pietro Setragni, ou Pedro Setragni, seguindo a tradição de traduzir o nome para a fala local, mantendo o sobrenome italiano. Assim como tantos outros cantores italianos, o tenor Setragni tornou-se um diletante na América. Servindo a diversas companhias líricas mesmo quando já possuía a sua própria, Setragni tornou-se um agente importante da arte lírica no Brasil, na década de 1880.” In NETO, Diósnio Machado. *Do outro lado da ópera: as bandas como fator de expressão dos núcleos de pertencimento dos imigrantes, na virada do século XX*. Revista de Estudos Culturais. São Paulo: Ed. 4, EACH USP, 2019.

meramente ilustrativas, não tendo associação direta com o produto oferecido, como é o caso das paisagens bucólicas dos interiores europeus<sup>67</sup> (Figura 17).

Figura 17 – Postal publicitário. Frente, à esquerda. Verso, à direita.



Fonte: Acervo de Leonor Souza Soares.

Um dos primeiros reclames do xarope, que fez parte do extinto Museu Farmacêutico Moura<sup>68</sup>, denota uma expressão artística lúdica, quase ingênua. A pintura, de data e artífice desconhecidos, retrata uma figura feminina que lembra uma musa da mitologia grega a contemplar o frasco do remédio que aparece apoiado em uma nuvem e irradiando luz. Concorrendo para o pensamento da época a respeito da medicina homeopática, a iconografia apresentada remete ao abstracionismo de associação da cura, através de um medicamento natural, à um carácter místico, quase

<sup>67</sup> Outros exemplos encontrados na página virtual “Abebooks”. Disponível em: <https://www.abebooks.com/photographs/>. Acessado em 12/02/2024. 1880

<sup>68</sup> O Museu Farmacêutico Moura teve como idealizador, o farmacêutico e historiador Gilberto Perez de Moura. Esteve em funcionamento de 2009 a 2020, e teve suas atividades encerradas devido às dificuldades de enfrentamento da pandemia da covid-19. Informações verbais obtidas em conversa informal com Gilberto Moura em janeiro de 2024. Pelotas/RS.

espiritual. A figura feminina tem nas mãos uma espécie de pergaminho com as inscrições: “*Peitoral de Cambará*”; “*J.A. de Souza Soares*”; “*Pelotas*”. O que permite deduzir que a gravura pertença a um período antes da criação do Parque Pelotense e da Fábrica do Peitoral de Cambará, pois, estes serviam de referência às propagandas (Figura 18).

Figura 18 – Gravura para publicidade. Inteira, à esquerda. Em detalhe, à direita.



Fonte: Acervo de Gilberto Moura.

Como de costume, as propagandas necessitavam (re)afirmar a autenticidade dos produtos. No material promocional confeccionado de modo artesanal, com colagens e douramentos, além do forte apelo visual da imagem – que centraliza a figura de Souza Soares e apresenta como ícones as medalhas conquistadas –, é ressaltada a questão da idoneidade dos produtos através de textos de caráter imperativo: “*Provas incontestáveis [...] grande número de attestados médicos e milhares de casos justificam a sua grande efficacia na cura das moléstias dos órgãos respiratórios.*”<sup>69</sup> Para mais do que a preocupação com a credibilidade do xarope, o reclame reforçava sua eficiência prometendo a cura, inclusive, da tuberculose considerada um dos grandes males da época: “*Peitoral de Cambará cura radicalmente*

<sup>69</sup> Trecho extraído do material publicitário, conforme Figura 19.

as tosses agudas e crônicas, a tuberculose aguda, a coqueluche, a asthma, a rouquidão, o defluxo, etc.” (Figura 19).

Figura 19 - Material publicitário da Fábrica do Peitoral de Cambará



Fonte: Acervo de Leonor Souza Soares.

A força do poder imagético é usada num recurso estético que serve de atrativo pelo próprio magnetismo que tem. Quando se usam tantos douramentos, está-se, intuitivamente, provocando associações inconscientes ao ouro, ao poder, a riqueza. Grandezas que, por fim último, traduzem-se em sucesso, portanto – confiabilidade. Ulpiano Menezes (2003, p. 12) vai dizer que desde a Antiguidade as imagens eram dominadas por valores afetivos, “envolvendo não só relações de subjetividade, mas sobretudo a autoridade intrínseca da obra.”

A respeito das inúmeras propagandas sobre medicamentos, a pesquisadora Paula Garcia Lima (2010) acredita que as grandes aglomerações urbanas de finais do século XIX concorreram para situações de pobreza, ou mesmo miséria, causando preocupações com o espaço urbano e a higiene, por favorecerem o aparecimento de

epidemias. Segundo a autora, este cenário contribuiu para que fossem tão bem aceitas as propagandas de remédios que ganhavam espaços em jornais e revistas, incluindo os da cidade de Pelotas: “[...] por estarem associadas a produtos que combatiam males da saúde que tanto preocupavam a sociedade daquele período, eram peças bastante pregnantes e que compunham o imaginário das pessoas” (Lima, 2010, p. 19).

Os ufanismos para com o Peitoral de Cambará, também eram expressos por outros meios que não os da propaganda direta. Em 1889, por ocasião da estada de José Alvares na cidade do Rio de Janeiro, foi-lhe oferecida por Miguel de Vasconcellos uma *polca* de sua autoria homenageando-o por sua formulação premiada. Vasconcellos ofereceu-lhe também um encarte contendo a partitura de sua composição em cuja capa encontrava-se litografado o desenho que representava o frasco do xarope e as folhas de *Cambará*. A imagem foi elaborada e impressa pela *Imperial Lithographia e Estamparia de Buschemann & Guimarães*<sup>70</sup>. Nota-se que até aquele momento, o *Peitoral de Cambará* tinha alcançado duas medalhas de ouro, e era um produto licenciado e aprovado pela *Junta de Hygiene Pública do Brazil*, autorizado por decreto imperial, conforme constava no rótulo do produto, que estava devidamente representado em sua estampa (figura 20).

---

<sup>70</sup> Os irmãos Eduardo e Francisco Buschemann, afiadores de piano no Rio de Janeiro desde 1869, abriram uma loja de música em 1873. Em 1881 eles se associam com Manuel Antônio Gomes Guimarães, criando *Buschemann & Guimarães*. A loja foi fechada em 1916. Informações encontradas na página virtual “*Sheet Music International*”. Disponível em <https://imslp.org>. Acessado em 05/05/2023.

Figura 20 – Cópia da litogravura do caderno de música



Fonte: Acervo de Leonor Souza Soares.

Em meados do século XIX, a empresa dos irmãos *Buschemann*, situada no Rio de Janeiro, era responsável por estes impressos que continham desenhos personalizados e partituras musicais (Figura 21).

Figura 21– Imagens de cadernos de música elaborados por Buschemann & Guimarães



Fonte: Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo-digital>. Acessado em 09/05/2023.

O frasco de vidro do Peitoral de Cambará, que aparece retratado nas propagandas e na capa do encarte musical, era devidamente personalizado e obedecia a todas às normativas vigentes. Na ficha de inventário, que se encontra na catalogação online da AMAA Acervos, além da imagem do objeto, o seguinte texto faz parte da especificação (Figura 22):

*“Resumo descritivo – Garrafa de vidro verde azulado soprado em molde duplo com base sem cicatriz de pontil e vedação em rolha. Apresenta a inscrição PEITORAL DE CAMBARÁ SOARES HOMEOPATHA. Trata-se de remédio famoso na segunda metade do século XIX produzido em Pelotas. Dimensões – Largura da base 6,5 x h 16,8 x diâmetro boca 2,8 cm”<sup>71</sup>*

Figura 22– Frasco do Peitoral de Cambará



Fonte: Página virtual AMAA Acervos. Disponível em: <http://www.amaacervos.com.br/> . Acessado em: 28/02/2024.

Para se ter noção de parte do contingente do fabrico dos Especificos de Souza Soares ao final do século XIX, na carta de 29 de janeiro de 1898 também endereçada à Vila Meã, o senhor Antonio Lessa comunica o quantitativo dos insumos para a

---

<sup>71</sup> Texto extraído da página virtual AMAA Acervos. Disponível em: <http://www.amaacervos.com.br/> . Acessado em: 28/02/2024.

produção dos remédios e trata da parte de veiculação dos anúncios nos periódicos locais:

*“Encomendas - Acham-se em despacho os seguintes artigos:  
50.000 frascos para Especificos; 50.000 rolhas para os mesmos; 100 kilos de lacre.  
Anuncios de Especificos. – Nos jornaes desta cidade, que o Sr. Rodrigues entendeu conveniente fazer, para não deixar em silencio a propaganda dos de Humpheys, agora muito activa aqui, como verá pelos mesmos jornaes. Não há nelles a mínima referencia directa a esses preparados – pois são extractos do prefacio do Novo Medico – e por isso, é de suppor que não lhe desagradem”.<sup>72</sup>*

A circulação de anúncios, quer de carácter publicitário, quer informativo, acabava por alavancar as vendas dos produtos. E, a partir da criação da fábrica no Parque Pelotense, o volume de produção e comercialização dos remédios naturais de Souza Soares só fez aumentar.

### **3.4 “Cambará urgente!”**

Não se pode inferir que nesse momento, apesar da abrangência de vendas do produto, que atingia diversas localidades da Província – atuais municípios do estado do Rio Grande do Sul –, não houvesse concorrência para os preparados homeopáticos de Souza Soares. Em nota do impresso *Diário de Pelotas* de 1887, tem-se a propaganda de carácter apelativo que provocava o público alertando-o sobre quais homeopantias seriam realmente boas. O reclame de Araújo Goes trazia em seu enunciado, em letras “garrafais”, a advertência: **“PRECAUÇÃO! PRECAUÇÃO!”** E logo em seguida, fazia referência depreciativa e velada a outros preparados que não os seus:

*“Os bons remédios que pela sua efficacia e energia desafiam as iras dos falsificadores, devido também ao grande consumo que tem, são o Xarope Vegetal e Tintura de Salsaparilha, Caroba e folha de Nogueira de Araujo Goes. Precaução: Os consumidores dos meus dous preparados não se fiem em cantigas de vendedores de remédios quando lhes quizerem vender outros remédios que não sejam os meus. Vejam! Vejam os attestados de mais de 12 illustres e conceituados médicos e de muitas pessoas criteriosas, que acham-se anexos nos vidros dos preparados – Xarope Vegetal de Araujo*

---

<sup>72</sup> Trecho da carta de 29 de janeiro de 1898, enviada por Antonio Lessa, um dos funcionários encarregados do Estabelecimento Industrial-Pharmaceutico e de assuntos pessoais de José Alvares. Escrita a partir do Parque pelotense e endereçada à Vila Meã. Acervo de José Antonio Souza Soares.

*Goes e Tintura de Salsaparilha, Caroba e folhas de Nogueira de Araujo Goes. Attendam bem que – melhorar não é curar!*<sup>73</sup>

Em meados do século XIX algumas doenças contagiosas se alastravam de forma quase epidêmica, entre elas: tuberculose, coqueluche e sífilis. Por esse motivo, vê-se, frequentemente nos periódicos locais as disputas entre os fabricantes de fórmulas homeopáticas que prometiam amenizar sintomas e, até mesmo, extinguir tais males – cabendo lembrar que o período antecede a descoberta da penicilina – antibióticos. Por vezes, alguns anunciantes faziam propaganda pelos jornais que circulavam em Pelotas, ainda que os depositários gerais dos seus produtos se encontrassem em cidades fora da região sul, mas com licença para vendas em todo o Império. Na mesma página acima citada, seguia a publicação de mais um farmacêutico atuando em Pelotas – João José Ribeiro de Escobar. Mais uma vez, era reforçada a veracidade dos produtos à venda através da reprodução das licenças oficiais de comercialização dos preparados, além de testemunhos de agentes de saúde e médicos de reconhecimento público, ou até mesmo de pessoas influentes, especialmente, se ligadas à cargos políticos nacionais ou à corte portuguesa:

*[...] uma cura estrondosa de syphilis de máo caracter. É bom o público saber os nomes dos unicos depositários: e conhecer que o remédio foi unanimemente aprovado pela Junta de Hygiene do Rio de Janeiro e com mais as seguintes formalidades, eil-as:*

*Sua Magestade o Imperador, atendendo ao que requereram George Sauville & C., na qualidade de representantes de Escobar, ha por bem conceder-lhe licença para expôr à venda o preparado, composto pelo pharmaceutico, e denominado 'Extracio fluido de Atauba de Sabyra'. Palácio do Rio de Janeiro, em 22 de Janeiro de 1883 – Pedro Leão Velloso. Contém o sello das armas Imperiaes. Registrada no livro competente. Primeira directoria da secretaria do império em 22 de janeiro de 1883 – J. P. V. dos Santos. Colocado 10\$500 de sellos com as palavras Recebedoria, em 27 de janeiro de 1883 – Guilherme da Silva Lemos. \_\_\_\_*

*Depositarios geraes para todo o império: A. A. Pereira da Cunha rua de S. João, n. 109, S. Paulo; José Maria Ribeiro & C., rua da Assembleia, n. 32, Rio de Janeiro; Constancio Guimarães & C., rua de José Ricardo n. 1, Santos. \_\_\_\_*

*MONSIEUR J.J.R. DE ESCOBAR, Ayant entendu parler de votre remède 'Ataúba de Sabyra', j'enai essayé pour le rheumatisme. Je vous dirai que après en avoir pris trois flacons je me suis trouvé beaucoup mieux. Sans autres, je vous prie d'agréer mês sincères salutations. St. Paul, 4 Janvier. \_ C. Lefèvre. \_\_\_\_*

<sup>73</sup> Nota publicada no periódico “Diário de Pelotas”, de 8 de janeiro de 1887. Acervo da Biblioteca Pública Pelotense.

*Ascanio Lopes Villas Boas, doutor em medicina pela faculdade da Bahia. Attesto que o medicamento conhecido pelo nome de Extracto Fluido de 'Atauba de Sabyra', não contém substancias nocivas, podendo servir para o tratamento das moléstias syphílicas e dARTHROSAS; o que tenho observado na prática médica. Rio de Janeiro, 20 de Setembro de 1880 – Ascanio Lopes Villas Boas. Reconheço verdadeiramente a firma supra. – Rio, 15 de setembro de 1880. – Em testemunho da verdade. – Antonio Herculano da Costa Brito".<sup>74</sup>*

Exibir atestados a respeito das fórmulas que estavam sendo comercializadas era uma prática comum entre os fabricantes das homeopantias. Por esses depoimentos serem dados por médicos conceituados ou respeitosos membros da sociedade, reforça-se a ideia das possíveis desconfianças sobre o que ainda parecia ser novidade e apresentava um poder de cura que, para muitos, poderia estar associado a um caráter místico e não científico. Para além da aprovação dos remédios, as articulações sociais funcionavam através dos “bons nomes” que afirmavam a credibilidade do fabricante, servindo também como meio de ativação social para ambos os lados – do depoente e do fabricante. Outrossim, esse modelo de ação parecia contar com a força do convencimento coletivo, pelo desejo de identificação da comunidade com os indivíduos em destaque social. “O processo de identificação é um processo de construção de imagens e, como tal, terreno propício a manipulações” (Felix, 1998, p. 38).

José Alvares também se utilizava desse recurso, mesmo depois de ter recebido a licença par atuar como médico homeopata, pela Direção Geral de Higiene Pública do Estado do Rio Grande do Sul, que ocorreu em 1896. Nos seus almanaques, assim como no guia *O Novo Médico*, nas notas publicadas em jornais, bem como, em alguns rótulos, eram impressos os testemunhos de médicos formados, atestando a eficácia e a autenticidade de seus preparados. Mais tarde, após a conquista do título nobiliárquico, fica evidente o quanto pôde se valer desta distinção como afirmação de figura pública de respeito, portanto de credibilidade, o que se refletia em alavanca de venda para os produtos. Outra vez aparecem artifícios de representação social pelos quais eram pautadas as suas ações sociais. Conforme Pierre Bourdieu (1989), essa metodologia de representação sempre obedece à um critério que tem função dupla: serve de afirmação ao “mito dominante”, enquanto determina um espaço social até

---

<sup>74</sup> Nota publicada no periódico “*Diário de Pelotas*”, de 8 de janeiro de 1887. Acervo da Biblioteca Pública Pelotense.

onde atinja a sua influência. Para o autor, muitas vezes, a parcela dos “dominados” vai corresponder à classe social de letrados e de pessoas influentes, segundo cada época, onde estes também se beneficiam das estruturas sociais, mantendo em equilíbrio os poderes hierárquicos.

Analisando o passado, a partir do presente (Lowenthal, 1998), é fácil perceber que a publicação em periódicos era um recurso de grande veiculação em uma época ainda longe do advento da televisão e outras mídias eletrônicas. Mas a falta da tecnologia que possibilitaria uma comunicação abrangente e imediatista como a que temos hoje, não é argumento único do bom êxito alcançado com a propaganda nos impressos em circulação no século XIX. O testemunho de pessoas idôneas acabou por tornar-se uma forma usual e eficaz de publicidade. Há que se pensar que aquele era um momento em que a sociedade pelotense privilegiava grupos elitistas, ou seja, havia aquelas pessoas que pelo próprio elo familiar – “sobrenomes de importância” – teriam notória honestidade em suas narrativas. Também é preciso levar em conta, a que público se pretendia atingir através da propaganda feita em jornais. Certamente à uma parte da população que era letrada e de “bom estrato social”. A mesma parcela de pessoas a quem esse tipo apelativo de discurso poderia influenciar, atentando para o fato de haver contrastes entre grupos sociais: elites, pobres analfabetos e escravizados.

Essa realidade dos distanciamentos culturais, dados pela diferenciação social, aponta para a formação de identidades, que aparecem nas narrativas não somente de forma expressiva, mas também, constitutiva: “na diversidade dos relatos, as identidades se constroem, e a cultura aparece então como o produto de uma representação” (Cunin *In* Pesavento; Langué, 2007, p. 151).

Essas notícias parecem carregadas de sensacionalismo se analisadas pelos padrões discursivos atuais, porém, comuns ao século XIX. Nesse viés, os Específicos de Souza Soares eram engrandecidos através de testemunhos, especialmente, a respeito do xarope Peitoral de Cambará, pela sua eficácia. Como já foi dito, as moléstias pulmonares seriam mais preocupantes em um tempo em que a tuberculose e a coqueluche não eram curáveis, e antes das vacinas que as pudessem prevenir. Entre os sintomas mais frequentes dessas doenças estavam as tosses, que assustavam mesmo quando provocadas por asma ou outras infecções respiratórias, próprias dos rigorosos invernos sulistas.

Os relatos publicados, cheios de dramaticidade, eram bastante prolixos, detalhando as experiências de melhora e cura, e sempre apontavam para a idoneidade do autor. A estratégia para chamar a atenção do leitor aparecia desde o enunciado:

*“Quarenta annos de constante soffrimento!!!*

*O nosso honrado amigo Sr. Emygdio Pinto d’Oliveira, acreditado negociante em Santa Victoria, onde é também Agente Consular Portuguez, em carta que nos dirigio diz o seguinte: ‘Hoje incluso em atestado do Sr. Vasco José Pereira d’Avila, que fez publicar no jornal ‘O Povo’, cujo atestado Vce. verá que é muito importante: Sr. Redactor: Há cerca de quarenta annos tenho vivido sempre acabrunhado por tenaz enfermidade pulmonar que ultimamente tornou-se agudíssima, privando-me até do allivio que o somno nos proporciona. Já estava desanimado de restabelecer-me, pois que tinha ensaiado innumeras classes de medicamentos sem colher o menor resultado satisfatório. Em hora feliz, porém, li em seu conceituado jornal as virtudes que erão atribuídas ao ‘Peitoral Homeopatico de Cambará, de José Alvares de Souza Soares, e deliberei experimental-o, confesso que, sem a menor esperança tal era o desanimo de que me achava possuído. Desde que principiei a usar esse benefico medicamento, desde logo experimentei melhoras sensíveis; os escarros sanguineos desaparecerão, e a dolorosa tosse, que não me deixava um só momento de allivio, principalmente á noite, foi cedendo gradualmente, de forma que hoje apóz ter tomado cerca de 35 frascos do aludido peitoral vejo-me completamente curado de uma enfermidade que tinha resistido há 40 annos de não interrompido tratamento! Rogo-lhe pois a publicação destas linhas para, em forma de atestado, mais robustecer o merecido credito de que goza esse excelente medicamento. De V. S. atr. am. Vasco José Pereira d’Avila. S. C. 4 de Janeiro de 1883. N.74’<sup>75</sup>*

Compondo o disputado cenário das atenções, além dos testemunhos, os anúncios de discurso imperativo, faziam parte das estratégias, e eram publicados diariamente nos periódicos que circulavam pela cidade. Como exemplo de um desses reclames:

*“Peitoral Homeopathico de Cambará*

*A efficacia deste excellente preparado, nas molestias pulmonares, brochites, asthma, coqueluche, rouquidão, tosse de toda a especie, está provada no consumo progressivo d’este seu descobrimento em 1874; sendo hoje tão extraordinaria a sua procura em toda a provincia, que tem obrigado os negociantes de fóra a incluir em seus sortimentos este artigo reconhecido de primeira necessidade. No deposito geral do Laboratorio Homeopathico Rio-Grandense, em Pelotas, vende-se a 2\$500 o frasco, acompanhado de uma direcção para uso. Em porção faz-se abatimento. Exigir a firrma do autor –*

---

<sup>75</sup> Nota publicada no periódico “*Diário de Pelotas*”, de 4 de abril de 1883. Essa nota, provavelmente, tenha se repetido em diversos exemplares do impresso. Constatação após análise de alguns exemplares que circularam no ano de 1883. Acervo da Biblioteca Pública Pelotense.

ALVARES DE S. SOARES – *circulando a rolha do vidro como garantia contra as falsificações.*<sup>76</sup>

Em 8 de janeiro de 1887, em nota na terceira página do jornal *Diário de Pelotas* eram apresentados, nominalmente, os agenciadores comerciais de toda a Província, configurando a escala de venda do produto:

*“Peitoral de Cambará de Alvares de Souza Soares. Agentes e depositários geraes para toda a Província. S. Soares & Magalhães. Pelotas, à rua Santa Barbara n. 63. Sub-agencias e depósitos. Pelotas – Eduardo C. Sequeira; Rio Grande – Hallawell & C.; S. José do Norte – Emiliano J. da Cunha; Santa Isabel – Manoel D. Lisboa; Jaguarão – Antonio R. de Faria; Arroio Grande – Jose A. Maciel; Centurião – Zeferino Lopes de Moura & C.; Santa Victoria – Emygdio P. de Oliveira; Cangussú – Francisco S. Monteiro; Piratiny – Fabiões Filhos & Silveira; Cacimbinhas – Cunha & C.; Candiota – Brizolara da Rosa & C.; Rio Negro – Abel M. Vaz; Bagé – Santos Souza & C.; D. Pedrito – Meirelles & C.; Lavras – Norberto Gomes & C.; S. Gabriel – Dr. Giovanni Pignataro; Itaqui – F. Flores de Oliveira; Livramento – A. Pereira Pinto; Boa Vista – J. Rufino Garcia; Quarahy – Machado & Carvalho; Alegrete – Freitas Valle & C.; Uruguayana – Paulino de Mendes; Itaqui – A. Dias de F. Valle; Santa Maria – Frederico Kessler; Cachoeira – Polycarpo Alvares da Cruz Rio Pardo – Eichenberg & Coelho; Caçapava – Pinos & Filhos; S. Leopoldo – Henrique Woffenbuttel. JNO. A. SAWER. ACCONTNT. Porto Alegre – Warncke & Dorken; Camaquã – João P. Pinheiro.”*<sup>77</sup>

A mesma nota fazia referência aos valores de venda do xarope, com preços diferenciados para Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre: *“PREÇOS: Em Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre: Frasco 2\$500, ½ dúzia 13\$ e dúzia 24\$. Nas outras localidades: Frasco 2\$800, ½ dz. 15\$ e dúzia 28\$.”*<sup>78</sup>

A comercialização do Peitoral de Cambará também era agenciada no Rio de Janeiro e em Pernambuco, conforme foi noticiado em mais um dos periódicos locais. Tal anúncio pontuava a necessidade de ampliar as instalações para seu fabrico, enfatizando a boa aceitação do preparado nessas localidades servindo, também, como forma de propaganda, que comumente contava com um enunciado chamativo:

*“Cambará Urgente!*

*É este o conteúdo de dois recados telegraphicos que a Fabrica do Peitoral de Cambará acaba de receber de seus dignos e respeitaveis agentes do Rio de*

<sup>76</sup> Nota publicada na terceira página do periódico *“Onze de Junho”*, de 12 de abril de 1883. Da mesma forma, esses reclames se repetiam em variados dias. Acervo da Biblioteca Pública Pelotense.

<sup>77</sup> Nota publicada no periódico *“Diário de Pelotas”*, de 08 de janeiro de 1838, página 03. Acervo da Biblioteca Pública Pelotense.

<sup>78</sup> *Idem.*

*Janeiro e Pernambuco, pela via terrestre, em 14 e 21 do corrente. Ha pouco mais de um mez que seguiram para Pernambuco 150 duzias de Peitoral de Cambará e, apenas poucos dias, que para o Rio de Janeiro seguiram 200 duzias! E, todavia, estes remédios esgotaram-se com uma rapidez incrível e que faz antevêr mais amplos horizontes para a propaganda de tão importante quanto benéfico preparado. Se, na presente estação, que é verão, manifestam-se resultados tão lisonjeiros, provam elles que, no inverno, quando as tosses e as aggravações das enfermidades pulmonares se tornam mais intensas, o consumo no preparado ha de, certamente, duplicar. Portanto, a Fabrica do Peitoral de Cambará, que já trabalha em avultada escala, tem necessidade urgentíssima de ampliar, o mais possível, o seu desenvolvimento, e é d'isso que vai tratar com toda a brevidade, a fim de ella estar habilitada a attender promptamente aos pedidos, que lhe sejam dirigidos, de qualquer quantidade que seja.”<sup>79</sup>*

No ano de 1895 em uma carta endereçada a Lisboa, Bernardo Leite – funcionário encarregado da administração do Estabelecimento Industrial-Pharmaceutico, no Brasil – comunica dados a respeito da comercialização do Peitoral de Cambará. São apontados os números de frascos produzidos/estocados, e as denominações de seus representantes. O teor da correspondência deixa claro a preocupação para com a qualidade dos estabelecimentos responsáveis por revender o produto em outros estados do país. São referenciadas considerações como: “*Casa muito antiga com capital regular e gozando de excelente conceito*”, e “*casa em condições de bem desempenhar seu cargo*”. Segue o trecho da carta:

*“Amo e Sr. – Confirmo minha ultima de 28 de junho, cuja cópia seguiu posteriormente. Incluo as notas do movimento do estabelecimento e despeza de propaganda no mez de junho. Com as 200 caixas de Cambará que sahiram em julho, 100 para as duas agencias de Pernambuco e 100 para S. Paulo, o total das existencias é actualmente de cerca de 2.400 duzias. De accõrdo com as informações que recebi do Banco Inglez relativamente ao Srs. Rodrigues Vidigal ....., do Pará, affirmando-me ser uma casa muito antiga, com capital regular e gozando de excelente conceito, escrevi-lhes, enviando-lhes as condições de agencia do Cambará. Julgando necessário estabelecer uma nova agencia na Bahia, em substituição aos Srs. Lima Irmãos ...., visto não haverem aumentado as vendas da agencia a cargo do Sr. Augusto Marcellino, como era de esperar, depois da destituição daqueles Srs., dirigi-me aos Srs. Rosa de Carvalho, daquela praça, solicitando a indicação de uma casa em condições de bem desempenhar seu cargo. Sem outro assumpto presentemente, subscrevo-me, com a maior estima, [...] Primo Bernardo Leite.”<sup>80</sup>*

<sup>79</sup> Nota publicada no periódico “*Diário Popular*”, de 27 de janeiro de 1887, página 02. Acervo da Biblioteca Pública Pelotense.

<sup>80</sup> Carta enviada por Bernardo Leite, administrador do Estabelecimento Industrial-Pharmaceutico, em 03 de agosto de 1885. Escrita a partir do Parque Pelotense e endereçada à Lisboa. Acervo de José Antonio Souza Soares.

No ano de 1897, através de carta datada de 6 de novembro, endereçada a Vila Meã, e enviada pelo Sr. Lessa – mais um dos encarregados da fábrica no Brasil, tem-se a demonstração, em números, acerca da comercialização do produto na cidade do Rio de Janeiro, naquela data:

*“Depósito no Rio – Pelo vapor de 14 do corrente seguirão de 200 a 300 caixas do Cambará para o depósito no Rio de Janeiro, e até o fim do anno a quantidade que faltar para completar o total por orçamento fixado de 2.000 caixas.”*<sup>81</sup>

Na correspondência de 29 de janeiro de 1898, mais informações sobre a comercialização do Peitoral de Cambará servem para demonstrar a contínua e crescente aceitação do produto:

*“Fracos para Cambará – Os senhores Cardozo e Cortez participaram-me terem promptos e armazenados em sua casa 25.000 frascos para cambará. Entreguei-lhes por conta em um cheque, de ... 39.491, datado de hoje, 3.500,00, que registraram. O Sr. Albino disse-me que V... lhe ordenaria que fosse fabricando frascos e armazenando em sua casa (dele). Como não sei a respeito, rogo-lhe informar-me. Na Fabrica existem 20.000 frascos como verá pelas notas mensais;*

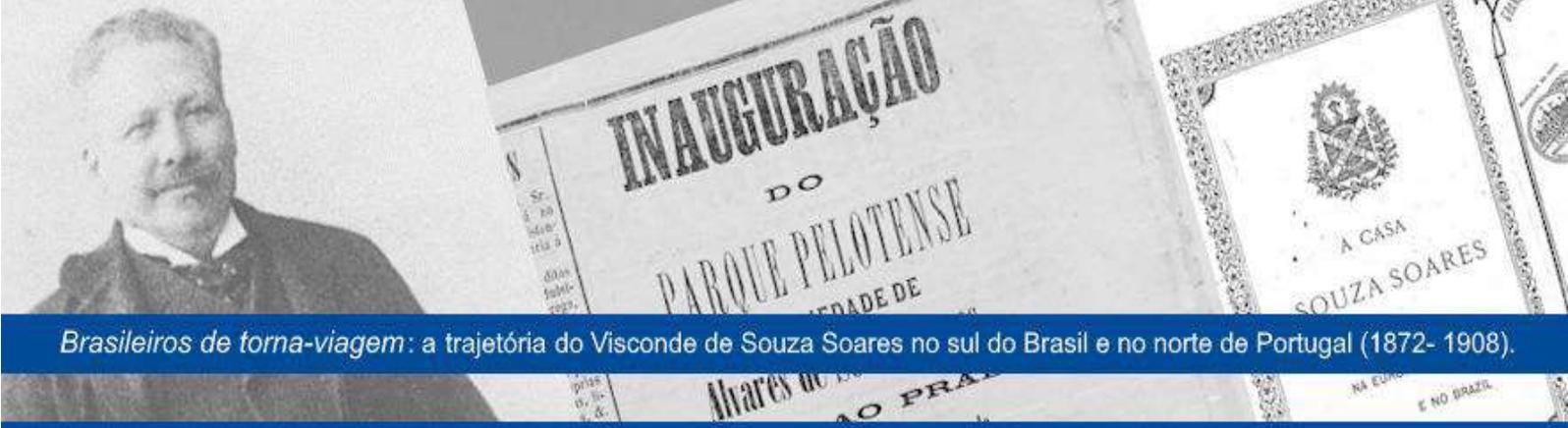
*Remessas de Cambará- Tendo recebido pedidos do Sr. Manuel Serafim Carneiro, da Bahia, de 15cx., e Beirro J. Aurraço, de Montevideo, de 12 cx., dei ordem ao Sr. Theotônio para expedil-as”*<sup>82</sup>

Em meados do século XIX a produção dos medicamentos homeopáticos garantiam à José Alvares um lugar de destaque no cenário ocupado por industriais capitalistas da região sul do país. A Fábrica do Peitoral de Cambará elevava a economia local e agregava valor ao ambiente campestre onde estava inserida. Era, então, oferecido para a sociedade de Pelotas um inusitado lugar de recreio, com vistas ao lazer e à higiene, que corroborava com o espírito aristocrático da cidade – o Parque Pelotense.

---

<sup>81</sup> Carta enviada por Antonio Lessa, um dos funcionários encarregados do Estabelecimento Industrial-Pharmaceutico e de assuntos pessoais de José Alvares. Escrita em de 6 de novembro, de 1897, a partir do parque Pelotense e endereçada à Vila Meã. Acervo de José António de Souza Sores.

<sup>82</sup> Trecho da carta de 29 de janeiro de 1898, enviada por Antonio Lessa, um dos funcionários encarregados do Estabelecimento Industrial-Pharmaceutico e de assuntos pessoais de José Alvares. Escrita a partir do Parque pelotense e endereçada à Vila Meã. Acervo de José Antonio Souza Soares.



Brasileiros de torna-viagem: a trajetória do Visconde de Souza Soares no sul do Brasil e no norte de Portugal (1872- 1908).

# Capítulo 4



## 4 A materialização de um imigrante bem-sucedido: o Parque Pelotense

*... Para a diversão nada falta: são as luzes da ribalta, concertos e operetas; no Porto e depois no Parque; nos intervalos do charque, os negros com seus batuques; barões que sonham ser duques, donzelas com ser senhoras...*

Mário Osório Magalhães<sup>83</sup>

### 4.1. O Parque Pelotense: simbologia de um sucesso

“A cidade-centro sempre operou com limites que protegiam a urbe, aqui considerada como a área central, enquanto expurgava para os subúrbios os indivíduos menos favorecidos” (Pesavento, 1999, p. 35).

José Alvares de Souza Soares foi um sujeito que rompeu com os estruturalismos sociais de sua época. É notório e evidente que as áreas não centrais das cidades abrigam, e abrigavam especialmente ao século XIX, aqueles indivíduos de estratos sociais mais baixos, que acabavam por ficar à margem do epicentro social modelador das urbes. Ao criar uma estrutura votada ao entretenimento e convivência social, frequentada pela primeira sociedade pelotense, ele desloca o ponto de interesse social, do centro para a periferia.

Foram muitas as razões que levaram o sujeito à escolha do lugar: primeiramente, porque serviria de instalação ao complexo industrial – a Fábrica do Peitoral de Cambará deveria estar afastada do meio urbano. Aliado a isso, de acordo com Carmen Reis (2014, p. 132), o ainda jovem e endinheirado imigrante, “sonhava em possuir uma propriedade rural para estabelecer sua moradia”. Da complexidade dessas expressões seria extraído o desejo de memorar uma quinta portuguesa. Impulso, este, que o configura como memorizador que pode adentrar as camadas do passado, para além da memória coletiva, e delas retirar os objetos que são “para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum” (Bosi, 1994, p. 411).

---

<sup>83</sup> In MAGALHÃES, Mario Osorio. *História e tradições da cidade de Pelotas*. 6<sup>o</sup> ed. Porto Alegre: ardotempo, 2011.

Tal anseio não parecia ser privilégio deste imigrante, mas uma prática comum entre os lusos que aqui conquistaram espaço social:

“os comerciantes mais abonados dispunham ainda de casas de campo em chácaras nos arredores da cidade, seguindo o modelo praticado desde o início do século pela aristocracia e comerciantes estrangeiros” (Pessoa; Santos, 2019, p. 101).

Desejar uma quinta portuguesa no Brasil, adentra os preceitos de uma cidade imaginada – uma concepção individual com potencial de fazer a interface cognitiva entre a abstração e as possibilidades reais. As configurações urbanísticas das cidades são perpassadas, também, por essa perspectiva do imaginário. No campo das representações costuma-se fracionar as cidades. Pode-se bem dizer que é possível setorizar e hierarquizar as cidades. Mas desse conjunto de fragmentos, de unidades por vezes desordenadas, ou desse “conjunto mal articulado de unidades”, faz-se uma “unidade simbólica” (Pesavento, 2007).

Difícil seria unir, simbólica ou factualmente, o centro urbano de Pelotas e o antigo Prado, atual bairro Fragata – estruturalmente e ideologicamente separados. No entanto, o lugar idealizado por José Alvares, que já gozava de bom nome e prestígio social, foi capaz de transpor essas barreiras. E para melhor unir os dois polos da cidade, a nova linha de bondes fez mais do que facilitar um percurso urbano: capacitou o imaginário coletivo a abstrair diferenças ideológicas<sup>84</sup> (Figura 23).

Na época da inauguração do Parque Pelotense, já havia em Pelotas uma linha de bondes de tração animal que ia do centro da cidade até o fim do Fragata. [...] foi estendido um ramal dessa linha até o interior do Parque, para facilitar a locomoção dos visitantes. Os populares “bondes de burros” eram a única modalidade de transporte público que existia naquela época. Foram mais tarde substituídos por bondes elétricos, que também iam até o interior do Parque, trafegando nos mesmos trilhos já existentes, e funcionaram até 1939<sup>85</sup> (Reis, 2014, p. 132).

---

<sup>84</sup> Os bonds pertenciam a uma empresa americana chamada *Companhia de Ferro Carril* e também *Cais de Pelotas*. Faziam o percurso pela larga avenida, toda arborizada, de 25 metros de largura e 440 metros de comprimento. In SOUZA-SOARES, José Delfim Brochado de. “*Apontamentos genealógicos das famílias Couto Alão, Souza-Soares e Sam Payo de Queirós*”. Braga: Livraria Cruz, 1974, p. 78.

<sup>85</sup> Os trilhos existiram, na localidade, ainda na década de 1950. Atualmente a rua que dava acesso ao Parque – rua Dr. José Alvares de Souza Soares Sobrinho – foi pavimentada, e os trilhos não foram preservados, conforme observação *in loco*.

Figura 23 – Linhas de bonde adentrando o Parque Pelotense



Fonte: Acervo de Leonor Souza Soares.

No dia da inauguração do Parque Pelotense, o administrador do empreendimento fez publicar a notícia a respeito da linha de bondes, enfatizando a facilidade de acesso ao lugar (Figura 24):

*“[...] A linha de bonds da estrada do Fragata, tendo a sua terminação na entrada do Parque Pelotense, facilita muito a concorrência pública, proporcionando-lhe por um preço excessivamente commodo, o passeio mais agradável que aqui temos. Tendo havido algumas reclamações sobre o transito de carros pela mesma rua por onde passam pessoas a pé, o proprietario fez logo abrir duas novas ruas desde a estrada, uma á direita e outra á esquerda da principal entrada, até ao jardim. Aos boleeiros fica-lhes prohibida a entrada de carros que não sejam levados a passo. Aos cavalheiros, pede-se de não galoparem. Haverá sempre lugar para carros e para cavalos, no interior do Parque. O administrador. J. Simões [...]”<sup>86</sup>.*

---

<sup>86</sup> Nota publicada no periódico “Onze de Junho” do dia 2 de fevereiro 1883. Acervo da Biblioteca Pública Pelotense.

Figura 24 – Avenida de acesso ao Parque Pelotense



Fonte: Acervo de Leonor Souza Soares.

Através das publicações dos periódicos da época, é possível ver que a linha dos bondes que levava ao interior do parque já estava em funcionamento desde a sua abertura. Contudo, em data específica – 11 de fevereiro – foi celebrada com grande festividade a inauguração do trajeto trilhado. Uma iniciativa que parece antever a geração de memórias compartilhadas, no formato empírico das comemorações (Candau, 2010). Na seção de “ANNUNCIOS” do jornal Onze de Junho, encontra-se a divulgação:

*“Grande Festa no Parque Pelotense*

*Domingo 11 de Fevereiro á tarde*

*Inauguração do prolongamento da linha dos bonds até a entrada do Parque*

*Todo Parque se achará Embandeirado*

*Duas bandas de musica tocarão alternadamente as melhores peças de seus repertorios, no grande Passadiço Aereo do estabelecimento e no chalet de Morro da Bella Vista. Haverá na grande Praça do Kioske varios jogos de recreio, superior cerveja Ritter, melancias frescas, doces, cigarros, etc., tudo*

*aos preços da cidade. Haverá também um novo kioske em frente á Ilha do Cambará, com cerveja, doces, cigarros, etc. Agua, a deliciosa e incomparável Agua da Fonte natural do Parque, á faltar.*

*Entrada 500 Réis (para senhoras e crianças entrada grátis).*

*Os bonds em turmas de 5, funcionarão com toda a regularidade de 20 em 20 minutos desde as 3 horas da tarde até enquanto houver passageiros. (Haverá lugar para carros e cavalos).<sup>87</sup>*

Para o projeto do parque, que teria começado em 1880, e deveria ocupar uma área de mais de 600.000 m<sup>2</sup>, teriam sido contratados renomados construtores europeus (Reis, 2014), (figura 25).

Figura 25 – Aquarela para publicidade do Parque Pelotense



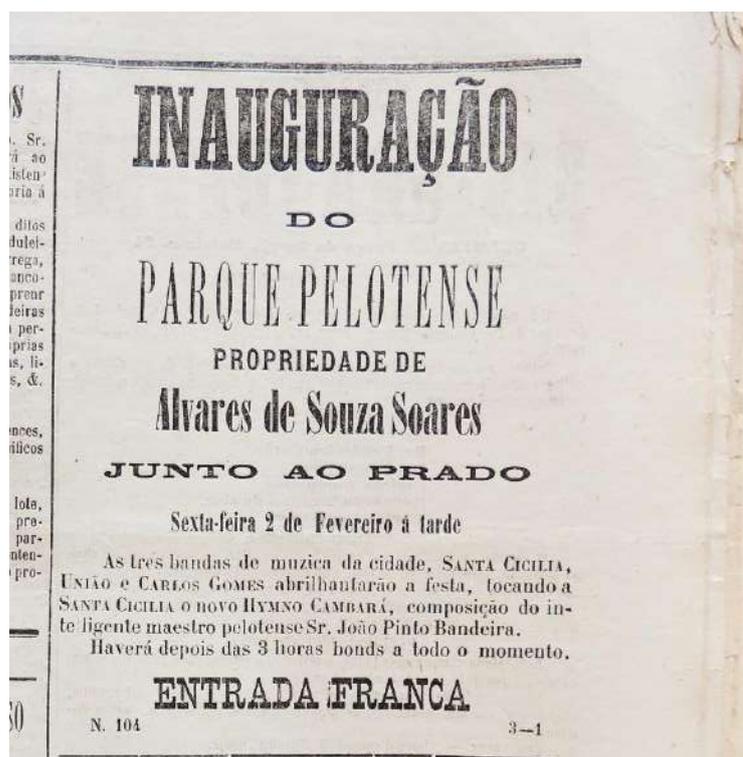
Fonte: Acervo de Leonor Souza Soares.

O terreno sobre o qual todo o complexo fora criado era considerado estéril, o que não impediu que José Alvares, mais uma vez, rompesse com expectativas frustrantes e levasse adiante seu intento de possuir uma “quinta portuguesa” no

<sup>87</sup> Nota publicada no periódico “Onze de Junho” do dia 08 de fevereiro de 1883. Acervo da Biblioteca Pública Pelotense.

extremo sul do Brasil. Nascia assim, o maior de seus empreendimentos – o Parque Pelotense – inaugurado em 2 de fevereiro de 1883, com grande chamariz na imprensa local (Figura 26).

Figura 26 – Impresso *Onze de Junho*, de 02 de fevereiro de 1883



Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Pelotense.

Para esse dia, considerado relevante para a história social de Pelotas, os jornais davam uma prévia do que as pessoas iriam encontrar ao adentrar a chácara, além de tecer elogios e agradecimentos ao imigrante que agora proporcionava para a comunidade um empreendimento pioneiro do tipo e que chegou a ser considerado o melhor da América Latina, segundo Carmen Reis (2014). Percebe-se que a imprensa local teria sido recepcionada no Parque Pelotense na antevéspera de sua abertura oficial, para que pudesse publicar, no dia da inauguração, suas impressões sobre o lugar.

*“Parque Pelotense – tivemos, ante-hontem, ocasião de apreciar devidamente a bella e magnifica vivenda campestre d’este nome, propriedade do nosso amigo Sr. José Alvares de Souza Soares, situada á estrada do fragata, na nova e promettedora Villa do Prado. Sorprende-nos de um modo*

*agradabilissimo o espaço de tão risonha habitação, sita em local que ainda ácerca de um para anno e meio não passava de uma interessante, sim, casa de campo, mas isolada no meio de vasta e inculta campina. Sabiamos que o estabelecimento do Sr. Souza Soares era considerado no seu genero o mais importante dos que existem nos suburbios da cidade, mas não passava pelo nosso espirito encontrar ali em tão pouco tempo um verdadeiro prodigio de trabalho, de arte e força de vontade. Com efeito desde a entrada que se effectua por uma longa avenida de mais de 100 metros de cumprimento, orlada por viçosos eucalyptus, começa a surpresa de uma interessante novidade a despertar-nos o maior interesse. No fundo desta avenida ergue-se um elegante arco de alvenaria que repousa sobre dous pequenos edificios, apropriados para escola. O Sr. Souza Soares alem de homem de gosto, quiz tambem ser um digno filho do progresso. [...]”<sup>88</sup>*

A divulgação, através de uma síntese sobre o empreendimento assinada por José Simões, administrador do lugar, também ilustrou as páginas dos periódicos locais por repetidos dias, a começar pelo próprio dia 2 de fevereiro, dia da inauguração:

*“Parque Pelotense*

*Estrada do Fragata, onde termina a linha dos bonds*

*Quem ha pouco mais de dois annos, passou pelo campo aberto, onde se acha hoje o nosso pittoresco Parque, não poderá deixar de ficar surprehendido com a transformação que presencia! Com efeito! Ninguém imaginaria que uma campina inculta, como aquella, se transformasse, como por encanto, em um extenso jardim, maior que o da praça Pedro II, como bosques, lagos navegaveis em pequenos barcos, ilhas, morros de grande elevação, grande praça, arborizada, carramanchões, chalets, kiosques, estufa de aclimação, pontes, e assentos por toda a parte! Uma fonte de riquíssima agua, só comparada á melhor da Serra! Mais de dois mil pés de arvores fructiferas, de primeira qualidade, havendo entre ellas muitas laranjeiras de 10 annos com toda sua copa primitiva! Grande horta; grandes lavouras dos principaes e mais necessarios cereaes. [...]”<sup>89</sup>*

O pesquisador Stuart Hall (2006, p. 09) vai dizer que atualmente existe uma crise identitária, uma desagregação de valores que fragmentam o indivíduo social, por questões de “paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade”. Ele argumenta que no período que antecede a contemporaneidade, essas variáveis teriam formado “sólidas localizações” para os sujeitos sociais.

---

<sup>88</sup> Nota publicada no periódico “Onze de Junho” de 2 fevereiro de 1883. Acervo da Biblioteca Pública Pelotense.

<sup>89</sup> *Idem.*

Especialmente nas questões de nacionalidade sobressaía para os imigrantes a porosidade na formação identitária, sendo esta permeável a novas culturas, mas com enraizamento nas origens, a fim de que cada sujeito pudesse se expressar a partir de um novo repertório cultural adquirido, mas sem perder-se de si mesmo.

O autor entende que “o sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem” (Hall, 2006, p. 11).

É nesse sentido que “*uma festa à portuguesa*” no Parque Pelotense, promovida por José Alvares e que movimentou a sociedade local, se fazia um artifício para que ele pudesse expressar orgulho por suas origens, no sentido de preservar toda a alteridade possível. O favorecimento da interface cultural proporcionada pelo sujeito, tangeu tempos e espaços sociais em uma ação de influência, quiçá de transformação.

*“Uma festa a portuguesa no Parque*

*Os empregados portugueses do Parque Pelotense auxiliados por alguns colegas de mesma nacionalidade que se ocupam em outras chacaras vão apresentar aos habitantes da cidade de Pelotas, DOMINGO A TARDE uma grande festa a moda camponesa de Portugal!*

*Vamos pois ter tocado, cantado e dançado:*

*O SALOIO OU FANDANGO*

*A conhecida e apreciada CANNA ou CANINHA VERDE [...] Não esquecendo o triste fado. [...] Todo o parque se achará elegantemente embandeirado;*

*ENTRADA GERAL 200 RS.”<sup>90</sup>*

Quando se considera as observações de Barth ( *In* Poutignat; Streiff, 1998, p. 143), a respeito da etnicidade, enquanto modelação para a organização social, “baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores”, identifica-se a intensa correlação dessa definição com a construção do Parque Pelotense, enquanto artifício de representação e identidade.

Os signos culturais socialmente diferenciadores, podem compreender desde a língua até os hábitos relativos ao ambiente geopolítico em que se vive. Alargando o

---

<sup>90</sup> Nota de periódico local, sem identificação. Acervo de Leonor Souza Soares.

conceito pode-se interpretar que dentro de uma mesma sociedade, grupos definidos emergem respaldados pela ativação de muitos signos diferenciadores.

Na configuração dessas disposições sociais diferenciadoras, aparecem as promoções de José Alvares para os eventos ocorridos no Parque. Um desses momentos – dia 8 de fevereiro de 1885 – foi marcado pela chegada ao Parque Pelotense, de vultos de relevo para o cenário social da época, inclusive, de figuras imperiais, que estavam em visita à cidade de Pelotas. O jornal “Correio Mercantil” de 10 de fevereiro daquele ano noticiou o fato:

*“Às 5 ½, acompanhada de seu veador, o conselheiro Sr. Andrade Pinto, baronesa da Suruí e suas filhas, o distinto cavalheiro Dr. Ramiz Galvão, preceptor dos augustos príncipes D. Pedro e D. Luiz, Mr. Stoll, professor de esgrima, Domingos e Miguel Ribas, bem como pela Exma. Sra. D. Francisca Moreira Maciel, dirigiu-se ao parque Pelotense. A recepção que aí teve foi imponente. Logo à entrada achava-se postada a excelente banda de música “Lira Artística”, com seu estandarte, e aglomerada por todas as ruas, uma multidão compacta. Ao passar o carro em que iam S.A. e seus filhos, a referida banda de música executou o Hino Nacional, aclamando, o povo, aos augustos visitantes com entusiásticos e prolongados vivas. O Sr. Souza Soares recebeu S.A. que se dignou apeiar-se e seguir à pé para a casa de residência daquele cavalheiro. Precederam-na a banda de música, sua comitiva e o povo no meio das mais vivas demonstrações de afeto. A frente da casa de moradia achava-se embandeirada, vistosamente, bem como o arco da entrada, onde se lia – Viva a Princesa Isabel –. Também ali estava postada uma banda de música. S. A. dignou-se entrar e assinar no livro de ouro do Parque Pelotense que a augusta senhora inaugurou. Depois subiu ao mirante de onde se desfruta uma vista deslumbrante e ali demorou-se alguns instantes. O povo estava apinhado em redor do edifício e nos passeios próximos. S. A. percorreu todas as dependências do Parque, labirinto, skating-rink, quiosques, etc., mostrando-se lisonjeiramente impressionada com a beleza dos jardins. O Sr. Souza Soares com todo o prazer deu à S. A. todas as informações por ela pedidas sobre o importante estabelecimento. As ruas do Parque eram pequenas para conter o povo. O lugar reservado para os carros e cavalos estava, atulhados. Dificilmente podiam eles ali mover-se. Poucos foram tomando espaço até que formaram duas grandes filas que se estenderam desde a entrada do Parque até a frente da Fábrica de Cambará. [...]”<sup>91</sup>*

O prestígio de José Alvares, nessa época, estava intrinsecamente associado à imagem de empresário idealizador do Parque Pelotense, ao mesmo tempo em que, por ser este o local de instalação da Fábrica do Peitoral de Cambará, projetava-se o

---

<sup>91</sup> Publicação de janeiro de 1888, intitulada “O Fragata”, assinada por Ângelo Pires Moreira – IHGPEL (Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas), para o periódico “A Opinião Pública”.

sujeito enquanto industrial farmacêutico compondo uma referência identitária de diferenciação social.

Outro episódio que demonstra o reconhecimento que alcançara José Alvares e o Parque Pelotense, ao mesmo tempo que serviu de mais uma oportunidade de promoção, foi a presença do viajante português Oscár Leal, que se deu no ano 1892. Depois de uma viagem de mais de três anos percorrendo vários estados brasileiros, colhendo informações e registrando desenhos, ao retornar à Lisboa publicou em seu livro “Viagem às Terras Goyanas”:<sup>92</sup>

*“[...] Agradecendo á illustrada imprensa platina o acolhimento que proporcionou-nos, partimos em direção ao Rio de Janeiro a bordo do vapor brasileiro Pelotas, com escala por differentes pontos do sul do Brazil, dando-nos ensejo de visitar e conhecer as cidades do Rio Grande e Pelotas, onde fomos recebidos pelo distincto industrial Souza Soares que nos mostrou o seu magnifico parque e offereceu-nos a sua carruagem para conduzir-nos novamente ao porto de embarque. [...]”* (Leal, 1892, p. 238)

O fato desse empreendimento ser concebido como uma área de lazer direcionada a apreciação pública, traduz muito da desejosa distinção social. A correlação entre a chácara para recreios de uma sociedade dada ao ócio, que elevaria o nome de seu idealizador ao topo das esferas sociais, e a quinta portuguesa que o representaria identitariamente, é percebida nessa mescla de intenções para com a criação do lugar.

Debray (2002, p. 43), fala do olhar mais profundo para além das primeiras interpretações das imagens. Da dicotomia entre sensação e simbolismo. Entre a imagem, impregnada de signos e a palavra, bem menos interpretativa. O que simbolicamente, o Parque Pelotense representava era visível, mas, para seu idealizador pode ter sido mais do que estava sendo exibido. “Seu paraíso perdido, mais do que a terra prometida”. Percebe-se, desse modo, a vinculação entre a representação e os emaranhados anseios da subjetividade, dessa vez, associados ao poder imagético. O autor considera a imagem como uma comunicadora eficaz, pois,

---

<sup>92</sup> O livro “Viagem às Terras Goyanas: Brazil Central”, escrito por Oscár Leal, faz parte da *Harvard College Library*. Disponível em: <https://books.google.com.br/>. Acessado em 07/03/2024.

possui a qualidade de criar vínculos, mas atenta para o fato de que sem comunidade, sem observadores dessa imagem, não haveria vitalidade simbólica.

O poder simbólico da imagem, capaz de religar mundos, é usado pelos imigrantes portugueses bem-sucedidos, também, através de conjuntos arquitetônicos, com poder de fazer sair do anonimato um sujeito, e mais do que isso, devolvê-lo aos cenários das suas origens. Conforme Cornelia Eckert (*In Ferreira et al.*, 2010, p.178): “Assimilar as imagens no plano da etnografia implica em captar as motivações simbólicas no trajeto humano [...]”

O desejo nutrido pelos imigrantes lusos, em adquirir uma propriedade campestre, está impregnado de simbolismos. As “quintas portuguesas” no Brasil não foram raridade entre os portugueses abastados. Carregadas de padrões identitários, as propriedades rurais estavam no rol dos artifícios de atestação social, tanto no Brasil quanto em Portugal.<sup>93</sup> Jorge Fernandes Alves enfatiza a importância que as quintas herdadas, adquiridas ou reformadas, tiveram enquanto legitimadoras de lugares sociais para os que retornavam. No caso específico dos *brasileiros de torna-viagem*, serviam até mesmo na distinção entre um *brasileiro*, um *abrasileirado*, ou simples retornado – sendo que este último não adquiriria a sua quinta no regresso. Pela percepção do autor é possível traçar um paralelismo e conceber a ideia de que os imigrantes lusos, no Brasil, as constituíssem pelo mesmo desejo de vínculo identitário e posição social.

Torna-se, assim difícil discernir entre conservantismo, jubilação ou inovação a propósito destes retornos de emigrantes do Brasil para as zonas rurais. Mas os traços mais salientes das suas vivências apontam-nos aqueles aspectos como processos indissociáveis: a formação ou refundação das casas de lavoura, através da organização de quintas, é um mecanismo profundamente tradicional e, para muitos, representa apenas o regresso às origens, agora numa posição mais favorável (Alves, 1993, p. 351).

Nesse viés a pesquisadora Ana Pessoa (2016, p.125) revela que: “Eles também se dedicavam a reformar quintas e a construir casas com as marcas distintivas de

---

<sup>93</sup> A exemplo, a casa do luso Comendador Albino Oliveira Guimarães, no Rio de Janeiro, que à época, 1879, era afastada das zonas residenciais, e cercada por área verde. O edifício abriga atualmente o Museu A casa de Rui Barbosa. *In* PESSOA, Ana. “*De caixeiro a Barão: trajetória de um comerciante português no Rio de Janeiro oitocentista*”. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, v. 5, p. 97-112, 2011.

seu sucesso e expressão da sua individualidade”. Em outras palavras se poderia dizer que para ser digno de ser reconhecido como um *brasileiro*, o retornado deveria construir sua residência apalaçada, comprar ou reformar uma quinta, ou quantas quintas seu dinheiro permitisse<sup>94</sup>.

O Parque Pelotense lembrava uma quinta portuguesa em muitos dos seus aspectos, e cumpria a função de religar os mundos identitários de José Álvares. Grandes áreas verdes eram intercaladas por espaços planejados para a convivência. Ao gosto de uma arquitetura eclética destinada ao engrandecimento, a entrada do parque lembraria construções acasteladas, com muros encimados por ameias e dois torreões, por entre os quais, atravessava a linha de bondes (Figura 27).

Figura 27– Entrada do Parque Pelotense



Fonte: Acervo de Leonor Souza Soares.

Os elementos do meio rural estavam presentes no parque e se repartiam pelas extensas glebas, incluindo criatórios para animais de pequeno e médio porte, granja,

<sup>94</sup> A exemplos as citações:

“Laura era filha única, herdeira de vários *brasileiros*, e proprietária de várias quintas”. In PESSOA, Ana; SANTOS, Ana Lúcia. “*José Florêncio Soares: requinte e modernidade entre o Rio de Janeiro e Fafe*”. Livro Atas V Colóquio A Casa Senhorial. indd 99, 2019, p. 111.

“Segundo documentação da coleção Luiza Campos de Carvalho, o espólio do Comendador continha dezoito quintas, avaliadas em 1.240.980\$00” In PESSOA, Ana. “*As casas do comendador Albino de Oliveira Guimarães. Porto/ Portugal*”. Escola das Artes: Universidade Católica do Porto, 2016, p. 141.

terrenos para o plantio de diversos gêneros alimentícios, pomares, e vinhedo – constituindo, este último, mais uma das referências portuguesas de seu idealizador (Figura 28).

Além das edificações necessárias à fabricação dos produtos Souza Soares e dos jardins de recreio já mencionados, havia a casa de residência do diretor, uma escola popular, casas de moradia para empregados, um restaurante, um pomar, uma granja, vinhedos, um amplo aviário com uma pequena piscina para os patos, cocheira para cavalos e carros, mangueira para ordenha das vacas, construções para armazenar materiais e implementos diversos, grandes campos de pastagem para animais, e um açude natural (Reis, 2014, p. 133).

Figura 28 – Parque Pelotense. Um aspecto da granja



Fonte: Acervo de Leonor Souza Soares.

No documento chamado de “*Regulamento para os empregados do Estabelecimento Industrial-pharmaceutico do Parque Pelotense*”, de 1901, tem-se normativas específicas para os afazeres das áreas rurais do parque. Essa fração do

lugar chamada de “parte agrícola” correspondia ao “jardim” e a “granja”<sup>95</sup>. Neste documento ficavam estipulados os vínculos trabalhistas, bem como, a carga horária e as competências dos empregados encarregados de cada demanda:

*“Parte agrícola*

*ARTIGO 5º. – Os encarregados da administração dos trabalhos da parte AGRÍCOLA do Estabelecimento: Jardim e Granja, têm por dever:*

*§1º – Fazerem todos os empregados principiar os trabalhos ao amanhecer do dia e terminal-os ao escurecer, dando o tempo preciso para a alimentação de acordo com o art.9º.*

*§2º – Procurarem dar todo o desenvolvimento ao commercio a seus cargos, de forma a haver lucros compensadores á despesas e empate de capital.*

*§3º – O encarregado do Jardim, abrirá e fechará diariamente os portões do mesmo.*

*ARTIGO 6º. – São obrigados a permanecer no Estabelecimento dia e noite, não havendo exclusão dos domingos, dias santos e feriados, em que devem receber, no portão, as entradas dos Srs. visitantes.*

*ARTIGO 7º. – Será franqueada aos encarregados do Jardim e Granja, duas vezes no mez uma folga de 1/2 dia, em ocasiões de menos serviço, a juizo do fiscal da parte externa”.*<sup>96</sup>

A respeito dos direitos trabalhistas dos funcionários do complexo industrial e do parque, no já referido Regulamento, estavam previstas tais disposições:

*“Garantia para os empregados*

*ARTIGO 23. – Os empregados do ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL-PHARMACEUTICO DO PARQUE PELOTENSE, quaesquer que sejam, inclusive os do Deposito e Escritorio (fora na cidade e pertencentes ao mesmo Estabelecimento), que, durante dez, quinze ou vinte annos CONSECUTIVOS de emprego na casa, onde tenham prestado os serviços com zelo e honestidade, se virem privados de trabalhar, por invalidez (reconhecida por junta de três médicos de confiança), e sem recursos para viverem, também provados, terão direito a uma pensão de 1ª, 2ª e 3ª classe, durante toda a sua vida, garantida pelo Estabelecimento.*

<sup>95</sup> Embora o livro de regulamentos encontrado nos acervos da família date de 1901, ano seguinte de da partida de José Alvares para Portugal, quando a Sociedade Medicinal ainda estava sob sua direção, sabe-se que as regras e disposições de funcionamento do Parque haviam sido pensadas desde a formação do empreendimento, podendo ter havido pequenas alterações.

<sup>96</sup> Trecho extraído do “Regulamento para os Empregados do Estabelecimento Industrial-Pharmaceutico do Parque Pelotense”. p. 6. Acervo de Leonor Souza Soares.

§1º. – A pensão de 1ª classe para os que tiverem completado vinte annos consecutivos de emprego na casa, será de METADE de seus ultimos ordenados (vencidos durante um anno inteiro) e paga mensalmente.

§2º. – A pensão de 2ª classe para os que tiverem completado quinze annos consecutivos de emprego na casa, será de UMA TERÇA PARTE de seus ultimos ordenado (vencidos durante um anno inteiro) e paga mensalmente.

§3º. – A pensão de 3ª classe para o que tiverem completado dez annos consecutivos de emprego na casa, será de UMA QUARTA PARTE de seus ultimos ordenados (vencidos durante um anno inteiro) e paga mensalmente.

§4º. – Os pensionistas habilitados, serão obrigados a residirem no Parque Pelotense ou no municipio de Pelotas, ficando sem direito á pensão uma vez que não residam aqui.

§5º. – A invalidez, por doença ou por qualquer causa, terminando, ficará sem efeito n'essa ocasião, voltando o empregado para o trabalho, se fôr necessario.

§6º. – A Direcção actual d'este Estabelecimento, que se obriga por si e pelos seus sucessores ao cumprimento d'este Capitulo, só o poderá deixar de fazer em caso de atrasos financeiros do mesmo Estabelecimento ou de sua terminação”.<sup>97</sup>(grifo original).

Muitas eram as residências destinadas aos empregados do parque. A contracapa do livro de regulamentos descreve o empreendimento:

*“[...] Além da granja e jardim com estufa, bosques labyrinthos, praças com recreios para o publico, restaurante, etc., possui agora tambem um bairro destinado á residencia dos empregados do Estabelecimento e á de particulares, constante de 14 quadras de terreno com 7 ruas bastante largas, com espaçosos passeios, já todos arborizados, tendo a rua central 30 metros de largura, pela qual passa a linha de bonds, que termina em frente o edificio da Fabrica do Peitoral de Cambará. [...]”<sup>98</sup>*

Em relação às tipologias arquitetônicas dessas casas, existe a variação que vai desde a luso-brasileira, vulgarmente chamada de colonial, até à de linguagem do ecletismo historicista, reproduzida em grande escala no Brasil em meados do século XIX. As casas, em linguagem luso-brasileira, contavam com pequenas varandas e adornos como os lambrequins e treliças, enquanto as casas de linguagem eclética – a mesma usada nas residências principais do parque – obedeciam aos padrões de

<sup>97</sup> Trecho extraído do “Regulamento para os Empregados do Estabelecimento Industrial-Pharmaceutico do Parque Pelotense”. p. 13 a 15. Acervo de Leonor Souza Soares.

<sup>98</sup> Trecho do texto de apresentação do empreendimento, encontrado na contracapa do livro de “Regulamentos para Empregados do “Estabelecimento Industrial-Pharmaceutico do Parque Pelotense”, de 1901. Acervo de Leonor de Souza Soares.

representação social e, portanto, tinham apenas adereços simples como: soco na marcação da base do edifício, vergas, frisos, cornijas e platibandas de linhas retas, feitas em estuque, ficando os adornos mais elaborados para os edifícios de maior importância – como os da fábrica e das residências do administrador e da família Souza Soares (Figura 29).

Figura 29 – Parque Pelotense. Algumas casas para funcionários. Em linguagem colonial, à esquerda. Em linguagem eclética, à direita



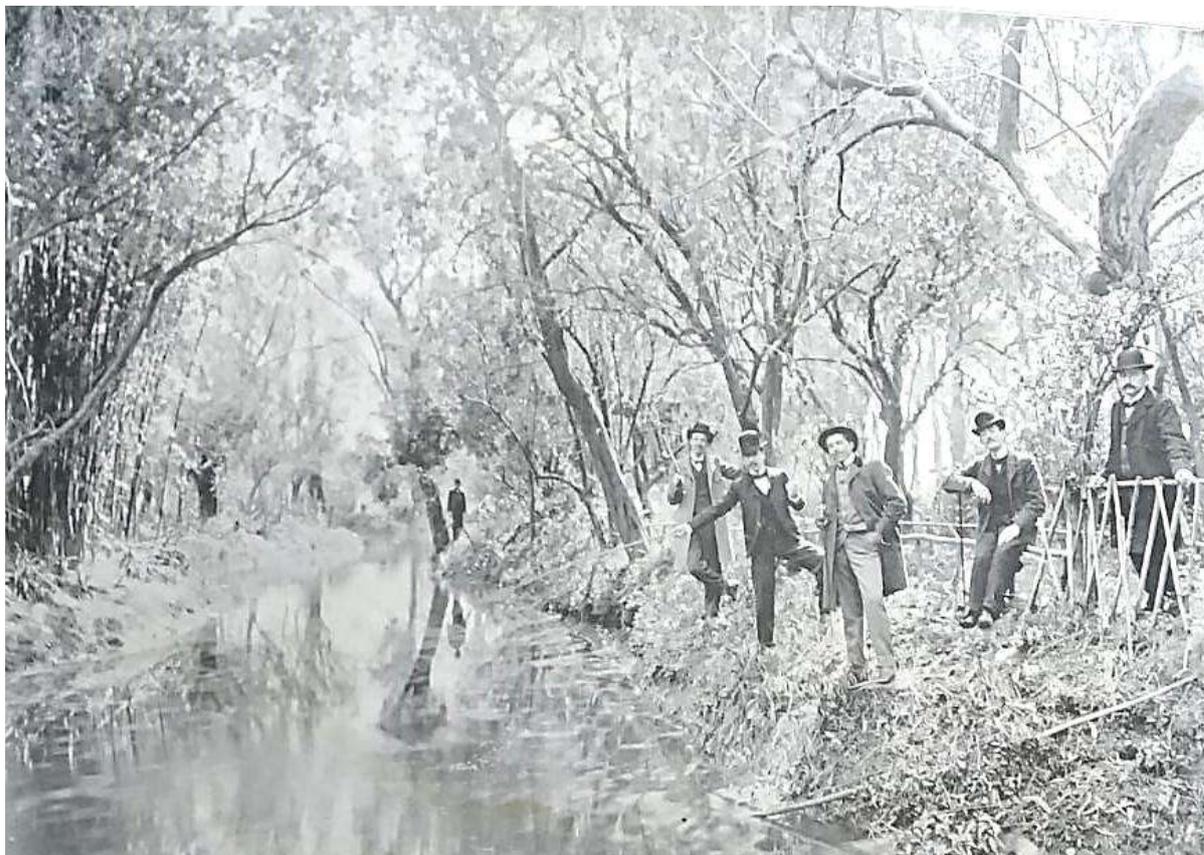
Fonte: Acervo de Leonor Souza Soares.

Esses padrões de hierarquia social, apontados por Carlos Alberto Ávila Santos (2014), utilizado nas edificações da Pelotas oitocentista, são abordados por Norbert Elias (2001) como sendo representativos da estruturação social das hierarquias do antigo regime – dada pela aparência dos edifícios residências – onde as casas eram adornadas conforme as posses e posições sociais do morador, ou desprovidas de adornos se o morador não tivesse importância social.

Apesar da tentativa de popularizar o parque com acesso livre para os dias de semana e ensino gratuito para filhos de funcionários na Escola Popular, conforme será tratado mais adiante, as estruturas do parque não eram compatíveis com a parcela social de baixa renda. O refinamento das instalações prediais, não se fazia identificar, senão, com um público seletivo, que pagava por seus ingressos. Poderia haver, então, uma diferenciação de público nos dias de semana e nos domingos ou dias de espetáculos. Tal constatação pode apoiar-se na análise imagética dos acervos sobre o parque. Num contexto de representação, as vestimentas dos rapazes que posaram para a fotografia enquanto visitavam a “Ilha do Cambará” – os coletes, as casacas, os

chapéus coco e as cartolas, e as gravatas borboleta, além das bengalas – denunciam a que estrato social pertenciam, evocando as distinções elitistas (Figura 30).

Figura 30 – Parque Pelotense. Ilha de Cambará



Fonte: Acervo de Leonor Souza Soares.

Os passeios pelas áreas de convivência social do Parque Pelotense, desenhadas em meio à profusa natureza, representam “uma mudança nas práticas de sociabilidade da elite pelotense, que busca, cada vez mais, atividades e passeios ao ar livre e exercícios considerados higiênicos.” (Müller; Hallal, 2013, p.06)

Apesar da grande chácara ser, também, o lugar das instalações da Fábrica do Peitoral de Cambará<sup>99</sup>, o parque era considerado extremamente salubre, uma vez que oferecia ao público grandes áreas verdes, água mineral de excelente qualidade,

---

<sup>99</sup> O fabrico do Peitoral de Cambará e dos Específicos de Souza Soares, tinham por base o uso de produtos naturais. Provavelmente, a tipografia do lugar também não era considerada como agente poluidor.

pomares, equipamentos e lugares apropriados aos exercícios físicos. Em um momento em que as doenças se proliferavam em aglomerados urbanos, a distanciação da área central era muito bem recebida. Os passeios ao ar livre eram recomendados como fontes de tratamento. No ensejo dessa mentalidade a direção do parque favorecia-se, enquanto anunciava os benefícios que a população teria ao visitá-lo.

*“VAMOS AO PARQUE! Como de costume efetua-se domingo 6 do corrente um brilhante concerto instrumental, no Parque Pelotense. Além desta agradável distração, os frequentadores encontrarão uma grande variedade de divertimentos, cada um o mais higiênico e confortável. Na quadra doentia que atravessamos, uma visita ao parque, não é só um motivo de distração, mas uma vantagem para a saúde que precisa ser fortificada pelo ar puro e vivificante do campo. À tarde efetuar-se-á a rifa de plantas. O administrador Ribeiro da Silva.”<sup>100</sup> (grifo original)*

As próprias festas elaboradas pela administração do parque reforçavam a ideia do aproveitamento de um ar puro e saudável:

*“Parque Pelotense. Festa no dia de Reis. Quinta-feira 6 de janeiro de 1887. O Parque Pelotense galhardamente embandeirado, como nas festas anteriores, proporcionará ao respeitável público d’esta cidade todos os recreios próprios e dignos de serem apreciados. Além da grande diversidade de distrações já conhecidas, mais **uma grande surpresa** se acha reservada para as crianças de todas as idades, que desta vez ficarão verdadeiramente encantadas! [...] Mais um baile familiar ao ar livre! [...] Na estação atual, onde o calor excessivo não permite gozar-se o prazer dos bailes de portas a dentro, parece que deve ser apreciado devidamente um baile ao ar livre, onde, a par do prazer da dança, se aspira o puro e saudável ambiente, emanado da riquíssima e opulenta vegetação do **Parque Pelotense**. [...] Vamos ao Parque? **Há bonds a toda hora e carros de praça a preços reduzidos**”<sup>101</sup>(grifo original)*

Os passeios ao ar livre tinham a possibilidade de ser feitos a pé, de charretes, ou mesmo de barcos em um dos lagos artificiais (Figura 31).

<sup>100</sup> Nota publicada na terceira página do periódico “*Diário de Pelotas*”, do dia 06 de dezembro de 1885, p. 3. In MÜLLER, Dalila; HALLAL, Dalila Rosa. “*Passeios e Viagens em Busca da Natureza: novas sociabilidades da elite pelotense no século XIX*”. Conhecimento histórico e diálogo social. ANPUH, 22 a 26 de julho de 2023. p. 06.

<sup>101</sup> Recorte de nota publicada pelo periódico “*Diário Popular*” de 1887. Acervo de Leonor Almeida de Souza Soares.

Figura 31– Parque Pelotense. Passeio de barco em lago artificial



Fonte: Acervo de Leonor Souza Soares.

A sociedade pelotense de meados do século XIX foi beneficiada, desse modo, pela concepção de um lugar cujo arranjo arquitetônico paisagístico comportava as demandas de seu tempo.

O projeto, a concepção de um jardim podem partir do princípio da vegetação madura, adulta, e do tempo que demora para alcançar tal maturidade, ou, ainda, do entendimento das diversas configurações que pode assumir durante o tempo – e é com uma dessas imagens que se identificam e se valorizam um jardim e o seu significado em um determinado momento cultural. A cada tempo, a cada geração corresponde uma forma de jardim, que seguirá os padrões estéticos da época tanto na sua conformação como nos seus elementos (Macedo *In* Pessoa *et al.*, 2015, p.38).

Os recantos bucólicos do parque propiciavam atividades lúdicas como a de ouvir música ao som de um gramofone em meio ao arvoredo. Colinas, coretos e

caramanchões, ringue de patinação, pista de corrida de atletismo, entre outros, contribuíam para o aproveitamento e a contemplação do lugar (Figura 32).

Figura 32 – Parque Pelotense. Recreio ao som do gramofone



Fonte: Acervo de Leonor Souza Soares.

#### 4.2 A Fábrica do Peitoral de Cambará

Quando da inauguração do *Parque Pelotense*, concomitantemente inaugurava-se a *Fábrica do Peitoral de Cambará*. A fachada frontal, o edifício de platibanda cega continha a inscrição: “*PEITORAL DE CAMBARÁ*” e abaixo, na faixa que demarcava a divisão vertical do frontispício: “*LABORATÓRIO HOMEOPÁTICO SOUZA SOARES*”. As inscrições deixavam claro o propósito da construção, enquanto cumpriam a função de reforçar a propaganda do produto (Figura 33).

Figura 33 – Parque Pelotense. Edifício do complexo fabril



Fonte: Acervo de Leonor Souza Soares.

No livro de regulamentos estão descritas as metragens das áreas de instalação da fábrica, donde conclui-se mais uma vez, o seu protagonismo para o lugar.

*“Estabelecimento Industrial-Pharmaceutico do PARQUE PELOTENSE. O primeiro em seu gênero nos Estados Unidos do Brazil. Este estabelecimento fundado n’um dos arrabaldes da cidade de Pelotas (Estado do Rio Grande do Sul, Brazil), para o LABORATÓRIO de productos pharmaceuticos homeopáticos e ESPECÍFICOS do Novo Médico, de Souza Soares, e para Fábrica do PEITORAL DE CAMBARÁ, o remédio para as tosses e moléstias pulmonares de maior consumo na Republica, em uma área superior a 300 mil metros quadrados e faz frente pela avenida 20 de Setembro, communicando-se com a cidade por linhas telephonicas e de bonds, a última das quaes percorre a distancia em 25 minutos. [...]Este edificio [Fábrica do Peitoral de Cambará] mede 54 metros de comprimento sobre 42 de largura. Este estabelecimento tem hoje o escriptorio e deposito geral de seus productos na cidade de Pelotas, à rua Andrade Neves, esquina da General Netto, para onde devem ser dirigidos todos os pedidos e correspondencia a seu proprietario, José Álvarez de Souza Soares.”<sup>102</sup>(grifo próprio).*

<sup>102</sup> Trecho extraído do “Regulamento para os Empregados do Estabelecimento Industrial-Pharmaceutico do Parque Pelotense”, de 1901. Acervo de Leonor Souza Soares.

Assim como a “parte agrícola”, o mesmo documento regulamentava a “parte industrial-pharmaceutica”, onde ficava estipulada a hierarquia dos postos de trabalho. Num período ainda longe das leis trabalhistas, vê-se o quanto podia ser exigido dos funcionários, de forma legalizada e regulamentada, com vistas ao bom funcionamento do complexo industrial em primeiro lugar. De certa forma o equilíbrio das relações sociais dependia, e ainda depende, das posições e tomadas de posições dos agentes no mundo, uma vez que as estruturas sociais incluem relações de dominação (Abdalla *In Ens et al*, 2013).

Alguns artigos do Regulamento demonstram essas questões:

*“Parte industrial-pharmaceutica.*

*Artigo 1º – Os encarregados da administração dos trabalhos materiaes da parte INDUSTRIAL-PHARMACEUTICA do Estabelecimento: Fabrica do Peitoral de Cambará, Laboratório de productos homeopathicos e Especificos do Novo Medico, têm por dever: §1º – Residirem e permanecerem diariamente no Estabelecimento, dedicando-se exclusivamente aos trabalhos do mesmo. § 2º – Terem a seu cargo toda a direcção das repartições que lhes pertencem, velando pelo material n’ellas existentes, e fazendo com que o serviço seja executado com maxima perfeição, asseio e pontualidade, havendo em tudo, uma ordem e o devido respeito”.*<sup>103</sup>(grifo original).

Para a época era cabível exigências dispostas no Regulamento como a de um trabalho executado com “máxima perfeição”. A jornada diária começava às 5h30min nos meses de janeiro e dezembro. Em fevereiro, março, outubro e novembro – às 6h. Em abril, maio, agosto e setembro – às 6h30min. E nos meses de inverno – junho e julho – às 7h. As ressalvas do inciso 3º do Artigo 1º, incluem o horário de pausa e as especificações para fins de semana e feriados:

*“Nos dias uteis:*

*Durante os mezes de Maio, Junho, Julho e Agosto, só largarão o trabalho ao ½ dia, retomando-o á 1 hora da tarde; durante os mezes de Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro, suspendel-o-ão ás 8 horas da manhã e ao ½ dia, para recomeçarem-no ás 8 ½ e á 1 hora da tarde.*

*Os trabalhos encerram-se sempre ao escurecer.*

---

<sup>103</sup> Trecho extraído do “Regulamento para os Empregados do Estabelecimento Industrial-Pharmaceutico do Parque Pelotense”, de 1901. Acervo de Leonor Souza Soares.

*Nos dias santos e feriados: segue-se o mesmo regime dos dias uteis, não se trabalhando depois do ½ dia.*

*Nos domingos: Abrem-se as oficinas nas horas do costume, para fazer-se arrumações e limpezas necessárias e fecham-se às 9 horas da manhã, nos mezes de Maio, Junho, Julho e Agosto, e às 8, no outros mezes”.<sup>104</sup>*

Embora bastante detalhado o escalonamento do horário de trabalho, o Regulamento previa uma jornada extra, conforme seu Artigo 2º: “*em caso de urgência, todo o pessoal é obrigado a trabalhar fóra do tempo do horário*”. A conduta dos funcionários era, também, regulamentada no Artigo 3º: “*Não são admissíveis no recinto do trabalho as conversas, visitas de parentes ou conhecidos, disputas, gracejos ou negociações entre os empregados*”. As demais normatizações vão dar conta de questões como regras de segurança, de prevenção de acidentes, especialmente, de incêndios.

O complexo industrial de José Alvares se subdivida em muitos setores, que eram chamados de oficinas. Essas repartições correspondiam à: “*Secção de acondicionamento de remédios homeopathicos e Específicos*”; “*Laboratorios Pharmaceutico e Chimico*”; “*Typographia, Estereotypia, Encadernação e Douração*”; “*Refinação de assucar, Fabrica do Cambará, Officina de acondicionamento*”; “*Laboratorio homeopathico e de Específicos.*”<sup>105</sup>

O material promocional distribuído na Europa, em 1907, descrevia cada setor (Figuras 34; 35; 36; 37; 38; 39):

**“Secção de acondicionamento de remédios homeopathicos e Específicos –** *Esta officina consta de 6 vastos salões onde se enche, rotula e empacota os remédios homeopathicos e Específicos da “NOVA MEDICINA”. Tudo se acha disposto na melhor ordem, de maneira a facilitar o serviço, tornando impossível qualquer equivoco, visto que o trabalho é feito parcialmente e debaixo de fiscalização imediata”. Em seguida tem-se o Escriptorio, Depositos de vidros, Secçãp de lavagem e esterilização de frascos, etc.*

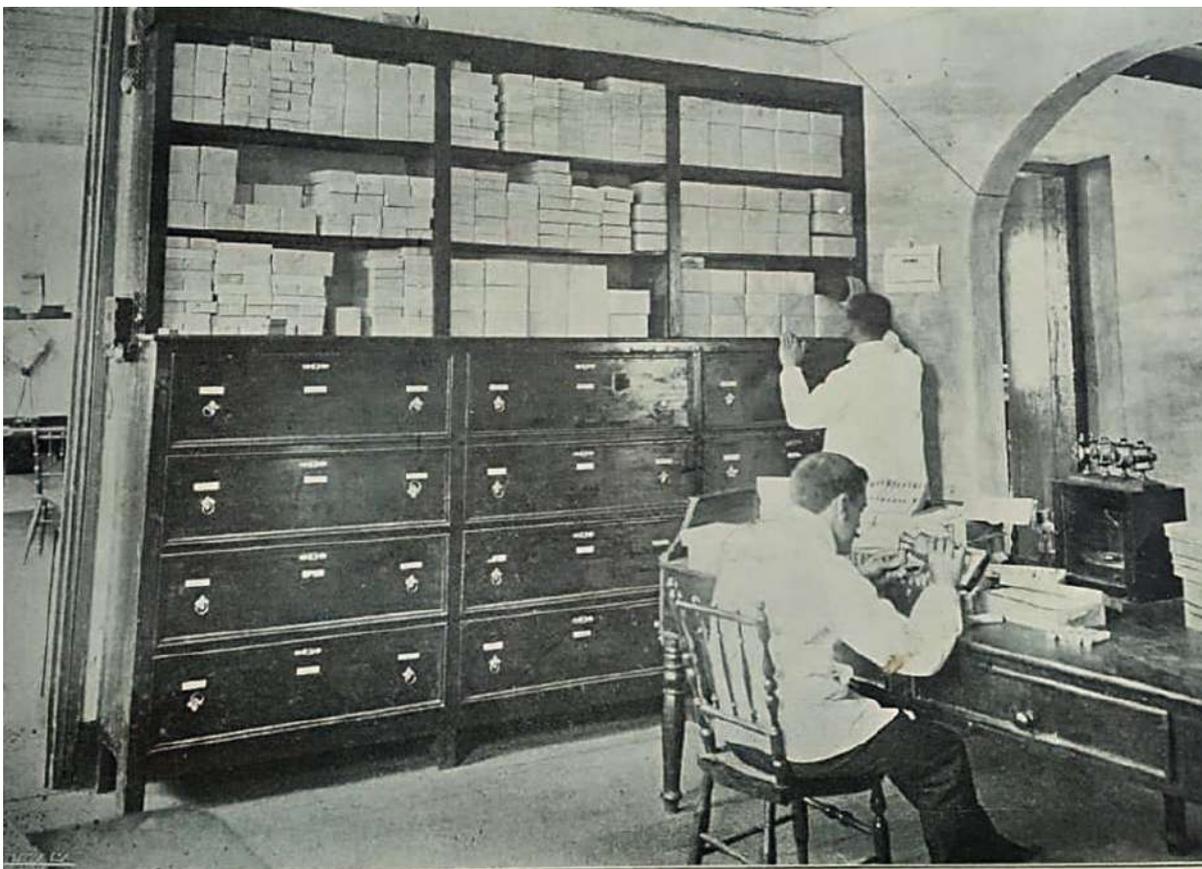
*[...] Na Officina de acondicionamento rotulan-se, empacotam-se e encaixotam-se os frascos do Peitoral de Cambará. Já prompto, segue d’ahi,*

<sup>104</sup> Trecho extraído do “*Regulamento para os Empregados do Estabelecimento Industrial-Pharmaceutico do Parque Pelotense*”, de 1901. Acervo de Leonor Souza Soares.

<sup>105</sup> No ano de 1907, foi montado uma encarte explicativo e promocional que apresentava a setorização do complexo fabril, existente desde a sua fundação, podendo ter havido pequenas alterações.

pela linha de bondes, para o **Deposito Geral**, d'onde é expedido para todas as partes.<sup>106</sup> (grifo original).

Figura 34 – Parque pelotense. Fábrica do Peitoral de Cambará. Seção de acondicionamento de remédios homeopáticos e *Específicos*



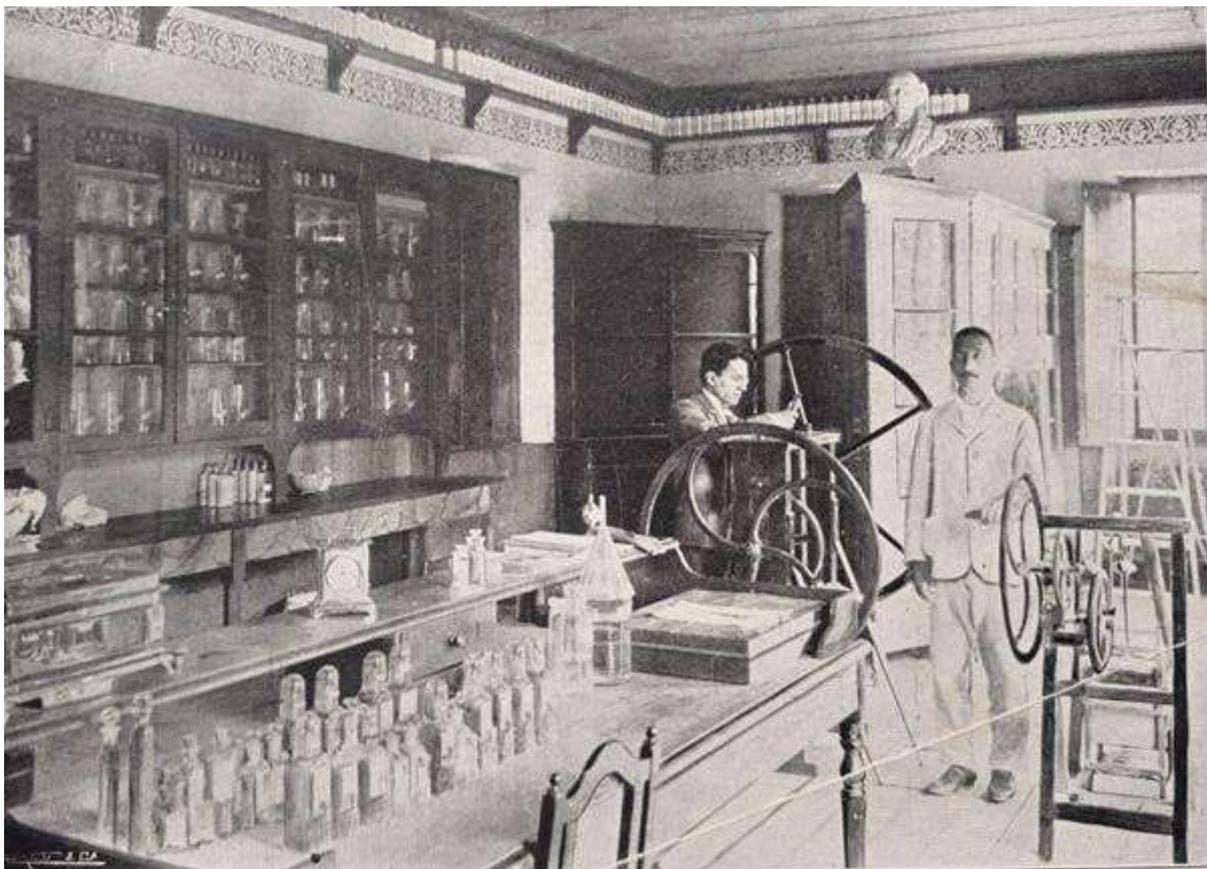
Fonte: Acervo de Leonor de Souza Soares.

**“Laboratorio Pharmaceutico e Chimico** – Compõem-se estas oficinas de três salas, vendo-se nas primeiras: maceradores, prensas, trituradores, machinas de comprimir pastilhas, almofarizes, grande quantidade de tinturas-mães, productos chimicos, etc. Na segunda está o Laboratorio chimico, equipado para todas as exigencias do estabelecimento. Ahi são analyzedos os vehiculos medicinaes, antes de serem empregados, taes como **alcohol, agua destilada, assucar de leite, globulos, assucars, xaropes, carvões, etc.** serve também para a confecção de medicamentos especiaes que reclamam determinados aparelhos.<sup>107</sup> (grifo original).

<sup>106</sup> Trecho extraído do encarte “A Casa Souza Soares”, de 1907. Acervo de Leonor Souza Soares.

<sup>107</sup> *Idem.*

Figura 35 – Parque Pelotense. Fábrica do Peitoral de Cambará. Laboratório farmacêutico e químico

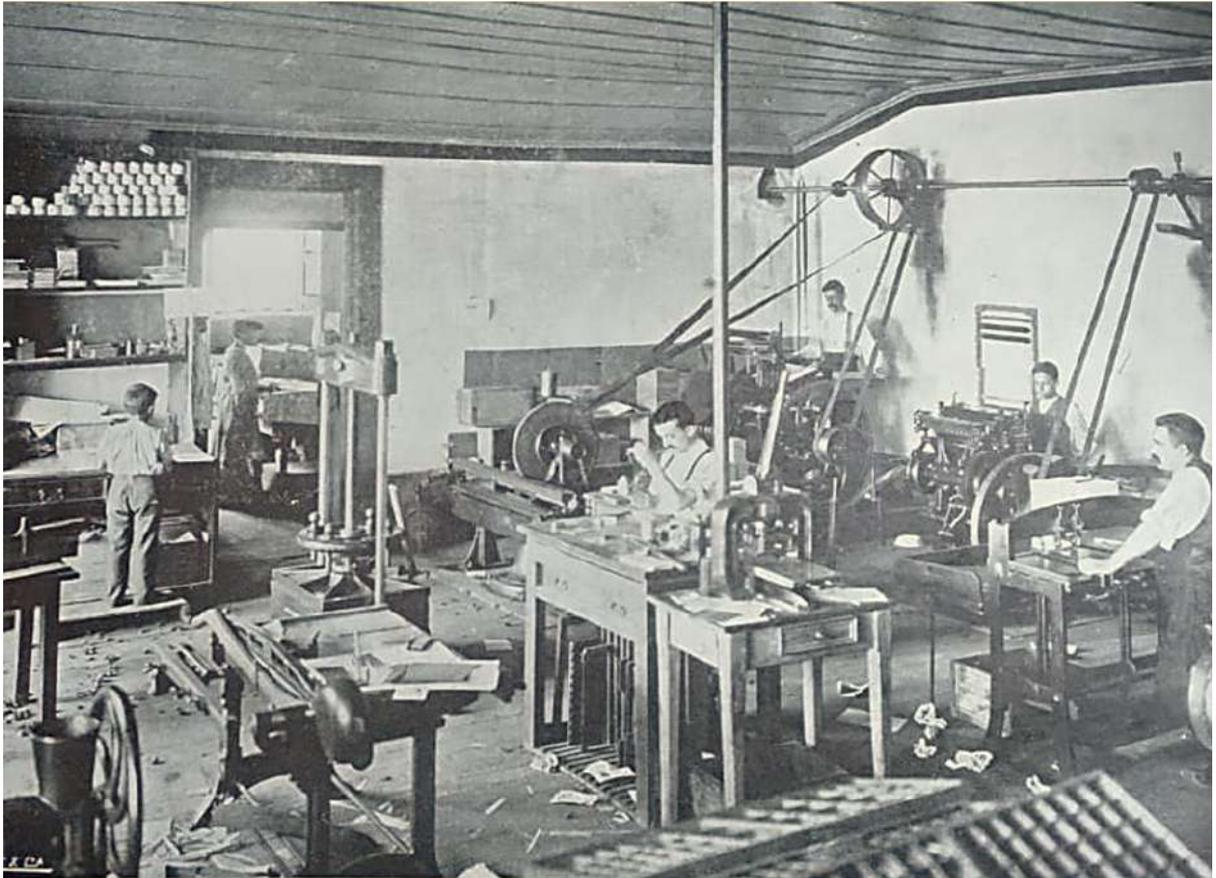


Fonte: Acervo de Leonor Souza Soares.

*“**Typographia, Estereotypia, Encadernação e Douração** – O primeiro salão está repleto de prélos de varios tamanhos, tesouras, traçadores, prensas, afiador automático, caixas de typos e cavaletes para composição, serras e aplainadeiras para estereotypia, etc. Em outras duas dependências, vêem-se utensilios e machinas para encadernação e douração, brochadores mechanicos, fornalha para estereotypia e uma aperfeiçoada guilhotina para papel.”<sup>108</sup> (grifo original).*

<sup>108</sup> Trecho extraído do encarte “A Casa Souza Soares”, de 1907. Acervo de Leonor Souza Soares.

Figura 36 – Parque Pelotense. Tipografia



Fonte: Acervo de Leonor Souza Soares.

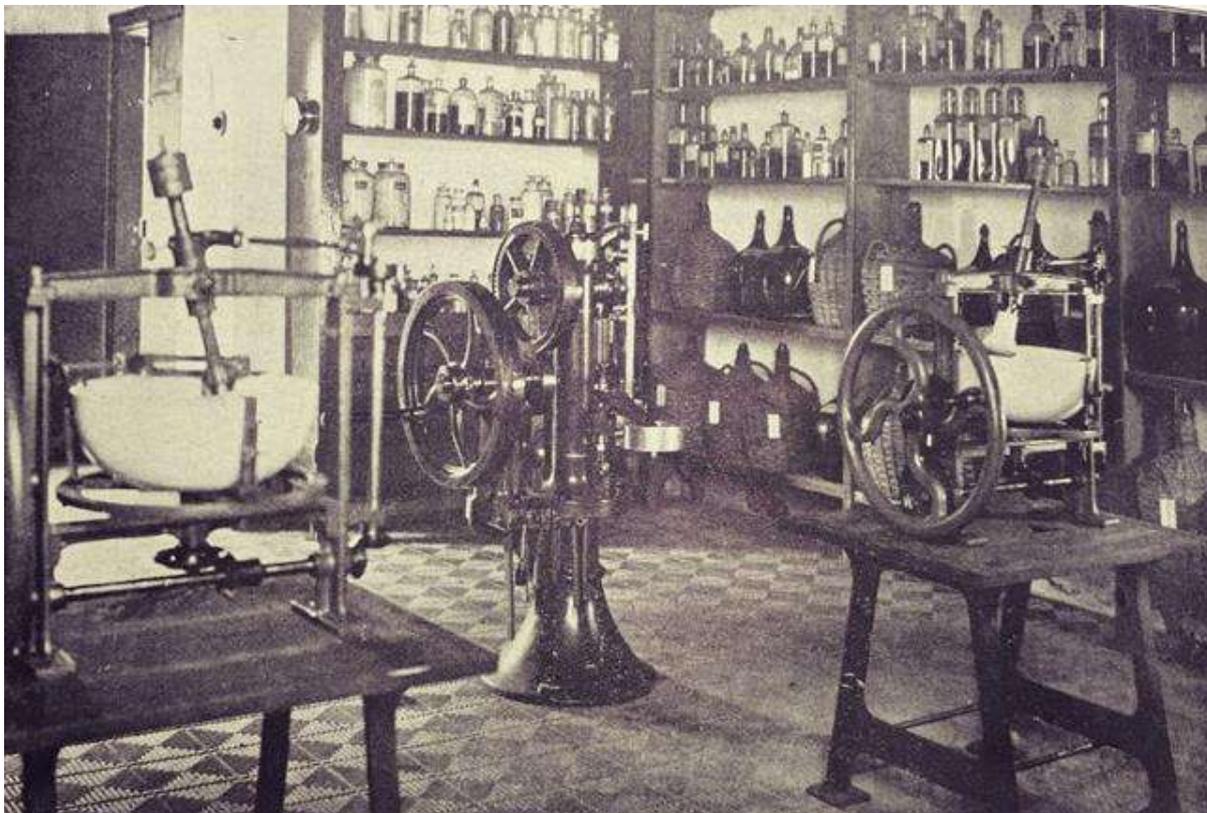
**“Refinação de assucar, Fabrica do Cambará, Officina de acondicionamento** – A Refinação de assucar foi creada com o fim unico da purificação d’este producto, pois só n’um estado de grande pureza póde ser empregado no fabrico do **Peitoral de Cambará**. Foi adoptando alvitres como este que se conseguiu obter um preparado perfeito, infermentavel, fartamente elogiado pelos profisionaes, e sendo até hoje o xarope de maior venda em todo o Brazil”<sup>109</sup>. (grifo original)

**“Laboratorio homeopathico e de Especificos** – Subindo ao sobrado, entra-se no Laboratorio homeopathico e de Especificos, vasta sala com todos os requisitos para as manipulações mais rigorosas. Dispostas em armarios fechados, estão as tinturas-mães raras, as baixas e altas dynamizações e as triturções. Nas diversas prateleiras, mesas e balcões, acham-se os globulo e pilulas de varios tamanhos, assucar de leite, moldes, fogareiros, almofarizes, balanças communs e de precisão, hygrometro, etc. Encontram-se ahi também dois **Vascolejadores-dynamicos “Souza Soares”** e o **Triturador-mechanico de quatro pistillos** (unicos no Brasil). Estes machinismos, que fazem imprimir (O que o braço do homem não consegue) exacta regularidade do movimento das manipulações homeopathicas, - uniformizam as suas dynamizações, resultando d’isso a acção positiva e a garantia dos efeitos

<sup>109</sup> Trecho extraído do encarte “A Casa Souza Soares”, de 1907. Acervo de Leonor Souza Soares.

*curativos de que gosam, desde muitos annos, os medicamentos homeopathicos de Souza Soares”.*<sup>110</sup> (grifo original).

Figura 37 – Parque Pelotense. Maquinário do laboratório



Fonte: Acervo de Leonor Souza Soares.

*“Destillação, Armazem do papel, Deposito e lavadouros de vidros, Galpões, Cocheiras, Cavalariças, etc. – Na Destillação, purificam-se e rectificam-se alcohes de pura uva e de canna; prepara-se a agua destillada, etc. A seguir, tem-se o Armazem do papel, onde se deposita grande quantidade de artigos para impressão e propaganda. Galpões, cocheiras, cavalriças, etc., completam o numero de dependencias que se tornam necessarias n’um estabelecimento d’esta ordem”*<sup>111</sup>. (grifo original).

<sup>110</sup> Trecho extraído do encarte “A Casa Souza Soares”, de 1907. Acervo de Leonor Souza Soares.

<sup>111</sup> *Idem.*

Figura 38 – Parque Pelotense. Armazenagem de papel



Fonte: Acervo de Leonor Souza Soares.

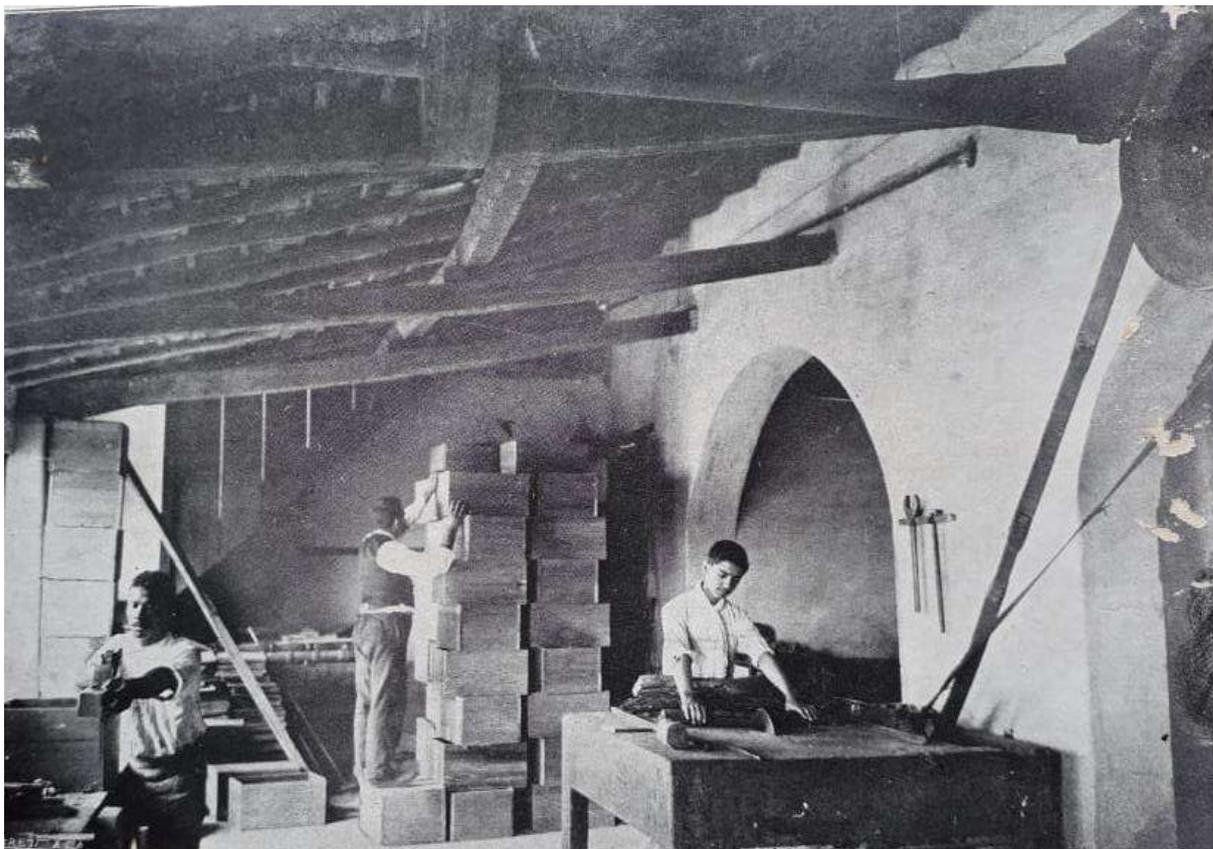
Por fim, era apresentado o setor de carpintaria e ferraria, mostrando a auto-suficiência do complexo fabril:

*“Carpintaria, Serraria e Ferraria – Descendo tem-se a Carpintaria, a Serraria e a Ferraria, que prontificam as caixas de madeira em que se acondicionam os productos do Estabelecimento, servindo também estas oficinas para obras e concertos de urgência. Acha-se ahi uma serra a vapor, forja, rebolos, tornos, uma possante bomba que armazena parte da agua que se consome. Á direita em gabinete envidraçado, encontra-se o moderno e magnifico motor que fornece movimento a todas as machinas”<sup>112</sup> (grifo original).*

---

<sup>112</sup> Trecho extraído do encarte “A Casa Souza Soares”, de 1907. Acervo de Leonor Souza Soares.

Figura 39 – Parque Pelotense. Complexo fabril. Carpintaria



Fonte: Acervo de Leonor Souza Soares.

### 4.3 A Escola Popular

A Escola Popular foi inaugurada no Parque Pelotense, em 7 de janeiro de 1885, segundo consta do livro oficial de mesma data, denominado “*Regulamento da Escola Popular de ensino primário*”. O documento também atesta que a instituição era “*sustentada a expensas do proprietário do mesmo estabelecimento – José A. de Souza Soares*”. O regulamento estabelecia, em seus artigos e incisos, como deveria funcionar a instituição, atentando para o seu carácter filantrópico logo nas duas primeiras cláusulas. O artigo terceiro limitava o número de alunos em cinquenta, enquanto as demais normativas referiam-se aos deveres dos professores, fiscais e alunos:

*“Art. 1º. – O ensino será gratuito, tendo lugar a abertura da aula a 7 de janeiro de cada ano e o encerramento depois dos exames finais.*”

*Art. 2º. – Serão admitidos á matricula todos os menores adultos que abonarem condições de moralidade tendo preferência os que forem destituídos de meios de fortuna.*

*Ar.t. 3º. – A matrícula ficará encerrada desde que se achem inscritos cinquenta alunos”. [...]*<sup>113</sup>

O edifício que abrigava a instituição, estava posicionado logo à entrada do parque e, também, mereceu destaque na imprensa local por conta disso.

*[...] No templo do trabalho, pois alli tambem estabeleceu a fabrica do importante producto medicinal de sua invenção e seu laboratorio homeopathico, quis collocar á entrada, o templo da instrucção, que prepara a intelligencea para aquellas luctas e fadigas gloriosas. Foi um pensamento sublime e generoso, que dá uma idéa muito elevada dos sentimentos philantropicos do Sr. Souza Soares. A Escola Popular como ella se denomina deve ser para os empregdos do estabelecimento e pessoas da circunvisinhança. [...]*<sup>114</sup>

No dia 8 de fevereiro de 1885, conforme já referenciado, o Parque Pelotense recebeu a visita da figura imperial – a Princesa Isabel, que por essa ocasião teria visitado, com seus filhos, as dependências da escola. O jornal, *Correio Mercantil* publicou no dia 15 de março daquele ano, uma cópia do *Memorial* escrito por José Alvares e entregue à Princesa, no qual ele pede licença para renomear a escola, homenageando-a através do Príncipe do Grão-Pará:

*“Sereníssima Senhora – José Alvares de Souza Soares, proprietário do Parque Pelotense, querendo dar uma demonstração pública do grande respeito e admiração que, consagra a Vossa Alteza Imperial, e desejando ao mesmo tempo, perpetuar a honrosa visita que Vossa Alteza Imperial se dignou a fazer ao meu parque, no dia 8 do corrente, julga que não o pode fazer de melhor modo e que seja mais grato ao coração generoso de Vossa Alteza Imperial, do que instituindo em seu parque uma “Caixa Pia”, destinada a receber não só parte do produto das entradas do mesmo parque, como as esmolas que os visitantes queiram nela depositar, cujo produto será todos os anos, no dia 8 de fevereiro (dia para sempre memorial, que marca a saudosa visita de Vossa Alteza Imperial ao mesmo parque) distribuido por viúvas honestas e pobres da cidade de Pelotas, pelo que vem respeitosamente pedir a Vossa Alteza Imperial a graça de conceder-lhe que dê a essa caixa o nome de “Caixa Pia D. Isabel”. Existindo no mesmo parque uma escola de instrução*

<sup>113</sup> Trecho extraído do livro de *“Regulamento da Escola Popular de ensino primário”*. Acervo de Leonor Souza Soares.

<sup>114</sup> Nota publicada no periódico *“Onze de Junho”* em 02 de fevereiro de 1883, a partir da visita pré inaugural feita pela imprensa ao Parque Pelotense, na antevéspera da abertura oficial.

*primária gratuita, criada pelo abaixo assinado pede igualmente a Vossa alteza Imperial a graça de conceder-lhe denominá-la “Escola Príncipe do Grão Pará” pelo que*

*E. R. M.*

*Pelotas, 28 de fevereiro de 1885*

*J. A. Souza Soares.”<sup>115</sup>*

No ano de 1886 a Escola Popular esteve fechada por cerca de cinco meses, em função da tentativa de José Alvares em vender o Parque Pelotense, com a motivação de levar seus negócios para o Rio de Janeiro. Como a venda não foi efetuada, a escola reabriria cinco meses depois, já com a nova denominação. Segundo Carmen Reis (2014), o anúncio de tal intento foi publicado em março de 1886 por meio de panfletos distribuídos pela cidade. José Alvares fora minucioso para com o conteúdo dos panfletos, detalhando a propriedade e as motivações que tivera para desfazer-se do empreendimento em Pelotas:

*“Ao publico e aos meus amigos – Declaro que tenho resolvido passar brevemente a fabrica do Peitoral de Cambará e o laboratório Homeopathico para o Rio de Janeiro [...] Vou dispor do Parque Pelotense e de todos os bens que possuo nesta terra onde resido desde 1874. Declaro que tudo se encontra livre e desembaraçado. [...] A escola primaria que tenho sustentado gratuitamente no parque, desde janeiro de 1885, e a cargo do hábil professor Sr. A. Thomaz de Faria, termina no fim do corrente mez. A grande aceitação que estão tendo no Brazil os meus productos medicinaes, deu motivo à resolução de passar a sua fabricação para o centro principal d’este império. Pelotas, 26 de março de 1886. José Alvares de Souza Soares.”<sup>116</sup>*

Carmen Reis (2014) pondera a questão de o Parque Pelotense, com todo o seu conjunto de empreendimentos, não ter sido vendido considerando o fato de que não houvesse quem pudesse pagar pelo mesmo.

O preço estabelecido era de oitenta contos de réis, segundo a avaliação feita pelos senhores Visconde da Graça, major Francisco Nunes de Souza e

---

<sup>115</sup> Cópia da nota publicada no periódico “*Correio Mercantil*”, em 15 de março de 1885. Acervo de Leonor Souza Soares.

<sup>116</sup> Trecho do texto que José Alvares publicou em panfletos e distribui pela cidade, em 1886. In REIS, Carmen Souza Soares. “*Souza Soares: a saga de uma família portuguesa no Brasil*”. Porto Alegre: Ed. do Autor, 2014, p. 135.

Paulinho Teixeira da Costa Leite. O valor estimativo mencionado era superior a cem contos de réis (Reis, 2014, p. 134).

Não concretizada a venda, o Parque Pelotense e a fábrica do Peitoral de Cambará seguiram à pleno, rendendo lucros e proporcionando grandes entretenimentos culturais até a metade do século XX para a cidade e região.

Em 10 de agosto de 1886, se dá a reabertura da escola do Parque Pelotense sob a designação de *Escola Popular Príncipe do Grão Pará*.

*“Ata de reabertura.*

*Aos dez dias do mez de Agosto de mil oitocentos e oitenta e seis, com a assistencia de dez alunos, foi reaberta a Escola Popular Príncipe do Grão Pará, do Parque Pelotense, fundada e mantida a expensas do seu proprietario, José Alvares de Souza Soares, dirigida pelo infrascripto e fiscalizada pelo Sr. Fernando Pimentel. Convem declarar que, apesar de estar annunciada, a reabertura, para o dia 9 de Agosto, não pôde ela ter logar em virtude da falta de comparecimento de alunos.*

*Escola Popular Príncipe do Grão Pará, no Parque Pelotense, 10 de Agosto de 1886.*

*O Professor.*

*Luiz Monteiro da Silva Carvalho”.*<sup>117</sup>

Na ata que registrou o evento constam os detalhamentos não só da reabertura, como também, do funcionamento da escola. Há o manifesto do professor/diretor em relação aos métodos de ensino, priorizando e enfatizando sua preocupação para com a qualidade da educação gratuita (Figura 40).

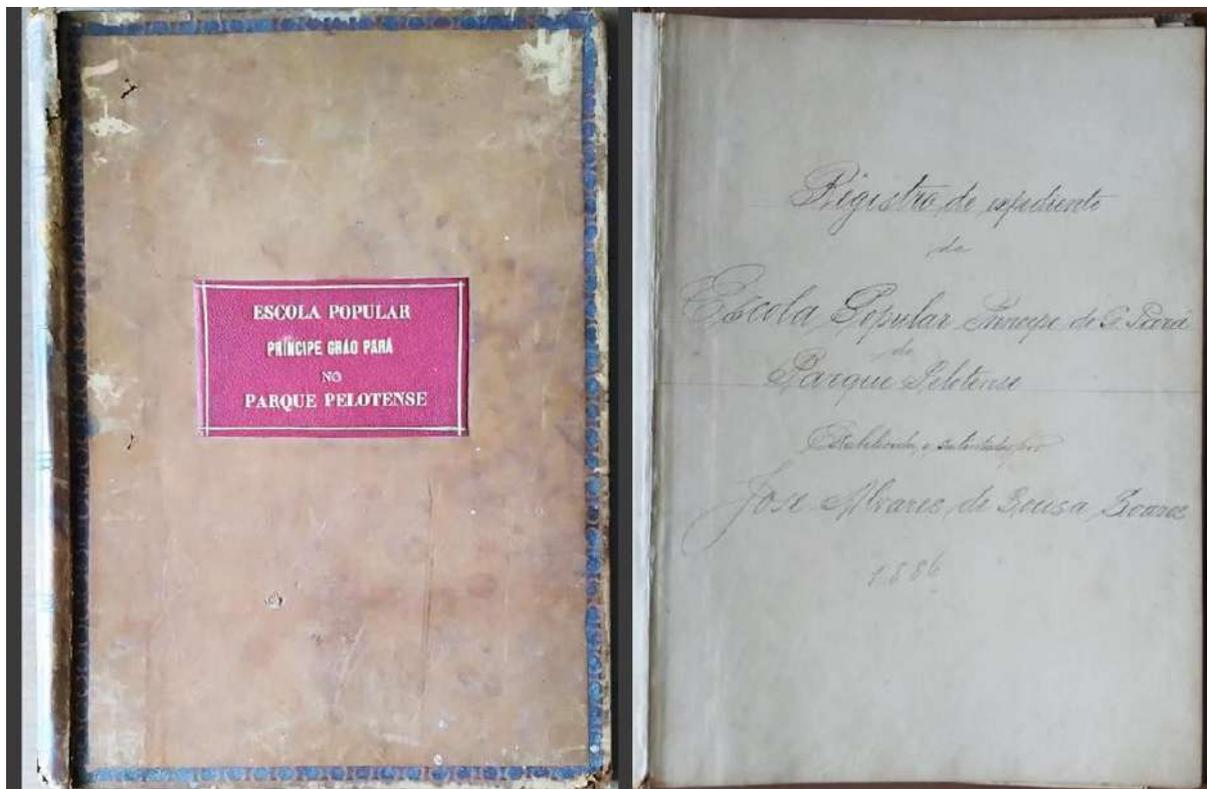
*“[...] Sou dos que acreditam nos beneficos resultados da instrução popular, como ponto de partida, para o completo desenvolvimento da humanidade, porém, tambem creio que os mestres precisam possuir predicados elevados e conhecimentos superiores, afim de corresponderem ao elevado e benemerito cargo que lhes assignala a sociedade. Ao par, todavia, da minha boa vontade, possuo a incompetencia para o exercicio das funcções do magisterio e, n’estas circunstancias, desejo sempre que o illustrado fiscal d’esta Escola que eu dirijo, seja não só o fiscal solícito e cuidadoso, mas sim e principalmente o guia inteligente e proficiente que supporta as insufficiencias do professor.*

---

<sup>117</sup> Trecho extraído da ata de reabertura da *Escola Príncipe do Grão Pará*, do Parque Pelotense, em 10 de agosto de 1886. *Livro de Actas*. Acervo de Leonor Souza Soares.

*Deus guarde a VS<sup>a</sup>. (assignado) Luiz Monteiro da Silva Carvalho*.<sup>118</sup>

Figura 40 – Livro de atas da *Escola Popular Príncipe do Grão Pará*



Fonte: Acervo de Leonor Souza Soares.

No ensejo, o professor Luiz M. da Silva Carvalho também apresentou seu projeto para a melhoria do ensino na escola, onde propunha a distribuição das disciplinas pelos dias da semana. O roteiro apresentado, que incluía a disciplina de ensino religioso, era pautado nos fundamentos de uma educação abrangente, segundo os moldes da primeira sociedade.

*“Projecto: Na intenção de imprimir á Escola que dirijo um pouco de animação, tornando-a, de alguma forma, attrahente para as creanças, lembrei-me de distribuir as disciplinas pelos dias da semana, de modo que as licções de memoria não se repitam mais do que duas vezes semanalmente. [...]”*<sup>119</sup>

<sup>118</sup> Trecho extraído do *Livro de Actas da Escola Príncipe do Grão Pará, do Parque Pelotense*. Registrado em 31 de agosto de 1886, na página de número 02, assinado pelo professor Luiz Monteiro da Silva Carvalho. Acervo de Leonor Souza Soares.

<sup>119</sup> Trecho extraído do *Livro de Actas da Escola Príncipe do Grão Pará, do Parque Pelotense*. Registrado em 31 de agosto de 1886, na página de número 02, assinado pelo professor Luiz Monteiro da Silva Carvalho. Acervo de Leonor Souza Soares.

*“Plano de distribuição das lições de memória durante a semana confeccionado e proposto pelo professor e aprovado em 6 de Setembro de 1886, pelo respectivo fiscal:*

*Segunda feira – escripta, arithmetica, taboada, leitura e contabilidade.*

*Terça feira – escripta, religião, leitura, taboada e contabilidade.*

*Quarta feira – escripta, gramatica, manuscripto (leitura) Taboada e contabilidade.*

*Quinta feira – escripta, arithmetica, taboada, leitura e contabilidade.*

*Sexta feira – escripta, religião, taboada, leitura e contabilidade.*

*Sabado – escripta, gramatica, leitura de manuscripto e contabilidade”.*<sup>120</sup>

Uma vez que a escola abarcava crianças de classes sociais diferenciadas – os filhos de José Alvares, os filhos de seus funcionários e crianças carentes do bairro –, a partir desta instituição de ensino poder-se-ia abrandar as clivagens culturais, conforme defende Roger Chartier (1991). O autor fala do prejuízo de uma organização social fundamentada em distanciamentos sociais dados por uma “concepção estreitamente sociográfica”. Ultrapassando essa barreira, José Alvares leva os mais renomados professores ao lugar periférico, e num movimento que poderia se conceber como progressista, prefere vincular a educação dos próprios filhos à um sistema comunitário do que os educar de forma particular, ainda que pudesse pagar pelos melhores preceptores.

É preciso, creio, recusar esta dependência que as diferenças de hábitos culturais a oposições sociais dadas *a priori*, tanto à escala de contrastes macroscópicos (entre as elites e o povo, entre os dominantes e os dominados), quanto à escala das diferenciações menores (por exemplo entre os grupos sociais hierarquizados pelos níveis de fortuna ou atividades profissionais) (Chartier, 1991, p. 180).

Pelo mesmo livro de atas toma-se ciência da frequência de alunos nos anos iniciais da escola. Considerando-se a sua particularidade de funcionar no interior de

---

<sup>120</sup> Trecho extraído do *Livro de Actas da Escola Príncipe do Grão Pará, do Parque Pelotense*. Registrado em 31 de agosto de 1886, na página de número 03, assinado pelo professor Luiz Monteiro da Silva Carvalho. Acervo de Leonor Souza Soares.

um parque privado, industrial e de lazer. No relatório assinado pelo professor Antonio Thomaz de Faria, de março de 1886, é mencionado o número de vinte e quatro alunos.

“Ilmo. Sr.

*Cumpre-me levar ao conhecimento de VS<sup>a</sup>; que a aula do Parque, sob minha direcção e por mim regida, foi frequentada durante o mez de Fevereiro próximo findo, por vinte e quatro alunos que se acham matriculados e proseguem em seu estudos com saptisfatorio resultado.*

D G

Vossa Senhoria

*Pelotas 2 de Março de 1886.*

*Ilmo. Sr. José Alvares de Souza Soares*

*O professor Antonio Thomaz de Faria.*<sup>121</sup>

Era comum anunciar nos periódicos locais o recomeço das atividades escolares, depois do período das férias. No jornal *Correio Mercantil* de 9 de janeiro de 1887, encontram-se em mesma página, as notícias de duas instituições da cidade – a *Escola Popular Príncipe do Grão-Pará* e o *Collegio São José*. Por estas referências atesta-se o teor filantrópico das instituições – a primeira com ensino gratuito voltado à crianças carentes, e a segunda com a oferta de pensionato, também, para meninas carentes.

“ESCOLA POPULAR Príncipe do Grão-Pará

*No dia 10 d’este mez reabrir-se-ha esta escola, fundada no Parque Pelotense, sob a mesma direcção e fiscalização. É superfluo recommendar aos paes de familia este estabelecimento de instrucção. A Escola Popular collocada actualmente sob as vistas proctetoras dos poderes publicos, visto a concessão que lhe fez a Direcção Geral da Instrucção Publica, na provincia, acha-se habilitada a fornecer aos alumnos pobres os compendios necessários ao ensino. Pelotas, Janeiro 4 de 1887. Luiz M. da Silva Carvalho, professor da escola.*<sup>122</sup>(grifo original).

<sup>121</sup> Trecho extraído do *Livro de Actas* da Escola Príncipe do Grão Pará, do Parque Pelotense. Registrado em 02 de março de 1886, sem página numerada, assinado pelo professor Antonio Thomaz de Faria. Acervo de Leonor Souza Soares.

<sup>122</sup> Recorte de nota publicada no periódico “*Correio Mercantil*” em 09 de janeiro de 1887. Acervo de Leonor Souza soares.

“COLLEGIO S. JOSÉ

*As aulas d’este estabelecimento de instrucção para o sexo feminino reabrem-se a 10 de janeiro de 1887. O ensino comprehende os cursos: primario e secundario. Aceita alumnas pensionistas, meio-pensionistas e externas. Para o que o edificio funciona o collegio accomodações vastas e apropriadas [...]”<sup>123</sup>(grifo original).*

Outra atestação que sobressai desses informes é a de que a Escola Popular Príncipe do Grão-Pará, a esta altura, constituía-se em uma instituição pública concedida pela *Direcção Geral da Instrucção Publica*.

A partir dessa condição – de funcionar como um órgão público – a instituição passou a obedecer à critérios organizacionais como a elaboração de ofícios relatando o andamento escolar. A exemplo do documento redigido pelo professor Luiz Monteiro da Silva Carvalho, dirigido ao Sr. Jaime de Almeida Couto – inspetor geral de instrucção pública –, em 1888:

*“Officio dirigido ao Inspetor Geral da Instrucção Publica na Provincia em Janeiro de 1888.*

*Ilmo. Sr.: Cumpro o grato dever de passar ás mãos de V. S<sup>a</sup>. O mappa do movimento da Escola a meu cargo, durante o anno lectivo de 1887. Por este documento, verá V. S<sup>a</sup>. que a matricula ascendeu ao numero de 31alunos, dos quaes, durante esse periodo, sahiram 11. A frequencia não foi das mais lisongeiras; como indica o demonstrativo das faltas incluido naquelle mappa. A media de alumnos que affluiram á Escola durante o anno a que me refiro, nunca foi superior a 15, no maximo. Como consequencia directa d’este mal, os exames a que se precedeu, não corresponderam devidamente ao que éra de esperar; todavia, os poucos alumnos que foram submetidos ao exame da Comissão revellaram satisfatorio adeantamento, como verá V. S<sup>a</sup>. pela copia da acta respectiva que tenho a honra de incluir aqui. Concluindo, resta-me, apenas, fazer votos para que no anno que ora começa, esta Escola seja mais favoravelmente acolhida pelos paes de famillia, unicos responsaveis pela educação de seus filhos; de modo que os beneficios consequentes de educação, digo instituição d’esta ordem se façam mais completamente sentir.*

*Deus Guarde a V. S<sup>a</sup>.*

*Escola Popular ‘Principe do Grão Pará’ no Parque Pelotense.*

*Pelotas, 2 de janeiro de 1888.*

*Ilmo. Sr. Dr. Jayme de Almeida Couto,*

*M. D. Director da Instrucção Publica na Provincia.*

---

<sup>123</sup> Recorte de nota publicada no periódico “*Correio Mercantil*” em 09 de janeiro de 1887. Acervo de Leonor Souza soares.

Luiz Mont<sup>o</sup> da Silva Carvalho.<sup>124</sup>

Conforme o teor de tal ofício percebe-se a preocupação com a frequência de alunos em cada ano letivo. Do mesmo modo, os relatórios, assinados pelos professores da instituição entre os anos de 1886 e 1888 demonstram a mesma questão. No relatório dos meses de março a abril de 1887, o professor Luiz Monteiro de Carvalho discorre sobre o assunto, referindo-se a lei de obrigatoriedade escolar e questionando as motivações para o não cumprimento, desta, por parte dos pais:

*“[...] Como tive occasião de manifestar a V. S<sup>a</sup>., em Fevereiro, tudo levava-me a crêr n’um reviramento benefico, no animo dos paes de familia d’estas circunvisinhanças e dos proprios alumnos, acreditando que elles, compenetrando-se melhor dos generosos intuitos do fundador mantenedor d’esta utilissima Instituição e comprehendendo a necessidade indeclinavel da elevação intellectual das camadas populares, por meio da Instrucção, de cuja falta, elles proprios teriam colhido prejuizos e decepções, terião mudado de rumo, pondo de lado essa indiferença, essa innacção, característica principal do atrazo do povo, e acolherião com entusiasmo a realização das ideias que presidiram para fundação n’esta Escola. Mas tal reviramento, previsto por mim, não se deu, infelizmente, visto que a frequencia durante os dois ultimos mezes, limitou-se á média de 6 a 8 alumnos, diariamente. Já na cidade visinha, o respeitavel Inspector Escolar Monsenhor Vêras, em officio dirigido á municipalidades, se queixou do mesmo facto que agora consigno n’este Relatorio. Existe uma lei obrigatoria do ensino; ha encarregados de fiscalizar o cumprimento d’essa lei; todavia, a lei não se cumpre nem a fiscalização se faz sentir. A que se deve athibuir tudo isto?”<sup>125</sup>*

A constatação do dilema social vivido entre os promotores da instrução – professores da Escola e seu próprio mantenedor – e os pais dos alunos, demonstra a realidade de uma sociedade que estaria em mudança, fazendo poucos avanços no sentido da educação pública. O sistema educacional estaria voltado a uma camada privilegiada da sociedade, onde os filhos de homens abastados poderiam dedicar-se aos estudos, já as crianças de famílias menos favorecidas, costumavam ajudar os pais com trabalhos domésticos e de campo.

<sup>124</sup> Texto extraído do *Livro de Actas* da Escola Principe do Grão Pará, do Parque Pelotense. Registrado em 02 de janeiro de 1888, na página de número 18, assinado pelo professor Luiz Monteiro da Silva Carvalho. Acervo de Leonor Souza Soares.

<sup>125</sup> Trecho extraído do *Livro de Actas* da Escola Principe do Grão Pará, do Parque Pelotense. Registrado em 14 de maio de 1887, na página de número 15, assinado pelo professor Luiz Monteiro da Silva Carvalho. Acervo de Leonor Souza Soares.

Nesse sentido, tentar mudar a mentalidade e as necessidades dos pais de família de baixa renda, iria configurar um trabalho no âmbito social, com mudanças comportamentais significativas, que desafiariam o “equilíbrio instável das tensões em determinados campos sociais e situações” acusado por Norbert Elias (2001, p. 109). Essas questões estariam sujeitas, não apenas a uma postura no campo das ideias, mas a uma necessidade do trabalho braçal executado pelas crianças dentro de uma realidade empobrecida. Quando se tenta implementar mudanças culturais, aparecem com maior intensidade os conflitos entre as camadas sociais. Conforme o mesmo autor:

“[...] o tipo de modelos conceituais voltados para a realidade que têm influência sobre o comportamento humano difere de acordo com a estrutura da própria realidade social.” (Elias, 2001, p. 109)

A observação por escrito enviada pelo professor Antonio Thomaz de Faria, ao mantenedor da instituição, José Alvares, é mais um testemunho dessa realidade social:

*“Ilmo. S.*

*Em observancia ao que dispoem o §7 do artigo 5º do Regulamento da aula de Primeiras Letras de cuja direcção e regencia sou por V. S<sup>a</sup>. encarregado, cumpre-me scientificar: que durante o mez de Janeiro p. findo, tem ella funcionado com toda a regularidade; havendo sido frequentada por vinte alumnos; se bem que por motivos imperiosos, já do tempo e já por occupações na casa paterna, tenham muitos d’elles falhado por dias seguidos; nenhuma falha porêm tem sido commethida, que não seja justificavel; contrabalançando-as em parte a muita influencia que teem para o estudo.*

*Escola no Parque Pelotense a 1º de Fevereiro de 1886*

*D G a V<sup>a</sup>*

*Ilmo. Sr. José Alvares de Souza Soares.*

*Antonio Thomaz de Faria*

*Professor”<sup>126</sup>*

---

<sup>126</sup> Texto extraído do *Livro de Actas* da Escola Príncipe do Grão Pará, do Parque Pelotense. Registrado em 01 de fevereiro de 1886, em folha avulsa, assinado pelo professor Antonio Thomaz de Faria. Acervo de Leonor Souza Soares.

No sentido de qualificar a instituição de ensino, José Alvares solicitou ao presidente da câmara municipal de Pelotas, que os exames aplicados nas escolas municipais fossem, também, aplicados na Escola Popular Príncipe do Grão Pará. Conforme a cópia registrada no livro de atas da escola:

*“Cópia do officio dirigido ao Presidente da Camara Munnicipal, Dr. Arthur Antunes Maciel, pelo proprietario e fundador da Escola Popular Príncipe do Grão Pará:*

*Ilmo. Sr. Achando-se terminado o anno lectivo e sabendo eu que essa illustre Corporação nomeou uma Commissão para proceder aos exames nas Escolas Munnicipaes, venho solicitar de V. S<sup>a</sup>. a honra de dar as precisas providencias para que aquelle serviço se torne extensivo á Escola estabelecida no Parque Pelotense. Este pedido atem de serva obdiencia a um preceito da organização da mesma Escola, ella, por sua vez, merece a sollicitude da Edilidade pela circumstancia de ser gratuitamente facultada ás creanças pobres que a frequentam.*

*Deus Guarde a V. S<sup>a</sup>.*

*Parque Pelotense, Pelotas, 3 de Dezembro de 1888*

*Ilmo. Sr. Dr. Arthur Antunes Maciel*

*Digno Presidente da Camara Munnicipal*

*(assignado) José Alvares de Souza Soares*

*Conforme o original*

*Carvalho”.*<sup>127</sup>

Na tentativa de estimular os alunos aos estudos, e conter a evasão escolar, a instituição passou a premiá-los com distinções de honraria, através de uma comissão instituída, conforme pode ser atestado pela *“Ata de encerramento dos trabalhos escolares de 1886”*, onde se observa o desempenho de Miguel Ramos de Souza Soares, segundo filho de José Alvares.

*“Aos quatro dias do mez de Dezembro do anno de mil oitocentos oitenta e seis, n’esta Escola Popular do Príncipe do Grão Pará, compareceram os Ilmos. Srs. Pharmaceutico João da Silva Silveira, muito digno inspector escolar, Professor publico Heraclito João de Camargo e o fiscal d’esta escola, Fernando A. Pimentel, e, por este ultimo foram apresentados aquelles dois cavalheiros, como constituindo a comissão examinadora para arguir os alumnos que estivessem no caso d’isso. Feita a apresentação, tomaram assento os trez cavalheiros, dos quaes assummio a presidencia o illustrado*

<sup>127</sup> Texto extraído do *Livro de Actas* da Escola Príncipe do Grão Pará, do Parque Pelotense. Cópia do officio entregue ao presidente da câmara municipal, com data de 03 de dezembro de 1888, registrada na página de número 21, assinado pelo professor Carvalho. Acervo de Leonor Souza Soares.

*inspector litterario, aliás, escolar, Sr. Pharmaceutico Silveira. Apoz a exhibição das provas de adeantamento dos alumnos, resolveu a Comissão dar as seguintes qualificações:*

*Distinção e menção honrosa:*

*João Power primo, devendo seu nome ser consignado no Quadro de honra da Escola.*

*Approvado plenamente:*

*Julio Stains*

*Approvados simplesmente:*

*Miguel R.de Souza Soares*

*Luiz da Costa*

*Eduardo Power*

*Miguel Fernandes Pinto*

*Pompeu Stains*

*Eduardo Sttafford.*"<sup>128</sup>

Mesmo diante de todos os percalços, a Escola Popular Príncipe do Grão Pará esteve em atividade até à entrada do século XX quando, paulatinamente, foi perdendo alunos para outras instituições de ensino. Uma realidade que se apresentava diante das dificuldades de manutenção da escola, provocada pela queda do faturamento da Sociedade Medicinal, especialmente, após a morte do seu criador.

#### **4.4 A residência da família**

Assim como a arte, a arquitetura não é isenta de intenções (Debray, 2002), e a linguagem do ecletismo historicista, com sua suntuosidade e profusão de adornos, serviu à afirmação de grupos formados por homens endinheirados.

Criou-se assim, um imaginário arquitetônico, desenvolvido nas fachadas das residências edificadas para as classes dominantes, que através das ornamentações das imponentes caixas murais dos prédios, salientavam o

---

<sup>128</sup> Texto extraído do *Livro de Actas* da Escola Príncipe do Grão Pará, do Parque Pelotense. Registrado em 01 de dezembro de 1886, na página de número 07, assinado pelo professor Luiz Monteiro da Silva Carvalho. Acervo de Leonor Souza Soares.

poder e riqueza das elites das cidades: as estátuas de gosto clássico, de águias, de dragões alados e de leões; os estuques dos capitéis dóricos, jônicos, coríntios, toscanos ou compósitos, dos frontões gregos ou cimbrados; os monogramas dos proprietários trabalhados em estuque sobre os frontões, ou com ácido sobre as vidraças; os gradis de ferro forjado ou fundido dos balcões, portões e gradis. [...] De maneira simplificada, foram também empregados nas construções de residências erguidas para a classe pequeno burguesa, nas casas edificadas para aqueles menos favorecidos economicamente e nas vilas operárias (Santos, 2014, p. 65).

Um edifício para ser considerado imponente deveria ser assobradado, isto é, ter porões que servissem de respiro aos assoalhos de madeira, e nestes, óculos ou gateiras para a entrada de luz e circulação de ar – os gradis das gateiras eram confeccionados em ferro forjado ou fundido, com linhas curvas arabescadas, muitos adornos confeccionados em estuque, como pinhas, estatuetas ou compoteiras encimando os edifícios, frisos e cornijas. Nenhum desses elementos faltou a distinta edificação dos Souza Soares no Parque Pelotense.

Também como sinal de elegância o casarão possuía pilastras com semi-capitéis compósitos demarcando as aberturas e repartindo verticalmente os frontispícios, janelas com peitoris ornados em estuque e vergas trabalhadas com elementos fitomorfos, estelas e cornijas, igualmente feitas em estuque, frisos, cimbalhas, e platibandas mistas com murais cegos e vazados, adornados com elementos pré-fabricados em estuque, que vão desde os balaústres até as compoteiras encimando a marcação das pilastras, porta principal em duas folhas de abrir com bandeira almofadada trabalhada em madeira nobre maciça. Assim como nos prédios mais opulentos, a obra contava com uma camarinha, cuja elevação ajudava a dar suntuosidade à caixa mural. Com atenção ao detalhe da inscrição “*Laboratório Homeopático ‘Souza Soares’*”, entre o friso horizontal e a platibanda, coroando o edifício, o que conferia identidade ao lugar ao mesmo tempo em que reforçava a intenção primeira do Parque e fazia publicidade da sua indústria farmacêutica<sup>129</sup> (Figura 41).

---

<sup>129</sup> A referência pintada “*Laboratório Homeopático ‘Souza Soares’*” existia de fato, mas possivelmente tenha sido retocada na fotografia.

Figura 41 – Parque pelotense. Edifício residencial da família Souza Soares



Fonte: Acervo de Leonor Souza Soares.

“Dessa maneira, os proprietários exibiam a sua superioridade sobre as camadas sociais menos privilegiadas e rivalizavam entre si na execução de edifícios cada vez mais imponentes” (Santos, 2014, p. 25). E quando o lugar a exibir compreendia um parque de recreação, inédito para a cidade, aberto ao público e com um conjunto de edifícios erguido nos critérios da “arquitetura das elites” o elemento diferenciador tornava-se legível. Ao se analisar o complexo arquitetônico do Parque Pelotense enquanto imagem – detentora de poder simbólico – sobressai o sujeito rico, afortunado, de ideias progressistas e dono de sua fábrica. Talvez generoso e benemérito, uma vez que abria o parque para a sociedade pelotense, a escola para crianças carentes, fazia donativos através de sua caixa pia, e promovia uma “medicina ao alcance de todos”.

Uma das atestações de poder simbólico estava na apresentação de objetos de uso familiar, tanto para o cotidiano, como para os dias festivos. O pesquisador Gonçalo de Vasconcelos e Souza (*In Santos, et al, 2017, p. 477*) diz que no Portugal oitocentista, a aristocracia recorria à livros como o “*Código de Bom-Tom ou regras da*

*civilidade e de bem viver no XIXº século*”, com item específico intitulado “*Modo de Pôr a Mesa*”. Estas regras de etiqueta seriam seguidas pelas famílias abastadas brasileiras. A exibição de louças finas, na maioria importadas, fazia parte da cena dessas casas (Informação verbal).<sup>130</sup>

Nesse ensejo, José Alvares personalizou as louças da casa com a logomarca da Sociedade Medicinal, denotando muitos símbolos de poder, hierarquia, etc., enquanto reafirmava questões identitárias (Figura 42).

Figura 42 – Parte do conjunto de louças personalizadas da casa dos Souza Soares, no Parque Pelotense



Fonte: Acervo de Carmen Souza Soares Reis.

Carmen Reis (2014, p. 137) vai dizer que Joana Ramos de Souza Soares decorou a casa do Parque com muito gosto, transformando-a numa residência elegante e muito aprazível. “A casa foi decorada com muito bom gosto, com paredes cobertas por lambris de madeira de lei e papel de parede importado da França”. Normalmente, as casas de feição eclética, de meados do século XIX, tinham revestimentos murais dados por pinturas de variadas técnicas – escaiola, estêncil, marmoreado, *marouflage* – a fim de esconder as possíveis manchas causadas por umidades nas paredes erguidas em tijolos de barro, e ao mesmo tempo, imitar os

<sup>130</sup> A elite pelotense de meados do século XIX costumava ir até o porto da cidade quando da chegada dos navios que traziam louças da Europa, sobretudo, da Inglaterra. Escolhiam as peças mais refinadas aqueles que primeiro chegassem e pudessem pagar. O excedente era levado para estancieiros da região da campanha, que acabavam ficando com louçaria menos refinada, embora tivessem grande poder aquisitivo. Mais tarde, com a possibilidade de encomendar louças da Europa por catálogos, essas práticas mudaram. Informação extraída da palestra de Rafael Milheira, em preparativo à comemoração do Dia do Patrimônio. Museu do Doce. Pelotas, agosto de 2023.

palacetes europeus (Alves, 2015). As casas mais sofisticadas poderiam ter suas superfícies murais cobertas com papeis de parede importados, posto que ainda não havia fabricação do produto no Brasil (Terra, 2019).

Alguns aspectos arquitetônicos foram sendo modificados desde a fundação do parque. Um destes foi a própria criação da capela de Santa Luzia, que teve sua inauguração no ano de 1903, depois da partida de José Alvares para Portugal. Carmen Reis fala sobre a organização em planta baixa em que havia um jardim interno que interligava a casa da família, o laboratório e a capela.

A existência de um pátio interno era quase obrigatória na arquitetura da época e Joana decorou o seu com canteiros de hortênsias, um tanque ornamental para peixes com repuxo de águas, uma parreira de uvas brancas, e plantas diversas em vasos suspensos. Esse pátio interno tinha duas portas para a sala principal da casa, uma para o quarto do casal, e outra para o corredor do quarto das crianças. Três janelas davam para o laboratório, gradeadas com armação decorada em ferro batido, contendo as iniciais SS da Casa Souza Soares (Reis, 2014, p. 138).

Norbert Elias (2001, p. 99) versa sobre a importância desses espaços abertos que antecediam as edificações propriamente ditas, como sendo também elementos atestadores de importância social. “Ao descrever o pátio apropriado para um grande *hôtel*, a *Enciclopédia* diz: trata-se de planejar um pátio ‘que indique por seu aspecto a posição do personagem que deverá habitá-lo’”. O autor diz que além desses pátios [que chamaríamos de jardins frontais] que deveriam anteceder os palácios reais, também, a arborização em alamedas se encarregava de traçar um caminho do exterior ao interior das propriedades. Salvaguardando as devidas proporções, José Alvares construiu seu parque – lugar também de sua moradia – com requintes que decorriam dessas premissas vigentes no antigo regime. No material promocional que mandou confeccionar aparece a descrição:

*“Transpondo um largo portão, passa-se a um vasto pateo com duas grandes arcadas de cada lado, no centro d’estas e na parte superior, as estatuas da Medicina e da Consciencia. Ao fundo ergue-se a elegante capella sob a invocação de Santa Luzia (padroeira do Estabelecimento), para a devoção dos empregados e povo da circunvizinhança.”*<sup>131</sup>

<sup>131</sup> Trecho extraído do material promocional de apresentação das casas do Brasil e da Europa, de 1907.

O pequeno templo faria mais do que compor o cenário requintado da morada dos Souza Soares. Iria atender ao anseio de uma sociedade católica elitista nos inícios de um novo século.

#### 4.5 A capela de Santa Luzia

A capela de Santa Luzia, foi inaugurada em 1903, quando Souza Soares já havia retornado a Portugal, e o Parque se encontrava sob a administração de seus filhos Leopoldo e Miguel. Mesmo com a ausência do criador do lugar, tal inauguração foi um acontecimento bastante destacado para a sociedade pelotense da época.

*“No dia da inauguração da capela, os bonds da Ferro Carril para o Parque trafegaram desde as 8 da manhã de 10 em 10 minutos, e à tarde de 15 em 15 minutos, detalhe que demonstra o entusiasmo da população pela festa. Fortes aguaceiros obrigaram os anfitriões a mandarem armar um toldo, que ia ter à porta da capelinha, e sob o qual se estendia um vasto tapete, que vinha desde os pés do altar. E assim abrigou da chuva o grande número de fiéis. Terminada a missa ao som do alegre repicar dos sinos e de foguetes espoucando no ar à maneira franca e acolhedora deste nosso chão gaúcho, foi servida “lauta mesa de doces e licores” em casa do Sr. Leopoldo de Souza Soares, presentes comissões de sacerdotes e da Irmandade do Santíssimo Sacramento. Calculou-se em 6.000 visitantes. À tarde, a retreta das bandas Lira Artística e União Democrata encheu de harmonias o ambiente festivo”.*<sup>132</sup>

Idealizada pelo pai e concretizada pelos filhos no começo do século XX, a fundação da capela bem como o seu uso, corroboram com a ideia de perpetuar tradições, e fazem, dela, um objeto e um meio de afirmação social. A criação das tradições no século XIX refletiram as profundas e rápidas mudanças sociais do período. “Grupos sociais inteiramente novos, ou velhos, mas incrivelmente transformados, exigiam novos instrumentos que assegurassem ou expressassem identidade e coesão social, e que estruturassem relações sociais” (Hobsbawm, 2008, p. 271).

As festas religiosas, especialmente as comemorações em torno de Santa Luzia, são representativas de uma mobilização caracterizada por uma via de mão dupla: não só por parte dos seus “agentes promotores” (Maia, 1999), mas também,

---

<sup>132</sup> Trecho da reportagem intitulada “*Santa Luzia*”, de Heloisa Assumpção Nascimento para o jornal Diário Popular, em publicação de 12/12/1974. In REIS, Carmen Souza Soares. “*Souza Soares: a saga de uma família portuguesa no Brasil*”. Porto Alegre: Ed. do Autor, 2014, p. 149.

por aqueles que aderiam às festividades, fazendo do espaço urbano um produto social resultante das ações entre os que promovem e os que consomem o espaço (Corrêa, 1989).

Zeny Rosendahl (2018, p. 79) lembra que, para Mircea Eliade, o espaço comum – profano – pode ser convertido em espaço sagrado através de um processo simbólico que “reflete as características emocionais associadas às características físicas do lugar”. A partir disso, toma-se a porção da sociedade – elite católica – que seria frequentadora do Parque Pelotense, para pensá-la como receptora/consumidora do lugar, uma vez que esta parcela da população da cidade foi beneficiada com a criação da capela de Santa Luzia, em local agradável e já bem-conceituado. Considerando que existem dois elementos fundamentais que caracterizam o espaço sagrado – o “ponto fixo” e o seu entorno” – temos a capela do Parque como uma referência de um “ponto fixo” onde ocorrem práticas devocionais, sendo “reconhecido por indivíduos e grupos de devoção.” Dessas práticas resultam “estruturas simbólicas definidas e caracterizadas pela cultura do grupo envolvido.” (Rosendahl, 2018, p. 79)

Em meados do século XIX era comum que as casas fossem constituídas com capela, ou mesmo oratório, ambos para atender as demandas particulares das famílias. Além das capelas vinculadas a instituições hospitalares, à entrada do século XX – momento em que é inaugurada a capela de Santa Luzia – a cidade contava apenas com a igreja São Francisco de Paula para a prática católica comunitária. Em um período em que sociedade elitizada e igreja católica comungavam dos mesmos espaços, mais uma vez, o Parque Pelotense acabou por se tornar um elemento descentralizador da movimentação social, levando as gentes para o bairro afastado do centro urbano. Depois da primeira década dos noventa, com a criação de novas paróquias, provavelmente, a comunidade católica pelotense dispersou-se, e as atividades da capela de Santa Luzia começaram a ficar diminuídas e de uso restrito da família onde, segundo Carmen Reis (2014, p. 150), foram realizados “inúmeros casamentos e batizados”<sup>133</sup>.

---

<sup>133</sup> O Estado do Rio Grande do Sul, até 1910, era composto por uma única Diocese, chamada Diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul, fundada em 7 de maio de 1848 com sede em Porto Alegre. A Diocese de Pelotas foi fundada em 1910, e em 1912 passaram a existir duas novas paróquias: a Sagrado Coração de Jesus, na zona portuária, e a Nossa Senhora da Luz na zona norte da cidade. Informações obtidas na página virtual da Arquidiocese de Pelotas. Disponível em: <https://www.arquidiocesedepelotas.org/historia>. Acessado em: 06/03/2024.

As disposições estabelecidas no “Regulamento para funcionários do Parque Pelotense” de 1901, já previam instruções para o funcionamento da capela, inaugurada oficialmente dois anos mais tarde – o que leva a crer que Souza Soares tenha participado ativamente da elaboração dessas normativas.

*“CAPELLA DO ESTABELECIMENTO. Artigo 12 – A capella, do Estabelecimento, sob a invocação de Sta. LUZIA, terá anualmente uma zeladora e um zelador, nomeados por eleição dos empregados. § 1º – Aos zeladores compete cuidar, com maior zelo e respeito, da capella e de tudo que lhe pertence. § 2º – Havendo quem diga missa, deverá ser dita na capella, uma todos os domingos ou todos os primeiros domingos de cada mez. § 3º – No dia 13 de dezembro de cada anno, haverá festa em honra a Sta. LUZIA, devendo ser feita com o necessário brilhantismo”.*

A recomendação imposta neste estatuto, de certo modo, é atendida até os dias atuais. Apesar do desmantelamento do parque, e o término das festividades maiores em honra de Santa Luiza que incluíam procissão pelas ruas da cidade, é perpetuada a tradição de encomendar uma missa evocando o nome da santa. Esta prática é feita por Leonor Almeida de Souza Soares, bisneta de José Alvares, e conta com a participação de outros descendentes e amigos da família.<sup>134</sup>

De acordo com o pensamento de Joel Candau (2010, p. 48), a respeito das tradições, pode-se pensar que, ao rememorar anualmente a celebração em honra da padroeira da antiga e desfeita capela do Parque Pelotense, busque-se por fim último, a atestação de uma identidade. Para o autor, não basta que se tenha uma identidade, é preciso autenticá-la por meio de determinadas narrativas que, por sua vez, precisam ser reconhecidas pelos outros a fim de tornarem-se reais. E são as tradições que conferem essa autenticidade, especialmente, nas repetições que ligam os atos do presente aos do passado. “Trata-se bem de uma representação, pois o essencial não é que a reiteração do passado seja fiel, mas acreditar que está de acordo com a tradição.”

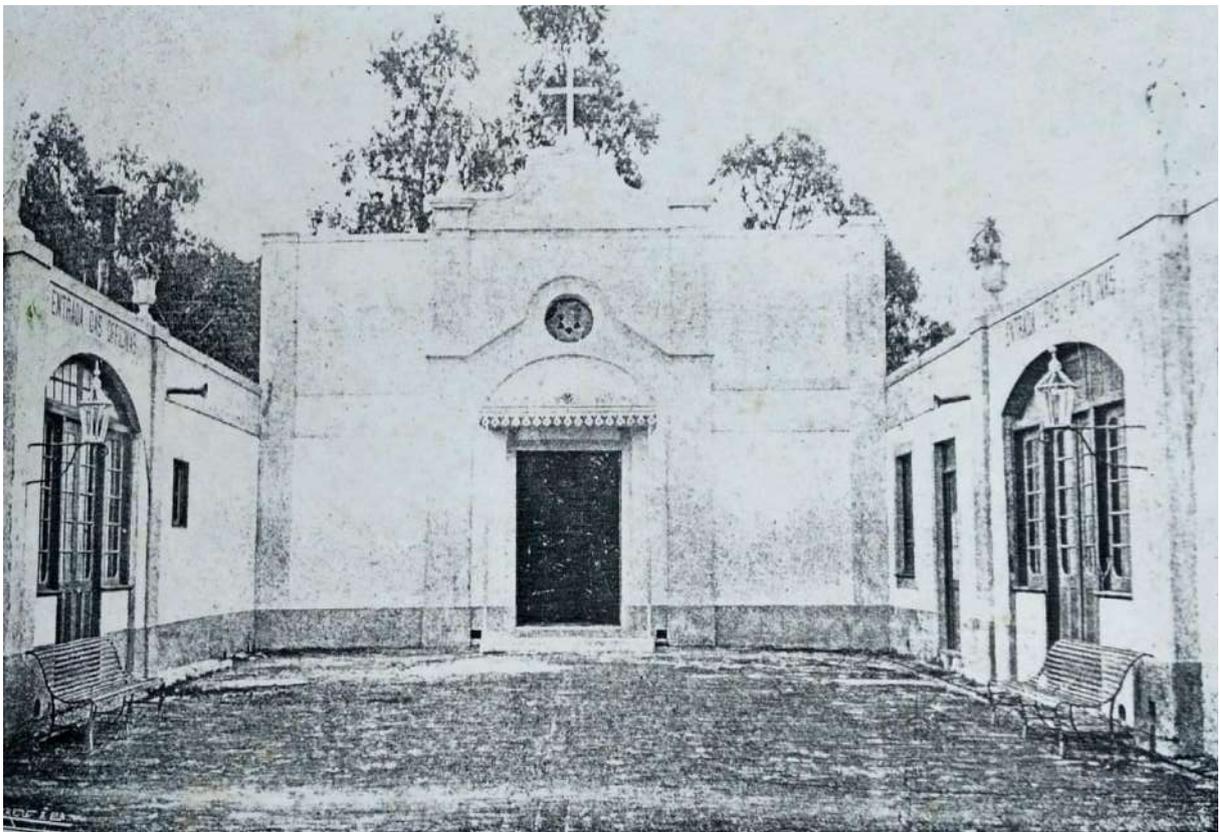
A capela estava inserida no interior do Parque interligada aos edifícios do laboratório e da casa da família, havendo um pátio central comum aos três volumes. Contudo, era a capela que tinha suas portas alinhadas paralelamente ao portão principal de entrada para esse pátio, o que encaminhava com facilidade o fluxo de

---

<sup>134</sup> Para tal celebração é eleito algum dos templos católicos de Pelotas e pela ocasião, a organizadora e seus familiares distribuem “santinhos” com oração à Santa Luzia e ilustrados com a imagem original que adornava o altar da capela do Parque, também são oferecidos frascos de água benta em cujos rótulos vê-se a mesma gravura.

peças para seu interior, além de demonstrar a importância dada ao pequeno templo, cuja entrada principal, era demarcada por frontão em estilo barroco finalizado por uma cruz, e pilastras de acabamento puntiforme. Frisos delimitavam a marcação horizontal do frontispício bipartido, e elementos estucados salientes faziam guarnição à porta de entrada, encimada por toldo adornado com lambrequins, tendo logo acima deste, um vitral redondo composto por vidros coloridos e desenhos circulares (Figura 43).

Figura 43 – Parque Souza Soares. Aspecto exterior da capela de Santa Luzia



Fonte: Acervo de Leonor Souza Soares.

O interior da capela atendia aos mais refinados recursos de acabamentos da época. As paredes eram ornadas com a técnica pictórica da escaiola<sup>135</sup>, com desenhos quadriformes em efeito *trompe l'oeil* de sobreposição de elementos,

<sup>135</sup> A escaiola foi uma técnica pictórica largamente utilizada no Brasil, em meados do século XIX, nas casas de linguagem eclética. No fingimento de mármore policrômico, imitavam os acabamentos dos palacetes europeus, conferindo um estatuto de riqueza. Sobre esse assunto ver mais In SANTOS, Carlos Alberto Ávila. “*Eclétismo em Pelotas: 1870-1931*”. Pelotas: Ed. UFPel, 2014.

demarcando o soco com os mesmos efeitos fingidores. Pilastras de capitel jônico, com possível douramento, delimitavam o princípio do altar, e nas paredes estavam dispostas, simetricamente de um lado e de outro, aberturas em formato de cruz romana, com vitrais coloridos de desenhos circulares. O teto continha elementos estucados, também com possível douramento, enfatizando a centralidade do retábulo, que por sua vez, era composto de madeira nobre, em estilo neogótico e barroco romano. Junto às cimalkas, como roda forro, folhas de acanto em estuque completavam os adornos do lugar (Figura 44).

Figura 44 – Parque Pelotense. Aspecto interior da capela de Santa Luzia



Fonte: acervo de Leonor Souza soares.

O texto do livreto promocional “A Casa Souza Soares” de 1907, também trazia especificações sobre o altar da capela:

“[...] O altar, em estilo gothico, contém três nichos, occupados pelas imagens do Crucificado, de S. Bento e da padroeira, bellissimas esculpturas de José Fernandes Caldas<sup>136</sup>, pintadas pelo notavel artista Albino Barbosa”.<sup>137</sup>

A respeito das imagens que compunham o altar-mor da capela, pode-se dizer que entre tantos valores intrínsecos e atribuídos, também, cumpriam a função de ligar os mundos de José Alvares – a terra de suas origens e a Pelotas de sua adoção. Naquela altura era, também, sinal de status importar da Europa objetos de arte, especialmente a partir de catálogos, quer para adornos exteriores ou interiores, ou até mesmo, objetos utilitários produzidos com refinamento.

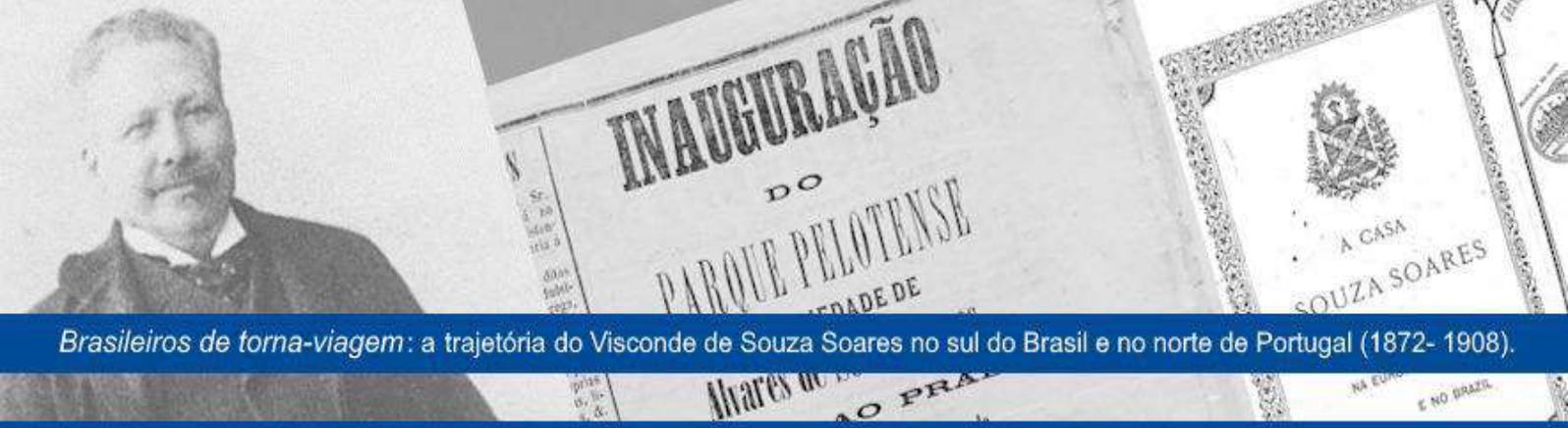
Para além dessa questão de indubitável afirmação social, é possível considerar que “mais que um sentimento estético ou de utilidade, os objetos nos dão um assentimento à nossa posição no mundo, à nossa identidade. Mais que da ordem da beleza, falam à nossa alma em sua doce língua natal” (Bosi, 1994, p. 441).

Essas evidências de um forte elo de ligação entre a terra natal e a de seu lucrativo exílio, caracterizam a trajetória do sujeito enraizado em dois países, por laços familiares e de negócios, e vislumbram um horizonte comum aos imigrantes lusos bem-sucedidos – o desejo de retornar.

---

<sup>136</sup> José Fernandes Caldas, escultor de renome foi, também, professor no liceu da Vitória das disciplinas “*Rudimentos de Desenho e Modelação*” e “*Ofício de Esculpir em Madeira*”. In SILVA, Patrícia Amorim Cravo da. “*Diogo de Macedo: do ‘14, Cité Falguière’ a ‘Os Românticos Portugueses’ (1930-1959) – Temas e Problemas nas Reflexões sobre Arte*”. Dissertação. (2º Ciclo de Estudos em História da Arte Portuguesa). Volume I. Universidade do Porto. Porto, 2013.

<sup>137</sup> “Albino Barbosa colaborou ainda com os maiores imaginários de Vila Nova de Gaia, como João de Afonseca Lapa e, sobretudo, José Fernandes Caldas, com quem manteve parceria durante vários anos, pintando imagens sacras dentro do seu estilo muito próprio, sendo isso visível, por exemplo, na figura de Santa Luzia feita em 1901 para a capela que José Alvares de Souza Soares, Visconde de Souza Soares (1841-1911), mandou construir em Pelotas, Rio Grande do Sul (actualmente pertencente ao acervo do Museu da Baronesa), cuja parte escultórica era, precisamente, de José Fernandes Caldas (Domingues-Botelho, 2010:50-53)”. Trecho da reportagem “*A imagem da Rainha Santa Isabel de António Teixeira Lopes e Albino Barbosa*”, de Francisco Queiroz (CEPESE), para o periódico *Invenire* – Revista de Bens Culturais da Igreja. N. 013 jul.-dez., 2016.



Brasileiros de torna-viagem: a trajetória do Visconde de Souza Soares no sul do Brasil e no norte de Portugal (1872- 1908).

# Capítulo 5



## 5 Retornar para triunfar: a atestação de um legítimo “brasileiro”

*... Desapareceram muitos dos que eu conhecia; da casa do Marmoiral, que era casa erudita; da casa Souza Soares, que era como para uma ópera à Britten... Gente com um quê britânico e leve, snob, a bem dizer...*

*Agustina Bessa-Luís<sup>138</sup>*

### 5.1 Famílias brasonadas: o casamento português e a representação social

#### 5.1.1 De volta às origens: uma noiva entre os seus

Não é, com efeito, suficiente gloriar-se das insígnias e feitos de seus avós, sem tratar de os imitar, pois a nobreza é um tributo perpétuo devido à virtude que os filhos de nobres são obrigados a pagar enquanto vivem, e só deve ser reconhecida nos homens que tratam de ser semelhantes aos progenitores de quem a herdaram. Os que jactam de nobres, não o sendo de costumes, pouco lhes aproveita a nobreza herdada (Souza-Soares, 1974, p. 12).

O pensamento do autor, filho do Visconde de Souza Soares, que herdou também o nome primitivo de seu pai – José Delfim – contextualiza em meados do século XX, os títulos de nobilitação enfatizando a nobreza de espírito acima do caráter exibicionista de afirmação social presente no antigo regime. Essas premissas, se postas em prática, denotariam uma sociedade mais justa e com as barreiras dos distanciamentos sociais, afrouxadas. Entretanto, é notável a importância dada aos títulos de nobreza, sobretudo, em uma sociedade ainda conjugada nos moldes patriarcais e que vivera, pelos menos sete séculos, sob o regime da Monarquia. Formaram um ideal identitário que norteou as posturas sociais a partir de então, e que perdurou apesar da troca do sistema político. Os ideais perduram, uma vez que, são dados no campo abstrato da formação e ultrapassam as ordens práticas de ações sociais.

Quando José Alvares voltou para Portugal pela primeira vez, em 1895, havia a intenção de buscar entre as solteiras da família, aquela a quem pudesse desposar (Reis, 2014).

---

<sup>138</sup>“Onde nasci”. In *Círculo Literário Agustina Bessa-Luís/ página virtual*. Disponível em: <https://www.clabl.pt/pt/>. Acessado em: 19/03/2024.

Nesse caso, em relação aos enlaces matrimoniais, as famílias portadoras de títulos nobiliárquicos eram promotoras de algumas garantias, como: a boa educação e a perpetuação de linhagens brasonadas. O desejo e a necessidade de autoafirmação do indivíduo atuam de forma imperativa, por vezes consciente, mostrando a sua intencionalidade (Elias, 2001).

Para a sociedade de corte, cabendo lembrar que o segundo casamento de Souza Soares se dá ainda dentro o período monárquico português, a proximidade com o rei possibilitava fazer parte do espectro social mais vantajoso. Mais uma vez, a hierarquia social não somente ditava os lugares sociais dos indivíduos, como os classificava numa ordem decrescente de valorização a partir da figura de topo – o rei.

Segundo Norbert Elias (2001), ainda que a presença do monarca representasse uma figura opressora, fazer parte dos círculos sociais em torno dele dava conta das compensações almejadas das posições sociais hierarquicamente superiores. Vê-se que essa mentalidade perdurou, até mesmo, frente ao enfraquecimento da realeza. No fim do regime antigo aparecem as dualidades – vantagens e desvantagens – e as crises ideológicas, presentes nesses conflitos sociais, especialmente, por apontarem para um modelo mais igualitário, tendendo à um aporte democrático. Mesmo assim, a sociedade votada a ser partícipe das cortes reais, parecia resistir pautada nas posições hierárquicas – difíceis de ser rompidas em um nível não concreto de sentimentos e ideologias.

Trata-se de um conflito que expressa a ambivalência fundamental de indivíduos pertencentes a uma determinada formação social. Aos sentimentos positivos – o orgulho da própria superioridade social, do maior autocontrole, das boas maneiras, de descender das melhores famílias, da melhor educação e formação – aliam-se sentimentos negativos em relação à ordem social vigente, sobretudo em relação às coerções que se localizam, do ponto de vista emocional, em determinadas pessoas e grupos de nível elevado (Elias, 2001, p. 227).

José Alvares vai então desposar a prima – Maria de Assumpção Teixeira Leite Brochado, da casa do Marmoiral. Apesar de não se tratar de uma família abastada, levando em consideração as mazelas sociais vividas por Portugal há gerações, tratava-se de uma família brasonada. Assumpção descendia das famílias: Teixeira Leite, Cardozo Brochado e Azeredo Monterroyo (Souza-Soares, 1974).

Esse retorno ao passado é vivido pelo sujeito como forma de atestação identitária que, segundo Norbert Elias (2001), é capaz de dar conta das idealizações

pautadas em sentimentos nostálgicos ou, como defende Stuart Hall (2006), de ir em busca dos mitos dominantes, muitas vezes encontrados nas figuras dos próprios antepassados. No caso de José Álvares, as figuras do passado facilmente poderiam tomar posições idealizadas, uma vez que o convívio com estas tenha se dado mais em nível de memória do que de convivência efetiva, fazendo da imaginação uma forma de rememorar e perpetuar os mitos.

Uma das formas pelas quais os sentimentos podem se expressar simbolicamente é a projeção dos próprios ideais num sonho de uma vida melhor, mais livre e mais natural, situada no passado. A luz romântica que caracteriza essa evocação do passado traduz uma nostalgia irrecuperável, um ideal inatingível, um amor irrealizável. Trata-se do conflito dos homens que não podem destruir as coerções sob as quais vivem – sejam elas de poder, civilizadoras, ou uma junção dos dois tipos – sem destruir os fundamentos e as marcas distintivas de sua posição social elevada, aquilo que dá sentido e valor às suas vidas do seu próprio ponto de vista – sem destruir a si próprios (Elias, 2002, p. 227).

A volta de José Álvares aos lugares de seu passado, não só dá sentido ao propósito de reintegrar-se na família de origem, como permite que flua a sua projeção social – em vistas de um casamento com uma moça de família com raízes fidalgas – e ainda concorre para a afirmação distintiva de um retornado *brasileiro*, frente a sociedade vilameanense – cenário da Casa da Botica e da Casa do Marmoiral, e que ainda viria a ser o cenário da Casa de Santa Cruz.

### **5.1.2 De Soares para Assumpção: as promessas de amor e de riqueza**

Dos muitos documentos preservados pelos descendentes portugueses de José Álvares, estão as cartas trocadas entre ele e Maria de Assumpção ao tempo em que estavam com casamento firmado – ele no Brasil, ela em Portugal. Durante o ano de 1896, algumas cartas ele escreve a partir do Parque Pelotense e em outras diz estar em Porto Alegre ou no Rio de Janeiro, sendo todas endereçadas à Vila Meã.

Com expressões carinhosas e de muito recato, eles referiam-se um ao outro como: “*minha querida Prima*” e “*meu Soares*”.

Nas entrelinhas dessas correspondências sobressai o teor sentimental. De foro íntimo, as mensagens davam conta da troca de afetos, sempre (re)afirmando um grande amor entre os dois, donde transparece o romantismo melancólico próprio da

geração oitocentista, com um pouco mais de ousadia por parte de José Alvares. Em uma das cartas, ao dizer da saudade que sente de sua amada, ele revela:

*“[...] Foi engraçado: Hontem não sahia de casa; em trajes caseiros conservei-me sempre em meu quarto, ora deitado, ora sentado, sem poder ler, escrever ou conversar, levei o dia sem fazer outra coisa a não ser pensar em ti! Não te perdi do sentido um só minuto! [...] Mal acabei de jantar recolhi-me ao quarto e beijei o teu retrato; desculpa, meu amor: eu beijei-o muitas vezes. Muitas, muitas...e chorei de prazer e de saudades por ti. [...]”<sup>139</sup>*

O Romantismo enquanto linguagem artística, ou mesmo, literária parte da subjetividade, onde cada indivíduo pode expressar-se com dramaticidade. “No Romantismo, morre-se por amor, ou por pureza, ou por ingenuidade, ou por virtuosidade” (Miler, 2012, p. 137).

Contudo, a análise pormenorizada das cartas revela outros apelos como, por exemplo, o da representação. Este último aparece tanto de forma velada quanto explícita, configurando-se a própria narrativa em um modo de exaltação pessoal. Na correspondência recebida por Assumpção em 3 de janeiro de 1896, José Alvares conta ter requisitado junto à Diretoria de Higiene Pública do Estado do Rio Grande do Sul a licença para atuar como médico homeopata. Nela, ele reforça a ideia de seus atributos econômicos e sociais, e diz ter certeza da obtenção de tal anuência por gozar de prestígio perante a opinião pública.

*“[...] pela constituição deste Estado do Rio Grande do Sul, as pessoas que mostrarem habilitação em medicina em pharmacia, podem requerer á Diretoria de Hygiene Pública um título que o habilite no exercício legal de sua profissão, e essa Diretoria pode passar-lh’o se assim o entender. Ora, eu que me acho com bastante conhecimento de medicina tendo escripto já obras que têm aceitação reconhecida, fui um destes dias á capital do Estado e apresentei-me áquella Diretoria requerendo um título de medico que me habilite ao livre exercício da profissão, em vista de minhas habilitações reconhecidas. Desconfio, que em poucos dias me será passado esse título que possuirei não para fazer uso d’elle. Do que honra te darei parte porque*

---

<sup>139</sup> Trecho da carta recebida por Maria de Assumpção, em 3 de janeiro de 1896. Acervo de Sara Souza Soares.

*te acho já com o direito de participares igualmente de todas as minhas glórias. Título de pharmaceutico já tenho passado pela mesma Junta [...].*<sup>140</sup>

Em nova carta, datada de 24 de janeiro do mesmo ano, José Alvares conta-lhe já ter sido agraciado pela Diretoria de Hygiene Pública, mas reforça a ideia de já ser atuante como um conceituado médico homeopata. Contudo, ele enfatiza que a licença “realçaria” o seu prestígio. Em outras palavras, a licença concedida para desempenhar a função de médico homeopata acabaria por se tornar mais um dos seus artifícios simbólicos de representação.

*[...] Já estou de posse do meu título de médico que tinha requerido. Estou, pois, agora habilitado, como profissional, a exercer livremente a medicina. Não o farei. Este titulo serve-me unicamente para dar mais realce aos meus trabalhos médicos e preparados medicinaes. [...].*<sup>141</sup> (grifo original)

O caráter exibicionista aparece em muitas das narrativas de José Alvares. A produção de sua imagem – de poder e de riqueza – parece tentar convencer/atestar condicionantes de valor e de veracidade. Toda essa autopromoção passa por uma identificação de si mesmo, onde o “eu” do sujeito depara-se com condições sociais formalizadas e reage assumindo novas ações criadas em sua própria individualidade. (Mead, s/d; *In* Souza, 2011)

Na carta escrita em 28 de novembro de 1896, ao final José Alvares dá notícias de um parente em comum com Assumpção – Bernardo Leite – e nessa ocasião exalta seu status econômico e caráter benemerente.

*[...] P.S. – O teu tio Bernardo Leite está seriamente doente. As esperanças infelizmente já são poucas para o salvar. Deixará na maior pobreza mulher e cinco filhos, sendo quatro mulheres. Será mais uma família que vou ter a meu cargo. Que feliz sou eu, querida Prima, ter fortuna que me sobra para poder attender a estas infelicidades da vida! Também se não fosse eu quem o poderia fazer? [...].*<sup>142</sup>

<sup>140</sup> Trecho da carta recebida por Maria de Assumpção, em 3 de janeiro de 1896. Acervo de Sara Souza Soares.

<sup>141</sup> Trecho da carta datada de 24 de janeiro de 1896, enviada por José Alvares para Maria de Assumpção, endereçada a Vila Meã. Acervo de Sara Souza Soares.

<sup>142</sup> Trecho da carta datada de 28 de novembro de 1896, enviada por José Alvares para Maria de Assumpção, endereçada a Vila Meã. Acervo de Sara Souza Soares.

A essa altura, José Alvares já tinha o estrato social desejado. Na cidade de Pelotas havia adentrado às elites, rompendo o círculo fechado dos charqueadores/estancieiros. Tornara-se figura pública destacada entre os imigrantes lusos, uma vez que não era propriamente um elemento das diretivas de assistencialismo como as Beneficências, centros culturais ou clubes caixeiros, mas sim, o próspero empreendedor – industrial farmacêutico e proprietário idealizador do Parque Pelotense. Agora era hora de voltar a Portugal e se preparar para lá compor tamanha representação social capaz de lhe conceder a alcunha de *brasileiro*. Para essa representação, entre os principais requisitos estaria a figura de uma esposa enjoiada e trajada das melhores vestes.

*O brasileiro é o símbolo vivo do burguês endinheirado. Vive normalmente dos rendimentos adregados em terras brasileiras, veste a rigor, educa os filhos no estrangeiro, dá grandes festas para os amigos, emoldura-se, bem como à sua mulher, de vistosos bens de sumptuária (anéis, gargantilhas, brincos, braceletes, roupas, etc.) (Coimbra, 1997, s/n).*

Nas missivas escritas no mês de janeiro, José Alvares faz referência ao enxoval da noiva, patrocinado por ele, aos vestidos que ela passaria a usar e ao valioso presente que iria oferecer-lhe – um par de brincos de brilhantes, que acabariam sendo usados na cerimônia de casamento e seriam dignos de elogios nas crônicas sociais que cobririam o evento, como será tratado mais adiante.

*“[...] como vais de compras pelo Porto? Prepara-te bem. Procura boas modistas para fazer os teus vestidos com bastante elegância. Já dei princípio á compra de joias para ti. Eu não te queria dizer nada: Para as tuas orelhas comprei dois brilhantes de 1ª água, que encontrei aqui em um joalheiro, maiores do que o do meu alfinete. São lindíssimos. Hão de sentar-te maravilhosamente. [...]”<sup>143</sup>*

A importância dada por José Alvares às joias com que presenteou a sua esposa durante a vida de casados vai aparecer, inclusive, registrada em seu testamento:

---

<sup>143</sup> Trecho da carta datada de 24 de janeiro de 1896, enviada por José Alvares para Maria de Assumpção, endereçada a Vila Meã. Acervo de Sara Souza Soares.

*“[...] deixa e nomeias à dita esposa dona Maria D’Assumpção Brochado de Souza Soares a quem muito deve e a quem muito deve a prosperidade de sua casa, que viu triplicar a sua fortuna durante esta união; que as joias possuídas por sua esposa são exclusivas dela, sendo a maior parte sponsalícias e outras dádivas de diversas pessoas inclusive dele testador [...]”<sup>144</sup>*

Dessa forma, cumprindo as prerrogativas de um *brasileiro*, José Alvares vai adentrar a sociedade portuguesa, pontuando seu regresso triunfante com a celebração do casamento com a prima Maria de Assumpção, onde todos os ritos católicos e sociais concorreram para a atestação pública do sujeito.<sup>145</sup>

### **5.1.3 “Tão deslumbrante como auspiciosíssimo enlace.”**

*“O futuro espalhará em bençãos terníssimas sobre os dois cônjuges, diluídas nas mais crystallinas venturas, as grinaldas e flores que serviram a tornar mais fulgente e alacriante tão deslumbrante como auspiciosíssimo enlace.”<sup>146</sup>*

O enlace matrimonial entre Maria de Assumpção Teixeira Leite Cardoso Brochado e José Alvares de Souza Soares movimentou a pequena Vila Meã durante o verão de 1896. Constituindo, em termos de representação, um acontecimento gerador de muitos signos de exposição. Os tabloides regionais produziram e reproduziram narrativas ao gosto ufanista do século XIX. Entre eles: “*O Commercio do Porto*”, “*O Primeiro de Janeiro*”, “*A Voz Publica*” e “*Jornal de Notícias*” – todos do Porto; “*Flor do Tâmega*” – de Amarante; e um jornal de Penafiel. Conforme registrado em um dos periódicos, entre os convivas estariam alguns jornalistas que puderam, assim, fazer a cobertura do evento:

*“Por ultimo consignamos os nossos agradecimentos pelas finezas, aliás delicadíssimas, com que por tão faustoso acontecimento foi recebido na casa do Marmoiral o enviado especial do ‘Commercio’, alvo também d’uma*

<sup>144</sup> Trecho do “*Formal de partilha extraído dos autos de inventário, a que se procedeu por morte de José Alvares de Souza Soares e Joana Ramos de Souza Soares e passado a favor do herdeiro Flávio de Souza Soares Leite. 3º Cartório do Cível. Estado do Rio Grande do Sul. Pelotas, 1978*”. Acervo de Leonor Souza Soares.

<sup>145</sup> Ainda que pretendessem radicar-se definitivamente em Portugal logo após a viagem de núpcias, esse feito só seria realizado quatro anos mais tarde, conforme será tratado mais adiante.

<sup>146</sup> Trecho extraído da publicação de “*O Commercio*” de Penafiel, em 15 de julho de 1896. Acervo de José António Souza Soares.

*manifestação que nos leva ao dever de registrar com palavras de reconhecimento e affectuosidade. (Correspondente particular).<sup>147</sup>*

As reportagens foram publicadas em dias corridos e deram conta de enaltecer o evento.

*“Como raríssimas vezes se presencia, e aqui não lembra, foi sumptuoso e atingiu o grau do principesco o consorcio, que no sábado se realizou na parochial de S. Pedro de Athayde, do opulento capitalista e auctor do “Peitoral de Cambará”, residente em Pelotas (Brazil), o sr. José Alvares de Souza Soares, com sua sympathica prima a sra. D. Maria d’Assumpção Leite Brochado, filha do sr. Affonso Augusto Cardoso Brochado, estimado proprietario da casa do Marmoiral.”<sup>148</sup>*

Na citação acima observa-se a ênfase dada a condição de notoriedade do noivo. Podendo esse evento, de cunho social, ser pontuado como o primeiro do qual Souza Soares foi partícipe e promotor quando de seu regresso – o que o fez adentrar à sociedade portuguesa de modo sensacionalista. Aqueles que vinham do Brasil afortunados davam conta da autopromoção. Com Souza Soares não foi diferente, tendo as festividades envolvidas em suas núpcias – entre cortejos, cerimônia religiosa e recepção – composto um forte aparato de elevação social.

Um autêntico *brasileiro*, como se sabe, primava por ver sua esposa ostentando joias de alto valor. O presente oferecido por José Alvares à futura esposa, anunciado em uma de suas cartas, fez-se notar: *“A noiva recebeu valiosissimas prendas, sobressahindo um opulento adereço de brilhantes, oferta do noivo”*.<sup>149</sup> Na descrição feita ao seu trajar, as notícias abordam o destacado presente:

*“A noiva vestia de moirée marfim guarnecido de rendas Chantilly e flores de laranjeira. Cobria-lhe a cabeça um veu de tulle bordado a sêda branca preso*

---

<sup>147</sup> Trecho extraído da publicação de “O Commercio” de Penafiel, em 15 de julho de 1896. Acervo de José Antônio Souza Soares.

<sup>148</sup> Trecho da matéria publicada por um jornal de Penafiel, em seção intitulada “Villa Meã”, de 14 de julho de 1896. Acervo de José Antônio Souza Soares.

<sup>149</sup> Trecho extraído da publicação de “O Commercio do Porto”, de 12 de julho de 1896. Acervo de José Antônio Souza Soares.

*por uma grinalda de flores de laranjeira. Ostentava nas orelhas dois valiosíssimos solitários.*<sup>150</sup>

Outra forte condicionante de autenticação identitária do tipo *brasileiro* estava em preconizar atos de filantropia. E como a ocasião colocara as ações de José Alvares em evidência, nesse momento, sobressaem-se as doações substanciais que fez aos pobres e a Igreja: “o noivo fez distribuir pelos pobres 60\$000 e deu 200\$000 reis para uma obra parochial.”<sup>151</sup>

Os comboios estiveram movimentados com os preparativos para o evento, e com as transferências dos convidados da boa sociedade portuense entre o Porto e Vila Meã:

*“Às 4 horas da tarde chegou do Porto o comboio especial, conduzindo convidados, amigos do noivo, a banda municipal, e o jantar fornecido pelo Palacio de Crystal; e hora e meia depois formava-se um distinto cortejo, que do Marmoiral á igreja acompanhou os nubentes seguido d’aquella excellente banda.”*<sup>152</sup>

A respeito do cortejo nupcial, desde a casa do Marmoiral até à entrada do pequeno templo, tudo foi detalhadamente descrito:

*“Todo o trajeto na distancia de 660 metros se achava profusamente embandeirado, e alcatifado o sólo. Nada mais imponente e mais tocante do que o desfilar do cortejo ao longo d’este caminho, bordado de gente das terras próximas em trajes domingueiros, pois domingo foi considerado este dia festivo. Os nubentes foram recebidos á entrada do adro com flores lançadas por creanças da escola, e dous eclesiásticos de hábitos tálares acompanharam-n’os ao interior do templo, cujo arco cruzeiro se destacava pela delicadeza do gosto e muita arte com que estava ornamentado. A capella-mor toda atapetada; nas frestas bambinelas de seda branca com cortinados de damasco também branco e rematados com grinaldas; das cornijas desciam bambolins azues e brancos de seda, franjados a ouro. Luxuoso! Aos lados do arco dous anjos com grinaldas em ricos pedestaes.*

---

<sup>150</sup> Trecho extraído da publicação de “O Comércio” de Penafiel, de 15 de julho de 1896. Acervo de José Antônio Souza Soares.

<sup>151</sup> *Idem.*

<sup>152</sup> Trecho extraído da publicação de “O Commercio do Porto”, de 12 de julho de 1896. Acervo de José Antônio Souza Soares.

*Tal primor d'ornamentoção é devido á pericia do sr. Teixeira Marinho, conhecido armador portuense.”<sup>153</sup>*

Todas as festividades envolvendo este consórcio matrimonial reforçam a ideia defendida por Eric Hobsbawm (2020) de que, uma vez afrouxadas as barreiras entre os novos ricos em ascensão – “burguesia triunfante” – e os valores puritanos, gastar o dinheiro tornara-se tão importante quanto ganhá-lo.

Pela frequência com que davam festas, onde estruturas políticas e sociais eram desafiadas, a partir das premissas do regime antigo frente a nova classe emergente, configurou-se a “sociedade de salão” (Elias, 2010). A esta camada social de gentes bem-vestidas esbanjadoras de seus pertences, coube ao sociólogo Thorstein Veblen alcunhá-los como “classe ociosa” (Hobsbawm, 2020).

Na configuração daquilo que (re)afirmava um estrato social elevado, a recepção aos convidados ocorrida na casa do Marmoiral, deveria corresponder ao mais refinado gosto. Além de decoração suntuosa, o menu francês mereceu repetidas publicações nos jornais da região:

*“O ‘menu’ do jantar foi o que se segue: Soupe à la reine; Croustades à la russe; Poison garni. Entrées – Filet de boeuf aux truffes, salmi de perdreaux aux champignons. Froids – Foie-gras au Belle-Vue, mayonnaise de homard à la russienne. Rôtis – Dindons truffés, salade à la campgnard. Legumes – Asperges à la sauce hollandaise. Entremês sucs – Pudding de cabine tau rhum, glace à l’ananas, gateaux, fruits divers. Vins – Collares, Bucellas, Madère, Porto (1820), Xerex, Champagne, Champagne portugais (Vinicola). Café et liqueurs.”<sup>154</sup>*

Os ritos desse casamento certamente tiveram grande impacto social na localidade, sobretudo, pelo carácter de ineditismo que o avento alcançou. Esse atributo de novidade com significado de afirmação social, é defendido por Pierre Bourdieu (1997), quando diz que os agentes sociais atuam desde condicionantes pré-

---

<sup>153</sup> Trecho extraído da publicação de “O Commercio do Porto”, de 12 de julho de 1896. Acervo de José Antônio Souza Soares.

<sup>154</sup> Trecho extraído da publicação de “A Voz Publica” do Porto, de 14 de julho de 1896. Acervo de José Antônio Souza Soares.

estabelecidas por aqueles que já dominam campos sociais, ou mesmo, por aqueles que criam suas próprias oportunidades.

Para Serge Moscovici (2001, p. 62) a sociedade em transformação tem como agentes sujeitos com “necessidade de fazer da representação uma passarela entre os mundos individual e social”. Esse estereótipo bem pode servir à José Alvares, uma vez que, enquanto agente de uma sociedade em transformação, tanto almejava circundar socialmente a figura do rei, inclusive ambicionando um título nobiliárquico, como alcançava uma posição elitista como um industrial novo rico emergente. A atestação de distinção social com o caráter de inovação, também, ficou registrada para a posteridade.

*“A longa fila de brilhantes ‘toilettes’ e casacas que cortava, serpenteando, a imensa molle de curiosos que de toda a parte affluiram alli; o flactuar incessante das flammulas, formando abóboda em toda a extensão; a alluvião de flores que de ambos os lados cahiam sobre o cortejo; o estralejar dos foguetes; as harmonias musicaes; um chilrear ininterrupto de vozes satisfeitas, tudo isso dava á luzida festa uns aspectos de novidade, ridentísimos.”<sup>155</sup>*

À essa provocação de uma existência social pautada em condicionantes de riqueza e poder, dados pelos laços matrimoniais, não escapariam outros membros da família, mantendo vivas as redes de interação social distintivas e organizadoras da escala hierárquica.

#### **5.1.4 Os casamentos: entrelaçamentos familiares culturalmente institucionalizados**

Para além de se pensar em todo o aparato simbólico do qual se serviu José Alvares frente as sociedades portuense e vilameanense, como atestação pública do seu estatuto de riqueza, é preciso ter em conta as implicações culturais decorrentes dos casamentos, sobretudo, dos casamentos entre membros de uma mesma família.

As práticas institucionalizadas pelos consórcios matrimoniais, alcançavam pragmatismos ideológicos já desde a Idade Média, especialmente, entre a nobreza e

---

<sup>155</sup> Trecho extraído da publicação de “O Commercio do Porto” de 12 de julho de 1896. Acervo de José Antônio Souza Soares

as camadas sociais elevadas onde estavam em questão: reinos, terras, títulos, posses, heranças e dotes. Contudo, os casamentos tinham significados que pretendiam, ou deveriam pretender, ser perpassados por fatores sentimentais, sendo o maior deles – o amor – que desde o princípio bíblico configurava a razão da legítima da união entre o homem e a mulher (Aguiar, 2022).

No princípio do século XIX e já adentrando seu segundo quartel vê-se o ideal romântico, que permeava um inconsciente coletivo de se pensar os matrimônios como sendo fruto desse sentimento, afirmando a sua razão de ser. A narrativa explicitada em mais um dos comentários a respeito do enlace entre Maria de Assumpção e José Alvares, exemplifica a questão:

*“Como se vê, o consorcio do nosso amigo sr. Souza Soares foi revestido de todas as galas, nas quaes nós lêmos o prenuncio de venturas infindas. Realmente, tendo encontrado uma esposa carinhosa, engrinaldada pelos mais bellos dotes que podem distinguir uma senhora e tendo votado a essa senhora uma afeição intima, um amor sem limites, o casamento abre aos dous esposos um futuro venturoso, de que são penhor seguro as grandes qualidades que distinguem os noivos.”<sup>156</sup>*

O autor Miguel Aguiar (2022, p. 387) contextualiza os casamentos, em alguns segmentos da sociedade, enfatizando as uniões com graus de parentescos não só como sendo um meio de veicular as fortunas dentro do reduto familiar, mas, como forma de corresponder a uma lógica herdada de premissas cristãs. O pensamento medievalista concebia o parentesco como “a tendência para uma forte união entre as pessoas, geradora de amor e concórdia, os grandes ideais da sociedade medieval, por oposição à desagregação, consequências do Pecado Original.” O que não impediu, mais tarde, a própria Eclésia de formular normas rígidas em oposição a casamentos entre parentes de grau próximo evitando, assim, uniões de consanguinidade. Entretanto, os regimes monárquicos foram marcados pela prática dos casamentos entre familiares. E como do regime antigo decorreram muitas modulações sociais, sobretudo na Europa Ocidental, esses contratos matrimoniais foram comuns.

---

<sup>156</sup> Trecho extraído da publicação de “O Commercio do Porto” de 12 de julho de 1896. Acervo de José Antônio Souza Soares.

Para a aristocracia, associados ao parentesco estavam, também, o acesso a posições sociais relevantes, a inserção em redes de poder, e a transmissão da fortuna. Concretamente, associam-se-lhe por um lado uma valorização implícita de unidade, indissociável do amor que era a dádiva divina que deveria unir os homens a Deus e entre eles; e, por outro lado, o acesso às bases materiais que contribuíram para a reprodução de uma ordem social que, apesar de inspirada numa matriz cristã em que todos os homens eram iguais perante Deus, aceitava como um dado adquirido e natural a existência de desigualdades na cidade terrestre (Aguiar, 2022, p. 387).

No emaranhado das relações sociais, especificamente, das relações próximas a José Álvares, ou mesmo proporcionadas por ele, aparecem os casamentos de: seu irmão António Pedro com a prima Maria da Glória de Magalhães Queiros – da casa da Botica; sua irmã Lucrecia com o primo Bernardo Augusto Teixeira Leite; sua filha Elvira com seu primo e cunhado Torquato Teixeira Leite Brochado, apenas para citar alguns. Sem contar com a similaridade do casamento de seu primo Paulo Francisco de Magalhães com Beatriz da Silva Ramos, irmã de sua primeira esposa Joana Ramos – que interrelacionou lusos e brasileiros.

O autor Nuno Gonçalo Monteiro (1993) aponta para o conceito das estratégias matrimoniais como sendo:

parte integrante dos comportamentos adoptados pelo grupo destinados a transmitir às gerações vindouras o poder, os privilégios herdados. Estratégias essas que não passam necessariamente pela vontade consciente de todos os agentes sociais nelas envolvidos e, sobretudo, que só são possíveis porque a adequação de cada um ao papel que lhe compete é garantida não só pelo direito e pela autoridade paternal (aliás, também suportada pelo direito), mas ainda pelas disposições incorporadas, que fazem com que cada um aceite o seu destino como destino natural (Monteiro, 1993, p. 923).

Em uma das cartas endereçadas à Maria de Assumpção, recebida por ela em 03 de janeiro de 1896, José Álvares deixa claro que deseja casar a filha Elvira, e faz recusa a certos pretendentes:

*“[...] Minha querida Assumpção, na tua primeira carta me perguntavas pela Elvira. Eu nada te disse porque o coração achava-se sem calma, sem consolo, quando te escrevi. Agora, eu posso satisfazer o teu desejo. A Elvira tem passado sem novidade. No Rio de Janeiro, de chegada, vimos, na rua, o Soares, que tu sabes; e na forma de costume mostrou-se amável. [...] O*

*Soares foi-nos visitar. Como desejo toda a felicidade para a Elvira, confesso-te que não concebi agora esse homem em condição de merece-la, por isso procurei arrancar-a de tal pretensão. Ella há de encontrar quem melhor a mereça. É ter mais um pouco de paciência. É bem que ainda é cedo para isso.*<sup>157</sup>

Depois do insucesso para com tal pretendente, José Alvares pareceu muito preocupado em casar logo a filha, conforme revelou em nova correspondência endereçada a Assumpção. Uma intencionalidade que aponta para os conceitos de solidez de família, onde mulheres e homens tens papeis definidos na sociedade, sobretudo dentro do estatuto familiar, cumprindo as tradições do patriarcado (Hobsbawm, 1995).

Nesta carta, José Alvares relata as providências que estava tomando para poder partir para Portugal e casar-se com Maria de Assumpção. Tendo acomodado os filhos em internatos, sua preocupação recaía sobre Elvira.

*[...] Como poderei deixar a nossa Elvira sozinha! Os outros não me dão cuidado. Já estão todos arrumados, menos o nosso Zé-zé. [...] E a Elvira, a nossa bôa Elvira, o que será della? Eu te conto. Tu sabes que esta filha me dá muitos cuidados. Eu trabalho para a ver feliz. Que desgraça se ella casar mal como tantos infelizes que por ahi andam aparentando satisfação na vida que não tem. Tenho procurado com o maior empenho conhecer as pessoas que lhe possam servir? Há aqui um pharmaceutico, João Dhaut Fº nascido no Brasil, sendo para o pae de origem allemã. É lente da escola de pharmacia aqui estabelecida; é muito bôa pessoa e sympathico; tem trinta e tantos anos de idade, altura mediana, encorpado, de cabelos e olhos escuros. É muito estimado de todos e goza de muito conceito. Mostra-se muito meu amigo; tem cinco irmãos, sendo 2 casados, uma viúva e duas solteiras. Todos se dão com a Elvira. Amanhã elle vem almoçar conosco no hotel, onde paramos. Vou encaminhar cousas sem que a Elvira saiba, e tenho fé que tudo se arranjará. A Elvira precisava muito casar. Ella não tem gênio de viver solteira[...]*

Mais uma vez o intento foi frustrado, não se sabe a razão, o certo é que mais tarde, dá-se o enlace entre Elvira e Torquato, fortalecendo os vínculos familiares e engendrando relações sociais de interesses mútuos. Mesmo antes desse casamento, ao tempo em que José Alvares preparava seu retorno a Portugal, ele já demonstrava vontade em ofertar trabalho para Torquato em seus empreendimentos naquele país:

---

<sup>157</sup> Trecho da carta escrita por José Alvares para Maria de Assumpção, endereçada a Vila Meã. Recebida em 03 de janeiro de 1896. Acervo de José Antônio Souza Soares.

*“[...] agora quando for vou cuidar da minha indústria que fica no Porto, onde pretendo fazer o nosso Torquato entrar n’ella também. Elle já se encarregou da revisão de uns trabalhos typographicos pertencentes á mim.”<sup>158</sup>*

A partir desse matrimônio o emaranhado das relações interpessoais tornou-se ainda mais concludente. Nas palavras de Carmen Reis (2014, p.140): “Elvira passou a ser cunhada de sua madrasta e o seu pai passou a ser sogro do cunhado, de quem já era primo”.

Os contratos de casamento, abundantes nos fundos régios, monástico-conventuais e de casas aristocráticas, testemunham dos enormes investimentos das parentelas na dotação das suas filhas – e também por vezes dos filhos – com o intuito de lhes dar casa. Num plano global, estas transferências de fortuna encastravam-se no laço matrimonial e permitiam densificar as relações no seio do grupo. Os sentidos de tais transferências adquirem maior consistência se compaginados com as características das redes matrimoniais, enformadas que estavam por lógicas sociais mais profundas (Aguiar, 2022, p. 391).

Não se pode, aqui, atribuir valores de julgamento, mas coube ancorar os fatos das trajetórias de vida em contextos históricos, como os da sociedade de meados dos oitocentos. Por benesses ou flagelos – António Pedro, Maria da Glória, Bernardo Augusto, Lucrecia, José Alvares, Maria de Assumpção, Elvira e Torquato – não escaparam ao formalismo de “proteção” pertinentes às camadas sociais elevadas dos entroncados laços matrimoniais dentro de uma mesma família.

## **5.2 O Brasil fica para trás: as consequências de uma viagem sem volta**

Segundo Eulália Lobo (2000), a movimentação migratória entre Portugal e Brasil, merece análise pormenorizada. A autora diz que para aqueles que regressaram a Portugal, depois do período de imigração no Brasil, o fizeram em grande parte ao final do século XIX, quando o país se tornara uma República, sendo que muitas das suas motivações para a saída, tinham cunho político.

---

<sup>158</sup> Trecho da carta escrita por José Alvares para Maria de Assumpção, endereçada a Vila Meã. Recebida em 03 de janeiro de 1896. Acervo de José António Souza Soares.

A data inicialmente prevista para José Alvares radicar-se permanentemente em Portugal estaria, provavelmente, estipulada para após a celebração do casamento com Maria de Assumpção, na sequência da viagem de núpcias feita pelo casal que se dirigiu da Europa para Montevideo, capital uruguaia. Tal hipótese baseia-se nas informações encontradas em carta enviada por Antonio Lessa, funcionário do Estabelecimento Industrial-Pharmaceutico no Brasil, endereçada ao Porto e datada de 30 de outubro de 1897.

A detalhada correspondência dá satisfação de variados pontos, nomeados por tópicos, conferindo a minúcia dos arranjos que deveriam ser feitos no Brasil, em função da efetiva mudança da família para Portugal, cabendo lembrar que apenas os dois filhos mais velhos de José Alvares permaneceriam em Pelotas. As especificidades expressas na carta iam desde a prestação de contas a respeito da produção fabril, até aos destinos dados às obras de arte e à mobília da casa situada no Parque Pelotense. O caráter exigente de José Alvares fica claro em todas as missivas enviadas por seus funcionários. Nelas, transparece o desejo de fidelidade e eficiência destes para com o seu empregador. Alguns trechos denotam tal comprometimento: *“De acordo com suas instruções, passo a dar-lhe conta do movimento do escriptorio desde sua saída até hoje.”*<sup>159</sup>

A ideia de não continuar a morar no Brasil é atestada, sobretudo, pela intenção de venda da moradia da família no Parque, pela desocupação do sobrado – provavelmente referente ao edifício do depósito central, pelo leilão dos objetos de arte, pelas transferências bancárias, entre outras providências:

*“Casa do Parque – Ainda não apareceu pretendente para esta propriedade, apesar de ter sido anunciada no Rio Grande e Porto Alegre. Queira dar-me instruções a respeito. Se, entretanto, aparecer algum alugador, obrarei de acordo com o Sr. Rocha.. Sobrado – Terminou ontem a desocupação do sobrado, que farei limpar e alugarei, de acordo com o Sr. Faustino Trápega.*

*Louça – Fiz encaixotar pelo Liberato a que deixou, bem como as duas estatuas pequenas, e foi tudo confiado á guarda do mesmo. Móveis – O Sr. Eugenio Veiga não póde receber no seu depósito antigo algum estranho á fabrica Kappel, por isso, acomodei-os no Laboratório, em logar conveniente, e procurarei dispor deles. Quadro – Tenho sob minha guarda o quadro da Cêa dos Apóstolos, que fica ao seu dispôr. Estátuas – As duas maiores, que*

---

<sup>159</sup> Trecho da carta de 30 de outubro de 1897, enviada por Antonio Lessa, um dos funcionários encarregados do Estabelecimento Industrial-Pharmaceutico e de assuntos pessoais de José Alvares. Escrita a partir do Parque pelotense e endereçada ao Porto. Acervo de José Antonio Souza Soares.

se achavam no corredor, o Sr. Guimarães colocou no Laboratório, no lugar por Vmcê indicação.

*Saques – Saquei á ag do London B. Bank Ltd, do Rio, para ser descontada a posto o liquido produto á sua disposição particular, o saldo da conta da Companhia de Drogas, de Pernambuco, na importância de 1.025\$510. Ainda não me foram apresentados os saques de M. Mayer; logo que o sejam, pagalos-ei, conforme me determinou.*

*Leilão – Recebi do Sr. J. Badia 19.694\$360, producto liquido dos leilões, importância essa que depositei no Banco da Província. Victoria – Vendí-a a Manuel Ayres por 1.600\$000, em depósito também no Banco”.<sup>160</sup>*

Mais tarde, a correspondência datada de 11 de janeiro de 1900, endereçada a Vila Meã, revela o efetivo aluguel das casas do Parque, com demonstração de valores:

*“Amo e Sr. Em cumprimento de suas ordens, envio-lhe inclusa uma letra de £ 39.146, equivalentes ao cambio de 9 9/16 a 997\$000, importancia dos alugueis de suas casas do parque pelotense no trimestre de Outubro a Dezembro pp. Conforme a nota abaixo. Com a maior consideração e estima, subscrevo-me [...] Amadeo da Costa Barcellos. Nota: Alugueis das casas do Parque, de Outº 319\$000*

Idem “ “ “ “ , de Novº 349\$000

Idem “ “ “ “ , de Dezº 329\$000.

---

997\$000”<sup>161</sup>

Carmen Reis (2014) diz que o casal José Alvares e Maria de Assumpção, após o casamento, teriam vivido no Brasil até o ano de 1900, primeiramente residindo no Parque Pelotense, e depois no piso superior do sobrado central, que teria continuado a servir de depósito no piso térreo. A autora fala do desgosto de Assumpção em estar longe da família portuguesa, e que esse teria sido um dos motivos para que planejassem a mudança definitiva para Portugal.

Cabe aqui questionar, mais uma vez, os possíveis interesses de José Alvares para ter deixado o Brasil em caráter definitivo. Naquele momento, o Brasil se fazia

---

<sup>160</sup> Trecho da carta de 30 de outubro de 1897, enviada por Antonio Lessa, um dos funcionários encarregados do Estabelecimento Industrial-Pharmaceutico e de assuntos pessoais de José Alvares. Escrita a partir do Parque pelotense e endereçada ao Porto. Acervo de José Antonio Souza Soares.

<sup>161</sup> Trecho da carta de 11 de janeiro de 1900, enviada por Amadeo Barcellos, um dos funcionários encarregados do Estabelecimento Industrial-Pharmaceutico e de assuntos pessoais de José Alvares. Escrita a partir do Parque pelotense e endereçada a Vila Meã. Acervo de José Antonio Souza Soares.

republicano e ele mostrava-se um sujeito partidário da Monarquia, visto que, chegou a fundar na cidade do Porto um periódico de cunho monárquico e fora agraciado com um título nobiliárquico. Ao ser partícipe da sociedade portuguesa, conforme será tratado a seguir, José Alvares gozava de privilégios e investia em uma postura de distinção social, enquanto as perspectivas das elites da sociedade brasileira configuravam-se em intervenções políticas pautadas por ideais republicanos. Após a sua partida, apresentava-se um novo contexto na formação das elites que poderiam ter abalado a posição do sujeito no Brasil. O estado do Rio Grande Sul, forjado por disputas territoriais era, então, administrado por lideranças militares que delineavam o perfil da sociedade da época. Os membros partícipes das elites eram, assim, bem definidos. Despontavam especialmente: os líderes políticos, os juristas, os militares, e alguns engenheiros militares (Heinz; Vianna, 2021).

Uma análise comparativa intergeracional feita pelos autores, segundo os critérios de Love e Barickman (2006), propôs uma divisão das elites em três gerações. Os grupos foram definidos por faixa etária e determinavam o momento político paralelo à maioria de cada geração. No primeiro grupo estavam os que haviam nascido antes de 1869, chegando à maioria às vésperas do final do Império; os nascidos entre 1869 e 1888, alcançando a maioria durante a República Velha; e os nascidos a partir de 1889 durante a República, cuja maioria se daria na conjuntura da Revolução de 1930. Os nascidos ainda no período imperial, constituíram um grupo que teve a presença mais duradora em postos de elite, contudo, os indivíduos que atingiram a maturidade no princípio do século XX, tiveram tamanha representação pública que lhes foi atribuída por Joseph Love (1975) a alcunha de “geração de 1907”.

O termo “geração de 1907” foi originalmente concebido por Joseph Love para designar um grupo de lideranças políticas que iniciaram seu percurso a partir do governo de Borges de Medeiros. Essas lideranças – José Flores da Cunha, Firmino Paim Filho, Lindolfo Collor, Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha, Maurício Cardoso e João Neves da Fontoura – detinham uma série de características comuns (faixa etária, herança política, atuação no PRR, formação acadêmica superior, experiência em conflitos) e alcançaram proeminência no campo político regional e nacional (Heinz; Vianna, 2021, p. 152).

Sabe-se que neste emblemático ano de 1907, o já Visconde de Souza Soares vivia o pleno gozo de seu prestígio público no norte de Portugal, que iria aumentar ao erigir em Vila Meã, a Casa de Santa Cruz. Seria, assim, possível que este *brasileiro* pudesse ter a mesma representação elitista frente a nova sociedade sulista no Brasil? O país republicano experimentava a disputa pelos lugres regionais hierarquicamente superiores, valendo-se dos históricos dos combates e do coronelismo dos grandes estancieiros, mas com capacidade de articulação política para ir além dessas fronteiras, desde que pudesse restringi-la à um grupo fechado de homens de liderança.

Para Luiz A. Grijó (1998) o êxito da “geração de 1907” foi alcançado pela capacidade de suas lideranças em se afastarem das origens rurais e incorporarem recursos jurídicos e culturais, para tanto serviam as atuações dos advogados e dos jornalistas. A situação local ganhava novas esferas alcançando outros estados do país. “Isso não só determinou sucesso em obterem cargos de destaque ao longo de suas trajetórias, mas também em constituírem uma notabilidade por seus feitos e por posições alcançadas” (Heinz; Vianna, 2021, p. 153). Paradoxalmente, a sociedade lusa expressava a importância dada aos feitos dos *brasileiros*, contribuintes com os avanços urbanísticos e culturais, especialmente no norte do país, o que posicionava esses indivíduos em lugares sociais privilegiados.

O retorno definitivo de José Alvares de Souza Soares para Portugal se dá, então, em 1900. Nesse momento, se poderia traçar uma linha de clivagem na sua trajetória. Não no sentido de lhe atribuir outra importância social, visto que sua imagem foi sendo construída ao longo dos anos, já desde sua influência na sociedade brasileira, tampouco, por configurar um abandono de atuação no Brasil, uma vez que, continuou a dirigir seus negócios mesmo de longe, chegando a ter sua indústria farmacêutica representada nos dois países. A divisão referida trata das próprias redes de comportamento social, melhor dizendo, do que se esperava perante as duas sociedades – uma já republicana, outra em fins do regime monárquico. O sul do Brasil enaltecia os “heróis nacionais”, figuras militares que muito haviam se empenhado pela construção da República, o que iria apontar para o movimento nacionalista da década de 1930, enquanto Portugal ainda vivia culturalmente das premissas de ordem elitista, de um estatuto monárquico, que abria espaço para uma nova camada social composta por indivíduos que ascendiam pela força de seu poder capital.

Para além dessas questões, no ano de 1898, José Alvares teria sido envolvido em uma polêmica que teria durado cerca de um ano, com debates sustentados de maneira pública, através da imprensa local. Ocorre que, ele teria sido acusado de plagiar as fórmulas de preparados homeopáticos “*Específicos de Humphreys*”, que eram produzidos nos Estados Unidos da América, na cidade de Nova York, mas que tinham representação no Brasil, inclusive em Pelotas. Segundo a pesquisadora Lorena Almeida Gill:

[...] os senhores João de Lima Eston e Vasco da Silva Fagundes, representantes do laboratório do Dr. Humphreys, na cidade, acusavam Souza Soares de copiar não só a fórmula do específico, como também imitar os rótulos, do que chamavam de remédio original. Souza Soares sustentou o debate através dos jornais. Sempre enaltecendo os valores da indústria nacional, revelou que os medicamentos estrangeiros eram usados inclusive para o tratamento de animais doentes e, ironicamente, diz que só o que nos faltava era sermos tratados por um médico veterinário norte-americano. A discussão durou um período bastante longo, com acusações de falsificação de parte a parte. Houve, inclusive, o oferecimento de dinheiro para quem provasse a mentira ou a verdade, dependendo do ângulo de observação, mas, sobretudo, ocorreu o desenvolvimento de uma grande campanha publicitária, que reforçava as iniciativas de um morador da cidade de Pelotas, empreendedor e arrojado. (Gill, 2004, p. 48)

O imbróglio não parece ter abalado o bom nome de José Alvares em Pelotas, tampouco, teria prejudicado as vendas de seus produtos. Contudo, ele manifestava o forte desejo de mudar-se definitivamente para Portugal, e lá estabelecer nova sede para a Sociedade Medicinal, a fim de produzir e comercializar seus remédios homeopáticos. Aliadas a todos estes fatores poderiam estar motivações pessoais de ordem sentimental. Conforme sugere a carta enviada por Maria de Assumpção à sua mãe, quando vivia no Brasil logo após seu casamento:

*“Calcule minha Mamãe como ando satisfeita porque se Deus quiser dentro d’um ano voltarei à minha terra a ver minha família e então com o firme propósito de não voltar mais viver para cá. [...] O Soares não fala em outra coisa todo o dia, por vontade dele se lhe fosse possível iria hoje mesmo”.*<sup>162</sup>

---

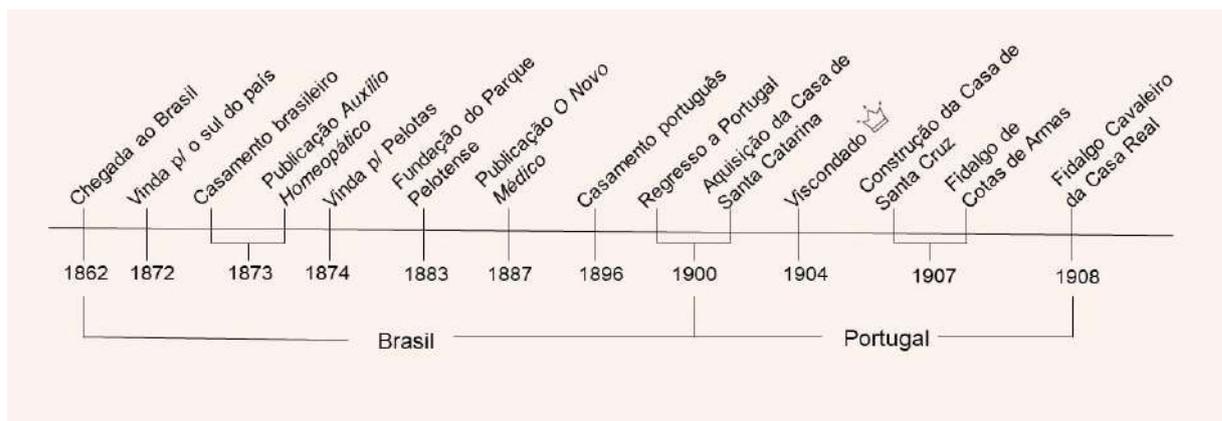
<sup>162</sup> Trecho da carta escrita por Maria de Assumpção enviada à sua mãe, em 3 de setembro de 1896. In REIS, Carmen Souza Soares. *Souza Soares: a saga de uma família portuguesa no Brasil*. Porto Alegre. Ed. Do Autor, 2014, p. 148.

Pensando no sujeito que causou impactos sociais nas duas comunidades e que teve representações distintas dentro de um mesmo esforço de projeção, observa-se que mesmo de modo não intencional, dá-se a tal cisão. Essas constatações partem das análises de alguns eventos: primeiro, pelo fato de o sujeito não ter retornado ao Brasil, apesar da fábrica ter continuado em funcionamento no Parque Pelotense, em seguida, no paralelismo de terem sido formadas duas famílias – uma brasileira, outra portuguesa –, e por fim, devido à vivência de proximidade com a corte portuguesa até quase ao fim de sua vida.

Através do gráfico esquemático referente a linha do tempo no sentido da representação, é possível observar que a trajetória de José Alvares compreende dois grandes momentos: a experiência no Brasil e o regresso a Portugal. Dois trechos distintos de um mesmo curso linear de crescente representação do sujeito.

Depois dos primeiros treze anos de vida vividos em Portugal, sua trajetória constituiu-se em: dez anos passados no Recife; vinte e oito anos em Pelotas; e mais onze últimos anos de vida passados em Portugal (Figura 45).

Figura 45 – Gráfico representando a linha do tempo dos tópicos ligados à representação de José Alvares de Souza Soares



Fonte: Elaboração da autora, através do programa *PowerPoint*.

### 5.3 Do Parque ao Porto: A Sociedade Medicinal Souza Soares no Brasil e na Europa

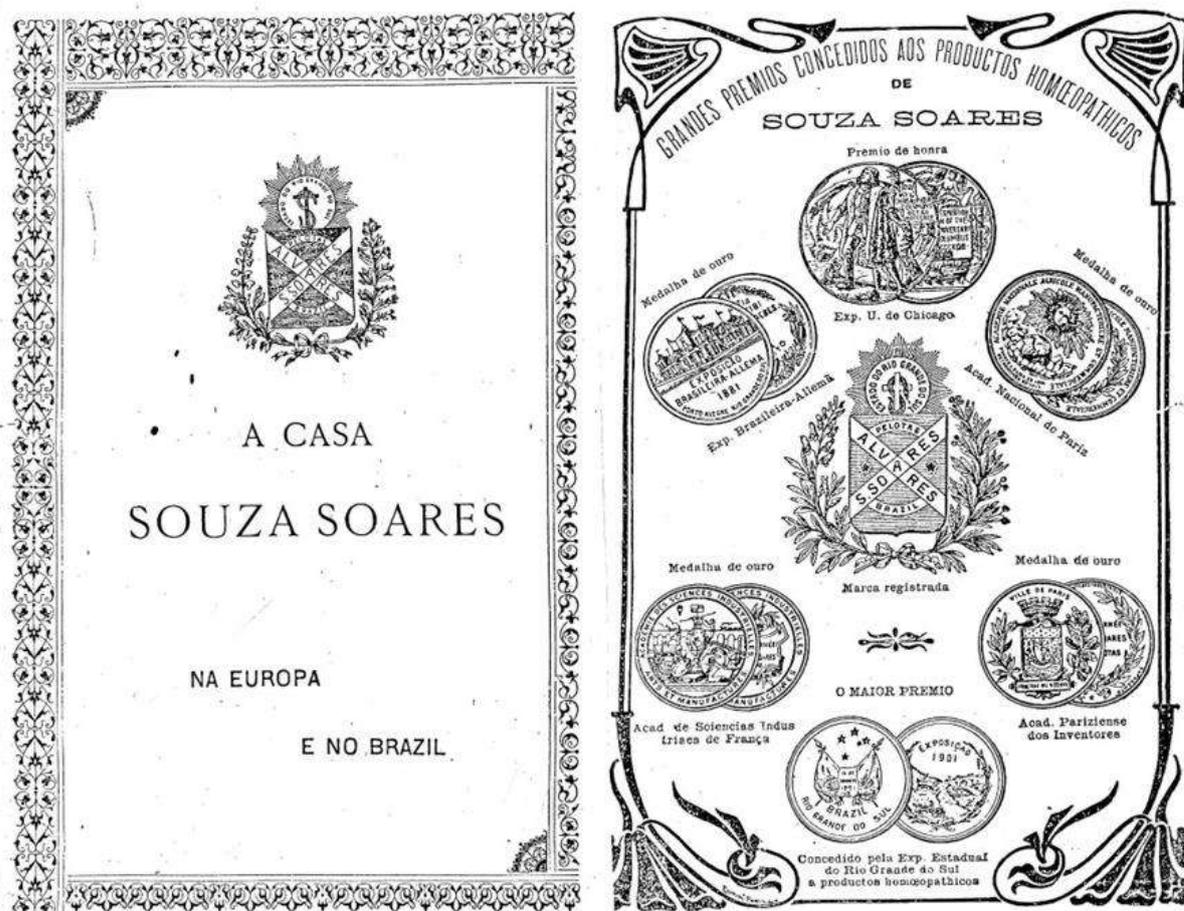
É imprecisa a data em que teriam começado os empreendimentos de José Alvares em Portugal. Contudo, sabe-se que no ano de 1896 ele teria uma indústria na cidade do Porto, pois faz menção à esta em uma das cartas enviadas para a sua noiva Maria de Assumpção, conforme já mencionado.

O primeiro empreendimento de José Alvares no sul do Brasil, consta da farmácia homeopática fundada em Pelotas em 1874 sob a denominação de “*Laboratorio Homeopathico Rio-Grandense*”. Na altura da abertura do Parque Pelotense, a razão social da empresa teria mudado para “*Estabelecimento Industrial-Farmaceutico Souza Soares*” – conforme consta do Livro de Regulamentos.

Os Estatutos da Casa Comercial e Industrial Souza Soares & Cia, são datados de 12 de junho de 1891. Em 1901 foi fundado o Laboratório Homeopatico Souza Soares em Portugal, na cidade do Porto. No mesmo ano José Alvares fez circular naquela cidade, um caderno especial, impresso pela *Officinas do Commercio do Porto*, apresentando as casas da *Sociedade Medicinal Souza Soares* de Portugal e do Brasil. Na capa do encarte, emoldurados por arabescos, tem-se acima o emblema da marca registrada da empresa, que também chegou a figurar em rótulos de remédios, almanaques, cabeçalhos de correspondências, etc. e até mesmo em alfinete de gravata, lavrado em ouro e pedras preciosas, como será visto adiante, e a inscrição – “*A CASA SOUZA SOARES NA EUROPA E NO BRAZIL*”. Na contracapa encontra-se uma arte tipográfica com as representações dos prêmios alcançados pelos *Específicos de Souza Soares*. Ao centro da diagramação está o mesmo emblema. Como moldura da imagem, tem-se desenhos de estilo *art nouveau*, próprios da época. Em evidência está a frase que encima a página – “*GRANDES PRÊMIOS CONCEDIDOS AOS PRODUCTOS HOMEOPATHICOS de Souza Soares*”. Tais prêmio representados são: “*Prêmio de Honra – Exposição de Chicago; Medalha de Ouro – Exposição Brasileira-Allemã; Medalha de Ouro – Academia Nacional de Pariz; Medalha de Ouro – Academia de Sciencias Industriaes da França; Medalha de Ouro – Academia Parisienze dos Inventores*”. E como destaque, a medalha com a bandeira

do Estado Rio Grande do Sul da exposição de 1901: “O MAIOR PREMIO – Concedido pela Exp. Estadual do Rio Grande do Sul a productos homeopathicos”<sup>163</sup> (Figura 46).

Figura 46 –Cópia do Material publicitário, distribuído na cidade do Porto. Portugal . Capa à esquerda. Contracapa à direita



Fonte: acervo de Leonor Souza Soares.

O material que continha as referidas premiações e apresentava a Sociedade Medicinal atuante nos dois países, também, dava conta de justificar a fundação e as atividades das mesmas. A necessidade dessas explicações públicas, provavelmente, também se deve ao fato da tal acusação de plágio sofrida por José Alvares quando

<sup>163</sup> As premiações com as devidas datas, constam de: medalha de ouro da Exposição Brasileira-alemã – 1881; menção honrosa na Exposição de Chicago – 1893; grand-prix na Exposição de Madrid – 1907; medalha de ouro da exposição Universal de São Luiz – 1908; grand-prix na Exposição de Gênova – 1908; grand-prix e medalha de ouro da Exposição de Paris – 1908; grand-prix e medalha de ouro da Exposição de Rotterdam – 1909; medalha de ouro da Exposição do Rio de Janeiro – 1909; grand-prix e medalha de ouro da Exposição de Londres – 1910; medalha de ouro da Exposição de Pelotas – 1910. Informações obtidas In SOUZA-SOARES, José Delfim Brochado de. “Apontamentos genealógicos das famílias Couto Alão, Souza-Soares e Sam Payo de Queirós”. Braga: Livraria Cruz, 1974.

ainda estava radicado em Pelotas, nos anos de 1898 a 1899. Não obstante, o sujeito já havia enfrentado, em 1889, a acusação de charlatanismo quando, segundo Carmen Reis (2014), teria requisitado junto ao Ministro dos Negócios do Império do Brasil a concessão para que o Parque Pelotense passasse à categoria de “parque imperial”, ao que o presidente da Província do Rio Grande do Sul, Gaspar Silveira Martins, teria opinado:

*“Esse Souza Soares nesta província não tem sido mau homem, antes tem-se mostrado bom e cavalheiro, é charlatão e conseguiu fazer fortuna com o xarope de cambará, de sua preparação. O parque é considerado lugar de passeio, mas não caberia o título de “parque imperial”<sup>164</sup>*

A grandeza de um indivíduo é, tendenciosamente, medida por feitos elogiáveis, mas na sua trajetória há que se contar com os revezes paradoxais (Dosse, 2009).

No ano de 1907, como forma de divulgar a Sociedade Medicinal Souza Soares do Brasil e da Europa, houve a distribuição de um sofisticado *folder* confeccionado em cores, com detalhes decorativos em *art nouveau*. Nele, estão descritas as setorizações do empreendimento, bem como, são apresentados detalhes das instalações deste, tanto em Pelotas como no Porto. O encarte também repete as justificativas para a fundação da Sociedade nos dois países: (Figura 47)

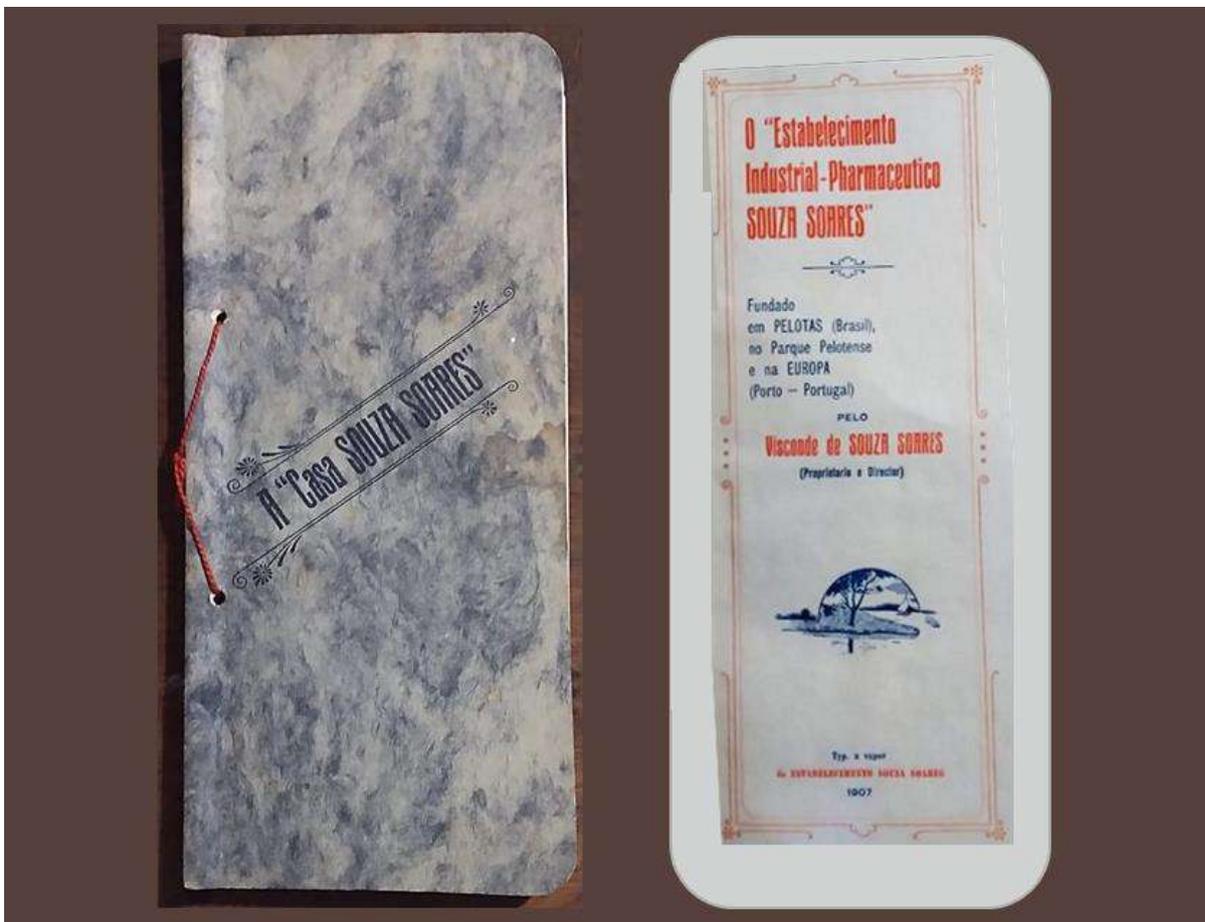
#### *“MOTIVOS DA FUNDAÇÃO DA CASA SOUZA SOARES NA EUROPA*

*Este novo Estabelecimento funciona em grandioso edifício, com vasto jardim botânico para estudo particular. Possui primorosas oficinas e laboratórios, tanto para fornecimento da “Casa Souza Soares do Brasil” como para venda na Europa de productos homeopaticos e especialidades pharmaceuticas do Visconde de Souza Soares. Um grande embaraço antepunha-se á garantia de elevado numero de preparações medicinaes, especialmente das homeopaticas. Esse embaraço limitava-se á parte essencial da manipulação: á substancias primitivas e a os vehiculos – tudo importado, quasi que na totalidade do estrangeiro. Como poder garantir, pois, conscienciosamente um producto cuja matéria-prima é recebida de mãos estranhas, sem se conhecer com exactidão as condições em que foi manipulada, e, quando a analyse a que se submete, não póde dar muitas vezes um resultado positivo? Tanto que mais que, n’um periodo superior a 30 annos, já tinha havido diversos casos em que se manifestaram duvidas, quanto á identidade de substancias medicinaes, Alcohol aromatizado para imitar o de vinho! Globulos acidulados, imprestáveis para serem*

<sup>164</sup> Trecho do ofício de 04 de novembro de 1889, de Gaspar Silveira Martins. In REIS, Carmen Souza Soares. “Souza Soares: a saga de uma família portuguesa no Brasil”. Porto Alegre: Ed, do Autor, 2014, p. 136.

*medicamentados! Assucar de leite reconhecidamente impuro! Tudo isso recebido era regeitado pela 'Casa Souza Soares!'*<sup>165</sup> (grifo original).

Figura 47 – Encarte original de promoção da Casa Souza Soares no Brasil e na Europa



Fonte: Acervo de Leonor Souza Soares.

A partir da empresa criada no Porto, tem-se como registro, o livro de atas da “*Sociedade Medicinal Souza Soares Limitada*”, que refere a primeira reunião desta, como tendo sido realizada no dia 18 de junho de 1910:

*“Este livro hade servir para nelle se lavrarem as actas da Assembleia Geral da Sociedade Medicinal Sousa Soares. Limitada, com sede no Porto, á rua de Santa Catharina nº 1499, e sucursal no Brazil – Rio Grande do Sul – Pelotas.*

*Porto, 18 de Junho de 1910.*

<sup>165</sup> Trecho do encarte veiculado na Europa, apresentando “A Casas Souza Soares” de Pelotas e do Porto. 1907. Acervo de Leonor Almeida de Souza Soares.

*O Gerente Geral e Presidente da Assembleia Geral – substituto – Torquato Ernesto Leite Brochado. [1ª página]*

*Acta da Assembleia Geral da ‘Sociedade Medicinal Souza Soares. Limitada’ – Aos dezoito dias do mez de Junho do anno de mil novecentos e dez, nesta cidade do Porto, á rua de Santa Catharina numero mil quatrocentos e noventa e nove, Sede da mesma Sociedade, achando-se reunidos os Senhores: Visconde de Souza Soares, Doutor Torquato Ernesto Leite Brochado, e sua esposa Dona Elvira Ramos de Souza Soares Brochado, Doutor João Pereira Soares da Motta representando sua esposa Dona Joana Ramos de Souza Soares da Motta; Eduardo Alvares de Souza Soares, e José Alvares de Souza Soares Junior; representando a maioria dos Socios – assumindo a presidencia o Senhor Visconde de Souza Soares, disse que sendo a primeira reunião da Sociedade depois da sua constituição, conforme – escriptura lavrada nas notas do notario Doutor Antonio d’Oliveira Mourão [...]”<sup>166</sup> [2ª página]. (grifo próprio).*

A firma, assim constituída, teria funcionado até o ano de 1925, quando desmembrada, separando-se em duas partes: uma de funcionamento na Europa e a outra no Brasil, esta última passou a ser chamar *Souza Soares & Irmão*, referente aos dois primeiros filhos de José Alvares – Leopoldo e Miguel (Reis, 2014).

Apesar das incertezas de algumas datas e razões sociais no histórico das empresas de José Alvares, o fato é que ele teve representação comercial e produção farmacêutica nos dois países. Outras evidências a esse respeito, também, estão na própria logomarca da sua indústria que, primeiramente, indicava “*Alvares S. Soares*”; “*Pelotas; Brazil*” e, mais tarde, passou a apresentar “*Sociedade Medicinal Souza Soares Ltda*”; “*Brasil; Europa*” (Figura 48). Do mesmo modo, os papéis timbrados usados para as correspondências da Sociedade Medicinal, passaram a ser ilustrados com os desenhos dos edifícios-sede das indústrias na Europa e no Brasil – a casa de Santa Catarina e fábrica do Peitoral de Cambará no Parque Pelotense, respectivamente –, além de exibir medalhas e troféus conquistados pelas produções homeopáticas (Figura 49).

---

<sup>166</sup> Trecho extraído do livro de atas da Sociedade Medicinal Souza Soares Limitada, referente à primeira reunião daquela sociedade. 1910. Acervo de José António Souza Soares.

Figura 48 – Logomarca: “Pelotas; Brazil”, à esquerda. “Brasil; Europa”, à direita

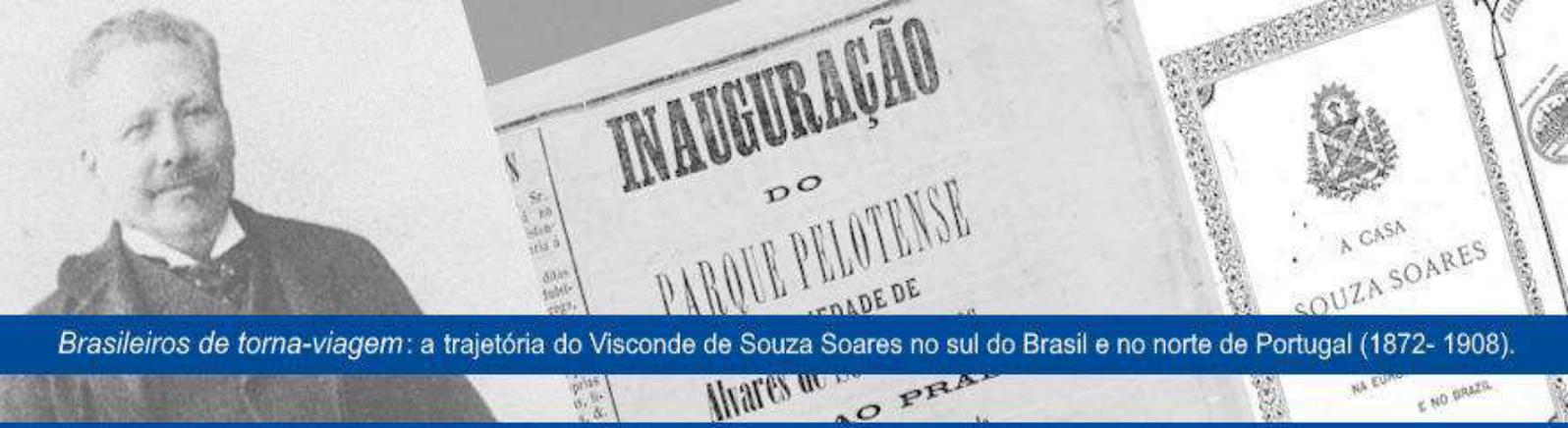


Fonte: *Almanach da Família*. Ano 1904 à esquerda. Ano 1918 à direita. Acervo de Leonor de Souza Soares.

Figura 49 – Timbre usado nos papéis para correspondência da Sociedade Medicinal Souza Soares Limitada



Fonte: Acervo de José António Souza Soares.



Brasileiros de torna-viagem: a trajetória do Visconde de Souza Soares no sul do Brasil e no norte de Portugal (1872- 1908).

# Capítulo 6



## 6 O viscondado: um fetiche de prestígio

*Os símbolos ou ideias em que tais unidades sociais manifestam o objetivo ou a motivação de seu comportamento têm sempre, portanto, um caráter de fetiche de prestígio. Eles contêm em si, como que substancializado ou reunido, todo o prestígio que essa sociedade solicita para si em sua qualidade de elite.*

Norbert Elias<sup>167</sup>

### 6.1 Uma coroa para encimar o Brasão de Armas

O cenário do mundo das representações sociais é configurado a partir de protagonistas que assumem papéis de notoriedade. À estes são atribuídas identidades e estas, por sua vez, precisam ser nomeadas. Desse modo fazem-se mapas sociais que nomeiam: o nobre, o pobre, o imigrante, o assalariado, etc. Uma distinção almejada, compreende os esforços de uma identidade construída. Para os imigrantes portugueses que viveram no Brasil e retornaram à terra natal, era importante destacar-se como: benfeitor, rico, generoso, talvez esbanjador, enfim – o tipo *brasileiro*. Melhor ainda seria atestar a sua projeção social, exibindo um título de nobreza.

Para o autor Eugénio dos Santos, a participação ativa dos regressados do Brasil foi significativa, ao menos para aqueles que não voltaram para seguir a mesma vida que tinham ao partir, e que puderam destacar-se no comércio ou indústria, gerando fontes de trabalho. Contudo, “a sua influência foi muito menos espetacular do que a daqueles que conseguiram títulos de nobreza” (Santos, 2000, p. 17).

Vê-se na trajetória de José Alvares que sua identidade corresponde ao paradoxo ideológico apontado por Edoardo Grendi (1977), no qual um sujeito ao mesmo tempo em que é condicionado por paridade ao grupo, tem potencial para destacar-se por meio de singularidades, fazendo dele, um sujeito excepcional/normal. Sua atestação pública de riqueza e poder social, já haviam sido dadas quando das bodas com Maria de Assumpção, onde as sociedades de Vila Meã e do Porto, puderam dar-lhe o reconhecimento de um *brasileiro de torna-viagem*, mesmo antes

---

<sup>167</sup> In ELIAS, Norbert. “A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte”. Tradução Pedro Sussekind. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

de um regresso definitivo. Entretanto, ao se analisar a trajetória do sujeito, desde as atuações no Brasil, e posteriormente em Portugal, emergem muitas condicionantes de distinção.

Como já foi dito, José Alvares deixara o Brasil de recente republicanismo e retornara ao país monárquico. Certamente estaria no seu caminho ascendente o desejo de conquistar um título nobiliárquico. Na sociedade portuense foi um homem destacado – um industrial farmacêutico que mantinha as redes de comércio ativas entre Portugal e Brasil. Firmou sua Sociedade Medicinal com sede no Porto e sucursal em Pelotas. Foi benemérito, fundou um jornal de cunho monárquico, impresso em tipografia própria, onde atualizava notícias sobre o Brasil. Foi então que, em 24 de dezembro de 1904, de posse de todos esses predicados e mais um conto e duzentos mil réis, conquistou o título de Visconde de Souza Soares, conforme a carta do Ministério do Reino:

*“Ministerio do Reino*

*Dom Carlos por Graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves etc. Faço saber aos que esta Minha Carta virem que Attendendo ás qualidades e circunstancias que concorrem na pessoa de José Alvares de Souza Soares, importante capitalista, da cidade do Porto, e Querendo Dar-lhe um testemunho authentico de consideração: Houve Sua Majestade A Rainha A Senhora Dona Maria Pia, Regente, em Meu Nome por bem, Conceder-lhe o Título de Visconde de Souza Soares, em sua vida. Pelo que Mandando Eu passar ao agraciado a presente carta afim de poder chamar-se d’ora em diante Visconde de Souza Soares e gosar deste título com honras prerrogativas preeminencias e obrigações que pelas Leis e Regulamentos se acharem estabelecidas, Ordeno ás Auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento desta mesma Carta pertencer que, indo assignada por Mim e referendada pelo Ministro Secretario d’Estado dos Negocios do Reino a cumpram e guardem como nella se constem, depois de authenticada com o sello pendente das Armas Reais, e do verbo, e com a nota de registo nos livros das Repartições competentes. Fes obrigado ao pagamento da quantia de um conto e duzentos mil reis de direitos de mercê, devendo logo que esteja realizado o mesmo pagamento apresentar este diploma na Secretaria d’Estado dos Negocios da Fazenda para, nos termos do Regulamento de vinte e oito d’agosto de mil oitocentos e sessenta se escreva nelle a necessaria quitação, sem a qual não terá inteira validade. Dada no Paço das Necessidades em vinte e quatro de dezembro de mil novecentos e quatro. [...]*<sup>168</sup>

A importância do título nobiliárquico para a trajetória de José Alvares correspondia, também, à sua projeção no mundo dos negócios. Todos os rótulos dos

---

<sup>168</sup> Texto da carta do Ministério do Reino, concedendo à José Alvares de Souza Soares o título de Visconde de Souza Soares. in SOUZA-SOARES, José Delfim Brochado de. “Apontamentos genealógicos das famílias Couto Alão, Souza-Soares e Sam Payo de Queirós”. Braga: Livraria Cruz, 1974.

seus produtos, as publicações como *O Novo Medico* e o *Auxilio Homeopathico*, os reclames, etc., passaram a exhibir sua nobilitação. A exemplo da apresentação do Peitoral de Cambará comercializado na Europa que trazia, no rótulo do frasco e na embalagem, a inscrição: “*Descoberto pelo Visconde de Souza Soares*”. Tendo sido alterado, inclusive, o selo de garantia dos remédios (Figura 50).

Figura 50 – Peitoral de Cambará. Embalagem e frasco, à esquerda. Primeiro selo de garantia, acima, à direita. Último selo de garantia, embaixo, à direita.



Fontes: Material publicitário, à esquerda e detalhe embaixo à direita. Acervo de José António Souza soares. Detalhe de *O Novo Medico*, acima à direita. Acervo de Leonor Souza Soares.

**Nota:** Ampliações feitas pela autora, a fim de demonstrar comparações.

Dando continuidade aos empreendimentos de ação social, no ano de 1905, o então Visconde de Souza Soares, patrocinou a fundação de um bairro para idosos pobres e inválidos em Vila Meã, que levava o seu nome (Souza-Soares, 1974).

Para mais compor os simbolismos capazes de promover a representação do sujeito, recebeu uma nova distinção e o consentimento real para o uso de Brasão de Armas. O alvará, datado de 26 de fevereiro de 1907, que lhe concedeu a honraria de Fidalgo de Cotas d’Armas, diz:

*“[...] Hei por bem Fazer-lhe mercê de um Brazão d’Armas, o qual será da forma seguinte:*

*Um Escudo partido em palla. A primeira cortada em faxa. Na parte superior, em campo de prata uma Cruz de Christo vermelha. Na inferior em campo azul, uma Quaderna de crescentes de ouro. Na segunda palla em campo vermelho uma torre de prata encimada por sol de ouro e assente sobre uma campina verde, saindo-lhe da porta aberta uma corrente de agua. Sobre o Escudo a corôa de Visconde. Por suportes dois leões de ouro.*

*Pelo que Mando ao Escrivão da Nobreza do Reino, que sendo-lhe este Alvará apresentado, faça debuxar e iluminar as ditas Armas no Livro de thesouro da Nobreza de Portugal e trasladal-o no Livro competente, para em todo o tempo se conhecer como lhe Fiz Mercê das referidas Armas, das quaes o mesmo Escrivão da Nobreza do Reino, fará expedir ao Agraciado a respectiva Carta de Brazão, na forma e estylo. Em firmeza do que lhe Mandeí passar o presente Alvará por Mim assignado e sellado com o sello branco das Armas Reaes, o qual se cumprirá como n’elle se contem sendo registrado nas Repartições competentes. 26 de Fevereiro de 1907. [...]*

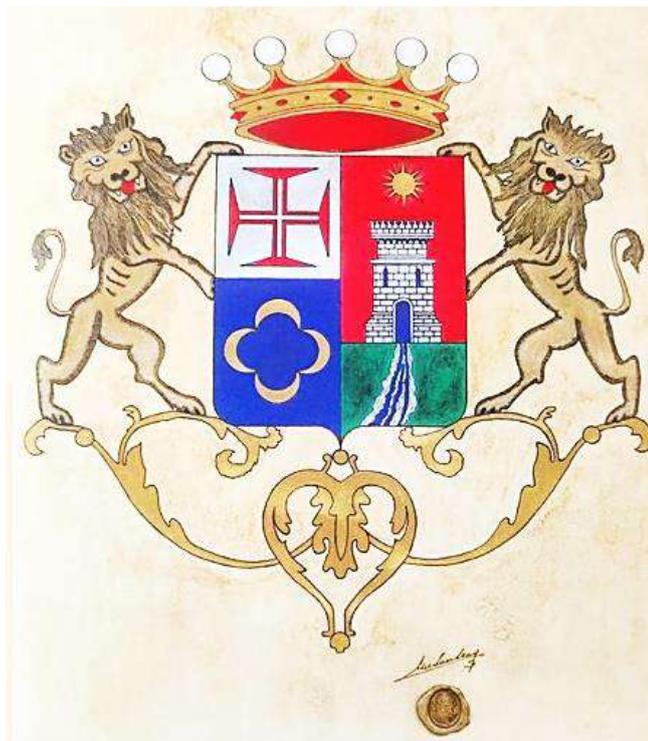
*O qual Escudo d’Armas poderá trazer e usar o dito Visconde de Souza Soares, José Alvares de Souza Soares, em todos os logares de honra em que os outros Nobres e antigos Fidalgos costumam trazer as suas, e com as quaes poderá exercer todos os actos lícitos da guerra e da paz. E assim mesmo as poderá mandar esculpir em seus firmaes, aneis, sinetes e divisas; po-las em suas carruagens, baixellas, reposteiros, telizes, casas, capellas e mais edifícios, e deixa-las gravadas sobre sua própria sepultura. E finalmente se poderá servir, honrar, gosar e aproveitar de ellas em todo e por tudo, como prerrogativa de sua Nobreza. [...]<sup>169</sup>(grifo próprio).*

De posse dessa licença, emergia mais um dos simbolismos de forte apelo visual, cujos signos imprimiam ao seu portador a vinculada ligação com suas raízes. A arte impressa nos brasões atestava a nobreza, e mais do que isso, tinha uma composição iconográfica onde imagens evocavam nomes de família. Sendo o apelo visual capaz de traduzir em imagens valores de outra grandeza (Panofsky, 2004). No documento que descreve a iconografia do brasão concedido, em nome do Rei Dom Carlos ao Visconde de Souza Soares, estão representadas simbolicamente: as famílias “Souza” e “Soares”; e também o lugar de seu nascimento<sup>170</sup> (Figura 51).

<sup>169</sup> Trecho da carta de consentimento do uso do Brasão de Armas feito ao Visconde de Souza Soares. Acervo de José António Souza Soares.

<sup>170</sup> Na iconografia do Brasão de Armas do Visconde de Souza Soares se encontram representadas: a Cruz de Cristo – família Souza; os quatro crescentes – família Soares, e a torre beneditina, por ter ele nascido em Vairão à sombra do Convento de São Bento. Este último, fazendo parte da história oral da família. Informações obtidas através de conversa informal com José António Souza Soares.

Figura 51 – Brasão de Armas do Visconde de Souza Soares



Fonte: Arte de Manuel Souza Soares. Acervo de José Antonio Souza Soares

Foi no ano de 1908, que José Alvares de Souza Soares – Visconde de Souza Soares e Fidalgo de Cotas d’Armas, recebeu sua última mercê. Mais uma vez, em virtude das atestações de uma vida social ativa, e do “*pagamento dos respectivos direitos de mercê e impostos addicionaes*”<sup>171</sup> lhe foi concedida a distinção de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real.

*“Eu El Rei Faço saber á vós Antonio Maria José de Mello Silva Cezar e Menezes, Conde de Sabugosa, Par do Reino, Gram Cruz da ordem de Nosso senhor Jesus Christo e de outras estrangeiras, Gentil Homem da Minha Real Camara e Meu Mordomo Mor: que attentas as circunstancias que concorrem em José Alvares de Souza Soares, visconde de Souza Soares, natural de Vairão, concelho de Villa do Conde, filho legítimo de José Alvares de Souza Soares e de D. Maria José do Carmo Mesquita, fidalgo de cota d’armas, com poderes para poder exercer a medicina nos Estados Unidos do Brasil, socio correspondente de diversas instituições scientificas, fundador do bairro do seu nome para pobres velhos e invalidos em Santa Cruz de Vila Meã: Hei por bem e Me Praz Fazer-lhe Mercê de o Nomear Fidalgo Cavaleiro da Minha Real Casa. Fica obrigado ao pagamento dos respectivos direitos de mercê e impostos addicionaes. Mando-vos o façaes assentar no Livro da Matricula*

<sup>171</sup> Trecho extraído do texto da carta de nomeação do Visconde de Souza Soares como Fidalgo Cavaleiro da Casa Real. In SOUZA-SOARES, José Delfim Brochado de. “*Apontamentos genealógicos das famílias Couto Alão, Souza-Soares e Sam Payo de Queirós*”. Braga: Livraria Cruz, 1974.

*dos Moradores da Minha Casa, em seu título, como dito fica. Paço, em dezesseis de Julho de mil novecentos e oito. [...]”<sup>172</sup>*

De posse de um arcabouço de artifícios de representação, o Visconde de Souza Soares pôde exibir e sustentar sua distinção social em meio a uma sociedade em transformação, composta por nobres de títulos comprados.

## **6.2 Cultura de salão: a vida social do Visconde e da Viscondessa de Souza Soares**

A interação dos grupos, ou mesmo dos indivíduos, com o mundo social geram diversas configurações através das quais a realidade é percebida. E a partir dos muitos signos utilizados nessas ações de sociabilidade é possível reconhecer uma identidade comum que, por vezes, irá representar um poder invisível materializado nesses sujeitos sociais (Chartier, 2002).

Nas relações de poder, que mantêm a dinâmica das interações sociais, sobressaem-se como ativadores de signos de distinção aqueles que, propositadamente, ocupam lugares privilegiados dentro de determinada cultura.

"A cultura de uma sociedade", para citar novamente Goodenough, desta vez numa passagem que se tornou o *locus classicus* de todo o movimento, "consiste no que quer que seja que alguém tem a saber ou acreditar a fim de agir de uma forma aceita pelos seus membros." A partir dessa visão do que é cultura, segue-se outra visão, igualmente segura, do que seja descrevê-la — a elaboração de regras sistêmicas, um algoritmo etnográfico que, se seguido, tornaria possível operá-lo dessa maneira, passar por nativo (deixando de lado a aparência física). Desta forma, um subjetivismo extremo é casado a um formalismo extremo, com o resultado já esperado: uma explosão de debates sobre se as análises particulares (que surgem sob a forma de taxonomias, paradigmas, tabelas, genealogias e outras inventivas) refletem o que os nativos pensam “realmente” ou se são apenas simulações inteligentes, equivalentes lógicos, mas substantivamente diferentes do que eles pensam (Geertz, 2008, p.08).

Pela reflexão do autor se pode inferir que os meios culturais, também, são meios de transição. Nessa lógica, alguns indivíduos e sua produção simbólica aparecem como meios de ativação das evoluções da vida social. Os imigrantes que regressaram a Portugal como *brasileiros* foram promotores de muitas dessas

---

<sup>172</sup> Texto da carta de nomeação do Visconde de Souza Soares como Fidalgo Cavaleiro da Casa Real. In SOUZA-SOARES, José Delfim Brochado de. *Apontamentos genealógicos das famílias Couto Alão, Souza-Soares e Sam Payo de Queirós*. Braga: Livraria Cruz, 1974.

interferências. Não precisavam passar-se por nativos, uma vez que suas origens garantiam a pertença aos lugares revisitados, contudo, a nova identidade construída religava-os ao Brasil e a Portugal num nexos de interfaces interessadas.

Assegurar as posições sociais como meio de afirmação, era um estatuto que motivava as ações desses sujeitos. Para ser partícipe da vida social do liberalismo monárquico era tão precisa, quanto vantajosa, as proximidades da vida de corte.

Os *brasileiros*, especialmente os agraciados com títulos nobiliárquicos, foram representantes desse grupo de transição social. Integravam-se na vida de corte – nas recepções e nos bailes – não como herdeiros da nobreza, mas por configurar um grupo social em ascensão, formado por comerciantes e empresários, cujo prestígio era equivalente ao dinheiro conquistado.

Norbert Elias identifica que a vida social francesa desde o século XVII, onde toda ela se centrava em torno do Rei Luis XIV, passou por um processo gradual no qual o círculo fechado das relações sociais foi se desagregando, lenta e gradativamente, após a sua morte. As normativas impostas à formação da boa sociedade eram ainda rígidas durante o século XVIII, mas começavam a ser afrouxadas à entrada do século XIX, onde a centralidade da figura monárquica era continuada, apenas, por vínculos culturais. A monarquia decadente não pôde deixar de render-se aos “novos nobres” que emergiam socialmente pela força trabalhista. Essa descentralização da influência absolutista mudou, em parte, os cenários da nova aristocracia, onde os salões nobres não eram apenas os dos palácios, mas passaram a ser os dos *hôtels* e, mais tarde, das casas dos novos endinheirados que alcançavam projeção social.

Sob o reinado de Luiz XV, o centro de gravidade deslocou-se de tais palácios para os *hôtels*, as residências de aristocratas da corte que não eram príncipes. Mas isso de modo algum diminuiu a importância da corte como centro. Nela, todas as engrenagens da sociedade acabavam se juntando; nela se decidiam ainda a posição, a reputação e, até certo ponto, os rendimentos dos cortesãos. A partir de então a corte passou a dividir com os círculos aristocráticos apenas seu significado como centro de convívio social, como fonte de cultura. O convívio social e a cultura da alta sociedade estavam se descentralizando lentamente, expandindo-se desde os *hôtels* dos nobres da corte até os *hôtels* dos financistas. Foi neste estágio de seu desenvolvimento que o “*monde*” produziu o fenômeno conhecido como cultura de salão (Elias, 2001, p. 97).

Ainda que se pudesse vislumbrar o fim do regime monárquico, a sociedade portuguesa “dos privilegiados” vivia, também, das manifestações de cunho social nas

diversas esferas da representação. Foi na vivência da cultura de salão, que o Visconde e a Viscondessa de Souza Soares receberam o convite para um dos bailes na corte portuguesa, em presença do Rei Dom Carlos. O casal de recente titulação exibiu trajes de gala – a fatiota do Visconde era bordada a fio de ouro, ele também portava o chapéu de dois bicos, enquanto a Viscondessa ostentava junto ao vestido de renda de Bruxelas, um conjunto de joias, cujos colar e brincos de diamantes, provavelmente, tenham sido adquiridos para tal evento (informação verbal)<sup>173</sup> (Figura 52).

Figura 52 – Trajados para o baile real. Visconde de Souza Soares, à esquerda. Viscondessa de Souza Soares, à direita.



Fontes: Acervo de Manuel Souza Soares, à esquerda. Acervo de José António Souza Soares, à direita.

O espadim do tipo *Par do Reino*, que completava a indumentária de gala, portado pelo Visconde e que pode ser observado na fotografia, é preservado por seus descendentes, representando na passagem linear do tempo “pedaços do passado que

<sup>173</sup> Referências a partir da oralidade da família, donde consta, também, que o Visconde de Souza Soares tenha sido sepultado com o mesmo traje. Informações prestadas, através de conversa informal, por José António Souza Soares.

se reapresentam no presente” (Rossi, 2010, p.130). O objeto foi confeccionado com madrepérola e metais com banho de ouro, contento bainha em couro preto bordado a ouro<sup>174</sup> (Figura 53).

Figura 53 – Espadim *Par do Reino* usado pelo Visconde de Souza Soares no baile real. Em detalhe, à esquerda. Completo com bainha e caixa, à direita.



Fonte: Acervo de Sara Souza Soares. Fotografias de José António Souza Soares.

Tão logo conquistada a vida social da cultura de salão, os novos ricos tinham mais um desafio – manter-se nela. O estatuto de uma posição hierárquica compreendia a padrões definidos de condutas, como se existisse um código de posturas, em que a forma de gastar dinheiro servia a propósitos de representação.

Expõe-se assim o entrelaçamento peculiar que nos permite entender a conduta econômica dos grandes senhores. Para a manutenção da sua existência social, o comerciante precisa regular suas despesas de acordo

<sup>174</sup> “*Historial: Descrição de um espadim em caixa: Trata-se de um espadim do tipo Par do Reino, de muito boa qualidade, dos finais do reinado de D. Luís I. Está em estado impecável, com bainha em couro preto, belíssimas guardas bem cinzeladas ao gosto português, c/punhos em madrepérola. Todos os metais ainda têm o dourado primitivo. O espadim ainda tem o talabarte um pouco furado pela traça. A lâmina de secção ovalada, está bem gravada a ácido com motivos florais e troféus. Não está marcada pelo fabricante, o que é vulgar. Está guardado numa caixa de transporte, de qualidade normal. Peça interessante pela qualidade e estado de conservação. Valor atribuído para partilhas: 40.000\$00. Porto, 29-05-95.*” Avaliação feita a pedido de Maria Assunção Andrade Souza Soares, neta do Visconde de Souza Soares, para fins de partilha por herança.

com suas receitas. O grande senhor do Ancien Régime precisa regular suas despesas de acordo com as exigências da sua posição (Elias, 2001, p. 83).

O apelo à demonstração diferenciadora de autoafirmação social abrangia modos comportamentais que incluíam o vestir-se de acordo com a posição social ocupada, fazendo de si mesmos, como que estandartes representativos da própria condição.

A composição diferenciada do aspecto exterior como instrumento da diferenciação social, a representação do nível hierárquico pela forma, tudo isso caracteriza não só as casas, mas também a organização da vida da corte como a configuração visual de tudo o que faz parte de sua esfera de atuação, incluindo seus próprios movimentos, testemunha e expressa a situação social em que eles se encontravam (Elias, 2001, p. 82).

Uma exposição pública dada a contemplação alheia, que intimidava os socialmente mais fracos, e aproximava os de igual representação. A posição elitista impunha essas disputas sociais onde tudo era usado a favor da manutenção da imagem – desde investir em casas apalaçadas a trajar sofisticadamente. Os indivíduos faziam de si próprios os repositórios dos símbolos dessas expressões.

No século XIX, no guarda-roupa masculino, ganharam espaço símbolos de pertencimento à aristocracia e alta burguesia na forma de casacas, cartolas, bengalas, relógios de bolso e roupas pretas, elementos que se misturam ao vestuário de industriais, homens de letras e capitalistas – roupas que seriam adequadas aos homens civilizados. Deixar-se retratar usando esses símbolos significava bem mais do que se tornar apenas um cidadão, significava pertencer à elite e deixar isso claro (Monteleone, 2016, p. 324).

Para o Visconde de Souza Soares não faltaram esses elementos. No ano de 1907 posou para o renomado fotógrafo Emílio Biel<sup>175</sup>, portando roupas escuras

---

<sup>175</sup> “Emílio Biel nasceu na Alemanha em 1838 e veio para o Porto em 1860, como representante de uma firma de Lisboa. Em 1864 estabeleceu-se por conta própria como negociante, fundando uma fábrica de botões. Para além desta actividade estabeleceu-se como representante de diversas empresas alemãs. Integrou várias associações de comerciantes da cidade, tais como a Associação Comercial e o Centro Comercial do Porto. Em 1880 casou com Edith Katzenstein, filha do cônsul do Império Alemão no Porto. Este casamento, a par do seu sucesso nos vários negócios, deu-lhe uma certa notoriedade, sendo reconhecido pela sociedade do seu tempo. Manteve relações com várias personalidades ligadas à cultura e à arte (os pintores Silva Porto, Marques de Oliveira, Henrique Pousão, entre outros). Foi proprietário de dois ateliers fotográficos, a Antiga Casa Fritz, na Rua do Almada, nº 122, adquirida em 1874, e que veio dar origem à E. Biel & Cª, na Rua Formosa, nº 342. Devido às estreitas relações que mantinha com o rei D. Fernando, tornou-se Fotógrafo da Casa Real

denotando sobriedade, colarinho branco, lenço bem apetrechado, luvas de pelica, bengala e chapéu-coco. E para autenticar o retrato e dar-lhe significativo valor: a assinatura empenhando a condição de nobreza – “V. de Souza Soares” (Figura 54).

Figura 54 – Visconde de Souza Soares



Fonte: Acervo de José António Souza Soares.

Nessa performance exibicionista, o capitalista industrial José Álvares de Souza Soares, expressava um estatuto de riqueza, donde demonstrava o orgulho por seu empreendimento no Brasil, num objeto de simbologia explícita – um alfinete de gravata, em ouro puro, desenhado à imagem da logomarca da Sociedade Medicinal Souza Soares, com dois brilhantes incrustados e lavrado com as insígnias de sua indústria, destacando a cidade e o país de sua fundação: “Pelotas”; “Brazil” (Figura 55).

---

[...].” Texto extraído da página virtual do Arquivo Municipal do Porto. Disponível em: <https://gisaweb.cm-porto.pt/creators/13/>. Acessado em: 02/02/2024.

Figura 55 – Alfinete de gravata do Visconde de Souza Soares. Inteiro, à esquerda. Logomarca da empresa acima, à direita. Detalhe do alfinete, embaixo à direita



Fontes: Acervo de José António à esquerda e embaixo, à direita. Fotografia da autora. Ampliação extraída do *Almanach da Família*, acima à direita. Acervo de Leonor Souza Soares.

**Nota:** Ampliações feitas pela autora a fim de demonstrar comparações, através do programa *Power Point*.

A essas manifestações de cunho cultural e social, vinculava-se o desejo de permanência da “vida de corte”, das vantagens de circundar a figura centralizadora do rei, e de viver do “ideal romântico” que era reproduzido sobre a monarquia, estigmatizando figuras cavaleirescas medievais e vidas campestres bucólicas, sem tanger a realidade eminente de uma sociedade em transformação (Elias, 2001).

### 6.3. As casas do Visconde de Souza Soares: residências para a família; simbolismos para a sociedade

#### 6.3.1 A casa de Santa Catarina

A intenção dos sujeitos sociais de se fazer representar pelas casas de moradia foi apontada por Norbert Elias (2001) como sendo um dos principais artifícios de representação desde o regime antigo. A casa de moradia efetivava muitas das condicionantes sociais – somente os nobres poderiam exibir uma casa suntuosa, “os indivíduos das camadas profissionais” ficavam à margem da sociedade, e suas casas não tinham “caráter representativo”, e mais do que isso, “não tinham importância, assim como seus habitantes”. Cada cidadão deveria saber o seu lugar na sociedade, e sua casa deveria ficar “dentro dos limites tradicionais impostos pela hierarquia social”. Através da casa se verificava a que “nível social” pertencia seu morador. (Elias, 2001, p. 76;78)

Com o declínio da monarquia, o posicionamento dos novos ricos emergentes começava, então, a ter ênfase suficiente para romper as barreiras das velhas condicionantes sociais, e a arquitetura exibicionista passou a ser usada, também, por capitalistas do mundo do comércio e da indústria – as casas continuavam a servir de demarcação de limites entre as camadas sociais.

Desse modo, as *casas de brasileiro*, a partir da cidade do Porto, protagonizaram um cenário que marcou as paisagens de regiões como: Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Alta e Beira Litoral.

Actores de relevo na história da arquitetura portuguesa, estes homens [os brasileiros] tiveram um papel activo nas transformações de um Portugal que se pretendia desenvolvido e moderno. No seu regresso, as notáveis casas que edificaram contribuíram para o enriquecimento e revitalização do património arquitetónico português, deixando marcas indeléveis na paisagem natural e construída. Edificadas num período em que predominava certos gostos pelos estilos passados e um vincado academismo, as casas de brasileiro representam, frequentemente, objectos arquitetonicamente muito interessantes, sendo alguns deles concebidos por arquitectos de renome. (Loureiro *et al*, 2017, p. 05, grifo próprio).

Os *brasileiros de torna-viagem*, iam assim, conquistando espaços sociais, e tomando os lugares antes ocupados pela nobreza, não somente em sentido abstrato, mas literal.

[...] as construções residenciais dos nobres em decadência também não escaparam a esta fúria aquisitiva, revelando, metaforicamente, que a burguesia liberal dos negócios, em que os "brasileiros" se incluíam, empenhou os seus capitais para segurar as traves decadentes dos grupos sociais até aí dominantes, procurando manter o edifício erguido, aqui e ali pintado ou decorado de novo, mas mantendo a estrutura de base, num processo de substituição de protagonistas (Alves, 1993, p. 368).

As afirmações do autor bem podem encaixar-se na trajetória de José Alvares. Ao retornar a Portugal o sujeito radicou-se na cidade do Porto, onde primeiramente residiu em uma casa situada na atual Avenida do Brasil, junto à Foz do Douro, na qual teria permanecido por cerca de um ano. Sabe-se que ele teria almejado uma casa mais suntuosa que ficava na Avenida da Boa Vista – um palacete eclético guarnecido de escadaria externa em formato de “U” e com grande jardim frontal, entretanto, acabou por preferir a localização da casa na rua de Santa Catarina, em função do vasto terreno, propício a elaboração de seu jardim botânico, e por ser um local de maior afluxo comercial, considerando que esta edificação, também, se tratava de um palacete de feições ecléticas de absoluto requinte. (Informação verbal)<sup>176</sup>

Segundo Carmen Reis (2014), José Alvares teria se agradado da casa, cuja construção estaria sendo finalizada e quis comprá-la no ano de 1895, quando visitava a cidade, porém, ela não estaria à venda. O palacete seria o presente de um abastado médico para sua filha que iria casar-se dentro de pouco tempo. Ocorre que não houve o tal casamento e, no ano de 1901, José Alvares pôde adquirir o imóvel (Figura 56).

---

<sup>176</sup> Referências a partir da oralidade da família. Informações prestadas, através de conversa informal, por José António Souza Soares.

Figura 56 – Casa de Santa Catarina. Perspectiva mostrando a frente do edifício.



Fonte: (Reis, 2014, p. 157)

José Alvares possuía um laboratório para suas experiências no corpo da casa, e também havia estabelecido uma farmácia para a venda dos produtos, que ficava na mesma rua de Santa Catarina sob o número 141, de denominação “*Sociedade Medicinal Souza Soares*”.

O terreno onde se insere a casa de Santa Catarina ocupava quase todo o quarteirão. Foi nesse amplo espaço que plantou os espécimes de que necessitava para as manipulações homeopáticas. A extensa área permitia, inclusive, ser percorrida de carro. Depois da morte de José Alvares, a sua viúva mudou-se com os filhos para Vila Meã e o terreno foi desmembrado em lotes que iam sendo vendidos, conforme a necessidade da família (Informação oral)<sup>177</sup> (Figura 57).

---

<sup>177</sup> Referências a partir da oralidade da família. Informações prestadas, através de conversa informal, por José Antônio Souza Soares.

Figura 57 – Casa de Santa Catarina. Aspecto do jardim, à esquerda. Demarcação do terreno, à direita



Fonte: (Peixoto, 2013, p. 151; 148).

Nas exigências da vida social em representação, as casas de moradia deveriam mostrar distinção pela imponência de seus volumes e pelos requintes interiores.

A corte assistiu ao implemento da construção de imóveis urbanos e ao crescimento do fluxo de importação de bens de consumo, em especial de mercadorias caras e ostentatórias. Itens como cavalos de raça, joias e instrumentos musicais, sofisticados tecidos, acessórios de vestuário, e papéis de parede para a decoração das casas se fizeram corriqueiros. O salão e seus bailes tornaram-se o espaço privilegiado de sociabilidade, com regras de bom gosto segundo o estilo francês, às quais aderiam aqueles em busca de ascensão social (Pessoa; Santos, 2019, p. 104).

A casa de Santa Catarina era equipada com peças de alto valor. Estatuetas e outras obras de arte faziam parte da decoração, cuja arquitetura respeitava os princípios da opulência. Logo à entrada, a volumetria interna exibia escadaria dupla em pedra mármore e gradis em ferro fundido. As paredes eram adornadas com elementos fitomorfos estucados e com pintura decorativa (Figura 58).

Figura 58 – Casa de Santa Catarina. Aspectos interiores. Escadaria, à esquerda. Estatueta à direita.



Fonte: (Peixoto, 2013, p. 152; 155).

**Nota:** Ampliação de detalhe, feita pela autora.

A sociedade portuense oitocentista vivia de uma modelação social, onde as famílias emergentes mostravam seu potencial econômico nas grandes recepções, em que abriam seus salões particulares para bailes e jantares que oportunizavam exibir as pratarias e serviços em faiança e porcelanas. Para além disso, o comportamento das elites, incluía a hora do chá, num encontro de ociosidades em visitas alternadas pelas casas da nova sociedade rica. Nesse sentido, o autor Gonçalo de Vasconcelos e Souza (*In Santos et al*, 2017) diz que nas casas das elites os objetos de prata tanto serviam como utilitários em festas ou mesmo no uso diário, como se prestavam aos programas ornamentais com função decorativa, uma vez expostos. Essas práticas influenciaram o cenário comercial da cidade do Porto, na segunda metade do século XIX, na qual proliferaram grande sorte de ourivesarias.

A tradição argêntea portuense remonta à Idade Média (CRUZ, 1984, 24-30), revelando uma produção contínua até o século XXI. Na centúria de Setecentos, uma igreja em plena efervescência de remodelações arquitetônicas e ornamentais, nomeadamente das alfaias, possibilitou a execução de peças de acordo com gramáticas decorativas em que sucederam o Barroco, o Rococó e o Neoclássico. O mesmo decorreu com as elites civis, numa centúria plena de valores de representação, em que a “Prata da Casa” emergia como um dos conceitos relevantes, constituindo os objectos argênteos um dos veículos primordiais de expressão de estatuto social (Souza *In Santos et al*, 2017, p. 472).

Nessa oportunidade de atestação de riqueza, ou mesmo de ostentação, a família Souza Soares exibia prataria com o monograma “SS”, conferindo requinte tanto para servir em suas recepções, como para adornar a casa. O que ainda seria engrandecido, a partir do ano de 1907, quando o Visconde de Souza Soares passou a usar a representação da coroa do viscondado encimando seu Brasão de Armas e seu monograma. A iconografia aparece lavrada nos serviços de prata da casa<sup>178</sup> (Figura 59).

Figura 59 – Prataria que pertenceu ao Visconde de Souza Soares. Bule com monograma “SS”, à esquerda. Centro de mesa com monograma “SS” e a coroa, acima, à direita. Em detalhe, embaixo, à direita



Fontes: Acervo de Francisco José Souza Soares, à esquerda. Acervo de José António à direita. Fotografias da autora.

**Nota:** Ampliações da autora, e intervenção gráfica de Eduardo Leal, através do programa *Paint.net.*, para melhor visualização de detalhes.

<sup>178</sup> O centro de mesa de prata com monograma e coroa, passou a adornar a mesa da sala de jantar da casa de Santa Cruz, e era enfeitado com flores em dias especiais, como os de aniversários de algum membro da família. Essa prática perdeu até a terceira geração depois do Visconde. Informação prestada, a partir de conversa informal, por José Antônio Souza Soares.

### 6.3.2 A casa de Santa Cruz

Muitos foram os concelhos e vilas do norte português que contaram com as edificações ecléticas de porte imponente erguidas por *brasileiros*. O autor Artur Coimbra diz que, para esses sujeitos, as casas foram o “verdadeiro estandarte da ostentação e uma representação simbólica deles mesmos” (Coimbra, 1997, s/n).

A casa de Santa Cruz, foi erguida em Vila Meã no ano de 1907. Carmen Reis (2014) diz que a propriedade foi assim denominada em alusão ao antigo concelho de Santa Cruz do Ribã Tâmega, cuja sede era Vila Meã. O edifício era imponente, e foi projetado pelo renomado arquiteto português José Marques da Silva, e ainda hoje sobressai na paisagem pelas generosas dimensões, e por estar situado em terreno elevado. “A escolha do local, a volumetria, a qualidade da construção, os materiais utilizados e a envolvente dos seus jardins são ainda atributos de relevo nessas construções.” (Loureiro, *et al*, 2017, p. 05), (Figura 60).

Figura 60 – Casa de Santa Cruz. Perspectiva mostrando a fachada principal do edifício



Fonte: Acervo de Manuel Souza Soares.

A escolha do lugar também confere outra característica – de afirmações identitárias de pertença às origens – uma prática comum aos *brasileiros de torna-viagem*, que procuravam modernizar e embelezar suas localidades natais paradas no tempo, aumentando assim, o seu prestígio social. Cabe lembrar que foi nesta pequena aldeia que o futuro Visconde passou parte da sua infância e adolescência – na casa da Botica, e que foi na casa do Marmoiral que conheceu a prima Maria de Assumpção.

Esses artifícios de representação vão dar conta de expressar as (re)afirmações sociais comuns aos *brasileiros*, dando unidade aos pares ao mesmo tempo em que concorrem para a criação dos mitos dominantes. Os *brasileiros* iam cumprindo todas as prerrogativas de atestação de sua presença destacada.

O papel do remigrado do Brasil na constituição da sociedade portuguesa foi capital no norte do país. Personagem viva que assomava e ascendia sobre o decair rápido das classes predominantes do velho regime. Aburguesaram, fortemente o meio e regaram de libras a cidade e o campo, bairros inteiros edificaram no Porto, cidade sua predileta. Eram seus o palacete urbano enfeitado com brasão da fidalguia de fresca data que os ufanava e o casarão vermelho erguido no pomar da quinta bem granjeada. A igreja, a escola, o asilo, o hospício, o hospital, outros tantos marcos da sua benemerência dadivosa (Jorge, 1930 *In* Alves, 1993, p. 294).

De posse da licença para usar a imagem de seu Brasão de Armas “*em todos os logares de honra em que os outros Nobres e antigos Fidalgos costumam trazer as suas*”<sup>179</sup>, a casa de Santa Cruz foi ornada com seu monograma encimado pela coroa do viscondado, trabalhado em ferro fundido, servindo para adornar o portão de acesso à propriedade e compondo a harmonia dos gradis exteriores. Também o Brasão de Armas do Visconde de Souza Soares, foi esculpido em pedra e incrustado em um dos vértices principais da caixa mural da edificação (Figura 61).

---

<sup>179</sup> Trecho da carta de nomeação do Visconde de Souza Soares como Fidalgo Cavaleiro da Casa Real. *In* SOUZA-SOARES, José Delfim Brochado de. “*Apontamentos genealógicos das famílias Couto Alão, Souza-Soares e Sam Payo de Queirós*”. Braga: Livraria Cruz, 1974.

Figura 61 – Casa de Santa Cruz. Detalhe do gradil em ferro fundido com o monograma “SS” e a coroa, à esquerda. Detalhe do brasão esculpido em pedra e incrustado no frontispício principal da edificação, à direita



Fonte: Acervo e fotografias de José António Souza Soares.

**Nota:** Ampliações feitas pela autora para facilitar a visualização dos detalhes.

As representações cruzadas que partem da própria trajetória do sujeito, fazem a ligação entre Brasil e Portugal – entre Pelotas e Vila Meã. À exemplo disso, conforme já mencionado, estão as identificações propositadas das capelas, com imagens que se repetem no Parque Pelotense e na Casa de Santa Cruz – os dois retábulos em madeira nobre de mesmo estilo artístico, comportavam a imagem de Cristo Crucificado ao centro, ladeada pelas imagens de São Bento à esquerda e Santa Luzia à direita (Figura 62).

Figura 62 – Casa de Santa Cruz. Aspectos interiores da capela de São Bento. Altar com as imagens de São Bento e Santa Luzia, quando a capela estava em funcionamento, à esquerda. Altar despido das imagens, na fase do abandono, à direita



Fonte: Acervo de José António Souza Soares.

Assim como a capela de Santa Luzia no Parque Pelotense, a capela de São Bento na Casa de Santa Cruz, continuou a ser usada em batizados e casamentos dos descendentes do Visconde e da Viscondessa de Souza Soares por, pelo menos, duas gerações seguintes.

A casa de Santa Cruz seria, ainda, o cenário da morte do Visconde Souza Soares, que faleceu aos 65 anos, no dia 7 de junho de 1911.

[...] depois de uma vida de muitas lutas e muitas realizações. Sua morte foi noticiada com grande destaque em diversos jornais de Portugal e do Brasil. Deixou dez filhos menores do segundo casamento e seis filhos do primeiro casamento: quatro em Portugal e dois no Brasil. Sua filha Luzia Ramos de Souza Soares havia falecido no ano anterior (Reis, 2014, p. 163).

Por conta desse evento, os membros da *Sociedade Medicinal Souza Soares Limitada* reuniram-se em assembleia extraordinária, demonstrando o texto da própria ata demonstra a consternação de todos:

*“Ata da Assembleia extraordinária da Sociedade Medicinal Souza Soares Limitada – Aos dezesseis do mês de Junho de mil novecentos e onze nesta cidade do Porto, escriptorio geral da mesma sociedade á rua de Santa Catharina mil quatro centos e noventa e nove, reuniu extraordinariamente a assemblea geral da mesma sociedade e achando-se presentes os senhores – Viscondessa de Souza Soares/ Dona Maria d’Assumpção Brochado de Souza Soares, Dona Elvira Ramos de Souza Soares Brochado, representada por o Senhor Doutor Torquato Ernesto Leite Brochado, Eduardo Alvares de Souza Soares, far-se-a como representante de Leopoldo Alvares de Souza Soares e Miguel Alvares de Souza Soares, José Alvares de Souza Soares Junior, Dona Joana Ramos de Souza Soares da Mota [...] o senhor presidente disse que tinha ordenado a reunião desta assemblea extraordinaria porque um facto triste e lamentavel veio dar o luto e encher de dor esta sociedade, tratava-se da morte do nosso Director Presidente Geral o Senhor Visconde de Souza Soares prestimoso chefe desta casa e fundador tanto nesta cidade como no Brasil, de duas grandes casas commerciaes que hoje fazem parte da sociedade, esta inesperada perda é sem duvidas insubstituivel, pois que difficilmente se encontrara o caracter igual ao do senhor Visconde de Souza Soares, e com as faculdades preciosas para dirigir os negocios da sociedade, porem já que a morte nos roubou para sempre o nosso querido e adorado chefe, deixando-nos para sempre a saudade e a dor, proponho que nesta acta fique marcado o nosso profundo sentimento, por tam grande perda.”<sup>180</sup>*

A princípio a casa de Santa Cruz serviria para os veraneios da família, depois da morte do Visconde a família passou a residir permanentemente na casa, o que a tornou popularmente conhecida como “a casa da Viscondessa”. A família ficou então composta pela Viscondessa de Souza Soares e os filhos, com as respectivas datas de nascimento: Afonso (1897); Bento (1899); Maria José (1900); Maria Augusta (1902); Torquato (1903); José Delfim (1904); Maria de Assunção (1905); Maria Antonia (1907); Alexandre Maria (1908); Manuel Maria (1910). (Figura 63).

---

<sup>180</sup> Trecho do texto registrado no livro de atas da Sociedade Medicinal Souza Soares Limitada, da assembleia extraordinária convocada para registrar a morte de seu gerente e presidente geral – o Visconde de Souza Soares. A reunião contou com a presença da Viscondessa de Souza Soares. Acervo de José António Souza Soares.

Figura 63 – Viscondessa de Souza Soares e seus filhos



Fonte: (Reis, 2014, p. 167).

A Viscondessa de Souza Soares viria a falecer no dia 5 de fevereiro de 1956, aos 82 anos de idade, na casa de Santa Cruz, melhor dizendo, na já conhecida casa da Viscondessa.

## 6.4 Imagens no presente à luz das memórias

### 6.4.1 Um poderio que chega ao fim

Foram muitas as razões para que os empreendimentos de José Alvares de Souza Soares tivessem sido desfeitos. As empresas dividiram-se. Em 1910 foi criada uma sociedade com sede em Portugal e sucursal no Brasil. Seguiu a empresa brasileira com sede no Parque Pelotense. Após a morte do fundador, seus filhos Leopoldo e Miguel, que estavam à frente da fábrica e da Sociedade do Brasil, criaram nova razão social “*Souza Soares & Irmão*”, em data não determinada, que teria estado

em funcionamento até, pelo menos, metade do século XX, mantendo inclusive, as atividades da Escola Príncipe do Grão Pará no Parque Pelotense – que passou a se chamar Parque Souza Soares, também em data indeterminada. De acordo com Carmen Reis (2014), a morte de José Alvares teria sido determinante para o futuro de seus descendentes e de seus negócios. A formação de duas famílias, com herdeiros do primeiro casamento e do segundo, dificultaria os acordos – alguns deles feitos de modo informal. José Alvares havia passado grande parte do seu patrimônio para a “*Sociedade Medicinal Souza Soares*”, e deixado sua segunda esposa, Maria de Assumpção, como sua herdeira universal. Ocorre que, por ocasião do falecimento de Joana, sua primeira esposa, metade dos bens deveriam ter sido passados nominalmente aos filhos deste matrimônio, mas não se procedeu assim. A fábrica no Brasil continuava em funcionamento, e Leopoldo e Miguel teriam enviado remessas de dinheiro para a madrastra Viscondessa e seus meios-irmãos e irmãos que estavam radicados em Portugal. Para agravar a situação, pouco tempo depois do falecimento do Visconde estourou a Primeira Grande Guerra provocando dificuldades de toda ordem. E pouco antes de deflagrada a Segunda Grande Guerra, deu-se o falecimento de Leopoldo, em 1936, que teria deixado a firma em situação deficitária. Além da sobrecarga de Miguel, o conflito mundial prejudicou o envio de produtos indispensáveis à indústria farmacêutica, como por exemplo, recipientes de vidros de remédios que eram importados da Europa ou Estados Unidos. Outra forte agravante foi a queda vertiginosa na venda dos medicamentos homeopáticos em função da descoberta da penicilina, por Alexander Fleming. Os antibióticos passaram a ser prescritos pois tinham efeito mais rápido e mais seguro do que as homeopantias (Reis, 2014).

Enfim, as duas famílias passaram por dificuldades econômicas, o patrimônio financeiro de ambas decaiu, contudo, mantiveram-se os status aqui e lá, pois o nome honroso do Visconde de Souza Soares dava respaldo, no sentido de dignidade, tanto aos filhos Leopoldo e Miguel, que continuaram a ser muito considerados pela sociedade pelotense de seu tempo, como à viúva Viscondessa de Souza Soares, em Portugal.

Embora fique um legado de bom nome quando lembrado, o Visconde de Souza Soares é uma personagem do passado, que precisa ser evocada na disputa de

lugares de memória em tempos de transformações sociais dadas de forma acelerada e de sobreposições de informações (Candau, 2010).

É possível atribuir o mesmo significado para “história e memória”, “memória histórica” e “memória coletiva” (Junco *Apud* Carretero, 2010). Considerando que as identidades são atestadas pelos outros, por vezes, estas irão depender da coletividade. E, olhando para o passado a partir do presente, surgem questionamentos de como se dá, em Pelotas, o (re)conhecimento da figura histórica do Visconde de Souza Soares, tendo em vista que aquele que poderia ser o maior testemunho visível de seu legado – o Parque Pelotense – não foi preservado.

Paul Ricouer (2007) fala do pensamento de Platão a respeito da ausência, onde a representação seria uma forma de fazer presente o que está ausente. Portanto toda a memória se valeria da representação. Sendo assim, aparecem atualmente como forma de cultuar a presença do Visconde de Souza Soares nas sociedades para com as quais contribuiu e se fez representar, um coletivo de lembranças que, quando evocadas fazem presença do que já passou ainda que, por vezes, com fracos rastros de memória. A outra vertente da mesma ideia de representação, é aquela que não trata da ausência, e sim da presença. Tudo que materialmente existe, está presente. Portanto as pessoas que, em determinada sociedade, interagem de forma direta ou indireta, estão presentes. E quando a presença é merecedora de destaque, ela se torna representação (Chartier, 1991).

De Parque Pelotense a Parque Souza Soares; de Casa de Santa Cruz a Casa da Viscondessa – nem sempre a maneira como nascem os objetos de representação, será a mesma de como entrarão para a história. O que começa com um significado, frequentemente, é perpetuado nas memórias com outra conotação. Costuma-se significar e ressignificar aquilo de que se lembra, sendo a memória permeável à imaginação, que por sua vez, produz e reproduz muitos signos conforme as vivências que se tem.

A respeito das projeções feitas a partir daquilo que é lembrado e/ou imaginado, o autor Paolo Rossi (2010, p. 16) referencia que, para Aristóteles, “a memória seria uma coleção ou seleção de imagens com acréscimo de uma referência temporal”. As imagens que ficam gravadas na consciência, algumas registradas até mesmo no inconsciente acusado por Freud, quando passam a ser memória são acrescidas de

imaginação. O poder do imaginário recobre de tal forma os acontecimentos passados, que estes se tornam símbolos capazes de potencializar, ou mesmo, alterar lembranças reais, ressignificando-as conforme as demandas emocionais. Entretanto, as referências de espaço/tempo, por vezes refreiam a imaginação, especialmente em se tratando de acontecimentos datados e registrados, que se ancoram à realidade. A questão da imagem e da imaginação, vem sendo discutida desde Sartre, e abre espaço para se considerar o seu lugar nas memórias. Pode se pensar na “*imagem-quadro*” como uma componente da imaginação que habitaria a memória, apontando para o pensamento platônico da “*presença do ausente*” (Ricoeur, 2007, p. 26).

Nesse viés, os exemplares arquitetônicos produzidos em tempos passados, quando preservados, dão testemunho de si. Tornam-se os lugares de memória de Pierre Nora (2008), podendo até mesmo, servir de referência temporal. Mas quando estes não resistem às ações do tempo, ou mesmo à falta de interesse na sua preservação, podem deixar lacunares os espaços físicos e os espaços de memória.

#### **6.4.2 O patrimônio edificado em Portugal**

A casa de Santa Catarina encontra-se preservada. Ainda que o vasto terreno que serviu para o jardim botânico tenha sido desmembrado. O casarão conta com área ajardinada que permaneceu anexa à propriedade. O edifício sofreu adaptações, não permanentes, para se adequar ao serviço hospitalar. A sociedade formada por herdeiros de terceira e quarta geração do Visconde de Souza Soares é a proprietária e responsável pela administração do imóvel que está arrendado à “*Casa de Saúde Santa de Catarina*”. Configurando, na preservação das edificações e no seu reuso, o respeito ao valor histórico do bem (Fonseca, 2005), (Figura 64).

Figura 64 – Casa de Saúde de Santa Catarina. Perspectiva mostrando a fachada principal do edifício



Fonte: (Peixoto, 2013, p. 148)

Já a Casa da Viscondessa, teve um apogeu antagônico. Desocupada desde a morte de Maria Antonia, filha do casal Souza Soares, ocorrida em 1999, a casa que vinha sendo mantida por ela com muita dificuldade, necessitava de reparos cada vez mais frequentes. O edifício que havia sido projetado e decorado com os maiores requintes e modernidade – que presenciou festas memoráveis até à entrada do século XX, como a recepção oferecida quando da inauguração da luz elétrica em Vila Meã, em março de 1925, noticiada nos jornais da região, e que contou com autoridades políticas e eclesiais – se degradava cada vez mais com o passar do tempo e o abandono.<sup>181</sup>

O poema escrito em 1962 por José António, filho de José Delfim Brochado Souza-Soares, e neto do Visconde, nascido na casa em 1943 e tendo nela morado até os 13 anos de idade, traduz o sentimento de desolação que os familiares sentiam

<sup>181</sup> “[...] Do Largo da Feira, as entidades oficiais e outros ilustres convidados seguiram para o palacete da Viscondessa de Souza Soares onde foi servido um requintado Copo de Água, a cargo da portuense Confeitaria Cortez & Matias, do Bolhão. [...]”. Reportagem intitulada “Recordando a inauguração da luz eléctrica em Vila Meã”, na página virtual História-Vila Meã. Disponível em: <https://www.vilamea.com/historia/>. Acessado em: 19/03/2024.

ao ver a casa degradar-se, sem ter recursos para restaurá-la, ou mesmo para mantê-la.

*Paredes esburacadas,  
Tectos já sem cobertura,  
São como almas penadas  
Dando vida, à pedra dura.*

*Jardins outrora viçosos,  
Onde me guiaram os passos,  
Hoje já não são formosos  
Porque jazem em pedaços.*

*Erguei-vos á beira da estrada,  
Viveis como alma penada,  
Sem ter quem olhe por vós*

*Mas quem sois, oh casa amada?  
Sois no presente sombra passada  
Sois casa de meus avós.<sup>182</sup>*

Tamanha foi sua deterioração que a casa serviu de cenário para uma série da teledramaturgia portuguesa do gênero de aventura.<sup>183</sup> Com o passar do tempo e o abandono, a degradação só fez aumentar.

A outrora viçosa Casa de Santa Cruz, dava lugar à assombrada Casa da Viscondessa (Figuras 65 e 66).

---

<sup>182</sup> Poema escrito por José António Souza Soares em 1962.

<sup>183</sup> No dia 01 de janeiro de 2009 foi ao ar o episódio chamado “*Sete dias e sete noites*” da série “*Triângulo Jota*”, que envolvia as personagens em uma atmosfera de mistério. Foi gravado nos ambientes internos e externos da casa da Viscondessa, inclusive, com uso de mobílias originais e retratos da família nas paredes. Uma das personagens teria sido inspirada na figura de Afonso, filho mais velho do casal Souza Soares, que teria sido uma pessoa bastante destacada na sociedade vilameanense da época, com peculiar personalidade. Série “*Triângulo Jota*”. Episódio “*Sete dias e sete noites*”. Disponível em: <https://www.rtp.pt/programa/tv/p18832/e11>. Acessado em 07/08/2023.

Figura 65 – Casa de Santa Cruz. Aspecto interior da varanda



Fonte: Fotografia de André Ramalho. Disponível em: <https://www.abandonados.pt/casa-da-viscondessa/>. Acessado em 07/08/2023.

Figura 66 – Casa de Santa Cruz. Aspecto interior da sala de visitas



Fonte: Fotografia de André Ramalho. Disponível em: <https://www.abandonados.pt/casa-da-viscondessa/>. Acessado em 07/08/2023.

Atualmente a casa pertence, em parte por herança e também por compra aos restantes herdeiros, a Gonçalo Souza Soares, bisneto do Visconde, e encontra-se em obras de restauro, na tentativa de devolver ao imóvel toda a dignidade que faz jus à sua história. Evidenciando, desse modo, a necessidade de preservação do patrimônio como orgulho para a localidade, e na intenção de preservação do valor histórico da obra (Castriota, 2009).

A paisagem vilameanense testemunha passagens históricas, através da recuperação de um de seus mais imponentes edifícios (Figuras 67 e 68).

Figura 67 – Casa da Viscondessa. Em obras de restauro



Fonte: acervo de José António Souza Soares.

Figura 68 – Casa da Viscondessa. Em obras de restauro



Fonte: Acervo de José Antônio Souza Soares.

#### **6.4.3 O patrimônio edificado esquecido em Pelotas**

Apesar das análises a respeito das memórias e dos esquecimentos que envolvem a figura histórica de José Alvares de Souza Soares recaírem aqui, especialmente, sobre o Parque Pelotense por ter sido, este, seu maior bem edificado, cabe referenciar a atual situação do sobrado da rua Andrade Neves, que serviu de depósito central à sua empresa, e também de morada para ele e sua segunda esposa, e mais tarde para seu primogênito. Atualmente o edifício figura em uma zona de grande movimentação, e está convertido em um pequeno centro comercial. (Figura 69).

Figura 69 – Imagem atual do imóvel que outrora serviu de depósito central para o Estabelecimento Industrial-Pharmaceutico.



Fonte: Acervo e fotografia da autora.

Ainda que o edifício esteja preservado e protegido por leis municipais, e mesmo estando inserido em um dos principais pontos de comércio da cidade, sua história permanece nas sombras. E em meio a tantos apelos visuais, suas características arquitetônicas passam despercebidas. Os transeuntes não têm tempo nem interesse para tais apreciações, tampouco, conhecem o histórico do lugar, nem mesmo a quem teria pertencido.

Já o Parque Pelotense, onde nada foi preservado, guarda reminiscências em algumas memórias. A geração que o experienciou em franco funcionamento, já passou. E as gerações seguintes seguem rastros de memórias e cultuam em seus imaginários lugares e momentos que, por estarem no passado, podem ser mentalmente aperfeiçoados no presente. É comum querer voltar ao passado, por se pensar nele como um tempo melhor para se viver, como se a vida fosse mais tranquila, as pessoas mais educadas, enfim, uma realidade menos problemática e caótica do que a atual (Lowental, 1998).

A denominação pela qual é lembrado o empreendimento de José Alvares em Pelotas é a de Parque Souza Soares, conforme foi rebatizado após a sua morte, demonstrando, também, a força da figura de representação de seu criador. Entre memórias e realidade, o Parque Souza Soares é atestado, no presente, por fotografias do lugar, juntamente com notícias em periódicos da época, ou mesmo nas esparsas reportagens atuais que fazem referência ao passado. Algumas pessoas lembram de ter ouvido falar a respeito do Parque e do quão grandioso foi. Outras, chegam a ter recordações de infância que evocam imagens de um lugar bonito, um parque aprazível distante do centro. Essas reminiscências, como as referidas por Aristóteles e Tomás de Aquino, carregam lembranças buscadas nos acervos mentais de forma deliberada. “A reevocação não é algo passivo, mas a recuperação de um conhecimento ou sensação anteriormente experimentada” (Rossi, 2010, p. 16).

Aquilo que se experencia é mais fácil de lembrar, pois fica registrado em lugares mentais, ou mesmo na alma que comparada ao bloco de cera de Paul Ricouer (2007), seria moldada conforme as vivências. Entretanto, para evocar o passado, nem sempre a experiência precisa ser de ordem pessoal. Os atuais moradores de Pelotas não conheceram o Parque Pelotense, mas vivem na cidade onde foi concebido e participam de uma sociedade decorrente daquela que o contemplou. Considerando que as cidades atuais são fruto das cidades de outrora, quando estas não preservam sua história, que muito é transmitida através dos objetos arquitetônicos e dos arranjos urbanísticos – a exemplo das cidades que decorrem da estruturação medieval – é provocado um apagamento histórico (Pesavento, 2007). Histórias não contadas acabam por ser esquecidas.

O (re)conhecimento da trajetória do imigrante que viveu em Pelotas e chegou à nobreza em Portugal, está restrito a seus descendentes e a poucas pessoas ligadas à academia, ou à uma camada da população com maiores acessos aos meios culturais disponíveis na cidade, fazendo parecer que o cerco fechado das elites ao qual Souza Soares pertenceu, ainda perdura.

Para a grande maioria da população não ficaram referências que pudessem indicar a presença do Parque no atual bairro Fragata. A área que foi totalmente fracionada, já havia sido desapropriada pelo poder público em 29300,00 m<sup>2</sup>, no ano de 1895, para a construção de um trecho da estrada BR-116, que liga Jaguarão a

Porto Alegre.<sup>184</sup> No lugar do antigo Parque Pelotense construíram-se condomínios populares que guardam como referência apenas nomes que deveriam homenagear o passado, mas que nem sempre cumprem seus objetivos. Denominações como: bairro residencial *Alameda Souza Soares*, *Condomínio Parque Velho*, ou mesmo rua *Dr. José Alvares de Souza Soares Sobrinho*<sup>185</sup>, acabam por tornar-se banais e, no cotidiano de tempos acelerados, ninguém para pensar no significado de tais referências. O Visconde de Souza Soares também empresta seu nome para a “*Escola Estadual de Ensino Fundamental Visconde de Souza Soares*”, criada em 1939 e situada no bairro Fragata, mas que nada tem a ver com a instituição de ensino por ele criada e que funcionava no Parque.

As cidades, perpassadas pela trajetória de quem as usa e observa, vão projetando-se em camadas materiais e imateriais. O mesmo lugar, distante da área central, de campina infértil passou a ser o maior parque de recreação e cultura da América Latina em meados do século XIX. À entrada do século seguinte mantinha honrosa frequência agregada pelo valor religioso/cultural da sociedade da época, em torno da capela de Santa Luzia. Aos poucos foi sendo desagregado e caindo em desuso: fechada a escola Popular Príncipe do Grão Pará, encerradas as atividades da Fábrica do Peitoral de Cambará, e desocupada a capela de Santa Luzia. Atualmente, daquilo que tinha de original, restam alguns espécimes de árvores, parte de um alicerce, e um elemento cimentício reconhecido como parte da escada que levava à sacristia da capela. O imponente conjunto arquitetônico do Parque Pelotense, deu lugar a poucos escombros que, sequer, representam uma ruína. Num palimpsesto desordenado de memórias e paisagens a cidade de Pelotas contempla, da beleza ao caos, tudo aquilo que numa liberalidade histórica, deixa marcas mesmo quando não há preservação (Figuras 70 e 71).

---

<sup>184</sup> Informações obtidas através do registro da matrícula número 6167, do Livro número 2 do Registro de Imóveis da 2ª Zona de Pelotas. Acervo de Leonor Souza Soares.

<sup>185</sup> O conjunto de prédios de apartamentos chamado *Condomínio Parque Velho* foi construído nos terrenos onde outrora funcionava o Parque Pelotense. A rua *Dr. José Alvares de Souza Soares Sobrinho* compreende a rua de entrada para o Parque, a mesma por onde passaram os trilhos de bonde.

Figura 70 – Parte de um alicerce.



Fonte: Acervo e fotografia da autora.

Figura 71 – Parte da escada da sacristia da capela de Santa Luzia.



Fonte: Acervo da autora.

## Considerações finais

Na busca por melhores condições de vida, o ser humano desloca-se pelo globo através dos tempos, configurando um nomadismo, quase, intrínseco à condição de existir. Fatores de atração e expulsão impelem as partidas e traçam as rotas desses viajantes, onde o imaginário recobre as expectativas para se buscar um lugar de refúgio. O trabalho pretendeu um olhar sobre essa questão, com ênfase no segundo quartel do século XIX, a partir das movimentações entre Portugal e Brasil. Servindo aos interesses dos dois países, a grande onda imigratória que houve nesse período, mudou as realidades locais tanto das sociedades que sofreram com o êxodo de grande parte da sua população, quanto das sociedades receptoras do aumento demográfico. Além disso, houve o alcance global desses relacionamentos, promovendo intercâmbios de consequentes interfaces culturais.

Considerando a imigração como um fenômeno social, capaz de transformar realidades, foi possível perceber que os agentes dessas transformações dispuseram de suas vidas e promoveram novos contextos históricos. Ampliando o olhar para a coletividade, poderia se pensar nas mudanças sociais que provocaram, sendo estas de ordem política, econômica, etc.. Contudo, é sobre o indivíduo que recaem os impactos das mudanças. Como um catalisador de sentidos, ele arca com as resultantes de enriquecer ou empobrecer, viver longe da família, adoecer ou morrer distante da terra natal. Aqueles que ousaram, ao permear fronteiras, dilataram suas experiências levando consigo os saberes de suas origens e incorporando novos hábitos e ideias relacionados às sociedades de seu acolhimento.

As análises pormenorizadas deste trabalho, enfocaram a ocorrência dos *brasileiros de torna-viagem* – grupo social repleto de signos, que foi promotor dessas trocas culturais, e mais do que isso, de uma modelação de comportamento que deixou marcas visíveis de sua presença, como o casario do norte português que ainda o identifica.

Extraindo-se desse grupo, já socialmente distinto, um indivíduo que tenha potencial para destacar-se, enquanto a sua garantia de pertença ao mesmo grupo é dada pela similaridade com os demais, tem-se um sujeito excepcional/normal.

A investigação da trajetória de José Alvares de Souza Soares – o Visconde de Souza Soares, possibilitou identificá-lo como um sujeito excepcional/normal: um *brasileiro de torna-viagem* com singularidades atestadas, tanto na sociedade de sua adoção, quanto em sua própria comunidade natal quando regressado.

Sua chegada ao Brasil no ano de 1862 se deu pelo porto de Recife, localidade na qual residiu por dez anos. Foi neste lugar que, ao lado de seu irmão Antonio Pedro, criou e geriu os primeiros pontos comerciais. Os pequenos estabelecimentos constavam de quinquilharias, tecidos e joias, nada tinham a ver com a farmacologia. Foi somente depois de ter sido acometido de uma doença grave, que entrou em contato com a medicina homeopática. A partir daí, tornou-se um estudioso da nova ciência, religando-se às suas origens em direção aos mitos dominantes da casa paterna. Em dado momento, de data desconhecida, passou a usar o nome do pai que era médico em Portugal – *Dr. José Alvares de Souza Soares*. Sua vinda para a região sul do país propiciou-se em função do clima, mais próximo ao da Europa, afastando-o das temperaturas tropicais da região norte, associadas à sua enfermidade. De posse de conhecimentos sobre as práticas da homeopatia, também, seria oportuna sua inserção em lugares onde, esta, ainda fosse pouco divulgada tornando-se um fértil campo de atuação.

Adentrou a região sul pela cidade portuária de Rio Grande, em 1872. Apesar das poucas posses, tinha conhecimentos de manipulação de fórmulas homeopáticas e experiência no ramo dos negócios. Ali fez contato com um importante comerciante da região – Vicente da Silva Ramos, desposando a sua filha no ano seguinte. A pesquisa em fontes bibliográficas permitiu a formação de um arcabouço de ideias a esse respeito, que apontam para casamentos entre as herdeiras de famílias abastadas e imigrantes de origem fidalga, como sendo uma prática comum que servia a uma reciprocidade de benefícios. Dois anos mais tarde, o jovem casal radicou-se em Pelotas – cidade que iria testemunhar a ascensão social do sujeito.

O imigrante português apresentou para Pelotas muitos componentes sociais de forma inédita. Inaugurou a primeira farmácia homeopática da cidade, em 1874. Publicou e distribuiu, por conta própria, guias médicos de interesse e alcance comunitário. E foi na descoberta de uma fórmula capaz de minimizar significativamente os sintomas das infecções respiratórias, que José Alvares alavancou suas vendas e acabou por fazer fortuna. O xarope *Peitoral de Cambará*

surgiu no mercado, quando a sociedade oitocentista sofria com avanços de doenças contagiosas, entre elas, a tuberculose.

A sociedade da época rendeu-se à eficácia de um medicamento homeopático, vencendo os preconceitos e as incertezas que pudessem ainda existir para com a nova ciência. Afastar as desconfianças parecia ser de extrema relevância para fabricantes de medicamentos naturais, também, devido às falsificações e a concorrência. A investigação recorreu aos periódicos da época, nos quais se encontra grande número de reclames e notas enaltecendo as virtudes de produtos e de fabricantes. Os anúncios buscavam chamar atenção dos leitores não só em apelos visuais, mas no teor dos textos. Era recorrente o uso de testemunhos de médicos de notoriedade comprovada, e de pessoas de bom nome social que tivessem sido curadas com o uso dos preparados. Outrossim, alguns reclames mais ousados, davam conta de difamar os concorrentes.

Nessas disputas, as estratégias de venda do Peitoral de Cambará, também recorriam a testemunhos validados pela idoneidade dos depoentes, e mais do que isso, eram publicadas nos jornais de maior circulação, a lista de nomes dos depositários do xarope e suas respectivas cidades, donde é possível atestar que o produto era comercializado em diversas localidades da província. As propagandas eram reforçadas nas publicações dos guias médicos e dos almanaques.

Por essas evidências, conclui-se que apesar do intuito de José Alvares em abranger toda sociedade, incluindo as famílias de baixa renda, levando uma medicina caseira de fácil acesso através dos guias médicos distribuídos de forma gratuita, o universo dos consumidores dos produtos homeopáticos parecia ser formado por pessoas de certa cultura, alfabetizadas, interessadas pela leitura, e a quem os bons nomes sociais importavam – uma restrição elitista, talvez indesejada.

Tamanha foi a aceitação do Peitoral de Cambará que mereceu uma fábrica dedicada à sua produção. Oportunizou-se, assim, a criação do Parque Pelotense, fundado em 1883, que além do complexo fabril, oferecia à cidade um lugar de recreio e cultura, considerado o maior da América Latina em seu tempo. Foi lá que a família Souza Soares passou a residir, configurando mais um dos elementos identitários de seu criador – a expressão de uma *quinta portuguesa* onde pudessem morar.

Ao examinarem-se as consequências desses feitos, pode-se afirmar que o sujeito adentrou à primeira sociedade pelotense, com distinção elitista. Se para o grupo de charqueadores, relações de compadrio permitiam a formação de uma elite dentro das elites, para José Alvares foi possível ultrapassar essas configurações, que haviam estabelecidas, e subir o degrau mais elevado da projeção social e pessoal, na Pelotas de meados do século XIX. Em parte, tal projeção, teria sido conferida pelo seu próprio meio de atuação, não tendo sido ele um ruralista cuja produção dependesse de trabalho escravo. Não atuou no ramo das salgas das carnes, mas influenciou a sociedade posicionando-se como abolicionista e lidando com preparos e comercialização de produtos medicinais homeopáticos. Alguns possíveis atrativos eram capazes de diferenciar José Alvares, especialmente, o de ser visto como um cientista – apontando para aspectos de modernidade, e não como um charqueador. Prova disso, foi constatada na percepção de que o seu empreendimento, estabelecido em local distante da verve urbana, foi capaz de atrair as elites e descentralizar os lugares de socialização.

O Parque Pelotense fazia ascender a imagem de José Alvares que, por sua vez, ofertava à cidade possibilidades de elevação cultural e econômica. Num crescente de contributos sociais, o lugar contava com muitos artifícios de estruturação social, pautados na formação cultural, sempre sob o viés da saúde e da higiene. Eram privilegiados os passeios ao ar livre, as disputas esportivas, as apresentações teatrais e circenses, as festas temáticas, os concertos musicais, etc.

Além disso, a fundação da Escola Popular, em funcionamento dentro do Parque Pelotense, significava um avanço para a socialização, e pretendia atingir pequenas comunidades em torno deste. Através das análises da documentação primária, em especial, dos registros feitos por professores, diretores e fiscais no livro de atas da instituição, é possível perceber que essa visão democratizada da educação, teria um forte intuito de alcançar mudanças sociais, onde o trabalho infantil era recorrente diante de realidades empobrecidas e a qualificação cultural ficava restrita às crianças de famílias abastadas. Não obstante, as afirmações de estatutos de qualificação como: a idoneidade, a filantropia e a riqueza, ganharam relevo quando da visita das figuras imperiais ao Parque e à escola. E como toda atestação pública com vista à representação apoia-se em artifícios simbólicos – a pequena instituição passou a chamar-se *Escola Popular Príncipe do Grão Pará*.

No ano de 1894, José Alvares ficara viúvo e com sete filhos. Esse pode ser considerado um dos fatores que determinariam sua volta para Portugal, que acabou por acontecer uns anos mais tarde. Contudo, ele ainda continuava a investir no Parque Pelotense e tinha a intenção de erguer uma capela junto ao edifício de sua residência.

Em um momento pouco mais afastado da criação do Parque Pelotense, já à entrada do século XX, é inaugurada a capela de Santa Luzia. Para além das questões de expressões da fé católica, o espaço ganhou significado social. Mais uma vez, vê-se a força capaz de mobilizar um grande contingente de pessoas da zona central para a periferia. No ano de 1903, José Alvares já estava de volta a Portugal, e Pelotas contava com um templo católico, dedicado à São Francisco de Paula, padroeiro da cidade, e no qual atualmente encontra-se a cátedra do arcebispado. A pequena capela situada anexa ao conjunto edificado do Parque, promovia solenidades em dias santos e movimentava a comunidade pelotense com procissões nos dias 13 de dezembro de cada ano, dia de sua padroeira. Essas expressões de cunho devocional e cultural perduram até os dias de hoje, com missas nesta data, encomendadas pelos descendentes da família Souza Soares, evocando tradições.

Ao retornar a Portugal, depois de uma vivência de trinta e oito anos no Brasil, a maioria destes passados em Pelotas, vê-se o indivíduo abastecido, também, de uma riqueza imaterial – uma bagagem cultural impregnada dos saberes sulistas, de uma cidade que se fazia erudita, obedecia às modas parisienses e valorizava meios de aproximação com as artes. Entretanto, no equilíbrio das trocas culturais, é possível que as contribuições de José Alvares para Pelotas tenham sido ainda mais significativas do que aquelas por ele absorvidas. Além de gerar fontes de trabalho e proporcionar educação gratuita de qualidade, ao publicar guias e almanaques com soluções caseiras e medicamentos naturais de fácil administração, ele pretendeu alcançar a comunidade pelotense como um todo. Ademais, observa-se que o imigrante mesmo quando estabelecido, guarnecido de sua socialização e participe da primeira sociedade, não abandonou suas raízes culturais, pelo contrário, vê-se nas ações do sujeito a valorização de sua identidade lusa, presente em eventos promovidos por ele – festas à portuguesa com cantigas, comidas e trajes típicos, entre outros elementos, que na esfera das representações atingem status de símbolos identitários. A essa interação de vivências se deve uma identidade pluralizada, onde

duas culturas estão amalgamadas em um mesmo sujeito, e que ganharam intensidade pela razão de retornar.

Atestar um estatuto de riqueza era condição primária para que o regressado pudesse ser considerado como um *brasileiro* em Portugal. Antes do retorno definitivo, José Alvares voltou a Portugal uma primeira vez, em 1895. Lá ele reviu a família e conheceu sua futura esposa, Maria de Assumpção, em Vila Meã – localidade onde celebrariam o casamento no ano seguinte.

Ao tempo deste noivado o contato entre os dois foi estabelecido por meio de correspondências, estando ele no Brasil e ela em Portugal. As cartas que escreveram deixaram rastros de história donde se subtraem muitos elementos de afirmação pessoal. Através delas, observou-se que José Alvares, além de confessar seu amor, compunha pensamentos agregados que expressavam seu poderio econômico, prestígio social e caráter benemerente. Nesse sentido, as cartas constituíram-se em veículos de autopromoção. Um destes atestados aparece quando ele relata para sua noiva que, mesmo sem precisar, vai requisitar junto à Direção Geral de Higiene Pública do Estado a licença para atuar como médico homeopata, simplesmente para dar mais realce ao seu status. Também, as cartas serviram para que ele expusesse suas condições de riqueza, quando relata a compra de joias caras com que vai presentear-lá. Em outra carta, José Alvares conta para Maria de Assumpção que terá de socorrer a família de um parente em comum que se encontra muito adoentado. No texto ele diz ser muito feliz por ter riqueza que sobre para poder tratar dessas pessoas. Por essas expressões vê-se que, além da exibição de riqueza, é revelado outro ponto importante que aproximava os imigrantes lusos no Brasil – o assistencialismo, mesmo exercido de forma particular, e não, institucionalizada.

Após o período das correspondências, que durou cerca de um ano, ele viajou para Portugal para casar-se pela segunda vez.

Muitos foram os *brasileiros de torna-viagem* que saíram do Brasil levando consigo esposa e filhos brasileiros. Diferentemente destes, as atestações públicas de José Alvares começaram já no episódio das bodas, cujos ritos com todas as suas prerrogativas de afirmação social, se configuraram em um grande artifício simbólico de representação. A exposição pública – entre cortejo nupcial com ruas atapetadas, flores, banda musical, igreja ricamente adornada por mãos de artífices de renome, e

recepção impecável – serviu de atestação de riqueza e de prestígio. O evento foi noticiado na imprensa local e José Alvares despontou socialmente, na sua comunidade de origem, delineando seu retorno definitivo que ocorreria no ano de 1900.

Às vésperas de um novo século, José Alvares encerrava um ciclo importante na sua trajetória – deixava o Brasil para trás e se preparava para novos apelos de representação no seu país natal. Novamente, a pesquisa em fontes originais, dessa vez nos acervos de descendentes portugueses de José Alvares, possibilitou interpretações a respeito dessa inserção na sociedade lusa. Na busca pelas possíveis razões para a sua transferência para Portugal, surgiram hipóteses relacionadas a questões afetivas, financeiras e de posições sociais. Sabe-se que os deslocamentos correspondem a fatores de atração e repulsão. Dessa forma, as investigações observaram que, de um modo geral, os motivos que impulsionam as saídas encontram repercussão nos motivos que as atraem.

Aliando-se fontes bibliográficas à documentação primária foi possível traçar comparativos entre as duas sociedades no mesmo período. Portugal e Brasil viviam sob modelos administrativos diferentes, e este cenário não apenas atingia contingentes econômicos e políticos, como afetava as redes das hierarquias sociais. O sul do Brasil republicano ia formando elites com figuras de histórico militar, cuja participação em disputas territoriais ganhava cada vez mais espaço nas esferas públicas superiores. Por outro lado, a sociedade portuguesa ainda privilegiava a vida de corte, num significado de trocas de interesses onde novos ricos, a preço de contos de réis, adquiriam títulos nobiliárquicos. A prática, favorecia o sistema que estava decadente, enquanto regime político, mas vigente, enquanto meio de projeção social. Em outras palavras, se a posição elitista conquistada por José Alvares na cidade de Pelotas pudesse perder a força devido à implantação da República no Brasil, os espaços sociais, por ele almejados, seriam encontrados na sociedade da monarquia portuguesa.

Dessa forma, José Alvares posicionou-se destacadamente na sociedade portuense. Adquiriu um palacete suntuoso na rua de Santa Catarina onde criou, em um vasto terreno, o próprio jardim botânico. Estabeleceu uma filial de seu empreendimento no Brasil – a Sociedade Medicinal Souza Soares Limitada. Tornou-se um capitalista conhecido, fundou um jornal de orientação monárquica – O Porto.

Estabeleceu um comércio ativo entre os dois países através de seus próprios empreendimentos. Com essas atestações e pagando o devido valor cobrado pela coroa portuguesa, ele adentrou à nobreza em 1904. O título nobiliárquico que lhe coube foi o de Visconde de Souza Soares.

Diante das análises realizadas, confere-se que o Visconde e a Viscondessa de Souza Soares foram partícipes de uma cultura de salão, onde se mesclavam antigos e novos nobres – de nobreza herdada ou adquirida – confirmando a ascensão de financistas na vida feita em torno do rei, em fins do regime monárquico.

O sujeito de recente nobreza, atuou na articulação de componentes de distinção social, dessa vez, associados ao caráter benemerente que todo *brasileiro* deveria ter. No ano de 1905 ergueu na pequena Vila Meã, um bairro para pobres e inválidos. Fez da localidade de onde um dia partira para o Brasil, a testemunha de suas conquistas no regresso, concorrendo para a construção de novos mitos dominantes.

Como um sujeito atestador de seu status, naquele momento elevado à condição de nobreza titulada, José Alvares – o Visconde de Souza Soares – continuou a produzir elementos de promoção social. No ano de 1907 fez circular em Portugal um sofisticado material publicitário apresentando a *Casa Souza Soares do Brasil e da Europa*, e mais do que isso, ergueu em Vila Meã, a casa de Santa Cruz – um edifício imponente, ao gosto eclético e que sobressaía na paisagem do lugar. Por este feito, pode-se constatar no sujeito as afirmações de um lugar social distinto, através da exibição de sua casa. Percebe-se e confirma-se que as imagens podem dar identidade aos sujeitos e vice-versa. Considerando que, a partir da sociedade do regime antigo, decorrem as modelagens das sociedades através dos tempos e que, para a vida de corte, as casas eram usadas como artifício de exibicionismo e, mais do que isso, como marcos separatistas entre as camadas sociais, admite-se que a produção arquitetônica seguia, e ainda segue, as premissas de que: quanto maior a importância do sujeito, maior a importância da sua casa, e sujeitos sem importância devem possuir casas igualmente sem valor.

Outra estratégia constatada na atuação social do sujeito, é a do largo uso de símbolos de identidade e representação, sendo o maior deles, um símbolo iconográfico – a coroa do viscondado para encimar o Brasão de Armas. Esse

elemento simbólico aparece lavrado na prataria da família, esculpido em pedra e incrustado na fachada da casa de Santa Cruz, trabalhado em ferro fundido nos gradis da mesma casa e em muitos outros elementos, tantos quantos lhe fora possível. Mais uma vez, ocorre a confirmação do uso da imagem como artifício simbólico de representação.

O apagar das luzes para os sujeitos que pautavam seus lugares sociais em produção simbólica de representação, se deu de forma gradual, em parte, abalada pelo fim do regime monárquico, em 1910. O Visconde de Souza Soares veio a falecer no ano seguinte. Embora cessassem, a partir daí, suas produções de artifícios de representação, vê-se que esta não se acabaria com a sua morte. Sendo a representação um conceito abstrato, perdura como perduram as memórias, e como tais, necessita de apoios concretos de ancoragem ao mundo real.

Para evitar que as memórias se percam, busca-se a preservação dos legados deixados por estes sujeitos que marcaram as sociedades de seu tempo, como rastros e testemunhas, ou mesmo, para que perdurem como lugares de memória. Observou-se que a representação alcançada pelo Visconde de Souza Soares fez reverberar através das gerações, o sentimento de respeito e deferência que lhes eram atribuídos. Prova disso, está no reconhecimento dado à casa de Santa Cruz como casa da Viscondessa. A importância social dada à viúva de José Alvares ultrapassava questões de regimes políticos e alcançava atestados de pura representação.

Por outro lado, quando elementos concretos se perdem – cartas, fotografias, assinaturas, e mesmo edificações que não são preservadas – a representação, subjugada às memórias, esvai-se como efemérides levadas pela própria passagem do tempo. Desse modo, o abandono causado pela falta de recursos ou por qualquer descaso, é impiedoso com objetos que acabam por perecer. Nesse momento, parece que se cobrem de trevas as memórias e os lugares.

A casa de Santa Catarina em Portugal e o sobrado central em Pelotas, por terem sido preservados e se prestarem ao reuso, permanecem com certo viço que lhes confere dignidade. A pior situação dos bens edificados por José Alvares de Souza Soares atingiu o seu maior empreendimento – o Parque Pelotense.

O lugar, havia representado para a cidade de Pelotas, avanços sociais nos setores: da economia, da cultura, da saúde pública, do desporto, do lazer e da

educação. Exibia um conjunto arquitetônico nos moldes do ecletismo historicista e com técnicas construtivas merecedoras de preservação, mas sua destruição chegou antes das leis que o pudessem socorrer. Interesses de força maior, como o aproveitamento do espaço urbano, a abertura de novos trechos de estradas estaduais, e um notório desinteresse para com a história do lugar, foram desmembrando e desapropriando cada gleba da *quinta portuguesa* de José Alvares.

O enfraquecimento da produção fabril, e a dificuldade em manter o parque em funcionamento, promovido por disputas de herança entre os descendentes do Brasil, filhos de Joana Ramos de Souza Soares, e os descendentes portugueses, filhos de Maria de Assumpção Brochado de Souza Soares, os conflitos mundiais, o advento da penicilina, entre outros, promoveram seus inevitáveis declínio e fim.

As investigações sobre José Alvares de Souza Soares levaram a reconhecer o sujeito como um produtor de referenciais de representação no Brasil e em Portugal e um difusor dessas culturas nos dois países. Uma vida que, numa expressão quantitativa, teve maior número de anos passados no Brasil do que em Portugal, mas que num complexo emaranhado de apelos culturais, pendeu para as origens lusas incorporando-as, o quanto pôde, à sociedade pelotense dos oitocentos. Ao retornar à sua terra natal cumpriu as prerrogativas de um *brasileiro*, levando consigo o nome da cidade berço da sua fábrica. E ao divulgar seu empreendimento, revelou Pelotas para a Europa. Por todos esses feitos, constata-se no sujeito as afirmações do fenômeno aqui analisado.

Se por um lado a concretude de sua trajetória, se modificou ou desfez, novos lugares de memória precisam atuar como fonte de salvaguarda de um legado que é direito de todos. Como o anseio de alcance global de uma medicina caseira disposta a toda gente, assim, os contributos de memória devem atuar para reorganizar fragmentos de história que a todos possa ser contada.

## Referências

ABDALLA, Maria de Fátima Barbosa. Representações Sociais: aproximações/fronteiras entre Bourdieu e Moscovici. *In: ENS et al. Representações Sociais: fronteiras, interfaces e contextos*. Curitiba: Champagnat; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013.

ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996.

AGUIAR, Miguel. Aristocracia, parentesco e reprodução social em Portugal no final da Idade Média. **Medievalista**. Nº 31, janeiro-junho 2022.

ALVES, Fábio Galli. **Decorações murais**: técnicas pictóricas de interiores. Pelotas/RS (1878-1927). 2015. Dissertação. (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas). Universidade Federal de Pelotas. Pelotas.

ALVES, Francisco das Neves. A colônia portuguesa na cidade do Rio Grande: fragmentos de uma identidade. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXVI, nº1, p. 1-266, julho 2000.

ALVES, Jorge Fernandes. **Os “brasileiros” emigração e retorno no Porto oitocentista**. 1993. Dissertação. (Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras). Universidade do Porto. Porto.

ALVES, Jorge Fernandes. Imigração de galegos no Norte de Portugal (1500-1900). *Algumas notas*. *In* ROEL, Antonio Eiras; LOPO, Domingo Gonzalez (coord.). **Movilidad e migracions internas na Europa Latina**. Unesco. Santiago de Compostela: Universidad (Catedra Unesco), 2002, p. 117-126.

ALVES, Jorge Fernandes. O «brasileiro» oitocentista - representações de um tipo social. *In* VIEIRA, Benedicta Maria Duque (org.). **Grupos sociais e estratificação social em Portugal no Século XIX**. Lisboa: ISCTE (C.E.H.C.P.), 2004, p.193-199.

ALVES, Jorge Fernandes. As migrações na historiografia portuguesa (1779-1974) *In* MATOS, Sérgio Campos; JOÃO, Maria Isabel. **“Historiografia e Res publica nos dois últimos séculos”**.Lisboa. Centro de História da Universidade de Lisboa & Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta, 2017.

ALVES, Jorge Fernandes. **Atalhos batidos: a emigração nortenha para o Brasil**. Disponível em <http://triplov.com/atalaia/alves.html>. Acessado em 13/02/2022.

ALVES, Jorge Fernandes. Discursos cruzados entre Brasil e Portugal: emigração, colonização e escravatura branca. **Revista Nordestina de História do Brasil**, Cachoeira. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).v. 1, n. 1, jul./dez. 2018

ALVES, Jorge Fernandes. Emigração e sanitarismo – Porto e Brasil no século XIX. **Ler História**, 48 (2005), pág. 141-156.

ALVES, Jorge Fernandes. Associação Comercial do Porto e o Brasil. **O Tripeiro**, 7ª série, Ano XIX (2000), nº 4, abril, p.132-139.

ALVES, Jorge Fernandes. **Emigração portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX**. Disponível em <https://ler.letras.up.pt>. Acessado em 20/04/2022.

ALVES, Jorge Fernandes. **Terra de Esperanças – O Brasil na emigração portuguesa**. *Encontros, desencontros, reencontros*. Cascais: Câmara Municipal, VII Cursos Internacionais, 2001, p.113-128.

ALVES, Jorge Luís dos Santos. **Em busca do Eldorado**: a emigração portuguesa para o Brasil-1890-1930. *Dia-Logos: Revista dos Alunos de Pós-Graduação em História* 2, 1998.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BOSCHILIA, Roseli. Pequenos viajantes: reflexões sobre o deslocamento de menores da região Norte de Portugal para o Brasil no século XIX. *In SOUSA, Fernando de. et. al. (Orgs.). Portugal e as migrações da Europa do Sul para a América do Sul*. Porto: CEPESE, 2014.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

CANDAU, Joel. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Memória em Rede**, Pelotas, v. 1, n. 1, dez.009/mar., 2010.

CAMILO, Nathan. De “o nome e o como” para “o nome além do como”: estudo de trajetórias e práticas de nomeação. **História Unicap**, v. 3, n. 6, jul/dez de 2016.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: IEDS. 2009.

CARREGA, Arthur Daltin. As propagandas imigrantistas do Brasil no século XIX: o caso da Sociedade Central de Imigração. **Patrimônio e Memória**. Assis, SP, v. 15, n. 2, p. 157-171, julho-dezembro de 2019.

CARRETERO, Mario. **Documentos de identidade**: a construção da memória histórica em um mundo globalizado. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. **Revista das revistas**. Estudos Avançados 11(5), 1991.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia**. A História entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002b.

CHAVES, Larissa Patron. **“Honremos a pátria senhores!** “As sociedades de Beneficência: caridade, poder e formação de elites na Província de São Pedro do Rio Grande (1854-1910). 2008. Tese. (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo. RS.

CHAVES, Larissa Patron. **Beneficência Portuguesa de Pelotas-160 anos de Assistência no Rio Grande do Sul**. Pelotas: Cópias Santa Cruz, 2017.

CHAVES, Larissa Patron; MACEDO, Mônica Lucas leal de. A(re)afirmação da identidade portuguesa e brasileira através das fachadas de edifícios históricos no século XIX: memória e patrimônio. **Cadernos do Lapaarq**, v. XVIII, n.36, p. 157-174, Jul-dez. 2021.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006.

COELHO, Rafael da Silva. **Moeda no Brasil no Final do século XVII**. Mestrado em História Econômica. (Dissertação) Universidade de São Paulo, 2013.

COIMBRA, Artur Ferreira. **Fafe, meu amor: textos e imagens sobre o concelho**. Fafe: Edição Câmara Municipal de Fafe, 2017.

COIMBRA, Artur Ferreira. **Fafe: A terra e a memória**. Fafe: Edição Câmara Municipal de Fafe, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CUNIN, Elisabeth. Contar a história para contar hoje: o lugar dos “negros” e dos “mulatos” nos relatos históricos e turísticos sobre Cartagena. *In* PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique. **Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

DEBRAY, Régis. **Vida y Muerte de la Imagen**. Barcelona: Paidós, 2002.

DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: Edusp, 2009.

DUARTE, Fernando. **Estância dos Prazeres. RS (1758-1853)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal de Pelotas.

DUARTE, Paulo Cesar Borges. A fundação e os objetivos dos clubes caixeiros no Rio Grande do Sul-1879 a 1890. **História em Revista**. V.6, 2000.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Tradução Pedro Sussekind. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Michael Schröter (org.). Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

ENS, Romilda Teodora; BEHRENS, Marilda Aparecida. Representações sociais e visão complexa: interfaces e fronteiras entre as proposições de Serge Moscovici e Edgar Morin. *In*: ENS *et al.* **Representações Sociais: fronteiras, interfaces e contextos**. Curitiba: Champagnat; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013.

FELIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FONSECA, Maria Cecília L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro: IPHAN, 2005.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Gente e coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

FRANCO JUNIOR, Hilário. **Cocanha: a história de um país imaginário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. RJ: LTC, 2008.

GRUZINKI, Serge. **Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories**. Topoi, Rio de Janeiro, março.2001, pp. 175-195.

GUINZBURG, Carlo. A história e a micro-história: uma entrevista com Carlo Ginzburg. **LPH – Revista de História**, 1:01-06, 1990.

GUINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. *In*: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. Porto Alegre: Ed. UFPel/Livraria Mundial, 1993.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HEINZ, Flavio Madureira. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006;

HEINZ, Flavio Madureira; VIANNA, Marcelo. Elites estatais no Sul do Brasil: prosopografia da alta administração republicana no Rio Grande do Sul, 1889-1937. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 46, p. 138-159, jan./abr. 2021.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios, 1875-1914**. 29<sup>o</sup> ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

HOBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JAQUES, Biane Peverada. **Rede social, memória e identidade: a elite imigrante portuguesa em pelotas-RS, 1910-1992 – análise biográfica de Aníbal de Oliveira Vidal e Maximiano Pombo Cirne**. 2021. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. *In* VENDRAME *et al.* (org). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

LEAL, Oscár. **Viagem às terras goyanas**. Lisboa: Typographia Minerva Central, 1892.

LEMOS, Carlos. **Cozinhas e etc**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração**. São Paulo. Editora Unesp, 2015.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. *In*: BURKE, P. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992. p. 133-161.

LIMA, Paula Garcia. **Estudo da memória e do conceito de design através das peças gráficas e fotografias do parque Souza Soares (Pelotas, 1900-1930)**. 2010.

Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Pelotas. Pelotas.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **Imigração portuguesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2000.

LONER, Beatriz Ana. **Classe Operária: mobilização e organização em Pelotas: 1888-1937**. 1999. 727f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, vol. 1 e 2, 1999.

LOUREIRO, José Carlos; PEIXOTO, Paula Torres; SANTOS, Patrícia Mota. **Conhecer para preservar**. Casas de brasileiro (Norte e Centro de Portugal). Porto: Edições Afrontamento Lda., 2017.

LOUREIRO, José Carlos. "**A casa do Brasileiro**", *Os Portugueses e o Mundo - Conferência Internacional (1985)*, vol. VI, Fundação Eng<sup>o</sup> Antônio de Almeida, 1989, pp.33-36.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**. São Paulo, 17, 1998.

LUCAS, Luís Henrique Haas. **Estâncias e fazendas**: arquitetura da pecuária do Rio Grande Do Sul. 1997. Dissertação (Mestrado em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LUCAS, Luís Henrique Haas. **Estâncias e fazendas do Rio Grande do Sul**: arquitetura tradicional da pecuária. 2010. Disponível em [www.arquitetura.eesc.usp.br](http://www.arquitetura.eesc.usp.br), consultado em janeiro de 2020.

MACEDO, Silvio Soares. Jardins brasileiros: origens e relevância. *In Jardins históricos: a cultura, as práticas e os instrumentos de salvaguarda de espaços paisagísticos*. (PESSOA *et al* org.) Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015.

MACHADO, Igor José de Renó. **O "brasileiro de torna-viagens" e o lugar do Brasil em Portugal**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: N<sup>o</sup> 35, p. 47-67, jan/jun, 2005.

MAGALHÃES, Mario Osorio. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890). Pelotas: EdUFPel, Coedição Livraria Mundial, 1993.

MAGALHÃES, Mario Osorio. **História e tradições da cidade de Pelotas**. 6<sup>a</sup> ed. Porto Alegre: ardotempo, 2011.

MAIA, Carlos Eduardo Santos. Ensaio interpretativo da dimensão espacial das festas populares. *In*: ROSENDALH, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDURJ, 1999.

MAIA, Kenia Soares; ZAMORA, Maria Helena Navas. O Brasil e a lógica racial: do branqueamento à produção de subjetividade do racismo. **Psicol. Clin.**, 2018, vol.30, n2, pp. 265-286.

MANSO, Maria de Deus Beites. **Mujeres en el Brasil colonial**: el caso del recogimiento de la Santa Casa de la Misericordia de Bahia a través de la depositada Teresa de Jesús. *Historias compartidas. Religiosidad y reclusion femenina en Espanha, Portugal y América. Siglos XV-XIX*, Lopes, Rosalva Loreto e Viforcós, Maria

Isabel (coord.), Ed. Universidad de Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, Un. de Leon e México, 2007, pp. 339-366.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 11-36, 2003.

MIKOLA, Nádia. A inserção da homeopatia no Brasil e o espiritismo como estratégia de legitimação. 1860-1890. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá-PR, v. III, n.9, jan/2011.

MILANI, Sebastião Elias. **Aspectos historiográficos-linguísticos do século XIX**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Casamento, celibato e reprodução social: a aristocracia portuguesa nos séculos XVII e XVIII. **Análise Social**, vol. XXVIII, pp. 921-950, 1993.

MONTELEONE, Joana Moraes. Dom Pedro II e o Império de casaca: os sentidos de poder nos trajes masculinos no Segundo Império. **Almanack Guarulhos**. São Paulo, n. 15, p. 318-345, 2016.

MOSCOVICI, Serge. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In JODELET, D. (Org). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 45-66.

MOYSÉS, Tatiana de Fátima Alves. **Entre Portugal e a “Árvores das Patacas”**: os percursos do brasileiro torna-viagem na ficção camiliana. Porto Alegre: Nau Literária, 2014.

MÜLLER, Dalila; HALLAL, Dalila Rosa. Passeios e Viagens em Busca da Natureza: novas sociabilidades da elite pelotense no século XIX. **Conhecimento histórico e diálogo social**. ANPUH, 22 a 26 de julho de 2023.

NETO, Diósnio Machado. Do outro lado da ópera: as bandas como fator de expressão dos núcleos de pertencimento dos imigrantes, na virada do século XX. **Revista de Estudos Culturais**. São Paulo: Ed. 4, EACH USP, 2019.

NORA, Pierre. **Pierre Nora en Les lieux de mémoire**. Montevideo: Ed. Trilce, 2008.

NUNES, Benedito. A visão romântica; In GUINSBURG, Jacob. **O romantismo**. Editora: Perspectiva, 4ªed. 2019.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

PEIXOTO, Paula Torres. **Palacetes de brasileiros no Porto (1850-1930)**: do estereótipo à realidade”. Porto: Afrontamento, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, nº 29. São Paulo: Editora Contexto, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, vol. 27, nº 53. Junho de 2007.

PESSOA, Ana. De caixeiro a Barão: trajetória de um comerciante português no Rio de Janeiro oitocentista. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, v. 5, p. 97-112, 2011.

PESSOA, Ana; SANTOS, Ana Lúcia. José Florêncio Soares: requinte e modernidade entre o Rio de Janeiro e Fafe. **Livro Atas V Colóquio A Casa Senhorial**. indd 99, 2019.

PESSOA, Ana. **As casas do comendador Albino de Oliveira Guimarães. Porto/Portugal**. Escola das Artes: Universidade Católica do Porto, 2016.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguidos de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

QUEIROZ, Francisco. A imagem da Rainha Santa Isabel de António Teixeira Lopes e Albino Barbosa. **Invenire – Revista de Bens Culturais da Igreja**. N. 013 jul.-dez., 2016.

RAMIRES, Adriane Pires Rodrigues. **Alma de almanaque**: moda e modos e vida a partir dos reclames do Almanach de Pelotas. 2017. Tese. (Doutorado em Letras). Universidade Católica de Pelotas. Pelotas. RS.

REIS, Carmen Souza Soares. **Souza Soares**: a saga de uma família portuguesa no Brasil. Porto Alegre: Ed, do Autor, 2014.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, 2010. 15 (45), p. 434-444.

REZNIK, Luís. **História da imigração no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

RIBEIRO, Gladys Sabina; TERRA, Paulo Cruz; POPINIGIS, Fabiane. **Portugueses e cidadãos**: experiências e identidades nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2018.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, e o esquecimento**. 1913. Tradução Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

ROSENDAHL, Zeny. Espaço, o sagrado e o profano. *In*: **Uma procissão na geografia**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 77-92.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória e o esquecimento**: seis ensaios das histórias das ideias. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SANTOS, Carlos Alberto Ávila. **Ecletismo na fronteira meridional do Brasil: 1870-1931**. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – Área de Conservação e Restauro) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia.

SANTOS, Carlos Alberto Ávila. **Ecletismo em Pelotas: 1870-1931**. Pelotas: Ed. UFPel, 2014.

SANTOS, Eugénio dos. **Os brasileiros de torna-viagem no noroeste de Portugal**. Porto, p. 15-25, 2000.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCOTT, Ana Silvia A imigração portuguesa para o Brasil a partir de uma perspectiva micro analítica. Notas de Pesquisa. **História Unisinos**. V. 11. Nº 1, p. 117-122, jan./abr. 2007.

SCOTT, Ana Silvia. **Os portugueses**. São Paulo: Contexto, 2018.

SCOTT, Dario. A população do Rio Grande de São Pedro pelos mapas populacionais de 1780 a 1810. **R. bras. Est. Pop.**, Belo Horizonte, v.34, n.3, p.617-633, set./dez. 2017.

SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

SIGOLO, Renata Palandri. **Em busca da “*Scientia medica*”**: a medicina homeopática no início do século XX. 1999. Tese. (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná. Paraná, 1999.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil (1850-1938)**. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas e Luso-brasileiras, 1992.

SILVA, Patrícia Amorim Cravo da. **Diogo de Macedo**: do “14, *Cité Falguière*” a “Os Românticos Portugueses” (1930-1959) – Temas e Problemas nas Reflexões sobre Arte. Dissertação. (2º Ciclo de Estudos em História da Arte Portuguesa). Volume I. Universidade do Porto. Porto, 2013.

SIMÕES, Elvis Silveira. Nascer e viver: Rio Grande - RS, uma cidade portuária. **História e Culturas**. Vol. VIII, Nº 15 – janeiro-junho de 2020.

SOUZA, Gonçalo de Vasconcelos e. Entre o funcional e o ornamental: prataria doméstica em acervos do Porto na segunda metade de oitocentos. *In* SANTOS *et al.* **Anais do IV Colóquio Internacional A Casa Senhorial**: Anatomia dos Interiores. 1. Ed, Pelotas: CLAEAC, 2017, p.471- 496.

SOUZA-SOARES, José Delfim Brochado de. **Apontamentos genealógicos das famílias Couto Alão, Souza-Soares e Sam Payo de Queirós**. Braga: Livraria Cruz, 1974.

SOUZA, Renato Ferreira. George Herbert Mead: contribuições para a história da psicologia social. **Psicologia & Sociedade**. Centro Universitário de Lavras, 23 (2): 369-378, 2011.

TAVARES, Andrea Caroliny da Costa. **Para onde foram as Patacas? Patrimônio de portugueses na Amazônia (Belém, 1840-1909)**. Belém. PA. UFPA. Resgate – Ver. Interdiscip. Cult., Campinas, v. 25, n2 [34], p. 145-166, jul/dez, 2017.

Teixeira, Marcus Zulian. **Concepção vitalista de Samuel Hahnemann**. 2ª edição revisada e atualizada. São Paulo: Marcus Zulian Teixeira, 2021, 140 p. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1178043>.

TERRA, Carlos Gonçalves Terra. **Os papéis de parede e a paisagem**: Johan Moritz Rugendas como exemplo. Actas do V Colóquio Internacional A Casa Senhorial: Anatomia de Interiores. Fafe. Portugal: Graficamares, 2019.

VARGAS, Jonas. Uma Aldeia escravista e seus chefes: Família e Hierarquias sociais na primeira elite charqueadora de Pelotas (1790-1835). *In* VENDRAME, Máira *et al.* **Micro história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: OIKOS, 2015.

WEBER, Beatriz Teixeira. Como convencer e curar: a introdução da homeopatia no Rio Grande do Sul. **ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**. Londrina, 2005.

WEIMER, Günter. **Arquitetos e construtores rio-grandenses na colônia e no império**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2006.

ZUCCO, Luciana Patrícia. O Social em Questão. *In*: JODELET, D. (Org). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 45-66.

### TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO

Eu, Mônica Lucas Leal de Macedo, matrícula nº 20103319 declaro para todos os fins que o texto em forma de ( ) Dissertação de mestrado ou ( x ) Tese de Doutorado, intitulado *Brasileiros de torna-viagem: a trajetória do Visconde de Souza Soares no sul do Brasil e no norte de Portugal (1872-1908)*, é resultado da pesquisa realizada e de minha integral autoria. Assumo inteira e total responsabilidade, sujeitando-me às penas do Código Penal ("Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos").

Pelotas, 22 de maio de 2024.



ASSINATURA